

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1998

Nº 50

REVISTA DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



VITÓRIA
Estado do Espírito Santo

ANO 1998

Nº 50

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – nº 50 (jun. 1998). – Vitória: IHGES, 1998. – 400 p.: Il. ; 27 cm. semestral.

1. Espírito Santo (Estado) - História. 2. Espírito Santo (Estado) – Geografia. 3. Literatura Brasileira – Poesia. 4. Ensaio brasileiro.

CDU : 981.52(05)

CATALOGAÇÃO: Ana Maria Matos Mariani

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
NOTICIÁRIO	9
ESTUDOS E ENSAIOS	
• As primeiras épicas na América do Sul <i>Ester Abreu Vieira de Oliveira</i>	13
• A História e a Literatura: encenações da realidade <i>Francisco Aurelio Ribeiro</i>	31
• A questão da identidade capixaba: sua projeção no imaginário da Literatura do Espírito Santo <i>Francisco Aurelio Ribeiro</i>	35
• A questão ferroviária no Espírito Santo: uma via férrea ligando uma área interiorana mineira a um porto de mar capixaba <i>Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rocha</i>	53
• Duas narrativas, um só caminho <i>Miguel Depes Tallon</i>	65
• Em Faulkner, romance histórico ou psicológico? <i>Renato Pacheco</i>	79
• Orquídeas no Espírito Santo e desenvolvimento orquidófilo em Vitória <i>Érico de Freitas Machado</i>	91
• Estudo sobre a autoria da obra <i>Memórias do passado - a Vitória através de meio século</i> <i>Fernando Achiamé</i>	95
• O Fantástico em <i>Como água para chocolate</i> <i>Delza Fiorino Prudêncio</i>	131
• História e ficção: a guerra em romances do século XX <i>Letícia Malard</i>	139
• A conquista do mar e o descobrimento da América <i>Zoel Corrêa da Fonseca</i>	151
• Tirano Banderas — uma estética denominada Esperpento <i>Edna Parra Cândido</i>	181

- Adélia Prado em *Bagagem*: a mulher e algumas de suas faces
Edna Parra Cândido 191
- História e ficção - a figura de Paulo Setubal
José Sebastião Witter 199
- Poetas en la Isla - treinta años de poesía cubana (1959-1988)
Virgilio Lopez Lemus 209

PALESTRAS E DISCURSOS

- História na Literatura: realidade ou ficção?
Ester Abreu Vieira de Oliveira 221
- Academia de Letras de Humberto Campos - Vila Velha
José Hygino de Oliveira 231
- As chamas no Portal do Senhor
Paulo Muniz da Silva 235
- Discurso de abertura do Seminário de História e Literatura
Luzia Toledo 243
- Discurso de posse
Geraldo da Costa Matos 245
- A formação da identidade hispano-americana
Antonio Carlos Amador Gil 249
- Hispanidade
Ester Abreu Vieira de Oliveira 257
- O uso das fontes orais na história local: um estudo de caso
Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa 261
- Homenagem da Academia Espírito-santense de Letras a ilustres escritores
Ester Abreu Vieira de Oliveira 267
- Palavras aos novos sócios
Aylton Rocha Bermudes 279
- Discurso de saudação ao professor José Paulino Alves
José Hygino de Oliveira 283
- Três centenários
Renato Pacheco 291

CONTOS E CRÔNICAS

- Jucutuquara
Roberto Mazzini 297

- A tragédia de Engano
João Bonino Moreira 301
- A menina e o desembargador
Marilena V. Soneghet Bergmann 305
- Troca de bondades
Roberta Giovannotti 309
- Mudou a igreja ou mudaram os santos?
José Tristão Calmon Fernandes 311
- O vício
Maria Helena Teixeira de Siqueira 313

TRADUÇÕES

- Pinta-me anjinhos negros
Andres Eloy Blanco (trad. de Ommar Melladah) 317
- Conversa que tive esta noite com um fantasma
sobre as origens do alfabeto
Anatole France (trad. de Aylton Rocha Bermudes) 319
- A caixa
Juan Ramon Jimenez (trad. de Pedro J. Nunes) 325

RESENHAS

- Coleção “Almeida Cousin”
Érico de Freitas Machado 333
- Lançamento de *A revolução das violas*
Maria Helena Teixeira de Siqueira 337
- Nas asas do vento
Maria Helena Teixeira de Siqueira 339

A POESIA É NECESSÁRIA

- (Na Maceió)
Angelo Fernandes 345
- Carmem
Bith 346
- Insônia
Heraldo Brasil 347
- Primeira noite
Josafat Joaquim Costa 348
- O aluno é mestre nas doze cordas
Ester Abreu Vieira de Oliveira 349

• Viagem	
<i>Antônio Monteiro</i>	351
• Taça de vida	
<i>Matusalém Dias de Moura</i>	352
• Três poemas inéditos	
<i>Heraldo Lisboa</i>	353

MEMÓRIA

• Um setor da evolução do ensino industrial no Brasil: escolas ferroviárias — uma contribuição da Vitória a Minas	
<i>Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa</i>	357
• A ilha de Vitória — uma abordagem acerca do seu crescimento físico, natural e artificial	
<i>Ricardo Brunow Costa</i>	365
• Colégio Estadual — 90 anos	
<i>Rômulo Salles de Sá</i>	381
• Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina	
<i>Christiano Woelffel Fraga</i>	385
• Marataízes	
<i>Aylton Rocha Bermudes</i>	391
• Os subterrâneos do Colégio dos Jesuítas	
<i>Renato Pacheco</i>	395
• Sobre pisos de igrejas	
<i>Orlando Moraes</i>	399

APRESENTAÇÃO

Este é o quinquagésimo número da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, hoje a mais antiga publicação cultural do Estado.

Do primeiro número a este quinquagésimo, foi percorrido um longo trajeto de mais de oito decênios permeados de sobressaltos e percalços, configurados numa grande guerra e em várias revoluções. Mas tudo isso passou e a Revista foi ficando, se aprimorando, gradativamente se profissionalizando, contando hoje com o valioso concurso do escritor Pedro J. Nunes em sua revisão.

Neste número, comparecem as seções já tradicionais de resenhas, estudos, ensaios, contos, crônicas e poesias, abrindo-se mais uma para traduções, onde desponta uma tradução de Anatole France, feita pelo escritor e consócio Aylton Bermudes. Na seção **A poesia necessária**, os destaques ficam por conta de um poema de Bith e de três inéditos de Heraldo Lisboa. Entre os ensaios e conferências publicam-se os de José Sabastião Witter, Leticia Mallard e Virgílio López Lemus, este, presidente do Instituto de Linguística e Literatura de Cuba.

Com muita satisfação a Revista traz, ainda, textos de Luzia Toledo, Ester Abreu Vieira de Oliveira, Edna Parra Cândido, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa, Geraldo da Costa Mattos, Renato Pacheco, Taneco, Aylton Rocha Bermudes, Christiano Woelffel Fraga e Francisco Aurélio Ribeiro.

Na área histórica, Érico Freitas Machado apresenta a história do movimento orquidófilo em Vitória, João Bonino Moreira levanta aquela que foi a maior tragédia ferroviária da História do Espírito Santo, o desastre de Engano, e Ormando Moraes recorda antigas tradições de Muniz Freire durante a Semana Santa.

Finalmente, o Instituto presta também uma homenagem a Luiz Serafim Derenzi, com a publicação da palestra proferida pelo consócio e presidente de honra desta Casa, Renato Pacheco, por ocasião da celebração do seu centenário de nascimento.

Vitória, primeiro semestre de 1998

Conselho Editorial

NOTICIÁRIO

LANÇAMENTOS NO IHGES

No dia 8 de abril, às 17h, foram lançados, no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 15 livros de Francisco Aurélio Ribeiro, Berredo de Menezes, Zoel Fonseca, Tacy Cabral Zardini, Graça Neves, Maria Helena Teixeira de Siqueira, Marilena Soneghet Bergmann, Yvon de Araújo Yun-Tay, Luiz Guilherme Santos Neves e Almeida Cousin.

BERREDO PREMIADO NO PARANÁ

O poeta e consócio Berredo de Menezes ganhou o Prêmio Helena Kollody, maior prêmio de poesia do Estado do Paraná, com o seu volume *Usina de silêncios*.

CONSÓCIO EMPOSSADO EM ACADEMIA

O consócio Frederico Teixeira Filho foi empossado na Academia Brasileira de Jornalismo. Frederico, além de membro do Instituto, é atualmente, presidente da Associação Espírito-santense de Imprensa e editor do jornal da *AEI*.

ACERVO CAPIXABA DE RUBEM BRAGA

O acervo de obras sobre o Espírito Santo, do saudoso escritor Rubem Braga, acha-se hoje sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, consoante sua vontade. Seu desejo foi satisfeito devido, sobretudo, aos esforços da Sra. Graça Braga Abreu e do consócio e escritor Ormando Moraes.

LANÇADO VOLUME SOBRE BONDES

A Secretaria Municipal de Cultura, dando continuidade à sua série **Memória Viva**, acaba de lançar o volume *Bondes de Vitória*, de autoria de Renato Pacheco e Luiz Guilherme Santos Neves, com fotografias de Nilton Pimenta.

Dos bondes de Vitória só um restou, o de número 42, aberto à visitação pública pela ESCELSA. O problema é que o bonde, que deveria estar no museu da companhia, na antiga Convertidora, acha-se em outro local. O ideal, por isso mesmo, seria se a ESCELSA o fizesse retornar ao museu, onde de fato poderá ser visitado.

2ª EDIÇÃO DE *AS CHAMAS NA MISSA*

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e a Cultural Editora estão preparando uma 2ª edição do premiado romance de Luiz Guilherme Santos Neves, *As chamadas na missa*.

ESTUDOS E ENSAIOS



AS PRIMEIRAS ÉPICAS NA AMÉRICA DO SUL: *LA ARAUCANA E MEM DE SÁ*

ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA

HISPANIDADE - 9/10/97

Em 1492, quando já alvorece o século XVI, os europeus começam a vir para a parte do mundo que se chamará América, trazendo com eles sua filosofia de vida, seus conhecimentos, sua língua, seus costumes, sua religião e seu próprio sangue que se mesclará com outros, num processo de aculturação, gerando um povo específico da região: o povo americano ou o povo latino-americano.

Deste, pretendemos apresentar dois poemas-sagas, em que o “civilizado”, o orgulhoso europeu renascentista, e o “selvagem” americano combatem. Um impondo a sua autoridade. O outro defendendo a sua liberdade. Os narradores-poetas são dois europeus oriundos da Espanha, um, do continente, isto é, da Península Ibérica, Alonso de Ercilla, soldado, o outro, insulano, José de Anchieta, sacerdote. Suas respectivas obras, La araucana e Mem de Sá têm sua gênese nas terras que hoje constituem as nações: Chile, a primeira, e Brasil, a segunda.

Em La araucana, participam de uma luta soldados espanhóis e guerreiros araucanos, mas o herói da épica é o povo araucano.

Alonso de Ercilla y Zuñiga, madrileno, nascido em 07 de agosto de 1553, morreu no dia 29 de novembro de 1594 na cidade em que nasceu. Como renascentista, soube unir as duas atividades: a de escritor e a de soldado. A primeira como soldado da conquista espanhola na América, a segunda como autor de La araucana obra iniciada durante a batalha no Arauco, entre 1557-1558. Viveu em ambiente cortesão, visitando diversos países da Europa. Veio à América com o Vice-rei do Peru, D. Andrés Hurtado Mendonza, que, devido aos ataques dos nativos aos fortes espanhóis do Chile, determinou enviar um exército formado de dez galeões por mar e uns 50 soldados por terra, a cavalo. Ercilla acompanhou esse exército que saiu de Callao, Peru, no dia 02 de fevereiro de 1557. Era muito jovem. Em agosto, os soldados ergueram um forte perto da antiga

Concepción e, no dia 25 de agosto, sofreram o primeiro assalto dos araucanos. Ercilla descreve o combate e a vida penosa do soldado, que às vezes tinha como ração “dos tasados puños de cebada” (isto é, duas medidas de cevada) e como cama “la húmida tierra.” (p. 459)

Em Mem de Sá, franceses, tamoios e portugueses guerreiam. Seu possível autor é, então, um jovem noviço jesuíta, José de Anchieta, que nasceu em 19 de março de 1534 em São Cristóvão de Laguna, na Ilha de Tenerife e morreu em 09 de junho de 1597 em Reritiba, hoje Anchieta, no Espírito Santo. O herói da épica é Mem de Sá, o 3o. Governador Geral do Brasil, sucessor de Duarte da Costa. Chegou ao Brasil em 1558 e aqui morreu em 1572. Seu grande feito foi a expulsão dos franceses do Brasil, em 1567.

Anchieta consagrou a sua vida aos estudos e à catequese. Ainda adolescente foi para Coimbra estudar. Aí entrou na ordem da Companhia de Jesus, fundada por Ignacio de Loyola, um seu parente. Aos 19 anos, em 1553, com outros jesuítas, veio, ainda noviço, para o Brasil na expedição de Duarte da Costa, o Segundo Governador Geral.

No Brasil se ordenou e militou na causa da doutrina cristã, segundo a filosofia jesuítica do Renascimento. Foi, além de sacerdote, professor, poeta, filólogo, historiador, dramaturgo, pacificador e Superior Provincial. O papel dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira é relevante, pois prepararam e educaram os colonos para as futuras lutas contra os piratas de diferentes procedências e propiciaram o fortalecimento político e econômico da Colônia.

Anchieta era um humanista e como tal exaltava as qualidades próprias da natureza humana, e, como homem das armas, das palavras religiosas e da ação, arte bélica combativa dos jesuítas, a doutrinação cristã e as artes. Com estas compunha em prosa e verso em latim, espanhol, português e tupi, autos, canções, diálogos e orações, e escrevia cartas, verdadeiros documentos históricos. Ainda que fosse um renascentista que tomava como mestres os clássicos gregos e latinos, como faz na sua obra épica Mem de Sá, em muitas canções segue a simplicidade dos poetas medievais dos cancioneiros. Essas epopéias representam uma produção coletiva e individual, já que são a expressão de um mundo objetivo no qual se inserem os poetas que a escreveram, ao mesmo tempo que uma livre produção deles próprios.

La araucana está dividida em três partes, cada uma delas com variados números de cantos e com dedicatória para o Rei. A primeira traz a data de dois de março de 1569. Há dois prólogos do autor. Um, na primeira parte e o outro, na segunda. Em La araucana se entrelaçam o povo espanhol e o americano. Este da nação araucana que só “a sangue e fogo pode

ser domada”, segundo a descrição de Ercilla. Esse poema épico foi elogiado por Cervantes e por Voltaire, que sobrepe o discurso de um de seus personagens, Colocolo, ao de Nestor na Iliada, quando medeia a contenda entre Aquiles y Agamenón.¹

Em “De Gestis Mendi de Saa” (“Feitos de Mem de Sá”), Anchieta antecipa a “Prosopopéia” do pernambucano Bento Teixeira Pinto, tornando-se a sua obra a primeira saga brasileira. Anchieta escreveu esse poema em latim (utilizamos aqui a tradução do padre Armando Cardoso S.J.). Nessa obra há aproximadamente 1560 versos. Foi impressa em Coimbra em 1563, data aproximada da criação e publicação da 1a. parte da La araucana (1568), o que as tornam mais contemporâneas, mesmo estando os seus autores em diferentes territórios da América do Sul.

O período literário durante o qual foram escritas, o Renascimento, se caracteriza principalmente por uma entusiasta valorização do mundo e do homem, presidida pelo conhecimento e admiração da antigüidade clássica, e vai do século XV ao XVI na Península Ibérica. Mas pode-se dizer que o século anterior, o XIV, foi a grande época do humanismo italiano. Petrarca, por exemplo, dedicou-se à leitura de manuscritos clássicos. Nessa época, voltaram-se para as doutrinas de Aristóteles e de Platão, se bem que nas do segundo estivessem as teorias do amor neoplatônico, nas quais se apontava a beleza do material como reflexo do espiritual, que é a divina.

O Renascimento não é, literalmente, o que se costuma dizer, um “retorno à Antigüidade Clássica”, pois o pensamento e a sensibilidade dos homens representativos dessa época estavam enraizados tanto na tradição judaico-cristã quanto no mundo grego e romano. Durante essa época, a religião e a superstição não se separaram. No meio de elevada cultura, coexistem as credences, a religião e a ciência.

O conceito de Renascimento abrange um processo social global. É um fenômeno muito complexo. Engloba Humanismo, Reforma e Contra-reforma. Durante esse período houve uma grande modificação da vida rotineira e da mentalidade diária. A prática das normas morais e dos ideais estéticos, a forma de consciência religiosa, as artes e as ciências sofreram alterações. No século XVI, o poder real se fortaleceu ao designar-lhe uma origem divina. O fervor religioso, pouco rígido no final da Idade Média, se intensifica. Em decorrência disso, surge uma nova atitude diante da vida e um novo objeto da religião, que proporciona o desenvolvimento de um tratado religioso: a mística e a ascética. Esta, pensamento senequista, estóico, medieval, e aquela, uma atividade de contemplação, mas que não exclui a vida ativa. Ela floresce, na Espanha, com uma representatividade muito forte, na época de Felipe II. São seus principais representantes San

Juan de la Cruz e Santa Teresa de Jesus, a Santinha de Ávila, a fundadora de conventos.

A ressurreição da preceptiva aristotélica faz ressurgir o gênero épico, que traz no seu bojo uma tradição clássica de tema e de forma cristalizada na Antigüidade Clássica, principalmente na romana, à maneira de Virgílio, na Eneida, ou de Lucano, na Farsália, na invocação às musas, aos deuses e no tom grandiloquente. O poeta renascentista hispânico toma como modelo os cânones clássicos para veicular valores ideológicos das nações dominantes e os une a uma tradição ibérica, com base em princípios e modelos derivados do direito feudal espanhol, de costumes estabelecidos por ocasião das vitórias das guerras de reconquistas, enraizados no imaginário do povo como se evidencia no gosto pelos livros de cavalaria.

Em Portugal, as influências humanistas, com a expansão das literaturas clássicas latina e grega, que chegam da Itália, compartilham com a exaltação dos valores nacionais, graças aos grandes descobrimentos dos portugueses. A expansão marítima motiva os escritores a escreverem seus livros históricos sobre esse acontecimento, trazendo João de Barros, na sua obra Década da Ásia, a novidade do sentido ecumênico da História. Sá de Miranda, influenciado pela lírica italiana, introduz *canzone*. Gil Vicente faz autos (dramas religiosos) e teatro satírico. O movimento humanista alastrou no reinado de D. João III, devido à sua inclinação para as letras e os letrados. Coimbra, mesmo antes da transferência da Universidade (1537), era o grande centro cultural humanista. Era um opróbrio, em determinados colégios, deixar de falar em latim ou grego. Em 1540, foi introduzida a ordem dos Jesuítas ou Companhia de Jesus, mais militante que contemplativa, fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534 com o objetivo de converter os heréticos e servir à religião. Em 1759, foi expulsa pelo marquês de Pombal. O seu lema era: “A maior glória de Deus”... No seu livro Exercícios espirituais instrui que, para alcançar a glória, se deve em algum lugar predicar, confessar e ler, ensinando os jovens, dando-lhes exercícios, visitando pobres em hospitais, exortando as pessoas a confessar, comungar e celebrar ofícios divinos. Os jesuítas tiveram um papel importante no Concílio de Trento. No Brasil, sua ação foi militante, atraindo os indígenas para o cristianismo e para a civilização, nos moldes europeus. Criaram e mantiveram escolas, pregaram a moral evangélica, disciplinando a sociedade em formação. O papel dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira é relevante, pois prepararam e educaram os colonos para as futuras lutas contra os piratas de diferentes procedências, propiciaram o fortalecimento político e econômico da colônia. Anchieta, em sua épica, exalta o trabalho dos jesuítas, por exemplo, nestes versos: “Aí os raios ardentes do sol a estiolar sem piedade,/ as chuvas, as sedes, a fome a ator-

mentar de contínuo/ esses heróis, irmãos unidos num só coração,/ ufanos do nome de companheiros de Cristo Jesus". (p. 147)

A epopéia culta em Portugal contribuiu para a História Literária de sua época e das vindouras com a obra Os Lusíadas, de Luís de Camões (1524-1580), que traz como tema central a viagem de Vasco da Gama às Índias. O poeta imita Virgílio. Intercala no seu canto ao navegante português fatos da História de Portugal, fazendo dessa obra mais que uma exaltação ao herói um grande poema nacional dos portugueses.

O latim clássico e a língua vernácula serão meios de expressão. Foi no Renascimento que houve maior quantidade de homens de mais ampla cultura que nas ulteriores etapas do crescimento da burguesia. Lembramos duas atividades importantes, na Espanha, no aspecto lingüístico: os estudos filológicos de Nebrija e Vives e a tradução da Bíblia Poliglota Complutense de Cisnero, em que ficava o Antigo Testamento em caldeu, hebreu, grego e latim e o Novo, em grego e latim. Manifesta-se, no século XVI, a unidade do desenvolvimento europeu. Já iniciada em 1517, época de Carlos V, pela Reforma, que culmina com o movimento dos **Comuneros**. Em 1527, com o SACCO de Roma, abandona-se a idéia de uma Itália unida. É quando a Espanha se torna uma potência e a Inquisição apóia os jesuítas. Em 1579, Flandres torna-se independente e, em 1588, é destruída a armada invencível.

Na Espanha, o Renascimento compreende a época de Carlos V até a sua morte em Yuste (1558), e a época de Filipe II (1556-1598). No Brasil, corresponde à época de D. Manuel, de seu sucessor D. João III (1525) e da dominação espanhola (reinado de Filipe II). É a época da pré-história das letras brasileiras (textos de informação, diário de navegação, tratados da terra do Brasil como o do humanista, amigo de Camões, Pero Magalhães Gândavo (1575 -), do reconhecimento da terra (ocupação e exploração), da política de D. João III, do Governo das Capitanias Hereditárias e Governo Geral e da perda da autonomia política de Portugal (1580).

No reinado de Filipe II, os historiadores espanhóis trazem a documentação precisa, chegando ao descobrimento da ciência da História, do relato verdadeiro, do detalhe exato.

Na América, os historiadores da Índia (da Descoberta ou da Colonização) se identificam com o ambiente e a raça dos povos que narram, unindo em seu texto características indígenas com a cultura européia do século XVI. Um exemplo é o que conta o historiador em uma língua dupla sobre a história mexicana em asteca e espanhol. No Brasil, sobre este aspecto de *bilingüismo*, ou *trilingüismo*, indica-se, como representante, o beato padre José de Anchieta, que compõe autos e poemas em espanhol, em tupi-guarani e em português. No Peru, Garcilaso de la Vega, o Inca (1503-1536), escre-

ve sobre as origens dos Incas sob cânones do Renascimento.

Os temas das Índias se incorporam à poesia épica. Um exemplo são os poemas La araucana, de Alonso de Ercilla e Feitos de Mem de Sá, de José de Anchieta.

O domínio é a força do poder de um ideal humano que está acompanhado de um ideal de sociedade. Com o poder, alguém atua sobre alguém (o objeto) por meio de ações bem-sucedidas. O sucesso vai depender da verdade dos juízos contidos no plano da ação de quem obra. A poesia não tem a posse da verdade. O poeta, ao cantar a força do poder dominante, naturalmente, não canta os feitos como sucederam, mas como desejaria que tivessem sucedido. Este é o ofício do poeta, já dizia Aristóteles. A verossimilhança faz a poesia aproximar-se da verdade. Porém, a verdade épica do poema está nas imagens de coisas vivas, tomadas, freqüentemente da fauna e da flora. Isto acontece porque os temas históricos são de domínio público e o leitor deve ver, pelas referências culturais, uma representação do universo evocado. Além disso, recolher dados da realidade histórica é uma forma de dramatizá-la.

A épica narrativa, de forma heróica, em verso, está presente nas origens de muitas literaturas, ao lado das canções líricas.

Com esses extensos poemas, objetiva-se estimular emoções coletivas. Há nisso ressonâncias patrióticas e valores míticos, pois nos versos heróicos há um personagem que se torna símbolo de virtudes sobre-humanas.

O seu caráter é positivo. Os rapsodas ou jograis tinham o costume de cantar poemas épicos populares diante de um auditório heterogêneo. Os personagens desses cantos eram lendários ou históricos. Em torno do protagonista, como símbolos de valor, rodeiam-no outros personagens, representantes de virtudes. A estrutura da forma épica é personagem, espaço e acontecimento. O primeiro representante da épica com valor estético na Grécia é Homero, em Roma segue-lhe os passos Virgílio, com a Eneida.²

Além dos poemas épicos populares, patrióticos, divulgados oralmente, (os cantares de gestas medievais) com versos de metrificação irregular e assoantes, adaptados a um canto monótono, há os poemas épicos renascentistas que nada têm que ver com estes cantos medievais. É um gênero de construção culta e romanesca nos quais a métrica elaborada de oitava real dá-lhe grandeza e majestade. Do primeiro tipo, na Idade Média e Clássica, lembramos o Cantar del Cid, Os nibelungos, Parsifel, Ramayana, Maha-Barata, Ilíada, Odisséia (épica de personagens), do segundo tipo, Os lusíadas, Mem de Sá e La araucana. O poemas épicos renascentistas exaltam valores nacionais, têm preferência por assuntos históricos e utilizam temas religiosos, respondendo ao ambiente da Contra-reforma.

Modernamente, a épica recebe o sentido amplo e aproximado de romanesco. O marco da ficção ocidental é sem dúvida alguma Cervantes com seu Quixote. O caráter narrativo da épica leva Emil Staiger a determiná-la como conceito fundamental da Poética. No entanto, o lugar que ela ocupa, cujo êxito se pode sentir na narrativa épica latino-americana — exemplos são as novelas Os sertões de Euclides da Cunha, o Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa e Cem anos de solidão, de García Márquez —, não é o da épica propriamente dita, o do epos grego, tampouco é o mesmo dos cantares da literatura medieval, da Baixa Idade Média, o canto de recitação, de caráter popular cantado nas praças públicas, como, por exemplo, a Canção de Rolando, El Cid ou Los nibelungos, onde se insere o lírico e, às vezes, o trágico.

O sentido que usamos aqui é o de epopéia, ou seja, o de um canto poético narrativo de um feito guerreiro, o de uma obra cujo objeto é narrar algo. O acontecimento deve conter um mundo total de uma nação ou de uma época e assinalar a consciência religiosa, a vida concreta, a vida política e doméstica desse país.

Em todas as epopéias, um narrador conta algo que aconteceu e, pelo caráter objetivo delas, o poeta, como sujeito, se apaga diante da criação, não se impondo com evidência, mesmo que expresse o produto de sua intenção de fazer uma crônica verdadeira.

A presença de Anchieta se faz no Livro I, quando expõe o objetivo de seu canto: fazer um louvor a Deus e um canto a seu prodígio de converter os índios do Brasil ao cristianismo e quando pede a Deus entendimento para fazê-lo:

*As glórias do Pai celeste e sua força divina
teu nome, ó Cristo Rei, e teus feitos gloriosos
começarei a cantar. Num arrojo gigante,
emprenderei celebrar em verso tuas magnas empresas. (p. 91)*

E, no Livro III, primeiro na primeira pessoa do plural, incluindo-se como jesuíta e europeu, no trabalho realizado além-mar, em terras virgens:

*Já nossa mente fatigada perfez longas viagens
nas eriçadas planuras do mar, nas densas florestas da terra. (p.
169)*

E, ainda, quando o poeta, cansado da caminhada pelos litorais “dantes jamais palmilhados”, manifesta o seu interesse de continuar cantando

os feitos heróicos de Mem de Sá e pede a inspiração do Céu:

*Convidam-me feitos maiores, forçam-me a seguir os soldados,
lançar-me de novo às ondas revoltas e desbravar os recessos
da floresta sombria. Guerras de maior vulto me restam
por cantar, mais gloriosas empresas do magnânimo chefe,
que ruínas e mortes espalhou seu valor triunfante,*

*de quanto o sangue tingiu as ensombradas florestas
sopeando o furor do bárbaro, vós, ó celestes irmãos
inspirai-mo! Alta progênie, vós habitais os templos supernos
e a bondade do Rei celestial vos deu como guias
ao grande chefe, para ajudá-lo, a seus tempos,*

*nos múltiplos trabalhos das expedições e da guerra,
e para abalar de pavor os corações inimigos. (p. 169)*

A súplica do eu poético é uma fervorosa oração:

Tu, ó Jesus, (...)

*ilumina-me a mente cega, aclara-me a alma
com esplêndidos lampejos. (...)*

*Fecunda meu coração de copioso orvalho e derrama
sobre mim fontes vitais, ondas de vida:*

*Inunda meu peito árido com teus rios divinos:
Assim cantarei os prodígios que teu braço potente
há pouco operou em favor da gente brasílica,
quando fez raiar, rasgando as trevas do inferno,
na arcada celeste, esplendoroso arrebol. (p. 91-3)*

Ercilla também se coloca no seu ofício de escritor e narra o seu ato de escrever, à noite, num clima bélico: “Aquella noche, yo mal sosegado,/ reposar un momento no podía,/ o ya fuese el peligro o ya el cuidado/ que de escribir entonces yo tenía” e “en el silencio de la noche oscura/ en medio del reposo de la gente,/ queriendo proseguir en mi escritura” e, ainda, em outro verso, “se me cayó la pluma de la mano”.

Ercilla é um exemplo que se pode oferecer da preferência espanhola pelos relatos históricos unidos às exóticas notícias sobre o Novo Mundo, e os preceitos renascentistas com base na Eneida de Virgílio. Em La araucana, há uma reminiscência ao mundo natural, não deformado pela civilização, e como em Os lusíadas há um canto a um povo. Com a diferença que na

épica de Camões o poeta canta apenas o povo português, e na de Ercilla canta dois povos: os espanhóis e os araucanos, já que os dois povos compartilham da emoção e admiração do poeta. Porém, acreditamos que o verdadeiro herói seja o povo araucano, obstinado e corajoso na defesa da sua terra, “(...) gente (...) granada/ tan soberbia, gallarda y belicosa,/ que no ha sido por rey jamás regida/ ni a extranjero dominio sometida.” (p. 38) (...) por valor y pura guerra/ hace en torno temblar toda la tierra.”(p. 40)

Ercilla se põe sempre como poeta que narra um feito verdadeiro, “o que dirão meus versos adiante” (p. 740) ou “como eu o escrevo” (p. 745) e, como testemunha, junto com os soldados espanhóis em uma batalha com os araucanos, escreve:

*Nosotros, aunque pocos, cuando vimos
que a espaldas vueltas iban ya marchando,
de nuestro fuerte en gran tropel salimos
en la campaña un escuadrón formando,
y a paso moderado los seguimos,
de la victoria enteramente usando;
pero dimos la vuelta apresurada
temiendo alguna bárbara emboscada. (p. 457)*

Ou, afastado do grupo, por exemplo, quando descreve Tegualda, a filha do cacique Brancol, buscando, durante a noite, entre os mortos, o corpo de seu marido, Crepino, para dar-lhe sepultura:

*No mucho después desto, yo que estaba
con ojo alerta y con atento oído,
sentí de rato en rato que sonaba
hacia los cuerpos muertos un ruido
que siempre al acabar se remataba
con un triste suspiro sostenido,
y tornaba a sentirse, pareciendo
que iba de cuerpo en cuerpo discurriendo. (459-61)*

A súplica da índia é uma parte, na épica, muito sentimental. Ela conta ao poeta/narrador sua infelicidade. Casou-se há um mês e descreve o dia em que se encontrou com Crepino. O lugar muito bonito é uma formosa natureza como apreciam descrever os renascentista. Ali a água do claro Gualebo, um manso rio, descrito pela índia, se assemelha às águas do Tejo, descritos poeticamente por Garcilaso de la Vega. Aparece o tema da liberdade natural e do homem como contemplador da beleza da natureza:

Yo (...)

*ora la agua que el prado atravesaba,
las varias pedrezuelas numerando,
libre a mi parecer y muy segura
de cuidado, de amor y desventura, (p. 463-4)*

O poeta deseja dar imortalidade a Tegalda, igualando a sua fama à de outras tantas mulheres: Judite, Camila, la Fenisa, Dido, Penélope, Lucrecia e outras (p. 475). Acreditamos que é o primeiro canto à mulher americana feito por um europeu.

Essa fusão de mitos, praticada pelo poeta, comparando as qualidades da Índia à de mitos gregos e a de personagens históricos bíblicos e romanos, é uma característica do Renascimento. Durante esse período se manteve uma mais estreita relação com a mitologia que no barroco. Separam o mito da história (e da ciência). A referência a eles é feita de uma forma metafórica e alegórica. Eles se transformam em parábolas ou alegorias. Por essa razão, quando o poeta dormia, Belona lhe aparece e o leva a um campo para lhe dar ânimo guerreiro. A intervenção dos deuses é um espelhar em Virgílio. Haja vista Camões, seu contemporâneo, que, em *Os lusíadas*, põe deuses protegendo Vasco da Gama e Anchieta. Também, no vocativo a Cristo, um nomes divinos (Cristo Rei) a satânicos (Lúcifer) e mitos referentes à natureza greco-latina (Aqueronte, Cérbero, Estige) (p. 143).

O poeta faz do reencontro da índia com o cadáver de seu marido um patético momento (p. 477), o que nos recorda as novelas de cavalaria ou as novelas cavalheirescas do Renascimento italiano.

*mezclando entre las hojas y verdura
el blanco lirio y encarnada rosa,
junquillos, azahares y mosqueras,
azucenas, jazmines y violetas,
Allí las claras fuentes murmurando
El deleitoso asiento atravesaban,
Y los templados vientos respirando
La verde yerba y flores alegraban,
Pues los pintados pájaros colando
Por los copados árboles cruzaban,
Formando con su canto y melodía
Una acorde y dulcísima armonia. (p. 409)*

O homem de sua época, soldado e escritor, está refletido dentro do

poema. Exemplo de versos em que o poeta-narrador está escrevendo, no silêncio de uma noite, num clima bélico, são estes versos: “Aquella noche, yo mal sosegado,/ reposar un momento no podía,/ o ya fuese el peligro o ya el cuidado/ que de escribir entonces yo tenía”, e, também, estes: “en el silencio de la noche oscura,/ en el medio del reposo de la gente,/ queriendo proseguir en mi escritura”, ou estes outros: “se me cayó la pluma de la mano”. Nota-se, também, o estilo renascentista, à maneira de Garcilaso, na presença de deuses pagãos e na descrição da paisagem:

*(...) a do natureza/
con mano liberal y artificiosa
mostraba su caudal y hermosura
en la varia labor maravillosa,
mezclando entre las hojas y verdura
el blanco lirio y encarnada rosa,
junquillos, azahares y mosqueras,
azucenas, jazmines y violetas,
Allí las claras fuentes murmurando
El deleitoso asiento atravesaban,
Y los templados vientos respirando
La verde yerba y flores alegraban,
Pues los pintados pájaros colando
Por los copados árboles cruzaban,
Formando con su canto y melodía
Un acorde y dulcísima armonía. (p. 409)*

A expressão lingüística do épico, devido ao seu caráter narrativo, é o pretérito. Sobre esse gênero, Aristóteles disse que tem métrica uniforme (o hexâmetro, verso de seis pés) e estilo narrativo, sem exigência de tempo definido. Das duas epopéias do Renascimento na América do Sul, que corresponde à Época Colonial, a de Mem de Sá segue os cânones clássicos latinos, contudo, a épica La araucana contém versos de hendecassílabos unidos em oitava real, rima dos poetas do Século de Ouro, mas traz a tradição da objetividade das gestas e um conteúdo de justiça e humanidade.

Ercilla assinala no seu canto épico uma grande admiração pela heroicidade dos araucanos, ainda que cante o valor dos soldados espanhóis, indistintamente:

*(...) el valor, los hechos, las proezas
de aquellos españoles esforzados,
que a la cerviz de Arauco no domada*

O poeta épico canta, ainda, a união dos povos por meio do Cristianismo e a paz que provém da guerra, cuja origem é celeste “na linhagem humana transferida,/quando foi pela fruta reservada/ nossa natureza corrompida”. A paz é uma auxiliar do poder. Ela é, segundo ainda o poeta, “o direito das gentes”, a que ordena, disciplina, conserva a República e mantém as leis:

*Canto el furor del pueblo castellano
con ira justa y pretensión movido,
y el derecho del reino lusitano
a las sangrientas armas remitido;
la paz, la unión, el vínculo cristiano
en rabiosa discordia convertido,
las lanzas de una parte y otra airadas
a los parientes pechos arrojadas. (p. 787)*

No poema épico Mem de Sá, o homem humanista valoriza a natureza e a coloca participante da história, personalizando-a. Damos como exemplo o momento em que o herói morre: “A praia tremeu à sua queda”. Ele vê na natureza um modelo ideal de vida e, por isso, compara o homem com o animal, superando este àquele. Exemplos:

- 1 “*mais feroz do que o tigre, mais voraz do que o lobo,/ mais assanhada que o lebréu, mais audaz que o leão,/ saciava o ávido ventre com carnes humanas*” (p. 93)
- 2 “*(...) temem/ cada qual pela própria sorte: como num bando de pombas,/ quando cruel gavião arrebatava uma nas garras aduncas,/ as outras em debandada se escondem nos ninhos*” (p. 131)
- 3 “*proíbes aos índios as guerras? (...)/ que deixe de comer carne humana/o bárbaro que dela gosta? Podem os tigres viver sem a preia/ e os leões ferozes deixar de espedaçar os novilhos/ e os lobos perdoar às mansas ovelhas/ Antes deixará/ a baleia de encher de peixes o bojo no vasto oceano,/ antes deixará o gavião, em vôo audacioso librado no espaço,/ de raptar tímidas aves, e a águia real de garras aduncas/ de levantar às alturas em revoada a lebre cativa:/ do que deixarem os brasos de devorar carnes humanas.*”

Às vezes se igualam os homens aos animais em suas atitudes. Um

exemplo ocorre quando compara uma batalha dos índios ao acasalamento das baleias nas costas brasileiras (p. 161) ou quando mostra a fuga dos derrotados, e os compara à ovelhas perseguidas por leão faminto. (p. 165) Outras vezes, a natureza participa da história e se personaliza. Vejamos quando ela sente a morte do herói: “A praia tremeu à sua queda”. Ou quando o poeta dela se apropria para mostrar a natureza humana, comparando-as:

*Já agora os campos do Brasil se cobrem de flores
formosas, nem mais se confiam a areal as sementes,
mas a terra vencida pelo trabalho do arado,
regada por chuvas generosas, aquecida por raios
do Sol divino, em profusão dá-lhes seus frutos.
Fugiu o áspero inverno, fugiram as frias geadas
aos ardores do sol, e os peitos de pedra em seu gelo
já se não obstinam: almas de feias culpas manchadas
limpam-se e inflamam-se. Friezas de outrora são chamadas
de amor de Deus. Tal qual o inverno se afasta embuçado
em seu manto de brumas, quando começa na terra
a soprar com seu murmúrio amigo a brisa mimoso,
e o sol com seu brando calor a superfície lhe afaga: (p. 149)*

As descrições bélicas são poeticamente convincentes:

*(...) O brilho sinistro das armas/ invade o rio. Branquejam as
águas da espuma dos remos,/ saem-lhe ao caminho correndo os
cruéis inimigos/ em chusmas; uns arrojaram da terra chuvas de
setas,/outros coalham as águas de igaras ligeiras/ e de perto
esticam os fortes arcos. Voam zunindo/ de toda a parte flechas em
profusão, gemem os arcos/ ao romper da seta emplumada, silvam
os ares/ à passagem das flechas, aturdindo os ouvidos dos bravos.*

Anchieta destaca um herói, “o piedoso Mem de Sá”, que, em uma terra conquistada por ele, “trabalho esforçado dos lusos” (p. 199), desejou “ver adorado o Senhor do céu, do mar e da terra/ e venerado nas plagas do sul o nome de Cristo”. Para isto se deviam impor as “(...) leis aos índios que vivem quais feras/ e refrear seus bárbaros costumes(...) e não permitir que movidos... de gula infrene bebam o sangue fraterno,/ nem mais se violem os santos direitos da mãe natureza/ e as leis do Criador.(...)” (p. 131) Essa é a idéia do pecado e o conceito de pecado é muito forte no Renascimento. Ele afasta o homem de Deus, provocando um pecado absoluto.

O poeta apresenta a força do poder do braço português no desejo de modificar os costumes:

*Os triunfos obtidos do feroz inimigo, agora domado,
picaram de júbilo o peito de todos, num alvoroço
de paz suave. ... (p. 169)*

Contudo, o poeta, religioso, mostra piedade pelos índios, desculpando as suas faltas, indicando como causa da ausência do estado de graça o estado de pecado original, “manchados não por crimes próprios, mas só pela culpa/ do primeiro Pai e por isso sujeitos ao império da morte.” (p. 147)

Aclaramos que evitar a antropofagia, impor uma nova cultura e um novo culto sagrado, fazendo do diverso o uno, era o desejo não só de Mem de Sá, mas de todos os renascentistas, logo era o pensamento de Anchieta.

Como a todo ideal humano acompanha um ideal de sociedade, nessas obras observa-se o reflexo da filosofia de vida do homem renascentista europeu, se bem que se harmonizem de uma maneira poética o europeu e o americano, antecipando o fenômeno étnico que dá origem ao povo latino-americano.

Dos araucanos, Ercilla destaca alguns valentes caciques: Caupolicán, o forte, Tucapel, o audaz, Cayocupil, Lincoya e outros mais, para que não haja perda, segundo ele, de memória de seus nomes. Contudo, não destaca os soldados espanhóis como personificação da raça hispânica.

Ercilla aponta as diferentes opiniões. Assim, se na visão do espanhol os araucanos eram valentes, bizarros, “bárbaros notables”, de “fiero aspecto y término intratable” (p. 765), para os araucanos os espanhóis eram “barbudos crueles y terribles/ del bien universal usurpadores,/ son fuertes, poderosos, invencibles,/ y en todas sus empresas vencedores,/ arrojan rayos con estruendo horribles,/ pelean sobre animales corredores,/ grandes, bravos, feroces y alentados,/ de solo el pensamiento gobernados.” Essa opinião do índio não deixa de ser uma glorificação narcisista do próprio poeta renascentista. É uma oportunidade de valorizar o conquistador espanhol.

Anchieta, na epístola que introduz a epopéia, uma espécie de prólogo, faz uma dedicatória a Mem de Sá por ter ele conseguido a paz entre os que semeavam a guerra, por ter construído templos do Senhor e por ter mudado ferozes costumes de sangrentos rituais. Termina dizendo que a atitude cristã “guerreira” do Governador o levará ao “fulgurante templo do firmamento azul” (p. 89) a receber a eterna coroa. Termina com a invoca-

ção: “vive pois feliz, governando as plagas brasílicas/ numa estrada de glória que teus vindouros sigam,/ para que Cristo expulse o tirano infernal, das terras do sul/ e nelas implante o seu reinado eterno.” (p. 89) Neste canto de louvor a Mem de Sá, o poeta o nomeará “justiceiro de Deus”, aquele que subjuga os inimigos.

A obra está dividida em quatro partes, ou livros. Começa a epopéia, propriamente dita, com uma glorificação a Deus. À semelhança de um monge medieval do Mester de Clerecia, o narrador dos feitos de Mem de Sá declara o seu ofício, o de celebrar em verso as “magnas empresas do Pai Celeste, o que ilumina as regiões pagãs brasileiras”. Depois o poeta pede a Jesus luzes para a sua mente com estas palavras: “Fecunda meu coração de copioso orvalho e derrama sobre mim fontes vitais, onda de vida.” (p. 91-2)

Anchieta se limita a cantar louvores ao Governador e aos soldados europeus, todavia, Ercilla canta os “esforzados hechos” dos espanhóis, não deixando, contudo, de cantar os também notáveis procedimentos dos araucanos, apresentando-se como justiceiro e humanista, pois valoriza o natural e sobreleva a fama. Segundo ele, engrandecendo o vencido eleva-se o vencedor.

Anchieta, de acordo com uma percepção jesuítica do mundo, ao mesmo tempo renascentista, tem uma intuição do mundo, marcadamente, maniqueísta. De um lado, estão os cristãos europeus (Mem de Sá, os portugueses), os civilizados, e do outro os idólatras e antropófagos nativos (p. 93), rendidos ao jugo do tirano infernal, levando uma vida vazia de luz divina, enganados, como “os nossos primeiros pais”, pelo rei dos infernos. Para estes, Deus onipotente, misericordioso destinaria um herói vingador que, como o arcanjo Miguel, expulsaria as discórdias, acabando com as horrendas guerras. Ele veio em uma esquadra e âncora em todos os santos. O poeta narra e descreve. E ao descrever o herói épico, pinta-o como cristão, cheio de muita fé, extraordinária coragem e de muita nobreza. Do seu físico diz: “superiores aos anos,/ ornam-lhe o rosto barbas brancas e majestosas:/ alegres as feições, sombreadas de senil gravidade,/ vivos os olhos, másculo o arcabouço do corpo,/ frescas ainda, como de moço, as forças de adulto.” Do seu caráter diz: “Muito mais excelente é a alma: pois lha poliram/ vasta ciência, com a experiência longa do mundo,/ e a arte da palavra bela. Arraigado no seio traz um amor de Deus, santo, filial, verdadeiro/e a fé de Cristo desmentida. No peito,/ incendiado pelo sopro divino, ferve-lhe o zelo/ de arrancar as almas brasílicas às cadeias do inferno.” (p. 94-5)

Mesmo sobrepondo os valores cristãos europeus aos costumes dos povos de, como diz o poeta, “ (...) regiões “brasílicas”, há passagens que assinalam a força guerreira dos tamoios. É claro que, quando se eleva o

inimigo, engrandece-se a vitória. E o poeta sabe disso muito bem. Por isso descreve os guerreiros nativos como “fera tribo” que “inúmeros danos causa por toda parte, talando as culturas em fruto/ e arrebatando os homens.” Mas reprova o costume tamoio da antropofagia: “Afastam-se altivos com a presa/ e fartam de sangue humano os ávidos ventres. /Eis que se ajuntam, vindos de várias paragens,/ em mangotes cerrados, para arruinar para sempre/ as aldeias cristãs, ferve-lhes nas veias a raiva/ a louca paixão da guerra e o apetite da carne/ humana, batem os corações em fúrias amentes.”

Concluimos dizendo que, europeus, contemporâneos e espanhóis, ainda que vivendo na América do Sul, estes dois escritores renascentistas têm diferentes pontos de vista a respeito do homem nativo americano. Um como poeta e soldado do Rei, outro como poeta e sacerdote, soldado de Deus. Os dois poemas são fontes históricas para conhecimento de costumes dos nativos, de ritos, adornos e armas, de acontecimento histórico e de situações bélicas na América do Sul.

Ercilla y Anchieta, respectivamente, destacam heróis nativos: Caupolicán y Cururupeba.

Ercilla não aprova a maneira indigna de os espanhóis executarem o chefe araucano Caupolicán, “o forte” a quem obedecia toda Pilmaiquén. (p. 62) Denuncia o poeta que, mesmo batizado, isto é, fazendo-se cristão (p. 746), deram-lhe uma morte indigna de cristão e guerreiro. Condenado à morte, espetaram-no num pau e o flecharam: “(...) cien flechas quedó pasado el pecho,/ por do aquel gran espíritu echó fuera,” (p. 749) e o poeta diz que estava ausente, nessa ocasião, porque “a la nueva conquista había partido/ de la remota y nunca vista gente;/ que si yo a la sazón allí estuviera,/ la cruda ejecución se suspendiera”. (p. 749) Ercilla se enternece com o que chama “bárbaro caso referido”. Ele destaca a coragem e a dignidade do herói araucano que, descalço, sem o adorno na cabeça, arrastando duas pesadas correntes, com uma corda no pescoço e um grosso nó, sendo por ela puxado pelo verdugo, subiu pela escada do cadafalso “tan desenvuelto/ como si de prisiones fuera suelto.” (p. 747)

Anchieta não vê heroicidade no herói “tamoio” Cururupeba. Ele o ridiculiza, engrandecendo apenas o valor dos portugueses e de Mem de Sá:

*O braço valente dos cristãos lançou-te por terra
embora grande multidão dos teus te cercasse,*

.....
*(...) a alma do grande herói firmada na força divina,
não obstante o receio da maior parte do vulgo,
resolve impor justo freio ao furor dos selvagens, (p. 129)*

Ajudados por Deus que, lembra o poeta, acalma as ondas do mar tempestuoso, refreia a soberbia de Cururupeba, o “Sapo Espalmado”, os soldados portugueses aprisionam o índio no seu próprio esconderijo. Porém, a luta pela liberdade do índio e sua atitude indefesa, o poeta descreve sem compaixão. Há, apenas, um rigoroso zelo religioso de dar morte ao ímpio:

*Tal o sapo escondido na cova, enchendo a pele e a bocarra,
Parece ameaçar morte cruel com a baba empestada,
E mal do buraco o tiram com a mão, desaparecem
Os sinais da raiva e deixa-se arrastar impotente. (p. 129)*

O critério rigoroso de Anchieta, além de colocá-lo dentro da filosofia da Companhia de Jesus e da de um homem de sua época, apregoava que o indivíduo em pecado não tinha nenhuma reparação, já que os homens são responsáveis pelos seus atos.

Não se pode negar que esses dois espanhóis, um nas terras brasileiras, outro nas terras chilenas, ficaram cativos da América do Sul. Suas obras são testemunhas desse cativo afetivo. Mas como a literatura tem a função de conduzir o leitor à reflexão, pode-se observar, nessas obras, a transformação da América em simulacro do original. Batizados os índios, modificaram-se os rituais e, impostas as suas leis, os conquistadores transformaram a América em cópia, apagando-a de sua origem. A miscigenação lingüística e religiosa afeta os dois sistemas: o do conquistador e o do conquistado, o do dominador e o do dominado. A congregação dos dois em um outro fez a América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- ANCHIETA S. J., Pe. José de. De Gestis Mendi de Saa. Poema épico. In: Obras completas. Introd., versão e notas do Pe. Armando Cardoso, S.J. São Paulo, Loyola, 1986. v. 1.
- ERCILLA, Alonso de. La araucana. Buenos Aires, Emecé, 1945. v. 2. 812 p.
- HELLER, Agnes. El hombre del Renacimiento. Barcelona, Ediciones 62, 1980. 458 p
- KAYSER, Wolfgang. Interpretación y análisis de la obra literaria. 4. Ed. Madrid, Gredos, 1965. p. 460-79.
- VALBUENA PRAT, Ángel. Historia de la literatura española. 6. Ed. Barcelona, Gustavo Gil, 1960. P. 736-64, v. 1

NOTAS

- 1 VALBUENA PRAT, A. P. 754.
- 2 Os poemas épicos de carácter culto, destinados não ao canto, mas à recitação, sob a preceptiva aristotélica, são modelos na época Clássica Romana, A Eneida de Virgílio, a Farsália de Lucano, no Renascimento italiano, seguindo a tradição clássica, Orlando Furioso de Ariosto e Jerusalém libertada de Tasso, em Portugal, Os lusíadas, de Camões, na Espanha, La araucana, de Ercilla, no Brasil, Feitos de Mem de Sa: Governador do Brasil, de Anchieta. Pode-se acrescentar, ainda, no Brasil do século XVIII, a épica Uruguai (1769) de José Basílio da Gama, porque, pela sua temática, podemos colocá-la como precursora do Romantismo no Brasil.

A HISTÓRIA E A LITERATURA: ENCENAÇÕES DA REALIDADE

FRANCISCO AURELIO RIBEIRO

E que é a História? O que é a Literatura? Que relações possui uma com a outra?

Segundo Foucault, a História é a primeira e a mãe de todas as ciências do homem, e é tão velha, talvez, quanto a memória humana. Para ele, desde os confins da idade grega exerceu ela na cultura ocidental um certo número de funções maiores como: memória, mito, transmissão da Palavra e do Exemplo, veículo da tradição, consciência crítica do presente, decifração do destino da humanidade, antecipação do futuro ou promessa de um retorno.

Foucault reconhece, ainda, duas concepções da História: uma, até o século XIX, em que se concebia uma grande história plana, uniforme, que teria arrastado, num mesmo fluir, numa mesma queda ou ascensão, todos os homens, animais e coisas. A partir do século XX, essa unidade é vista fraturada pela descoberta de uma historicidade própria à natureza; pôde-se mostrar que atividades tão singularmente humanas, como o trabalho ou a linguagem, detinham, em si mesmas, uma historicidade que não podia encontrar seu lugar na grande narrativa comum às coisas e aos homens. Há uma atenção maior à história humana, abandonando a idéia de uma ordem ou de um plano contínuo do tempo. O ser humano não tem mais história: porque fala, trabalha e vive, acha-se imbricado em histórias.

Com o século XIX, cessou a pura crônica de acontecimentos, a simples memória de um passado povoado somente de indivíduos e de acidentes, e buscaram-se as leis gerais do devir. O que vem à luz é uma forma nua da historicidade humana — o fato de que o homem, enquanto tal, está exposto ao conhecimento. Portanto, o homem histórico é o homem que vive, trabalha e fala, e todo conteúdo da História, qualquer que seja, concerne à Psicologia, à Sociologia ou às ciências da linguagem. Michel de Certeau

Francisco Aurelio Ribeiro é professor-doutor do departamento de Letras da UFES. Escritor, poeta e crítico, integra o IHGES e a Academia Espírito-santense de Letras.

assim se refere a ela: “a História não é científica (...). É uma mistura, é ficção científica, em que a narrativa apenas tem a aparência do raciocínio, mas que também não é menos circunscrita por controles e possibilidades de falsificação.”

Etimologicamente, os termos História e Literatura se confundem: ambas são narração de fatos das vidas dos povos, dos indivíduos, das sociedades e tiveram sua origem na oralidade. Se História é “conjunto de conhecimentos adquiridos através da tradição e ou por meio de documentos, relativos à evolução, ao passado da humanidade” (Dicionário Aurélio), o termo “estória” para se referir à ficção como mentira é um antagonismo que não precisaria existir. Não temos na história de nossa cultura latino-tropical a rígida concepção anglo-saxônica dos conceitos de espaço, tempo e lugar. Literatura, enquanto narração ou sensação, também é História. O que a difere desta, como ciência, é o uso da linguagem. Enquanto a Literatura é arte e o que define é o uso estético da linguagem, a História, enquanto ciência, possui como critério a Verdade. Mas o que é a Verdade? Para nós, estudiosos ou fazedores de Literatura, é a ficção. E, nessa ficção, podemos encontrar, sob forma alegórica ou paródica, estilizada ou parafrástica, a Verdade que a História, mestra a serviço de seu Diretor, o Poder, insiste em nos omitir, distorcer ou disfarçar.

Na literatura feita no Espírito Santo, nos últimos anos, a história capixaba tem sido pretexto, pano de fundo, cenário, ou mesmo personagem, de uma série de obras literárias publicadas nas últimas décadas. Poderíamos citar, de Renato Pacheco: *A oferta e o altar*, 1979; *Fuga de Canã*, 1981; *Reino não conquistado*, 1984 e *Vilão farto*, 1992. De Luiz Guilherme Santos Neves: *Queimados*, 1977; *As chamadas na missa*, 1985; *A nau decapitada*, 1982. De Miguel Depes Tallon: *Marília* (Vera Cruz), 1992. De João Felício dos Santos: *Benedita Torreão da sangria desatada*, 1983. De Antônio Carlos Neves: *Outra vez a esperança*, 1982. De Neida Lúcia Moraes: *O mofo no pão*, 1994 e *O sentido da distância*, 1997. De Adilson Vilaça: *Albergue dos Querubins*, 1995; *Sob as dunas*, 1996; *O lugar das conchas*, 1997 e *Cotaxé*, 1997. De Bernadette Lyra: *A panelinha de breu*, de 1992 e *Memória das ruínas de Creta*, de 1997. Portanto, são quase vinte obras, num período de menos de vinte anos.

O que faz a Literatura apropriar-se tão amiúde do discurso histórico, para com ele dialogar tão proximamente? Em primeiro lugar, o diálogo estabelecido entre os dois é, sobretudo, crítico. O texto literário, por não pretender ser “verdadeiro”, encena a realidade. Ele não pretende conter ou ser uma verdade, embora acabe sendo. Na vida, “tu e eu temos papéis a representar”, diz-nos um dos narradores de *A panelinha de breu*, como se estivesse referindo à relação literatura-história. Narradores e narrados,

personagens e leitores, fazem parte da trama textual, constituindo o tecido das histórias da humanidade, grados pelos textos ficcionais, as “panelinhas de breu” que, metáforas da criação artística, são jogadas ferventes sobre os colonizadores, muitas vezes, a historiografia oficial, quando se pretende ciência.

A Literatura, como o Teatro e o Cinema, são Artes da contemporaneidade, pois encenam o real, mais que a mimetizam, reinventando vidas, tornando-se arquétipos da memória coletiva. Nelas, diferente da História, não há pessoas, mas “personas”, máscaras. Estas interpretam suas histórias, no palco da vida e, como nas “mil e uma noites”, “duram mais que os homens”. Os textos literários dialogam com todas as possibilidades de se contar/ouvir histórias, na atualidade. O leitor, virtual ou real, torna-se um preso nos encantamentos do texto, sendeiros borgeanos e, na narrativa, espelho que nos reflete e o mundo em que estamos. O que é real? Tudo é ficcional, Literatura. Tudo são histórias. Somos personagens de um mundo absurdo, posto que sonhado. “O único animal fantástico é o homem”, nos diz Sartre. A Literatura é o sonho fantástico do homem.



A QUESTÃO DA IDENTIDADE CAPIXABA: SUA PROJEÇÃO NO IMAGINÁRIO DA LITERATURA CAPIXABA

FRANCISCO AURELIO RIBEIRO

1 - INTRODUÇÃO

Com seus 46.000 km² e 2.800.000 habitantes, o Espírito Santo é pequeno em relação ao Brasil, os 23^o em extensão territorial, embora ocupe uma posição estratégica no espaço brasileiro, na periferia oriental da região mais importante do Brasil: a Sudeste. E essa é a primeira marca de nossa identidade: estamos na periferia dos grandes centros, cercados por vizinhos poderosos (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia), que nos sufocam com sua forte cultura (ser “mineiro”, “baiano” ou “carioca” são marcas ostentadas com orgulho por seus habitantes, que acentuam seus dialetos próprios nos seus “uai, sô” e “trem bão”; “mainha” e “painho”) e nos deixam, aparentemente, sem identidade própria. Em princípio, ser capixaba seria não ter essas marcas.

O que é, então, ser “capixaba”? Quem somos? Ou por que somos assim? Por estarmos na periferia das regiões mais desenvolvidas e por sermos um elo de ligação entre essa região (Rio de Janeiro e São Paulo, mais específica(da)mente) e o Nordeste, ou por outras razões culturais que vamos tentar buscar, a cultura capixaba pode ser caracterizada como um entrelugar entre dois Brasis (o desenvolvido e “europeu” e o subdesenvolvido e “africano” ou “latino”). A cultura capixaba pode ser, hoje, melhor entendida pelo seu caráter híbrido e pelos seus contrastes: os estudiosos da cultura negra afirmam que mais da metade da população capixaba é de origem africana; os da cultura italiana afirmam que 70% da população capixaba é de origem italiana; e de índios, quantos somos? Se houvesse estudiosos desses bravos habitantes primitivos da Terra, que nos deram o nosso próprio gentílico “capixaba” (do tupi= “Kapi’xawa”, terra de plantação, roça), ou se fôssemos fazer algum teste sanguíneo para comprovar

Francisco Aurelio Ribeiro é professor-doutor do departamento de Letras da UFES. Escritor, poeta e crítico, integra o IHGES e a Academia Espírito-santense de Letras.

nossa origem, certamente grande parte da população capixaba seria descendente dos bravos botocudos, dos “vis” aimorés, dos “gentios” puris, temiminós, tupiniquins, uatus, tamoios, goitacazes, pojichás, prokanes, que habitavam todo o Espírito Santo, na época da invasão dos portugueses, no século XVI.

O que é ser capixaba, hoje? Em primeiro lugar, **não** ser carioca, mineiro ou baiano; em segundo lugar, ser um pouco carioca, mineiro ou baiano. Gostar de moqueca e de polenta; de roque e de congo (rocongo?); ser alemão em Santa Leopoldina; italiano em Santa Teresa ou em todos os santos e santas que nomearam municípios, distritos e igrejas capixabas; ser negro em São Mateus; índio em todo o litoral; ser devoto de Nossa Senhora da Penha e, na “romaria dos homens”, tomar todas em louvor à santa; ir à missa ao convento e ao terreiro de umbanda; festejar Iemanjá e São Benedito; sair nas folias de reis ou com o ticumbi; exportar para o estrangeiro ferro, manganês, café e celulose; importar automóveis; ter um Ruschi, que defende as florestas com a própria vida e um Grecco que as destrói, sem o menor remorso; ter os maiores rios da região Sudeste (Doce, Itapemirim, São Mateus) e áreas desertificadas como as do Nordeste (e vamos para a Sudene!); exportar para o Rio nossos maiores valores artísticos, para que o Brasil todo os conheça: Roberto Carlos, Rubem e Newton Braga, Nara Leão, Maísa, Carlinhos de Oliveira, Elisa Lucinda; ser a terra do chocolate e importá-lo da África (com o fim das matas, acabaram-se os cacauzeiros); em lugar das grandes florestas que cobriam o Espírito Santo até o século XX, plantamos os cafezais, os coqueiros, os mamoeiros, os eucaliptos, a pimenta-do-reino e os pastos que, aos poucos, vão-se transformando em desertos. E os rios secam. E as indústrias proliferam. As praias estão poluídas. (Vamos atrás de recursos para despoluir a baía de Vitória!) Sermos os campeões nacionais na fabricação do *aedes egipti*, o mosquito da dengue, e não recebermos um tostão do Ministério da Saúde para seu combate, diferente de dezesseis outros Estados brasileiros.

Podemos encontrar marcas dessa cultura capixaba na literatura escrita no Espírito Santo, desde o século XVI, quando os portugueses e espanhóis aqui aportaram. É o que procurarei fazer através de análises dessa historiografia literária. Acredito que o imaginário do ser capixaba pode ser visto através do entrecruzar do discurso ficcional e do histórico, desde a sua origem, com os textos da época do “descobrimento”, os relatos dos viajantes e dos jesuítas, aos contos, poemas e romances da Modernidade.

2 - A LITERATURA DO ESPÍRITO SANTO: DO SÉCULO XVI AO XIX

A Literatura do Espírito santo inicia-se com a *Carta Foral do rei Dom João II*, escrita por Pero de Mesquita, em Évora, Portugal, em 7 de outubro de 1534. Ela assim se inicia:

“Dom João... a quantos esta minha carta virem faça saber que eu fiz doação e mercê a Vasco Fernandes Coutinho, Fidalgo de minha casa, da Capitania de cincoenta léguas de terra na minha costa do Brasil para ele e todos os seus filhos, netos e herdeiros e sucessores, de juro e de herdade para sempre segundo mais inteiramente é contido e declarado na carta de doação que da dita terra lhe tenho passada; e por ser muito necessário haver ali jornal dos ditos fotos e tributos e coisas que se na dita terra hão de pagar, assim do que a mim e a coroa dos meus Reinos, pertence, como as que pertencem ao dito capitão, por bem de dita doação. Eu... houve por bem de mandar ordenar e fazer o dito foral na forma e maneira seguinte:...
(PMVV, 23/-5/1974)

E assim vai o escrivão traçando o que era permitido ao donatário e o que era do rei: 1) **Sesmarias**: as terras serão dadas em troca do dízimo de tudo que “nas ditas terras houver”; 2) **Quinto**: sobre todos os minerais descobertos pagar-se-á um **quinto** ao rei; 3) **Especiarias**: todas pertencem ao rei, mas o pau (do) brasil poderá ser aproveitado pelos moradores, “não sendo em o queimar, porque queimado incorrerão nas sobreditas penas” (degredo para a ilha de São Tomé); 4) **Pescado**: deveriam pagar a dízima (dez peixes) à ordem de Cristo e meia dízima (vinte peixes) ao capitão-mor; 5) **Exportação**: é livre a importação e exportação de quaisquer bens, exceto escravos; 6) **Comércio**: os navios que trouxeram mercadorias e bem os já descritos do reino deverão trazer certidões de direitos já pagos; ao saírem com os produtos, pagarão a dízima das mercadorias que levarem; 7) **Comércio**: os navios estrangeiros pagarão dízimas na chegada e na saída, ficando o capitão com a redízima; 8) **Munições**: é livre a posse e o comércio de mantimentos e munições; 9) **Comércio com os índios**: é proibido para os que vierem de fora e permitido ao capitão e povoadores da capitania (quem o fizer será punido com a perda do dobro da mercadoria, que será repartida em três partes: uma para o rei; outra para o acusador e outra para a Igreja); 10) **Carregamento**: só com licença do capitão; 11) **Comércio entre as capitánias**: é livre entre os capitães e os moradores; 12) **Comércio com os índios**: é proibido aos vizinhos, feitores ou quem viver com alguma pessoa estrangeira, mesmo que sejam cristãos; 13)

Alcaides: são os responsáveis pelo recolhimento dos tributos do rei; 14) **Barcagem:** é permitida ao capitão, que cobrará pelo serviço; 15) **Tabeliães:** pagarão quinhentos réis por ano de pensão ao capitão-mor; 16) **Serviço militar:** é obrigatório a todos em tempo de guerra, se o capitão convocar.

Todo um conjunto de leis, normas, direitos e deveres é traçado pela *Carta foral do rei Dom João III*, o que constitui a certidão de nascimento do povo capixaba. Vasco Fernandes Coutinho aporta, com sua caravela *Glória*, em sua capitania, no dia 23 de maio de 1535. Como era dia dedicado à Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, o nome escolhido para a capitania foi o de *Espírito Santo*. Com ele, vieram sessenta pessoas, dentre as quais, dois fidalgos, D. Jorge de Menezes e Simão Castelo Branco que, segundo Gabriel Soares de Souza, vieram “por mandado de S. A. cumprir suas penitências a estas paragens.” Ambos pereceram na luta contra os indígenas. (In: *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 5 ed. São Paulo, CEN; Brasília, IN2, 1987, p. 22)

Vasco Fernandes Coutinho teve muitas dificuldades, tanto com os companheiros que trouxera quanto com a resistência que lhe impuseram os índios. A floresta de restinga, que fazia parte da Mata Atlântica, chegava até a praia e era toda habitada por milhares de indígenas, os tupinambás, de várias tribos: aimorés ou coroados, goitacazes e tamoirós. Pouco registro histórico ficou desse início de colonização. O que se sabe é o que relatam os viajantes do século XVI, os documentos dos jesuítas vindos com o segundo Governador Geral, em 1549, e o imaginário.

É nas brumas do histórico que o discurso ficcional se instaura. A busca de uma identidade capixaba, no século XX, retorna ao início da colonização portuguesa para recriar aquele tempo e a luta titânica de Vasco Fernandes Coutinho contra as forças da natureza e sua tentativa inútil de implantar aqui a civilização que conhecia. Quando Tomé de Souza veio, em 1549, instalar o governo geral, trouxe, também, a incumbência de pacificar e reformar a Capitania do Espírito Santo, que se achava “alevantada”. Como diziam os primeiros visitantes, o Espírito Santo era a melhor capitania e era, também, a mais arruinada. Este parece ser o nosso atavismo: ser pobre no meio de tanta riqueza... E a literatura bebeu nessa fonte, dessa mitologia *predestinatória*, para recriar nossa civilização. Renato Pacheco, historiador e romancista contemporâneo, recria em seu *Vilão farto*, publicado em 1990, ficcional e historicamente, a vida do infeliz primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, Dom Vasco Fernandes Coutinho. Segundo frei Vicente do Salvador, *Vilão farto* era a forma carinhosa com que Dom Vasco tratava sua Capitania, pela abundância de terras, águas e bens que nela havia. Com o mesmo intuito de recontar “a vida nos primeiros tempos do Brasil colonial.” Renato Pacheco publica, também, para jo-

vens e infantes, em 1997, *Eu vi nascer o Brasil*, a história romanceada de Vasco Coutinho, uma narrativa em primeira pessoa (“Meu nome é Vasco Fernandes”), misturando Ficção e História, lenda e realidade, aventura e romance. Um grande projeto cinematográfico anuncia-se para os próximos dias: a filmagem de *O donatário*, baseado na vida de Dom Vasco. Vamos aguardar para ver como será o enfoque, mas já podemos prever que o ficcional vencerá o documental.

Também outro escritor contemporâneo, o jornalista Adilson Vilaça, o mais literato dos de sua geração, publica, em 1995, o romance *Albergue dos querubins*, um dos mais bem escritos romances que objetivam ficcionalizar a formação do povo capixaba. O seu primeiro núcleo, *Sob as dunas*, veio a transformar-se num romance independente, com o mesmo título, publicado em 1996, e ficcionaliza aqueles idos do século XVI. Nele, conta-se a história de Peregrino Rosário, nome cristão de um índio guarani, rebatizado “Tiquaam” (=jornada longa e difícil), que foge para o norte do Espírito Santo. De uma de suas descendentes, batizada Bela Natividade por um padre jesuíta, que por ela se apaixona, nasce José Natividade de Jesus, que herda os ofícios do pai e as crenças da mãe. Anúncio Natividade de Jesus, um pescador seu descendente, casa-se com Pequena Rosário, com quem teve oito filhos, dentre os quais Bela Natividade, a primogênita. Chamou-a o pai de “Meamirim” (= minha pequena), nome reduzido para Mirim, na cidade de Vitória, capital do Estado, para onde viera como tantos capixabas, nos anos 70, em busca de melhores dias. Mais uma vez, a busca da origem capixaba é o fruto literário do imaginário sobrepujando o histórico.

Sobre o século XVI, ficaram os relatos de visitantes e jesuítas e muita imaginação:

“A Capitania do Espírito Santo está a cinqüenta léguas do Porto Seguro em vinte graus, da qual é capitão e governador Vasco Fernandes Coutinho. Tem um engenho somente, tirava-se dele o melhor açúcar que há em todo o Brasil. Pode ter até cento e oitenta vizinhos. Há dentro da povoação um mosteiro de padres da Companhia de Jesus. Tem um rio mui grande onde os navios entram, no qual se acham peixes-bois que nenhum outro rio desta costa. No mar junto desta Capitania matam grande cópia de peixes grandes e de toda maneira e também no mesmo rio há muita abundância deles. Nesta Capitania há muitas terras e mui largas onde os moradores vivem mui abastados assim de mantimentos da terra, como de fazendas. E quando se tomou a fortaleza do Rio de Janeiro desta mesma Capitania do Espírito Santo sustentaram toda a gente e

vens e infantes, em 1997, *Eu vi nascer o Brasil*, a história romaneada de Vasco Coutinho, uma narrativa em primeira pessoa (“Meu nome é Vasco Fernandes”), misturando Ficção e História, lenda e realidade, aventura e romance. Um grande projeto cinematográfico anuncia-se para os próximos dias: a filmagem de *O donatário*, baseado na vida de Dom Vasco. Vamos aguardar para ver como será o enfoque, mas já podemos prever que o ficcional vencerá o documental.

Também outro escritor contemporâneo, o jornalista Adilson Vilaça, o mais literato dos de sua geração, publica, em 1995, o romance *Albergue dos querubins*, um dos mais bem escritos romances que objetivam ficcionalizar a formação do povo capixaba. O seu primeiro núcleo, *Sob as dunas*, veio a transformar-se num romance independente, com o mesmo título, publicado em 1996, e ficcionaliza aqueles idos do século XVI. Nele, conta-se a história de Peregrino Rosário, nome cristão de um índio guarani, rebatizado “Tiquaam” (=jornada longa e difícil), que foge para o norte do Espírito Santo. De uma de suas descendentes, batizada Bela Natividade por um padre jesuíta, que por ela se apaixona, nasce José Natividade de Jesus, que herda os ofícios do pai e as crenças da mãe. Anúncio Natividade de Jesus, um pescador seu descendente, casa-se com Pequena Rosário, com quem teve oito filhos, dentre os quais Bela Natividade, a primogênita. Chamou-a o pai de “Meamirim” (= minha pequena), nome reduzido para Mirim, na cidade de Vitória, capital do Estado, para onde viera como tantos capixabas, nos anos 70, em busca de melhores dias. Mais uma vez, a busca da origem capixaba é o fruto literário do imaginário sobrepujando o histórico.

Sobre o século XVI, ficaram os relatos de visitantes e jesuitas e muita imaginação:

“A Capitania do Espírito Santo está a cinqüenta léguas do Porto Seguro em vinte graus, da qual é capitão e governador Vasco Fernandes Coutinho. Tem um engenho somente, tirava-se dele o melhor açúcar que há em todo o Brasil. Pode ter até cento e oitenta vizinhos. Há dentro da povoação um mosteiro de padres da Companhia de Jesus. Tem um rio mui grande onde os navios entram, no qual se acham peixes-bois que nenhum outro rio desta costa. No mar junto desta Capitania matam grande cópia de peixes grandes e de toda maneira e também no mesmo rio há muita abundância deles. Nesta Capitania há muitas terras e mui largas onde os moradores vivem mui abastados assim de mantimentos da terra, como de fazendas. E quando se tomou a fortaleza do Rio de Janeiro desta mesma Capitania do Espírito Santo sustentaram toda a gente e

proveram sempre de mantimentos necessários enquanto estiveram na terra os que defendiam.” (GANDAVO, Pero de M. Tratado da Terra do Brasil. Publicado em 1576.)

São, ainda, palavras de Gandavo, falando sobre a Capitania do Espírito Santo: “... é esta a mais fértil Capitania, e melhor provida de todos os mantimentos da terra que outra alguma que haja na costa.” (In: *História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1980, p. 91)

E Fernão Cardim: “esta Capitania do Espírito Santo é rica de gado e algodões. Tem seis engenhos de açúcar e muitas madeiras de cedros e paus de bálsamo, que são árvores altíssimas: picam-se primeiro e deitam um óleo suavíssimo de que fazem rosários, e é único remédio para feridas. A vila é de Nossa Senhora da Vitória; terá mais de 150 vizinhos, com seu vigário. Está mal situada em uma ilha cercada de grandes montes e serras, e não fora um rio muito formoso que lhe corre pelo pé, ainda fora mais ‘manencol(on)izada’ do que é, porque pouco mais vista terá que a do rio.” (In: *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, 1583)

Gabriel Soares de Sousa, em seu *Tratado descritivo do Brasil*, em 1587, relata toda a luta dos primeiros habitantes contra os índios e a tentativa inútil de Vasco Fernandes Coutinho para colonizar sua capitania, concluindo: “No povoar desta Capitania gastou Vasco Fernandes Coutinho muitos mil cruzados que adquiriu na Índia, e todo o patrimônio que tinha em Portugal, que todo para isso vendeu, o qual acabou nela tão pobrememente, que chegou a darem-lhe de comer por amor de Deus, e não sei se teve um lençol seu, em que o amortalhassem. E seu filho, do mesmo nome, vive hoje na mesma Capitania tão necessitado que não tem mais de seu que o título de capitão e governador dela.” (Obra citada. São Paulo, CEN; Brasília, INL, 1987, p. 93)

Literatura informativa ou documental, catequética ou religiosa, em prosa ou verso, carta, diálogo ou auto, a literatura do século XVI, pré-barroca, alicerça a base da Literatura Brasileira propriamente dita, iniciada com o barroco no século XVII. Sobretudo a literatura jesuítica reflete as contradições de uma cultura terminal, a da Idade Média, hostil ao negro e sem respeitar as tendências naturais do índio brasileiro, obstinada em sujeitar homens de cultura paleolítica a um ensino academicista e contraditório.

O Espírito Santo, pela sua privilegiada posição geográfica, exuberância tropical, clima temperado, abundância de rios e peixes, terras aparentemente férteis, embora imprópria para grandes plantações, foi o cenário ideal das lutas pela conquista da terra, de suas riquezas e de seus habi-

tantes. No entanto, o ouro e as pedras preciosas que tanto buscaram aqui e que sonharam encontrar perto do litoral, no Mestre Álvaro, ou nas minas de Castelo, só foram encontradas bem mais à frente, nas Minas Gerais, o que acentua a decadência do Espírito Santo, uma morte já anunciada pelo fracasso de Vasco Coutinho e de seus descendentes.

Os principais textos da literatura do século XVI, escritos no ou sobre o Brasil, referiam-se ao Espírito Santo. Apesar da previsão de Gandavo de que o Espírito Santo seria uma das principais províncias do Brasil, tal fato não se confirmou. Durante 400 anos, o Espírito Santo viveu à margem dos centros culturais e econômicos do Brasil colônia (Lisboa, Madri, Salvador, Vila Rica, Rio de Janeiro) e, neste século, São Paulo e sua literatura, pobre e insignificante, apenas reflete na marginalidade periférica.

Para proteger as riquezas de Minas Gerais, Vitória tornou-se uma fortaleza e seus habitantes resistiram à invasão de ingleses, em 1592, de franceses e holandeses, em 1625 e 1640. Jesuítas e franciscanos catequizaram os índios, transformando-os em “cristãos”, e bandeirantes percorriam os rios e sertões, em busca de indígenas para escravizar, ouro e pedras preciosas. Em 1559, Manoel da Nóbrega relata em sua *Carta a Thomé de Souza*, o que viu no Espírito Santo: “Deste mesmo ódio que se tem aos gentios nasce não lhe chamarem senão cães, tratem-nos como cães, não olhando o que dizem os Santos — que a verdadeira justiça tem compaixão e não indignação, (...) Outro pecado nasce também desta infernal raiz, que foi ensinar os Cristãos os Gentios a furtarem-se a si mesmos e venderem-se por escravos. Este costume, mais que em nenhuma capitania, achei no Espírito Santo, Capitania de Vasco Fernandes, e por haver ali mais disto se tinha por melhor capitania.(...) A Capitania do Espírito Santo, onde mais reinava a iniquidade dos Cristãos e onde os índios estavam mais travados entre si com guerras, porque vivem que sua esperança que tinham nos índios estarem diferentes não era boa, morrendo nela os principais, como foi D. Jorge e D. Simão e outros, e todos perderam com isso suas fazendas; e a terra depois de que novo se tornou a povoar, sem haver emenda do passado, não deixe a vara do Senhor de castigar, porque pouco a pouco os vai consumindo, e misericórdia é do Senhor mui grande que de todo os não destrua.” (NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988, p. 197-199)

No Espírito Santo, também morreu o filho de Mem de Sá, Fernão Sá, em 1558, na luta contra os índios, no rio Cricaré. Bravamente, os primitivos habitantes do Espírito Santo resistiram à dominação dos portugueses por mais de quatrocentos anos, só sendo exterminados totalmente a partir do final do século XIX, pela expedição de Teófilo Otoni e os seus aliados, os padres capuchinhos. Os pojichás, remanescentes dos botocudos,

canibais e com suas táticas de guerrilha, habitaram as matas do rio Doce até o século XX. Segundo Rogério Medeiros, a construção das ferrovias Minas-Bahia e Vitória-Minas, por dentro das terras dos botocudos, precipitou o seu extermínio. Um de seus líderes, “o cacique Nazareth aceitou instalar-se em Pancas, no norte do Estado, num aldeamento preparado pelo marechal Rondon. Por lá ficou dez anos, até que, nos anos 20, uma epidemia de sarampo acabou com ele e mais duzentos índios que o acompanhavam. As terras de Pancas, consideradas as melhores do Espírito Santo, foram, logo em seguida, entregues a fazendeiros que vieram a se constituir, com o tempo, como os mais prósperos do Estado.” (MEDEIROS, Rogério. *Espírito Santo: Encontro das raças*. Reproarte, 1997 p. 185)

Adilson Vilaça, um dos nossos melhores romancistas contemporâneos, em seu romance de 1997, *Cotaxé*, reconstrói a saga de Udelino Alves de Matos, um líder messiânico, que idealizou o Estado de União de Jeovah, nas Minas Gerais e Espírito Santo, na serra dos Aimorés, nas décadas de 40 e 50. Dentre os personagens do romance, Adilson recria a de João Comevivo, “descendente de pojichá, um dos melhores amigos e lugar-tenente de Udelino; sobrinho do cacique Atakan, que por sua vez era filho do lendário chefe Valkiman. Foi no tempo do cacique Valkiman, na década de 20, que os pojichás concordaram em seguir o frei Inocêncio de Comino até a missão Capuchinho, na aldeia dos nak-nanuks. Mais tarde, a dissidência de alguns guerreiros moveria um pequeno grupo dos terríveis canibais para a região entre Peixe Branco e Prata dos Baianos. Comandava os destroços da tribo o cacique Atakan. Condutores de tropa ainda se assombrariam, nos anos trinta, com as orelhas e outras partes do corpo humano que os pojichás penduravam nas árvores que sombreavam as trilhas. Os cativos dos pojichás eram comidos vivos. (...) Entoa o lamento a sinfonia de todos os segredos da antiga terra dos cotochés, e faz canção à memória de uma rumorosa vizinhança dos nak-nanuks, dos machalis, dos macuris, dos aranhas, dos potés, dos patachós, dos tá-monhecs, dos jakjat, dos kracatás e dos terríveis pojichás.” (VILAÇA, Adilson. *Cotaxé*. Vitória, SEJUC, 1997, p. 67)

O século XVII foi o da busca ao ouro e o da tentativa de invasão dos inimigos de Portugal e Espanha: franceses, ingleses e holandeses. Segundo Mário A. Freire, “O velho tombo do Convento da Penha registrou a notícia de uma dessas invasões (de holandeses), em Vitória. Durante a luta, as mulheres postaram-se na Igreja da Misericórdia, donde, ao mesmo tempo em que cuidavam dos feridos, animavam os bravos defensores da pequena vila, até completa repulsa dos corsários.” (FREIRE, Mário A. *A capitania do Espírito Santo*. Vitória, Vida Capixaba, 1945, p. 43)

A presença das mulheres na liderança dos brasileiros e capixabas é

o primeiro registro feito no Espírito Santo. Segundo Freire, “desprezada, nas doações das primitivas capitanias, a famosa lei mental, contrária à sucessão de mulheres, pôde uma destacar-se como ‘capitosa e governadora’ do Espírito Santo; por morte do filho de igual nome do fundador, coube a donataria, em 1589, à viúva D. Luíza Grimaldi ou Grinalda.(...) Foi a doadora do sítio onde os franciscanos construíram, em Vitória, o convento; bem assim, do monte, com a ermida a S. Francisco e a capela de N. Sra. da Penha, na vila do Espírito Santo. D. Luíza Grimaldi recolhe-se ao convento, em Évora, onde reaparece, aos 85 anos de idade, como depoente no processo de beatificação do padre Ancheita.” (Id. Ibid., p. 37)

A segunda mulher a ter registro na História e na Ficção do Espírito Santo é Maria Ortiz (ou Urtiz), que, na invasão de Vitória, em 1625, liderou uma reação contra os holandeses liderados por Pieter Heyn, despejando-lhes água fervente e afugentando os inimigos. Maria Ortiz ficou na história e na lenda do imaginário capixaba como mulher guerreira, símbolo de bravura dos primeiros habitantes, e vários escritores capixabas perpetuam sua lenda, refazendo-a, em forma de paráfrase, confirmando-lhe o mito, ou paródia, ironizando-o. Um dos últimos romances que retomam essa lenda é *A panelinha de breu*, de Bernadette Lyra, de 1992, que retoma o mito de Maria Ortiz, para recriá-la na figura de Dame Kiri, um travesti, na peça de teatro que encena os 435 anos de invasão dos holandeses. A literatura contemporânea brinca com a história, debochando dos fatos considerados reais e reforçando a lenda, instaurando novos sentidos para o homem e sua história.

O século XVIII é, também, o século da Inquisição. “O Santo Ofício, que se mostrava tolerante com os mercadores e outros elementos de origem presumivelmente judaica, na população do Brasil depois do descobrimento das minas e da invasão dos franceses, no Rio, em 1710 e 1711, mostrou-se mais rigoroso. Assim, em 1720, quando um alvará extinguiu a Companhia de Comércio do Brasil, constituída oitenta anos antes, com propriedades e bens, excepcionalmente, de judeus penitenciados pelo Santo Ofício, fez a Inquisição seguir para Portugal Brás Gomes, rico mercador em Vitória e proprietário de duas ou três casas de telha. Fora acusado de conservar um crucificado em uma “caixa”, as malas daquele tempo... Não lhe valeu justificar que estava preparando um lugar apropriado para a imagem; nem mesmo provar que possuía oratório para a prática devota das costumadas ladainhas. Deixou ao abandono duas irmãs e dois filhos, aos quais, por temor à Inquisição, ninguém mais quis agasalhar ou socorrer. Narra-lhes todo o infortúnio, constituindo romanesca odisséia, uma pequena brochura intitulada: *Um fato da Inquisição no Brasil e heroísmo de um capixaba...* Na relação das pessoas procedentes do Brasil e condenadas pelo Santo Ofício, em 1729, figura Brás Gomes de Siqueira, natural da vila

de Santos e morador no Espírito Santo, com a nota de ter parte de cristão novo, convicto, negativo e pertinaz: ‘foi relaxado em estátua, por ter tido a fortuna de ter aparecido defunto nos cárceres...’ Logo, Pedro Gomes Pereira, outro morador de Vitória, apressou-se em requerer carta de brasão d’armas, depois de proclamado por sentença de 1723, livre da raça de judeu mouro ou de uma outra infecta nação...” (FREIRE, M. A. Op. cit., p. 97-98)

Dois romances contemporâneos ficcionalizaram fatos da Inquisição no Espírito Santo. O primeiro, *As chamas na missa*, de Luiz Guilherme Santos Neves, classificado no I Prêmio Rio de Literatura, e publicado em 1985, ficcionaliza os fatos ocorridos na Vila do Santíssimo Sacramento (uma alegoria de Vitória), no início do século XVIII. Muito bem construído, *As chamas na missa* ficcionalizam o tempo histórico da “Santa Inquisição” e sua perseguição a judeus, homossexuais, prostitutas, praticantes de outra religião que não a católica, num diálogo intertextual com a história e a repressão política e religiosa de todos os tempos. A linguagem é uma recriação neobarroca, segundo análise da professora Maria Thereza Lindenberg Coelho Ceotto (Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGL/UFES, em 1997, intitulada *História, carnavalização e neobarroco. Uma leitura do romance contemporâneo do Espírito Santo*). *As chamas na missa* é uma das melhores obras literárias produzidas no Espírito Santo.

Um outro romance que trata de episódios semelhantes é *O mofo no pão*, obra polêmica da escritora e historiadora Neida Lúcia Moraes, publicada em 1994, e que ficcionaliza um fato histórico, a prisão de Nuno Alves de Miranda, em 1710, réu brasileiro, agricultor, humilde, mas letrado, o que já o tornava suspeito aos olhos dos inquisidores. Seu “auto-defê” é de 1711. Nas lacunas da historiografia oficial, Neida Lúcia recria personagens, fatos e situações, ficcionalizando a vida desafortunada de Nuno, num recomeço sem princípio nem fim, representado sempre pelos ciclos que constituem a história do mundo e da humanidade.” (MORAES, Neida Lúcia. Op. cit., p. 170) Neida Lúcia prossegue com a história de *O mofo no pão* em *O sentido de distância*, publicado em 1997, continuando as narrações de Nuno, Marrana, Raquel, Henri, Gonçalo, personagens criados na primeira obra. A historiadora Neida Lúcia, mais que a ficcionista, declara na “Introdução” de sua segunda obra que ambos os livros tratam da “trajetória de homens e mulheres que enfrentam um mundo de mudanças, transições, novas verdades...” e que “a opressão de que os personagens são vítimas no século XVIII é atual, presente e emergente nos dias em que vivemos.” (MORAES, Neida Lúcia. *O sentido de distância*. São Paulo, LISA, 1997, p. 9-11) Mais uma vez a Literatura é chamada a preencher as lacunas da História, recriando-a e pondo em cena fatos que foram, consciente ou inconscientemente, ocultados, deturpados ou “esquecidos.”

Segundo Afonso Cláudio, o nascimento de uma literatura genuinamente capixaba ocorreu em 1770, com a escrita do *Poema mariano*, pelo padre Domingos Caldas, uma narrativa em versos rimados dos milagres de Nossa Senhora da Penha, só publicado, no entanto, em 1854. Na verdade, Domingos de Caldas Barbosa (1740-1800), o nome correto do provável escritor do *Poema mariano*, foi o continuador de uma tradição jesuítica iniciada por Anchieta, duzentos anos antes, de escrever poemas religiosos com temas locais. O que o difere dos seus antecessores, é a influência camonianiana, neoclássica, mais próxima do movimento árcade do que do medievalismo anchietano. Sua influência refletiu nos poetas do século XIX, o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, com seu lirismo nativista, o padre João Clímaco, José Gonçalves Fraga e Fraga Loureiro. Ainda que árcade, repleto de referências mitológicas, o *Poema mariano* está pleno de subjetivismos, bucolismo, sentimentalismo e religiosidade, que seriam características mais comuns nos escritores do século XIX.

No século XIX, o padre Marcelino Duarte foi o mais importante poeta da primeira metade do século. Seus versos líricos, sentimentais, românticos, foram publicados em 1856 e 1860, na antologia intitulada *Jardim poético* (coleção de poesias antigas e modernas, compostas por naturais da província do Espírito Santo). A maioria dos escritores dessa época foram padres, escritores e políticos, e o Convento da Penha e os milagres de Nossa Senhora, além das dores, amores e infortúnios pessoais, foram os principais temas românticos capixabas. Segundo Oscar Gama Filho, tratava-se de um “aparelho cultural”, que vai-se consolidar com o teatro, a partir de 1841 (Não por acaso, dentre os primeiros dramas encenados, em 8 de setembro de 1859 estava “Expulsão dos holandeses ou o heroísmo dos brasileiros.” In: GAMA FILHO, Oscar. *A razão do Brasil em uma sociopsicanálise da literatura capixaba*. Rio de Janeiro, José Olympio; Vitória, FCAA/UFES, 1991, p. 47). O romantismo capixaba perdura até o final do século XIX com a publicação de *As maravilhas da Penha*, em 1888, de J.J. Gomes da Silva Neto.

Embora Afonso Cláudio divida a literatura espírito-santense em dois períodos: “agregação” (1770-1870) e “de expansão consciente” (1871-1907), não há muitas diferenças entre os dois períodos: os primeiros romancistas capixabas, Antônio Cláudio Soído (1877-1889), Azambuja Susano (1785-1873), assim como os principais dramaturgos, Aristides Freire (1849-1877), Amâncio Pereira (1862-1918) e Ernesto Guimarães foram escritores menores, diluidores de uma tradição romântica.. Os dois principais nomes do final do século XIX, José de Mello Carvalho Muniz Freire (1861-1918) e Afonso Cláudio de Freitas Rosa (1859-1934), foram importantes políticos, republicanos, positivistas, jornalistas, mas não eram gran-

des escritores. Nessa época, surgiram os nomes das primeiras escritoras capixabas, a poetisa Adelina Tecla Correia Lyrio (1863-1938) e Ormindá Escobar Gomes (1875-1972).

Quem ficcionaliza este período, o século XIX, e a formação da classe burguesa no Espírito Santo é Renato Pacheco com a obra *O reino não conquistado*, publicado em 1984. Centrando os fatos na figura de D. Marrana Costa Pereira, filha de Joseph Koster, um aventureiro inglês que se enriqueceu com o comércio e Majegbara, uma escrava africana, essa viria a tornar-se mãe do Presidente do Estado, Sebastião Costa Pereira, e de seu primeiro bispo, Dom João da Costa Pereira, Renato Pacheco apóia-se, em verdade, na vida da matriarca da família Monteiro, influentes fazendeiros de Cachoeiro de Itapemirim, D. Henriqueta Rios de Souza, que gerou bispo e presidentes. Narrativa constituída em três partes, “O manuscrito de Joseph Koster”, 1817; “Portal de ouro”, 1897 e “Folhas ao vento”, 1967, Renato Pacheco, ao centralizar as ações na personagem D. Marrana, comprova a grande importância das mulheres na formação do povo capixaba. Maria Stella de Novaes, em obra inédita, *A mulher na história do Espírito Santo*, em que mistura fatos históricos e lendários, relata a presença de várias mulheres e sua atuação na construção da identidade capixaba, desde a vinda de Vasco Coutinho. Dentre as lendas que conta, a primeira é a “Pedra dos Ovos”, em que uma jovem índia goitacá é raptada por um marinheiro branco. O índio mata a noiva com uma flechada, por ciúme, atira-lhe o cadáver ao mar e ele vai para o Norte, proteger os irmãos. As ondas trazem o cadáver da noiva e seu túmulo ficou assinalado pela Pedra dos Ovos, como um coração petrificado.

Em seu relato, Maria Stella descreve o papel que a mulher indígena teve como “mãe do povo brasileiro.” Dentre as heroínas capixabas, cita Luíza Grimaldi, de origem nobre italiana; Maria Ortiz, a intrépida combatente contra os holandeses; Maria Subtil, a doadora do terreno para a construção da Santa Casa de Misericórdia, em 1818, D. Henriqueta Rios de Souza, fazendeira do Monte Líbano, de Cachoeiro de Itapemirim, que, vivia aos 48 anos, com onze filhos, educou-os, transformando um deles no primeiro bispo capixaba, Dom Fernando de Souza Monteiro e dois Presidentes de Estado: Jerônimo e Bernardino Monteiro.

3 - O SÉCULO XX E A MODERNIDADE

Em 1902, Graça Aranha, que havia sido juiz de Direito no interior do Espírito Santo, atual Santa Leopoldina, publica o célebre romance

Canaã, que retrata a vida dos imigrantes alemães no Espírito Santo. A história gira em torno de dois personagens, com diferentes visões do mundo: Milkau acredita na humanidade e pensa encontrar a “terra prometida” (Canaã) no Brasil; Lentz não se adapta à realidade brasileira, voltado que era para a superioridade germânica e para a lei do mais forte. Segundo A. Bosi, em *Canaã* há “o contraste entre o racismo e o universalismo, entre a lei da força ‘e a do amor’, que polariza, ideologicamente, as atitudes do imigrante europeu diante de sua nova morada.” (In: *História concisa de Literatura Brasileira*)

Na verdade, *Canaã* serve, também, para divulgar, nacionalmente, a situação dos imigrantes europeus no Espírito Santo e um novo tempo na literatura brasileira, subjetivista, com descrições impressionistas, temática social, mas não tão naturalista quanto os romances de tese então em voga. Renato Pacheco, em 1982, publica *Fuga de Canaã*, com o subtítulo *Decadência de uma família alemã no Brasil*, em que estabelece um diálogo com o primeiro *Canaã*. Nesta, em uma narrativa realista, centrada no ponto-de-vista de quatro personagens narradores, Hermann Fischer (o filho do pastor); Simplício Góis (o delegado); Helmut Jank (o filho assassino) e Angela Silva (a professora mulata), o leitor é convidado a retomar os fatos acontecidos com a família Jank, descritos em *Canaã*, de Graça Aranha, e a tese do homem dilemático entre o “paraíso terreal” e as adversidades da natureza. *Fuga de Canaã* é perfeito em sua construção narrativa, com múltiplos narradores e diálogo intertextual com o primeiro *Canaã*.

O século XX, no Espírito Santo, gerou parnasianos como Virgílio Vidigal (1896-1907), Ulisses Sarmiento (1875-1923), Colatino Barroso (1873-1931) e Narciso Araújo (1877-1944), o príncipe deles. Mas seus principais autores foram os satíricos. Graciano dos Santos Neves (1868-1922), futuro Presidente, e seu *A doutrina do engrossamento*, tratado da bajulação publicado em 1901 e reeditado em 1978, e Mendes Fradique, o médico José Madeira de Freitas (1893-1944), cuja obra, iniciada por *Hypocratéa*, 1916, continua pela *História do Brasil pelo método confuso*, 1927, *Feira livre - Antologia nacional pelo método confuso*, 1923, *Gramática portuguesa pelo método confuso*, 1927, reeditada em 1984 pela FCAA/UFES e o romance *Dr. Voronoff*, 1926. A vida e a obra de Mendes Fradique foram estudadas por Isabel Lustosa em *Brasil pelo método confuso. Humor e boêmia em Mendes Fradique*. (Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993)

No Espírito Santo, três acontecimentos marcaram a vida cultural, no início deste século: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1915; a criação da Academia Espírito-santense de Letras, em 1921 e do quinzenário *Vida Capixaba*, que foi o principal veículo

de publicação literária dos capixabas e existiu de 1923 a 1955. A vida literária girava em torno das agremiações e academias e Cachoeiro de Itapemirim teve maior importância cultural que Vitória. Lá existiam os principais jornais capixabas e surgiram os principais escritores: Benjamim Silva (1866-1954); Newton Braga (1911-1962); Rubem braga (1813-1900), além de outros como Ormando Moraes (1915) e Evandro Moreira (1939).

Apesar de o Modernismo ter sido implantado, oficialmente, no Brasil, em 1922, o Espírito Santo continuou produzindo neoparnasianos, neosimbolistas, neoromânticos, como Ciro Vieira da Cunha (1897-1971), Geraldo Costa Alves (1924-1973) e Elmo Elton (1824-1900). As mulheres obtiveram algum destaque com Virgínia Gasparini Tamanini (1897-1990), que celebrizou a imigração italiana com seu romance *Karina*, de 1964, e teve intensa vida cultural como poeta, dramaturga e ativista cultural. Maria Antonieta Tatagiba (1895-1978) tornou-se a primeira escritora capixaba, com *Fruta Agoste*, de 1927, e Haydée Nicolussi (1905-1970), contista premiada, jornalista militante, tradutora, com intensa vida política e cultural, embora só tenha publicado um livro de poemas, *Festa na sombra*. Maria Stella de Novaes (1894-1990) é a mais destacada professora capixaba, pesquisadora interdisciplinar, historiadora, folclorista, poeta menor, uma das fundadoras da Academia Feminina espírito-santense de Letras, em 1949, presidida por Judith Leão Castelo Ribeiro (1906-1982), ativista política, a primeira deputada do Espírito Santo.

Audifax Amorim (1933-1964) pode ser considerado o primeiro poeta capixaba modernista a usar ideogramas, fazer poemas concretos, haicais e versos livres. Todavia, foi o jornalista Amylton de Almeida (1946-1995), com a publicação de *Blissful Agony*, 1972, *A passagem do século*, 1977 e *Autobiografia de Herminia Maria*, 1994, além de suas críticas de cinema publicadas em jornal, vídeos e filmes realizados, Amylton de Almeida transforma o Espírito Santo em personagem, alter-ego de si mesmo, à procura de uma identidade e de um sentido para a vida.

Na mesma geração de 70/80, surge a principal escritora capixaba, Bernadette Lyra (1938), que publica as seguintes obras: *As contas no canto*, 1981; *O jardim das delícias*, 1982; *Corações de cristal*, 1984; *Aqui começa a dança*, 1985; *A panelinha de breu*, 1992; *Memória das ruínas de Creta*, 1997 e *Tormentos ocasionais*, 1998. Bernadette Lyra é uma das escritoras mais lúcidas desta geração, uma profissional de palavra, artífice da narrativa curta, da ironia, da crítica social e da reflexão metalingüística, além de profunda conhecedora da cultura capixaba e de seus meandros. Com obra publicada no Rio e em São Paulo, tem tido uma divulgação nacional, sem deixar de ter sua terra natal como moradia e temática principal.

Também com publicação nacional, destacam-se dois poetas, na atual geração: Valdo Mota (1959), com as seguintes obras publicadas: *O signo na pele*, 1981; *As peripécias do coração*, 1982; *Salário da loucura*, 1984; *Eis o homem* 1987; *Poiezen*, 1987 e *Bundo e outros poemas*, 1996. Elisa Lucinda (1960), poeta e atriz, *Aviso da lua que menstrua*, 1990; *Só-sias dos sonhos*, 1993 e *O semelhante*, 1994, que revitalizou a arte da declamação nos palcos das maiores cidades brasileiras.

Outros dois grandes importantes ficcionistas capixabas são os irmãos Luiz Guilherme Santos Neves (1933), autor de *Queimados*, 1977; *A nau decapitada*, 1982; *As chamas na missa*, 1985; *A torre do delírio*, 1992 e *Escrivão da frota*, 1997 e Reinaldo Santos Neves. Historiador, Luiz Guilherme sempre entrecruza o discurso ficcional e histórico, relatando fatos e lendas do Espírito Santo, profundo conhecedor que é da cultura e do folclore capixabas, herança que recebeu de seu pai, o professor Guilherme Santos Neves (1906-1989). Reinaldo Santos Neves (1946) é, ao lado de Bernadette Lyra e Adilson Vilaça, um dos principais escritores da prosa de ficção capixaba contemporânea, tendo iniciado sua produção literária com *Reino dos Medas*, 1971, prosseguindo com *A crônica de Malemort*, 1978; *As mãos no fogo*, 1983 e *Sueli*, 1988.

4 - CONCLUSÃO

O que se pode observar nesta tentativa de entender a identidade capixaba pela sua historiografia literária é que uma das suas principais ocorrências é a presença da História Capixaba como pano de fundo, cenário, personagem ou temática, em todas as épocas. Desde a literatura sobre ou do convento da Penha, alienada e acrítica, mística e sentimental, como a chamava carinhosa e debochadamente Amylton de Almeida, aos poemas mais apaixonados e críticos sobre Vitória e o Espírito Santo, de Haydée Nicolussi, Maria do Carmo Schneider e Elisa Lucinda, pode-se observar, nas duas últimas décadas, uma série de livros que ficcionalizam o Espírito Santo, numa tentativa de compreender o que somos, e o que é o ser capixaba.

Renato Pacheco com seus romances que contam a história desde Vasco Coutinho; Luiz Guilherme e Neida Lúcia com os romances sobre a Inquisição; Miguel Depes Tallon, João Felício dos Santos, Antônio Carlos Neves, Reinaldo Santos Neves, Bernadette Lyra, Luiz Fernando Tatagiba, Amylton de Almeida, Adilson Vilaça, Valdo Motta, Elisa Lucinda, Maria do Carmo Schneider, Ivan Borgo, escrevem romances, contos, crônicas, poemas, na busca da formação de uma identidade do Espírito Santo e do povo capixaba.

O que faz a literatura apropriar-se tão amiúde do discurso histórico, dialogando tão próximos? Em primeiro lugar, o diálogo estabelecido entre os dois é, sobretudo, crítico. O texto literário, por não pretender ser verdadeiro, encena a realidade. Ele não pretende contar ou ser uma verdade. Na vida, “tu e eu temos papéis a representar”, diz-nos um dos narradores de *A panelinha de breu*, de Maria Ortiz/Bernadette Lyra que, metáforas de criação, são jogadas ferventes sobre os invasores. Invasores, por exemplo, são a historiografia oficial e o jornalismo realista quando se pretendem ciência e acabam oficializando o poder, as ideologias e os preconceitos.

O livro de Rogério Medeiros, por exemplo, *Espírito Santo: encontro das raças*, 1997, traz uma série de equívocos históricos, etnográficos e antropológicos. É um belo ensaio fotográfico, sem sombra de dúvida, mas conclui, equivocadamente, que “a unidade étnica brasileira — aquela que veio das influências do português invasor com índios, campineiros e africanos — não se reproduziu no Espírito Santo” (p. 7) e que o “biótipo capixaba é um povo de cor clara para jambo e cabelos castanhos para aloirados.” (p. 203-205) Com suas afirmações, Rogério Medeiros nega, para o Espírito Santo, descaracterizando o que é verdade, o que afirmou o antropólogo Darcy Ribeiro: “o Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e pretos, desculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que nos ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos.” Ou ainda: “O negro vem a ser, por isso, apesar de todas as vicissitudes que enfrenta, o componente mais criativo da cultura brasileira e aquele que, junto com os índios, mais singulariza o nosso povo.” (*O povo brasileiro*. Companhia das Letras, 1995, p. 130-223)

O professor Cleber Maciel acreditava que a população de negros e mestiços do Espírito Santo girava em torno de 65% (In: *Negros no Espírito Santo*. DEC/UFES, 1993); o professor Guilherme Santos Neves imaginava serem 70% os capixabas descendentes de portugueses; e o jornalista Rogério Medeiros afirma que “60% do sangue capixaba são de italianos.” (Op. cit., p. 202) Com quem está a verdade? Como sempre, ela está no meio. Somos mestiços e brancos, negros e índios, sem o predomínio de uma cultura ou raça superior. Gostamos do churrasco, da macarronada, do chucrute (pouco), da polenta, das polcas e tarantelas, mas o que nos caracteriza mesmo é a moqueca de badejo ou papa-terra com molho de camarão pequeno; os peixes grandes, marlins de bico ou peixes-boi, são fruto do imaginário de invasores portugueses, no passado, ou milionários da pesca, no presente; o nosso tira-gosto preferido não é o torresmo mineiro, o camarão

à paulista ou a carne-de-sol baiana, que também comemos com prazer. Mas, popular mesmo, é o capixabíssimo peroá com banana frita, na barraquinha, à beira-mar. Nossa mestiçagem é total na nossa maneira de ser, de comer, de falar, de vestir. Não somos europeus ilhados no trópico. As poucas ilhas étnicas ainda existentes (pomeranos, italianos, alemães, remanescentes de quilombolas), cada vez se mesclam mais com outros diferentes entre si, formando essa “panela de barro” que somos, para cozinhar essa moqueca capixaba ao molho de urucum. E sem dendê, por favor. Afinal, moqueca (com u ou o) só capixaba. O resto é peixada!

A QUESTÃO FERROVIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO: UMA VIA FÉRREA LIGANDO UMA ÁREA INTERIORANA MINEIRA A UM PORTO DE MAR CAPIXABA

LÊA BRÍGIDA ROCHA DE ALVARENGA ROSA

Revestem-se de significativa importância as primeiras idéias de estabelecimento de ferrovias no Espírito Santo, tendo em vista que essa região era carente de meios de comunicação, portanto, com grandes áreas isoladas.

Além da navegação pelo rio Doce, como via de penetração até a região limítrofe de Minas Gerais, embora com uma série de dificuldades, inexistia qualquer estrada ou mesmo picada que pudesse ser utilizada o ano todo, com o fim de escoar os produtos do interior.

Já havia sido tentada, desde 1812, com a nomeação de Francisco Alberto Rubim para governar o Espírito Santo,¹ uma ligação em direção a Minas Gerais, empório considerado compensador para o incremento do comércio. Faziam parte do programa do governo as tentativas de desenvolver a precária situação financeira que dominava a Província sem que houvesse perspectivas imediatas de melhoras. A rarefeita população isolada em pequenos povoados, dentro de um círculo restrito de relacionamento comercial, determinou providências urgentes com relação a abertura de caminhos integrados entre seus moradores e com seus vizinhos — notadamente os mineiros.

Colocado em prática este seu plano, mandou abrir uma estrada a São Pedro de Alcântara. Contudo, anos após anos ela não passava de uma rude picada, espremida entre a vegetação, sem grande utilidade e de custosa manutenção.²

Não desanimavam os homens públicos. Novas tentativas foram feitas. Agora buscava-se Minas Gerais na direção de Itabira a Cuieté, abrindo-lhes o porto de Vitória. Porém, por faltarem técnicas de construção, foi implantada em uma região despovoada, cheia de brejos e serras íngremes.³

No extremo norte do Espírito Santo, na vila e porto marítimo de São

Lêa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa é historiadora, professora-doutora e 1ª vice-presidenta do IHGES.

Mateus, em direção ao Peçanha (MG), foi aberta uma outra picada, com a mesma finalidade: incentivar um intercâmbio comercial entre as duas províncias. Contudo, esta também não passou de uma picada exploratória.⁴

Paralelamente a estes esforços, em âmbito internacional e nacional, já se pensava em um outro meio de transporte — a via férrea. No Brasil, a farta legislação ferroviária inicia-se com a Lei Feijó, de 31 de outubro de 1835. Sucede-se uma série de tentativas fracassadas, excetuando-se a de Mauá, embora de pequena distância percorrida.⁵

Porém, não foram em vão essas iniciativas. Como o transporte ferroviário era embrionário, faltava-lhe um respaldo técnico suficiente. Portanto, o seu desenvolvimento em todo o mundo iria processar-se pela aplicação das técnicas aprovadas na prática. Fato que ocorria na implantação das ferrovias brasileiras. Muitos projetos fracassaram pelo desconhecimento do assunto, tornando-se por isso inviáveis.

As soluções encontradas para estimular a construção ferroviária e a aplicação de capitais europeus, numa região semi-desconhecida como era o Brasil, foram: o aval do governo e a garantia de que os juros do capital aplicado seriam pagos pelo erário público em ouro — forma metálica de pagamento preferida, pois não sofria as oscilações cambiais a que estava sujeito o papel moeda.⁶

Contudo, as vantagens desta situação não atingiam o Espírito Santo, província sem expressão econômica e principalmente política. Tanto que, cansada de esperar as providências imperiais, resolveu tentar uma solução provincial, isto é, conceder o privilégio para construção, uso e gozo de uma ferrovia aos doutores Thomaz Dutton Júnior, Francisco Portella e Miguel Maria de Noronha Feital.⁷ Esta concessão — a primeira da Província — surgiu do sancionamento da Lei n° 37, de 27 de novembro de 1872, ⁸ assinada pelo coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, primeiro vice-presidente da Província, no período do presidente Antônio Gabriel de Paulo Fonseca.⁹

Esta iniciativa sofria do mal comum a quase todas as ferrovias: as dificuldades surgidas do desconhecimento da região e do próprio sistema ferroviário. Tanto que, estudando-a atentamente, veremos não uma concessão para uma simples ferrovia, mas um verdadeiro plano ferroviário provincial. Esta rede de transporte teria um sentido longitudinal, além dos ramais — que a ligariam pelos pontos setentrional (Porto de Souza) e meridional (Monte Bello), com a província de Minas Gerais.¹⁰

Devido à garantia de juros, foi necessária uma regulamentação desta lei, afim de se conseguir a autorização para celebração de um contrato entre as duas partes: governo e concessionários.¹¹ Essa lei levou o n° 16, datada de 23 de outubro de 1873, isto é, um ano após ter sido concedido o

privilégio.¹²

Porém, a integração das regiões espírito-santenses entre si, e com a limítrofe Minas Gerais, continuavam na base dos planos idealizados, mas não realizados, arrastando-se lentamente, em parte por causa dos entraves burocráticos e/ou econômicos.

Com esta tímida e fracassada tentativa de implantar ferrovias no Espírito Santo, a partir da Lei Provincial nº 3.713 outros empresários solicitaram concessões no afã de interligar regiões litorâneas espírito-santenses com o hiterland mineiro, embora com as mesmas deficiências — falta de recursos técnicos e financeiros.

Surgiram, ainda, os planos do coronel José Vieira de Resende e Silva e dr. Nominato Jesus de Souza ligando Santa Bárbara (MG) a Porto de Souza (ES); a do comendador João da Rocha Miranda ligando a capital mineira de então, Ouro Preto, à barra do rio Itapemirim, passando por Cachoeiro de Itapemirim; finalizando, a dos drs. Epiphânio Cândido de Souza Pitanga e Antônio Felício dos Santos, que uniria a vila do Serro (MG) ao porto de São Mateus (ES).¹⁴

Observando as direções a serem tomadas por estas concessões, nota-se uma tendência, ou seja, do interior para o mar e oeste-leste, e, por conseguinte, com novos mercados consumidores, principalmente das matérias-primas extraídas na região, até então com quase exclusiva produção agrícola. Infelizmente, nenhuma dessas concessões foi adiante. Caso concretizassem os seus objetivos, teríamos, com antecedência de várias décadas, antecipado os atuais planos dos corredores de exportação, com repercussões sócio-econômicas incalculáveis.

Alterando o quadro de medidas unicamente provinciais nesse sentido, em 1875 o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, órgão a que estavam ligados os assuntos ferroviários, nomeou o engenheiro Miguel F. Argollo, chefe de uma comissão técnica,¹⁵ com o fim de apresentar um estudo sobre o melhor trajeto para uma ferrovia a ser implantada, ligando Vitória ao norte de Minas Gerais,¹⁶ o que demonstra o interesse do Governo Imperial no assunto.

Porém, o Governo Imperial resolveu dissolver essa Comissão, nomeando em seu lugar, com o mesmo objetivo, o engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves,¹⁷ que realizou um trabalho minucioso e muito importante.

O dr. Hermillo Alves inicia a fase de estudos de campo, baseado em um traçado estimativo,¹⁸ com uma série de vantagens: cortar uma área com possibilidades de grande desenvolvimento agrícola e servir à região mineira melhor desenvolvida, compreendida por municípios em franco progresso.¹⁹

Obedecia, também, ao determinado pelo Ministério da Agricultura — o rumo norte de Minas Gerais.

Paralelamente a estes fatos, a outras concessões e estudos, a validade da concessão outorgada ao dr. Thomaz Dutton Júnior e sócios esgotava-se, sem ao menos sair dos projetos ou cumprir as cláusulas contratuais, o que a tornava caduca. Mesmo assim, antes de ser declarada suspensa, requereram e obtiveram mais um ano para entregar os projetos.²⁰

Os cuidados em conservar sua concessão seriam desnecessários, pois foi revogado o ato provincial de prorrogação, tendo em vista o que determinava a Lei nº 5.951, de 23 de junho de 1875,²¹ que transformava a concessão provincial em geral.

Automaticamente, foram prorrogados todos os prazos para organização da companhia, para entrega dos projetos e, por conseguinte, para início da construção da ferrovia.²²

Nada adiantaram estes novos favores concedidos a Thomaz Dutton Júnior e sócios. Não conseguiram cumprir o estipulado, tanto que a concessão caducava pelo cumprimento das cláusulas contratuais.

Abria-se, agora, oportunidade a novos empresários. Sendo assim, o tenente-coronel João Frederico Russel requereu e obteve a concessão anteriormente de Thomaz Dutton Júnior e associados. Mas também não foi adiante por não terem sido cumpridos os prazos contratuais pelos mesmos motivos: falta de capitais e de conhecimento técnico.²³

Acreditando ser suficiente o seu conhecimento do problema pelos estudos anteriores, com o fim específico de implantar no Espírito Santo, uma ferrovia, dr. Hermillo Alves associa-se com Frederico Martins de Azambuja Meirelles para requerer os direitos de construir este tipo de transporte.

Celebrou-se um contrato entre os requerentes e a Província do Espírito Santo,²⁴ cujas cláusulas seguem o já determinado em anteriores documentos provinciais sobre o assunto.

Caberia ao Governo Imperial resolver o problema. Para tanto, foi aberta em 1881, aos interessados, em concorrência pública internacional, a concessão dos direitos para uso e gozo de uma linha férrea que ligasse o norte de Minas Gerais com o Espírito Santo. O trajeto era baseado na direção geral da concessão anteriormente dada a Thomaz Dutton Júnior e associados, bem como os estudos realizados pelo dr. Hermillo Alves.

A principal causa do fracasso desta medida foi que a vencedora desta concorrência, a firma inglesa Warinf Brothers and Company,²⁵ não concordou com estudos existentes, procedendo a outro, a fim de melhorar, no seu entender, os projetos existentes.

Surgiu um novo plano, no qual o rio Doce seria atingido na altura

da vila de Colatina,²⁶ cortando as serras com túneis, viadutos extensos e movimentação de grandes volumes de terra. Inegavelmente, era de melhor qualidade técnica este traçado desenvolvido. Porém, o custo quilométrico atingiu uma exorbitante soma de 210 contos e 746 mil réis em comparação ao obtido pelo projeto do dr. Hermillo Alves, e principalmente, pela grande diferença entre o encontrado pela Waring Brothers e garantido pelo Governo Imperial — 30 contos por quilômetro.²⁷

Não aceitando os novos estudos, o Governo resolve considerar ca-duca a concessão.

Após caducar esta tentativa, inicia-se o ciclo de novas petições requerendo os favores para construção de tão protelada ligação inter-provincial.

Primeiramente, Alfredo Rocha e Alfredo Fernandes de Castro Bravo requereram a concessão entre Porto de Souza e Linhares. Demonstração clara e inequívoca do desconhecimento desta região — planície de aluvião — caracterizando-se por terreno sujeito a enchentes periódicas e repleto de brejais e lagoas. Houve nosso fracasso.²⁸

Sem nada de positivo a não ser o de aumentar o rol das tentativas fracassadas, Francisco das Chagas Dória requereu inutilmente a concessão do privilégio de construir a ligação férrea Espírito Santo — norte de Minas Gerais.²⁹

Para completar este quadro desanimador no tocante à implantação de um sistema ferroviário, o Poder Público — o provincial espírito-santense — tentou novamente por si resolver o problema. José de Melo Carvalho Muniz Freire, eleito presidente da Província, baseou o seu primeiro mandato no binômio ferrovias e colonização. Tentou de várias formas cumprir a sua plataforma política, principalmente o item transporte.³⁰ Porém, os esforços, mais uma vez, foram baldados pela falta de recursos técnicos e financeiros.

A tentativa de ligar o Espírito Santo a Minas Gérias por ferrovia será concretizada a partir da formação da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, que exploraria inicialmente o trecho de Vitória a Diamantina, tendo surgido de duas concessões anteriores — Vitória a Peçanha e Peçanha a Araxá.³¹

O Governo Federal, autorizado pelo Decreto nº 4.337, de 1º de fevereiro de 1902, confirma o privilégio. É assinado, então, um contrato entre a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas e o Governo Federal, regulando o assunto.³²

Um dos pontos básicos desse contrato refere-se ao trecho que passou a ter um desenvolvimento maior de Vitória a Diamantina.

O passo seguinte é mais difícil: a obtenção de capitais. Isso só foi

possível com a garantia de juros ouro, ³³ condição *sine qua non* para os financistas investidores, por lhes oferecer total segurança. Assim, conseguiu-se o pagamento da garantia de 6% sobre o valor quilométrico máximo de 30.000\$000 ouro.³⁴

Esta forma do Governo Federal, de preestabelecer o custo por quilômetro para as concessões ferroviárias, deveu-se aos abusos anteriores.

Isso dificultou os planos da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, que nem sempre pôde construir em melhores condições técnicas.³⁵ As características topográficas nem sempre favoráveis ao bom desenvolvimento da linha férrea obrigaram os construtores a procurar soluções econômicas para problemas técnicos.³⁶

PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NA SUSTENTAÇÃO DO TRÁFEGO DA FERROVIA

Os primeiros estudos da linha Vitória a Diamantina — iniciados em 5 de agosto de 1902,³⁷ referem-se ao trecho de Vitória a Nova Coimbra.³⁸

Chegar ao rio Doce — cujo vale é o caminho natural para Minas Gerais — era a meta principal.³⁹

O café passa a ser uma das preocupações que envolvem os estudos dos trechos a serem construídos.

De fato, a região ainda não colonizada, sem uma infra-estrutura de produção, a única opção era a procura de zonas onde a agricultura pudesse ser desenvolvida.

Ao efetuar outro estudo, o dr. Emilio Schnoor, engenheiro chefe da CEFVM também ressalta a importância de se implantar o traçado da ferrovia por zona de cultura de café, sem dúvida, levando em conta o problema de sustentação da ferrovia.

O Relatório da Companhia, referente a 1904, é muito significativo no que tange à correlação entre a ferrovia e as atividades econômicas da região por onde ela deveria passar. Os estudos que visavam o melhor traçado para a linha caracterizaram-se por enfatizar a necessidade de a estrada atender às zonas onde era cultivado o café, produto de maiores possibilidades para frete, não só em território espírito-santense, mas também mineiro.

O café se mantinha como produto principal na receita de fretes, como é notado pelos dados que referem-se à participação percentual sobre a receita bruta:

ANOS	%	% DEFICIT V.M.
1915	42,91	12,16
1916	30,42	12,98
1917	37,31	18,22
1918	37,12	13,18
1919	32,81	8,12
1920	34,89	10,64
1921	44,98	—
1922	40,13	12,81
1923	30,22	8,80
1924	37,40	3,56
1925	29,21	15,03
1926	18,41	18,64
1927	45,60	2,91
1928	42,73	6,82
1929	45,98	5,44

É importante ressaltar que na medida em que diminuiu a participação do café na receita da ferrovia, ocorreram os maiores déficits, conforme dados acima.

Nova crise vai abalar a CEFVM em 1930, e os reflexos na economia de exportação — calcada no café — alteram a vida da companhia, com o decréscimo da comercialização.

Porém, perdurava a grande participação do produto, de acordo com os dados, na receita bruta:

ANOS	%
1930	46,02
1931	55,21
1932	50,55
1933	40,86
1934	45,91
1935	36,46
1936	36,40
1937	31,86
1938	26,34
1939	26,97

Podemos observar que com o decorrer dos anos a participação do frete do café na receita bruta da ferrovia ia paulatinamente diminuindo, demonstrando que a Vitória a Minas cumprira a sua finalidade, isto é, in-

centivou o povoamento e desenvolveu a região por ela cortada, diversificando, conseqüentemente, a sua pauta de produtos transportados.

CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado, destaca-se em todos os projetos o rumo procurado — Minas Gerais.

Isto permitiu-nos sentir o caráter de penetração que se sobressaía nos planos, visando ligar uma área interiorana a um porto de mar.

Concretizada a ligação ferroviária Espírito Santo — Minas Gerais, através de uma empresa privada, reveste-se de muita importância a produção de café na zona cortada pela Vitória a Minas, pois, oferecendo condições de escoamento, garantia a produção de área por ela servida e a sustentação do tráfego da via férrea.

Graças ao café, ela se manteve até 1940, quando incorporada à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e, logo após, à Companhia Vale do Rio Doce, tornando-se especializada em transporte de minério de ferro.

NOTAS

- 1 RUBIM, Braz da Costa. Memórias históricas documentais da província do Espírito Santo. Vitória, Vida Capixaba Editora, 1941, p. 70.
- 2 ALVES, Hermillo Candido da Costa. Estrada de ferro de Vitória para Minas. Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876, p. 12. Ver também APEES. Vitória. Relatório enviado ao Presidente da Província por Gabriel Emilio da Costa, chefe da Comissão de Medição de Terras Devolutas em Minas Gerais e Espírito Santo, em 7 de janeiro de 1875. Livro n° 120, série G, Documentos e Offícios da Inspectoria Geral das Obras Públicas, 1865-1879 (manuscrito). Para o mesmo assunto consultar: as Falas e Mensagens dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Espírito Santo no período de 1844 a 1871.
- 3 Relatório lido no Paço d'Assemblea Legislativa da Província do Espírito Santo pelo Presidente e Exm. Sr. Doutor Francisco Pereira Correia na sessão Ordinária do anno de 1871. Victoria, Typ. do Correio da Victoria, 1872, p. 87-89. Ver também: ALVES, Hermillo Candido da Costa, op. cit., p. 13.
- 4 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Província do Espírito Santo, pelo Presidente da Província o Exm. Sr. dr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872, p. 15.
- 5 Tratam desse assunto: SILVA, Clodomiro Pereira da. Política e legislação de estradas de ferro.

- Primeira parte, volume I. São Paulo, Typ. Laemert & Comp., 1904, passim. DEBES, Celio. O caminho do oeste (subsídios para a História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Ferrovias de São Paulo). 1ª parte (1832-1869). São Paulo, edição comemorativa do centenário de fundação da Companhia Paulista, 1968, passim. FARIA, Alberto de. Mauá. 4.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1974, passim. BENEVOLO, Ademar. Introdução à história ferroviária do Brasil. Recife, Edições Folha da Manhã, 1953, passim.
- 6 REBOUÇAS, André. Garantia de juros. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1874, passim. Ver também ALVARENGA ROSA, Léa Brígida Rocha de. Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas 1890-1940. Tese de mestrado apresentada em 1976 (inédita), na Universidade de São Paulo, p. 25-31.
 - 7 Livro das Leis da Província do Espírito Santo contendo as Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa na sessão Ordinária de 1872. Tomo XXXV. Victoria, Typ. DO espírito-santense, 1872, p. 62-65.
 - 8 Idem, ibidem.
 - 9 Idem, ibidem.
 - 10 Idem, ibidem.
 - 11 APEES Vitória — Contrato celebrado em 23 de outubro de 1873, com Thomaz Dutton Júnior, Francisco Portella e Miguel Maria de Noronha Feital, para construção de uma via férrea. Livro nº 120, série G, Documentos e Offícios da Inspectoria Geral das Obras Públicas — 1865-1879, p. 1-5 (manuscrito).
 - 12 Livro das Leis da Província do Espírito Santo contendo as Leis e as Resoluções da Assembleia Legislativa na Sessão Ordinária de 1873. Tomo XXXVII. Victoria, Typ. DO espírito-santense, 1873. P. 36-37.
 - 13 Livro das Leis da Província do Espírito Santo, 1872, citado.
 - 14 Relatório nº 56 da Directoria geral das Obras Públicas em 26 de março de 1874, citado APEES Vitória- Ofício nº 25 da Directoria Geral das Obras Públicas da Província do Espírito Santo ao Presidente da Província em 10 de fevereiro de 1874. Livro nº 120, série G, Documentos e Offícios da Inspectoria Geral das Obras Públicas — 1865-1879 (manuscrito) APEES Vitória - Relatório nº 48 da Directoria Geral das Obras Públicas da Província do Espírito Santo ao Presidente em 16 de março de 1874. Livro nº 120, série G, ...
 - 15 APEES Vitória - Ofício nº 891 enviado ao Presidente da Província do Espírito Santo pelo engenheiro Miguel F. Argolo, em 10 de janeiro de 1875. Série G, Caixa de Correspondência com a Presidência, 1875 (manuscrito).
 - 16 Embora apareça em todos os documentos a referência relativa ao norte de Minas Gerais para definir a ligação entre essa Província e o Espírito Santo, nenhum ponto é delimitado. O que se pretendia era atingir, inicialmente, a vila de Natividade. Futuramente, seria estabelecida a melhor direção atendendo a um plano geral de viação. Sugerimos a leitura de: ALVES, Hermillo Candido da Costa. Op. cit., passim, APEES Vitória — Memorial nº 3.953 dirigido aos membros da comissão incumbida de Minas Gerais, em 19 de fevereiro de 1875, pelos engenheiros Alberto Eugênio de Andrade Horta e Victor Pujol. Série G. Caixa de Correspondência com a Presidência, 1875 (manuscrito).
 - 17 Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm°. Sr. coronel Manuel Ribeiro Coutinho Mascarenhas em 14 de maio de 1875. Victoria, Typ. DO espírito-santense, 1875, p. 26; BENEVOLO, Ademar. Op. cit., p. 198; APEES. Vitória - ofício nº 1.446, do engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves ao Presidente da Província do Espírito Santo, em 19 de abril de 1875. Série G, Caixa de Correspondência com a Presidência - 1875 (manus-

- crito); Hermillo Alves é considerado de alta competência e reconhecido valor. Assim se expressa sobre seu trabalho Ademar Benévolo, op. cit., p. 198: "... um mestre — foi um dos maiores furadores de picadas ferroviárias, um recordista."
- 18 ALVES, Hermillo Candido da Costa, op. cit., p. 52-53.
- 19 Idem, p. 53.
- 20 APEES. Vitória - Ofício n° 903 ao Inspetor Geral das Obras Públicas enviado por Benjamim C. Pereira, em 13 de outubro de 1875. Caixa de Correspondência recebida pelo Inspector Geral das Obras Públicas, 1875 (manuscrito).
- 21 MARQUES, Augusto César. Dicionario historico, geographico e estatistico da provincia do Espirito Santo. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878, p. 96; Coleção das Leis do Império do Brazil de 1875. Tomo XXXVIII, Parte II, v. II. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1876, p.400-408.
- 22 Contrato de 23 de outubro de 1873, citado; cf. cláusula do Decreto n° 5.951, de 23 de junho de 1875.
- 23 APEES. Vitória - Termo de Contrato celebrado em 23 de janeiro de 1878 com o tenente-coronel João Frederico Russel para construção da estrada de ferro que trata a Lei Provincial n° 28 de 13 de outubro de 1876, Livro n° 574, Série G, Termos de Contratos entre o Governo Provincial e quaisquer Companhias ou particulares — 1864-1882, p. 81-91 (manuscrito).
- 24 APEES. Vitória - Termo de Contrato celebrado em 6 de julho de 1880 com o Engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves e Frederico Martins de Azambuja Meirelles para construção de uma via férrea de que trata a Lei Provincial n° 18, de 10 de maio do corrente ano. Livro n° 547, Série G, Termos de Contratos entre o Governo Provincial e quaisquer Companhias ou Particulares — 1864-1882, p. 91-96 (manuscrito).
- 25 Relatório com que o Exm°. Sr. dr. Herculano Marcos Inglez de Souza entregou no dia 9 de dezembro de 1882 ao Exm. Sr. dr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada Junior a administração da Provincia do Espirito Santo. Victoria, Typ. do Horizonte, 1882, p. 12.
- 26 O Brasil e seu minério de ferro. Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, n.117, p. 57, out. 1945.
- 27 ARARIPE, D. de Alencar. História da estrada de ferro Vitória a Minas. 1904-1954. Rio de Janeiro, CNG/CVRD, 1955, p. 107.
- 28 A.N. Rio de Janeiro - Pedido de concessão para construção de uma ferrovia, ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, do Porto de Souza a Linhares, no Espirito Santo, 1890. S.M. do S.D.E., Ministério dos Transportes, maço n° 11 (manuscrito).
- 29 O Brasil e seu minério de ferro. Observador Econômico e Financeiro, citado.
- 30 Annaes do Congresso Legislativo do Estado do Espirito Santo. 1ª Sessão Ordinária da 1ª Legislatura no Governo Republicano Federativo, Trienio 1892 a 1894. Victoria, Typ. do Estado do Espirito Santo, 1892, p. 63-104.
- 31 A.N. Rio de Janeiro - Decreto n° 574, de 12 de julho de 1890. S.M. do S.D.E., Ministério dos Transportes, maço n° 380 (manuscrito).
- A.N. Rio de Janeiro - Diário Oficial de 26 de junho de 1897, p. 2.922. S.M. do S.D.E., Ministério dos transportes , maço n° 380.
- A.N. Rio de Janeiro - Decreto n° 2.539 de 5 de julho de 1897. S.M. do S.D.E., Ministério dos Transportes, maço n° 380 (manuscrito).
- CUNHA, Pedro Nolasco Pereira da. Notas sobre a construção de algumas obras públicas. Rio de Janeiro, Pap. Moderna, 1928 , p.5.

- A.N. Rio de Janeiro - Ofício da Companhia Estrada de Ferro Peçanha ao Araxá, ao Presidente da República, em 10 de agosto de 1897. S.M. do S.D.E., Ministério dos transportes , maço n° 380 (manuscrito).
- A.N. Rio de Janeiro - Diário Oficial de julho de 1901, p. 3.601-3604. S.M. do S.D.E., Ministério dos transportes, maço n° 380.
- Idem.
- 32 A.N. Rio de Janeiro - decreto n° 4.337, de 1 de fevereiro de 1902. S.M. do s.d.E., Ministério dos transportes, maço n° 380 (manuscrito).
- 33 A garantia de juros era um incentivo aos investidores que aplicavam seus recursos em serviços públicos, geralmente de baixa rentabilidade e de retorno a longo prazo.
- 34 Cláusulas anexas ao Decreto n° 4.337, citado.
- 35 ALVARENGA ROSA, Léa Brigida Rocha de. Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas 1890-1940. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da F.F.L.C.H. na Universidade de São Paulo, 1975, datilografado. P. 88.
- 36 Idem, ibidem.
- 37 NOLASCO, Pedro. Estudos. In: R.D.E.F.V.M. apresentado em Assembléia Geral Ordinária realizada em 3 de dezembro de 1903. Rio de Janeiro, Typ. leuzinger, 1903, p. 11.
- 38 Idem, ibidem.
- 39 Idem, ibidem.

DUAS NARRATIVAS: UM SÓ CAMINHO

MIGUEL DEPES TALLON

Fazer história com açúcar é tarefa de abelhas.
Nada como uma pitada de sal para zangar-se a verdade.

Gladstone O. Mársico

I - INTRODUÇÃO

Depois do “boom” dos anos 60, em que, virtualmente, ganhou o mundo, o “realismo mágico ou o fantástico” latino-americano experimentou um processo de retração, quer pela morte de seus representantes mais importantes, como Asturias, Borges, Cortázar, Scorza, Puig, Rulfo e Donoso, quer pelo aparente esgotamento de sua temática. Os sobreviventes — Fuentes, Monteroso, Bioy Casares, Roa Bastos, Onetti — não conseguiram restabelecer o antigo prestígio do “realismo mágico ou fantástico”.

A verdade é que enquanto esteve em voga, o realismo mágico latino-americano foi o responsável pela construção de uma literatura que visava, sobretudo, não a “um poético comum e sim ao bizarro, ao extraordinário”.¹

É verdade que o fantástico latino-americano é situado dentro de um quadro de verossimilhança,² em que às vezes história e ficção se confundem e não pouco se imbricam. O discurso narrativo de García Márquez, por exemplo, “transita do verossímil ao inverossímil sem interrupção, sem questionamento”.³

Um fato notável que o realismo fantástico consegue estabelecer é a criação de uma empatia entre o texto e o leitor, num processo de interação,

Miguel Depes Tallon é membro do IHGES, da Academia Espírito-santense de Letras e da Academia de Letras e Artes de Cascais. O presente texto foi apresentado como crédito para conclusão de semestre, da disciplina “Literatura Brasileira e outras Literaturas” sob a orientação da professora-doutora Ester Abreu Vieira de Oliveira.

na medida em que a obra se realiza na convergência do seu texto com o leitor,⁴ produzindo um surpreendente efeito estético.

Não poucas vezes, essa literatura procurou fulcrar-se na documentação, objetivando uma verossimilhança que se exprima, sob a influência de um componente maravilhoso. A descrição quase fotográfica da realidade provoca a emergência “de uma imagem inusitada, ou do maravilhoso”.⁵ Gabriel Garcia Márquez, citado por Flávio Loureiro Chaves, afirma: “yo creo que particularmente en *Cien años de soledad* yo soy un escritor realista, porque creo que en America Latina todo es posible, todo es real.”⁶

A verdade é que a aparente falta de rumos do realismo-mágico latino-americano, a partir, como já disse, da morte de seus principais representantes, ou do eventual esgotamento de sua temática, encontrou solução em duas narrativas: a brasileira e a uruguaia. Em ambas, o caminho eleito foi o mesmo: o da História.

Mericy Caetano, analisando a nova direção apontada pela narrativa uruguaia, lembra:

*En esta inquietud apofántica, la narración polemiza necesariamente con la documentación, porque pretende sacar del ocultamiento lo que el documento es incapaz de dar, porque el documento en sí mismo es también un recorte selectivo y borra en el olvido todo lo que no está implícito en él.”*⁷

Assim, o que se pretende neste trabalho é o estabelecimento de um paralelo entre a nova narrativa uruguaia e a narrativa brasileira contemporânea, com ênfase nesta última para dois exemplos capixabas: Luiz Guilherme Santos Neves e João Bonino Moreira.

Quer me parecer ainda que essa “nova” narrativa histórica, além de procurar “polemizar” com a documentação, introduz um elemento novo, herdeiro direto de Artemio Cruz e de Aureliano Buendía, na condição do “anti-herói”, que mostra os desmazelos da situação e do contexto histórico.

II - A NARRATIVA BRASILEIRA

Da narrativa brasileira contemporânea, selecionei seis autores, que, julgo, oferecem uma visão substancial da nova narrativa histórica latino-americana. São eles: Gladstone O. Mársico, com *Cágada*; João Ubaldo Ribeiro, com *Vencecavallo e o outro povo*; Josué Guimarães, com *Dona Anja*; Eduardo Almeida Reis, com *Bumerangue*; Luiz Guilherme Santos Neves, com *As chamas na missa* e João Bonino Moreira, com *O presidente*

nu. Excluí o Márcio Souza, de *Galvez, imperador do Acre*, pelas semelhanças do seu romance com a literatura picaresca. Aliás, Mário M. Gonzalez considera Galvez um pícaro típico e assim o qualifica.⁸ E como o anti-herói dessa nova narrativa latino-americana não é um pícaro, justifica-se a exclusão.

CÁGADA

A primeira edição de *Cágada*, de Gladstone O. Mársico, é de 1974 e vou indicá-la como ponto de partida dessa nova narrativa histórica.

Cágada não é, naturalmente, o que foi, mas o que poderia ter sido. Abrangendo um vasto período da história brasileira, Gladstone Mársico imagina e cria em pleno Rio Grande um município de colonização judaica. O município que, de início se chamou Velópolis, passou a Cágada por ato de sua Câmara Municipal. A ação se desenrola, como já disse, num período que vai desde a matança dos primeiros índios ou “bugres”, como eram chamados, até os três fatídicos dias da quartelada de 1964, não se esquecendo o autor, através da narração do “Comandante”, de Rui Barbosa (que teria ensinado o comandante a ler),⁹ de Luiz Carlos Prestes (que teria colado do comandante na Escola Militar),¹⁰ de Oswaldo Aranha (a quem o comandante sugeriu amarrar os cavalos dos revolucionários no obelisco da avenida Central, no Rio de Janeiro, em 1930),¹¹ entre tantos, além do padre Nero, uma personagem muito bem construída e que tinha escolhido o nome de Nero, na tentativa de reabilitar historicamente tal nome.¹²

Cágada é uma crítica mordaz, mas é, sobretudo uma fantástica e divertida releitura da história pátria.

VENCECAVALO E O OUTRO POVO

Ainda em 1974, João Ubaldo Ribeiro, que vinha do êxito editorial de *Sargento Getúlio*, lançava *Vencecavalo e o outro povo*, reunindo cinco novelas de uma mesma família: Santos Bezerra. As novelas cobrem toda a história pátria, desde a chegada dos portugueses até os anos 70. As novelas são todas elas centradas em personagens imaginárias que são inseridas em determinados contextos históricos, que, implacavelmente, desmascaram. Na primeira novela, a personagem central é Vencecavalo, um bancário aposentado, residindo em Florianópolis, às voltas com o Produto Interno Bruto, demolindo hilariamente o idioma economês.¹³

A segunda novela tem o seu foco narrativo sobre Tombatudo Santos Bezerra, o enrabadiço, e se desloca para a esquadra de Cabral e as posteriores que vieram para o Brasil. De permeio, a ação se transfere para o conflito tribal, entre os índios paranaguás e cuchichas, satirizando as primeiras relações que se estabeleceram entre colonizadores e colonizados.¹⁴

O cangaço aparece na terceira novela, cuja personagem central é Rombaquirica Santos Bezerra.¹⁵ Nessa novela, João Ubaldo faz blague com o linguajar que Guimarães Rosa constrói para os seus sertanejos:

— *Apois-apois, que quedo assim-assim, asp'ro — disse Rombaquirica. — Mal haja-me! Assunto na fantasiação, quechequequecheque, quium-hum. P'ta-qu'-m'-p'riu, cá ou 'stou desendoidado ou desemendo de tanto aqui sojornar, atente, mas isso parece-mamim u'a roleta, não bem? Ficando aí nua nuela, prostitutriz.*¹⁶

Puxando uma nota de rodapé, o autor amplia a gozação: “Na realidade, ninguém fala assim, mas vai que seja mantida a alta qualidade literária e por uma questão de autenticidade.”¹⁷

A quarta novela, através de Sangrador Santos Bezerra, traz o Kazinquistão, que seria, em verdade, o próprio Brasil. O alvo da mordacidade de João Ubaldo dessa feita é o messianismo do interior brasileiro.¹⁸

Das cinco novelas, a mais divertida, sem maiores embargos, é a quinta, cuja personagem é o detetive Abusado Santos Bezerra, da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, que é convidado pelo governo dos Estados Unidos para solucionar um constrangedor problema envolvendo o Presidente daquela república e onde o próprio FBI fracassara.¹⁹ Num texto bakhtinianamente carnavalizado, João Ubaldo ironiza duramente a cultura norte americana, a partir dos nomes das próprias personagens (Camone, Ailoviú, Foquefoquiú) até o inusitado da situação criada.

DONA ANJA

Dona Anja, de Josué Guimarães, publicada em 1978, é um romance narrado em tom de folhetim, numa situação também carnavalizada, em que, originalmente, o autor constrói uma paródia de tragédia, na medida em que se unificam em *Dona Anja*, o tempo, a ação e o espaço. Há unidade geral, na medida em que a ação se desenvolve na noite em que o Congresso Nacional irá votar a emenda que introduz o divórcio no Brasil, desenvolvendo-se no salão da casa de Dona Anja, compreendendo o tempo exato de uma noite.²⁰ Nessa trama, quase uma farsa, as personagens se movem

ridiculamente, com pronunciado destaque para o prefeito que, revoltado com a ameaça de aprovação da emenda, vai num crescendo de apoplexia, até a crise cardíaca final que o vitima, num perfeito desenho menipaico.

BUMERANGUE

Bumerangue, de Eduardo Almeida Reis, é uma vigorosa sátira ao tucanato brasileiro, publicada pela Revan, em 1995.²¹ O autor, aproveitando-se da fictícia história de um jornalista (o narrador em primeira pessoa) que se apaixona pela esposa do governador de Minas, iniciando um relacionamento que culminaria com a morte da bela Ingrid e uma acusação de assassinio. O romance é muito bem estruturado, narrado sempre na primeira pessoa e em *flash-backs*. A sátira é verdadeiramente demolidora, não só contra a corrupção tucana, como também contra a imprensa, a partir já das primeiras palavras da obra: “No princípio era a verba. E nós correndo atrás.”²² Talvez por isso, e por outras farpas mais, o romance tenha sido ostensivamente ignorado pela grande imprensa e pela crítica oficial. O fato é que na construção da sua narrativa, onde ficção e história se embaralham, Eduardo Almeida Reis chega a ser contundente nas denúncias, que formula, como a que se segue:

*Seria a maior reportagem de minha carreira, e o maior escândalo aí da vossa paróquia, desde o caso PC e a CPI do Orçamento. Ouça lá: se você fizer a lista dos três políticos mais sérios do Brasil, se eu fizer a lista, se algum sujeito medianamente informado fizer a lista, dela constará o nome de um determinado tucano. Ex-líder estudantil, atuante nos grupos de esquerda, durante a ditadura dos coleguinhas do coronel Nei, tem o tipo da biografia que faz a cabeça da mídia, tanto assim que é cidadão tido e havido como reserva moral do país. Agora, adivinha quem era o dono de uma fazenda de 220 mil acres, escondidinha, do outro lado do mundo? Adivinhão.*²³

AS CHAMAS NA MISSA

Penso que na literatura que hoje se faz no Espírito Santo, um papel de realce cabe ao romance *As chamadas na missa*, de Luiz Guilherme Santos Neves, publicado em 1986.²⁴

O romance é narrado na terceira pessoa, com um estilo leve, gracioso, malandramente saramagueano, embora, às vezes, o autor não resista e assuma a narração, como à página 100: “Mas o homem põe, Deus dispõe e o diabo interpõe, assim penso eu, ponderai...”²⁵

A ação se passa numa imaginária vila do Santíssimo Sacramento que, pela descrição das páginas 9-11, percebe-se tratar-se de Vitória.

Pouco importa se historicamente Vitória não recebeu a visitação do Tribunal do Santo Ofício. O que vale é que poderia ter recebido e é em cima dessa possibilidade que Luiz Guilherme trabalha com muita felicidade, construindo uma narrativa onde o anti-herói, corporificado como Candinho, é inserido na história, como instrumento de profunda crítica social de uma época, na qual imperavam o medo, a delação, a traição. E nesse panorama, dialeticamente, Candinho

*... que do alto do morro está a olhar ou a olhar não está a procissão chegando à matriz, vendo a distância o movimento dos romeiros subindo a ladeira, não sei dizer de que raça ele é, se banto, nagô ou congô, nem dar sua origem, de que terra nativa, se d'Angola ou Bahia, se serecipe ou das alagoas, por que serras andou, como veio, quando veio, até mesmo se veio ou se de fato existiu e se o que dele se conta e se fala, com pontos e contrapontos, não passa de apurada invenção, fábulas e refábulas. Portanto, aviso vos dou, dele sei o que diz o povo e a voz do povo é a voz do Demo, assim penso eu, refleti no que digo.*²⁶

é, quando à luz da inquisição que deveria ser a perdição, em verdade, a própria salvação para aquele povo amedrontado, perseguido e explorado.

Um outro fato notável na trama é a homenagem intertextual que Luiz Guilherme rende ao Saramago, de *Memorial do convento*.²⁷ No *Memorial*, há um convento a ser construído para a satisfação de uma promessa do Rei. Em *As chamas na missa*, um caravelão destinado a proteger as águas do reino também vai ser construído. Os principais artífices no *Memorial* são os pedreiros, em *Chamas*, os carpinteiros. No *Memorial*, um pedreiro morre esmagado por uma grande pedra. Em *Chamas* é o carpinteiro Diogo Dó-ré-mi quem morre esmagado por um pranchão. E em ambos os romances, paira sobre todos o sinistro espectro da Inquisição.

À página 25, Luiz Guilherme brinca intertextualmente com Renato Pacheco, autor de *Vilão farto*, que era como Vasco Fernandes Coutinho chamava a sua donataria, ao converter o vilão farto de Coutinho no “vilão inóspito” de seu texto:

*Dos filhos de Samuel, casou-se Miguel com mulher natural da capitania, descendente do cavaleiro do rei Melquiades de Azeredo, substituído natural do donatário porque este mais tempo passava no reino que nas plagas do seu senhorio, batizado por ele de vilão inóspito.*²⁸

No episódio da tentativa de prisão do negro Candinho, por ordem do visitador, o autor não resiste a nova blague intertextual, dessa feita do famoso verso do *Romance sonâmbulo*, de Garcia Lorca, que ele converte em “Negro que te quero, negro”.²⁹

As chamas na missa é uma agradável surpresa, em termos de narrativa, de criação e, sobretudo, de elaboração lingüística. Sem qualquer dúvida, um romance maiúsculo, para o qual o terceiro lugar no Prêmio Rio de Literatura, de 1985, foi muito pouco.

O PRESIDENTE NU

O presidente nu, romance de João Bonino Moreira, foi lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1997, e traz uma curiosa história ao lado da história que retrata. Essa curiosa história é a história de sua própria construção. *O presidente nu* é o caso singular do romance que surgiu depois da resenha, do prefácio e das orelhas. Feita a resenha, João Bonino passou-a a Renato Pacheco, que, sem o texto do romance que ainda não existia, preparou o prefácio. Em seguida, de posse da resenha e do prefácio, Luiz Guilherme Santos Neves escreveu as orelhas do romance. Só então, de posse da resenha, do prefácio e das orelhas, João Bonino passou a escrever seu romance, montando a farsa que passou a integrar a própria história.

O romance de João Bonino Moreira é, sem favor algum, um dos mais originais já escritos na literatura brasileira e o situa dentro da nova narrativa histórica latino-americana.

O texto de *O presidente nu* já se inicia com a capa, nas cores preta e verde, que eram as cores que a farmacologia brasileira impunha para os psicotrópicos, no caso uma alusão aos remédios tomados pelo presidente Delfim Moreira. Ainda na capa, o texto continua com a reprodução de uma charge da época, caricaturando Delfim Moreira em conversa com o seu criado e sob o título sugestivo, e em francês, de *mal entendu*. A charge foi originalmente publicada no n.º. 572 da revista *Careta*, de 07/06/1919.

O romance procura retratar um dos períodos mais nebulosos da história brasileira, quando o vice-presidente Delfim Moreira se viu na contin-

gência de assumir a presidência da República, no lugar de Rodrigues Alves, que, eleito, não pôde assumir vitimado pela gripe espanhola. Como já estivesse acometido por um acelerado e irreversível processo de demência, Delfim só nominalmente ocupou a presidência, visto ter sido o poder de fato exercido pelo ministro de Viação e Obras Públicas, Afrânio de Mello Franco, naquilo que se convencionou chamar de “regência republicana” e que a maioria dos historiadores pátrios prefere ignorar.

O anti-herói no romance de João Bonino é o mordomo-do-paço, Joaquim Maria, em vias de se aposentar, e que já tendo servido aos presidentes anteriores, passa a servir o Presidente Delfim Moreira. De início, Joaquim Maria é apenas um espectador da loucura do Presidente, para, em seguida, num crescendo, ir assimilando sua loucura.

Embora *O presidente nu* só tenha, na realidade, dois capítulos, arisco-me a dizer que o romance de João Bonino Moreira deve ser o menor romance do mundo, conquanto um dos mais originais. A farsa que João Bonino constrói passa por um imaginário incêndio na gráfica campista, onde o romance estaria sendo impresso. Antes de apresentar aos leitores os dois capítulos do romance, Bonino se desculpa perante os leitores pelo incêndio que teria consumido, então, os originais, no texto a que tituló de “O presidente continuara vestido”.³⁰ Em seguida, o autor num texto curto a que chamou “salvados do incêndio”, anuncia aos leitores que dois capítulos foram salvos do incêndio e que viriam a seguir.³¹

Com os elementos fornecidos pela resenha, pelo prefácio e pelas orelhas, João Bonino construiu o seu romance com um cuidadoso rigor lingüístico, procurando adequar o seu texto ao linguajar da época. Assim, ele não menciona aposentar, mas “jubilar” (p. 35); o remédio dado ao Presidente é o “láudamo”, corriqueiro à época; não emprega homossexual, ou bicha, ou bichoso, ou abicharado, mas “adamado”. E, num toque de rara felicidade na reconstrução da época, refere-se ao “afamado Bar e Restaurante Araújo, localizado no início da rua Sete de Setembro, próximo à Câmara dos Deputados.”³²

III - A NARRATIVA URUGUAIA

O marco inicial da nova narrativa uruguaia é o lançamento, em 1980, de *Crônica del descubrimiento*, de Alejandro Paternaim. Oito anos depois, Tomás de Mattos publicava *¡Bernabé, Bernabé!* E dois anos depois, Napoleón Bacciono Ponce de León trazia a público o seu *Maluco*. A esses lançamentos, se juntariam *La capataza*, de Eduardo Lorier, em 1992; *El ojo Dindymenio*, de Daniel Chavarría, em 1993; *El príncipe de la muerte*,

de Fernando Butazzoni, em 1993; *Una cinta ancha de bayeta colorada*, de Hugo Berbejillo, em 1993; *El archivo de soto*, de Mercedes Rein, em 1993; *Para sentencia*, de Omar Prego, em 1994.

Para não tornar cansativo demais o presente trabalho, proponho-me a comentar apenas os três primeiros romances da nova narrativa histórica oriental e aquele que é, até agora, o seu mais alto momento: *El príncipe de la muerte*.

CRÓNICA DEL DESCOBRIMIENTO

Crónica del descubrimiento parte de uma idéia por demais original: no lugar da descoberta da América pelos europeus, a descoberta da Europa pelos índios mitones, portanto, americanos. A viagem é, em tudo e por tudo, uma réplica da viagem de Colombo, a partir da própria frota: Colombo larga de Palos, com a *Pinta*, a *Niña* e a *Santa Maria*; Yasibiré (o Colombo nativo) larga também com três naus, a *Limboy*, a *Niboy*, e a *Conboy*. A narrativa é feita por um cronista oficial da expedição.

Depois de uma viagem de aventuras, a expedição logra alcançar a costa da Espanha, onde aporta. Ali, os mitones, para poderem explorar livremente a noiva terra, sem qualquer perigo, Mañamedi, o feiticeiro irá produzir uma névoa, que, encobrindo os mitones, os tornará invisíveis para os europeus:

Que no nos vean; en cambio veámoslos. Una nube de niebla, lo suficientemente grande y espesa, alcanzará para disfazar toda la expedición.

‘¿sólo una nube?’ , pregunta Yasubiré.

*Estamos em otoño, capitán. No hay que ovidarlo. Seremos una nube entre tantas, un jiron más, un trecho de todos los días, o sea algo que nadie tendrá en cuenta.*³³

As surpresas para os mitones são incontáveis e, em sua maior parte, chocantes. Referindo-se aos espanhóis, Yasubiré nega-lhes o estatuto de guerreiros, inquinando-os de assassinos: “Más que guerreros, son asesinos. Están enpecinados en liquidar a esos que llaman moros e judíos.”³⁴

Também, em termos de religião, é contundente a crítica destinada à Igreja:

Tienen tantos brujos que nadie de nosotros los hubiera soñado siquiera. (...) Si estas gentes dicen adorar a un solo dios, o mienten

descaradamente, o son víctimas del más inaudito de los engaños. El templo albergava centenares de dioses y diosas. Todos muy tapados, eso sí, a semejanza de los nativos, y com fachas tam humanas que traslucía, a un tiro de balas la imaginación pauperrima de estos infelices. (...) mi vista tropezó com un espectáculo aterrador: en la cúspide del altar, semialumbrado por las velas vacilantes, habia um hombre en la posición más espantosa que se pueda concebir. Clavado de pies y manos a dois tablones formando cruz, inclinada la cabeza sobre el pecho, recibia sin chistar el humo, el palabrerío indescifrable, los rezos de la gente, las contorsiones de todos. El desdichado estaba desnudo, y apenas se cubria... ¿a qui no saben com qué? Pues ¡ com un taparrabos? (...) Quiénes lo mataron, saltaba a la vista: ellos mismos. No contentos los muy salvajes com eso, se repartían unos pedacitos blancos y redondos y so los comían diciendo que era el cuerpo de aquella víctima. Nuestra ingestión de galerones es un acto sagrado; lo que ellos hacera, una atrocidad.³⁵

A *Crônica* é o ponto a partir do qual a nova narrativa histórica do Uruguai passa a se orientar.

¡BERNABÉ, BERNABÉ!

Em *¡Bernabé, Bernabé!*, Tomás de Mattos reconstrói um doloroso episódio da história uruguiaia — o genocídio praticado contra os charruas — a partir da personagem imaginária de Bernabé, um promissor coronel do exército oriental e sobrinho de Dom Fructuoso Rivera. A trama se inicia através de cartas, das quais vai emergindo dolorosamente a verdade, num processo de reconstituição que, em tudo e por tudo, lembra a estrutura narrativa empregada por Eric Ambler em *A máscara de Dimitrios* e que serviu de base para *Citizen Kane*, de Orson Welles.

Lentamente, a verdade vai sendo extraída em *flashbacks* dos diversos narradores, até a narração da morte do coronel Bernabé pelo charrua que o mata.³⁶

MALUCO: ROMANCE DOS DESCOBRIDORES

Maluco, de Napoleón Bacciono Ponce de León, já conta uma tradução de Eric Nepomuceno, publicada no Brasil, em 1992, dois anos após seu lançamento no Uruguai.

Maluco tem como fundo a viagem de Fernão de Magalhães e a busca das Molucas ou Maluco. Napoleón Bacciono introduz na história uma personagem historicamente inexistente, mas que, pela ficção, nasce para a história. Trata-se do bufão Juanillo Ponce, um dos supostos dezoito sobreviventes da expedição e que, por falar demais, acaba perdendo a pensão que recebia, tendo seu nome apagado dos registros da expedição, o que, provocando seu inconformismo, leva-o a escrever ao Rei sua “memória”. Contudo, laboram contra ele os documentos, visto que na carta conclusiva que dirige ao Rei, Juan Ginés de Sepúlveda afirma:

Que nem o pontual cronista Gonzalo Fernández de Oviedo, quem teve ocasião de reunir-se com os sobreviventes da citada expedição, nem Juan Bautista Ramusio, que escreveu sobre o tema, nem nenhum dos historiógrafos que cuidaram do assunto, mencionam a presença nas naus de nenhum bufão. E que tampouco se referem os citados cronistas.

*Que não se menciona nesta nenhum Juanillo Ponce, a quem tampouco se referem os citados cronistas.*³⁷

É claro que a narrativa de Juanillo remete para outro texto, qual seja, o de Piagafetta, este sim, verdadeiro cronista da expedição, até porque, em nenhum momento, Baccino priva sua personagem de sua aura de anti-herói, parco de visão e pobre de objetivos:

Não entendo nada dessas coisas grandes: grandes ambições, grandes sonhos, grandes amores. Nada disso é para mim, que sou dos que vêem as árvores mas jamais o bosque. Sou simplório e me atenho ao que meus sentidos me ditam.³⁸

EL PRÍNCIPE DE LA MUERTE

El príncipe de la muerte, de Fernando Butazzoni, é o mais bem acabado exemplo da nova narrativa histórica uruguaia.³⁹ Seja na tessitura da narrativa, indo da Europa para Cuba, e de Cuba para o Prata, seja na construção da personagem central: Montenegro, com muita razão alcunhado de príncipe da morte pelos muitos assassinios políticos que cometeu. A personagem é nebulosa, misteriosa, não tem um nome, mas tão-somente um apelido: Montenegro. Depois de uma longa temporada em Cuba, onde se desiludirá terrivelmente com a mulher amada e de onde sairá fugido, em razão de sua participação numa malograda conspiração contra o domínio espanhol, Montenegro reaparece na região do Prata, colocando-se a soldo

de Dom Bartolomé Mitre e de Domingo Faustino Sarmiento, ambos useiros e vezeiros em mandar assassinar seus adversários políticos.

Depois de uma bem-sucedida carreira de assassino de aluguel, Montenegro se instala com a companheira numa modesta casa de subúrbio, numa rua sossegada e tranqüila. O grande problema é que, mesmo na inatividade, Montenegro era uma permanente ameaça a seus antigos patrões pelo muito que sabia e, quando já nem mais esperava, acaba misteriosamente assassinado à porta de sua casa.

IV - CONCLUSÃO

Parece fora de dúvida, hoje, que as narrativas do Brasil e Uruguai enveredaram por uma nova vertente, dentro do “realismo mágico” latino-americano, encontrando ambas um só caminho: o da inserção da ficção na história, como instrumento de denúncia, de sátira e sobretudo de desmistificação da própria história, enquanto oficial. Até porque, sem embargos, o discurso e a imagem podem, perfeitamente, vir a se constituir em instrumentos de poder e de transformação da sociedade.⁴⁰ Tal caminho representou, sobretudo, vigorosa renovação da literatura latino-americana.

No Brasil, a partir de Gladstone O. Mársico e João Ubaldo Ribeiro, e no Uruguai, de Paternaim e Tomás de Mattos, a nova narrativa histórica elegeu um só caminho: o de dialeticamente opor o imaginário ao real, na convicção plena de que seja absolutamente possível extrair-se da documentação o que o documento oculta, consciente ou inconscientemente.

Um outro dado importante a ser considerado é o fato de que a nova tendência da narrativa histórica do Brasil e do Uruguai já se consolidou com inúmeros outros exemplos, como *Vilão farto*, de Renato Pacheco; *Panelinha de breu*, de Bernadete Lyra; *Vila real*, de João Ubaldo Ribeiro; *Côgumelos de outono*, de Gladstone O. Mársico e *A galera*, de Tomás de Mattos. Em todos eles, a tônica dominante é a oposição do imaginário ao real, para que “a história não seja o que sucedeu, mas o que pensamos que tenha sucedido”, como já dizia Borges.

NOTAS

- 1 RODRIGUES, Selma Calasans. O fantástico. São Paulo, Ática, 1988, p. 9.
- 2 IBIDEM, p. 10.

- 3 IBIDEM, p. 12.
- 4 ISER, Wolfgang. O ato da leitura. São Paulo, 34, 1996, vol. 1, p. 50.
- 5 CHAVES, Flávio Loureiro. Ficção latino-americana. Porto Alegre, UFRS, 1973, p. 48.
- 6 GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel, apud CHAVES, Flávio Loureiro, op. cit., p. 48.
- 7 CAÉTANO, Mericy. "La desaparición: recurrencia en la nueva narrativa histórica del Uruguay", in Graffiti, nº 49, Montevideo, Editorial Graffiti, ene/feb/95, p. 20.
- 8 GONZÁLEZ, Mário M. A saga do anti-herói: estudo sobre o romance picaresco espanhol e de suas correspondências na literatura brasileira. São Paulo, Nova Alexandria, 1994, p. 318.
- 9 MÁRSICO, Gladstone O. Cágada, ou a história de uma cidade a passo de. 2ª ed. Porto Alegre, Movimento, 1980, p. 59.
- 10 IBIDEM, p. 92.
- 11 IBIDEM, p. 62.
- 12 IBIDEM, p. 24.
- 13 RIBEIRO, João Ubaldo. Vencecavallo e o outro povo. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 9-26.
- 14 IBIDEM, p. 27-57.
- 15 IBIDEM, p. 59-79.
- 16 IBIDEM, p. 73.
- 17 IBIDEM, p. 73.
- 18 IBIDEM, p. 81-100.
- 19 IBIDEM, p. 101-133.
- 20 GUIMARÃES, Josué. Dona Anja. 4ª ed. Porto Alegre, LPM, 1982.
- 21 REIS, Eduardo Almeida. Bumerangue. Rio de Janeiro, Revam, 1995.
- 22 IBIDEM, p. 13.
- 23 IBIDEM, p. 108.
- 24 NEVES, Luiz Guilherme Santos. As chamas na missa. Rio de Janeiro, Philobiblion - Fundação Rio, 1986.
- 25 IBIDEM, p. 100.
- 26 IBIDEM, p. 17.
- 27 Em recente encontro de literatura, a estudiosa Maria Teresa Lindemberg Ceotto apresentou comunicação em que identificou as semelhanças entre As chamas na missa e Memorial do convento, semelhanças que, com sua permissão, repito.
- 28 NEVES, Luiz Guilherme, op. cit., p. 25.
- 29 IBIDEM, p. 101.
- 30 MOREIRA, João Bonino. O presidente nu. Vitória, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1997, p. 25-27.
- 31 IBIDEM, p. 31.
- 32 IBIDEM, p. 36.
- 33 PATERNAIN, Alejandro. Crónica del descubrimiento. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1980, p. 48.

- 34 IBIDEM, p. 65.
- 35 IBIDEM, p. 82-83.
- 36 MATTOS, Tomás de. ¡Bernabé, Bernabé! Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1994, p. 142.
- 37 PONCE DE LEÓN, Napoleón Baccino. Maluco: romance dos descobridores. São Paulo, Cia. das Letras, 1992, p. 291.
- 38 IBIDEM, p. 100.
- 39 BUTTAZZONI, Fernando. El príncipe de la muerte. Montevideo, Graffiti, 1993.
- 40 PESAVENTO, Sandra Jathay. "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário" in Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/CONTEXTO, nº 29, 1995, p. 18.

EM FAULKNER, ROMANCE HISTÓRICO OU PSICOLÓGICO

RENATO PACHECO

I. INTRODUÇÃO

O centenário de William Faulkner (25/9/1897 a 6/7/1962) e a realização deste seminário do IHGES sobre *Ficção e História* permitem-nos examinar a obra romanesca por ele produzida, que tem sido, quase sempre, associada à História do Sul dos Estados Unidos.

A primeira notícia que tivemos aqui, em Vitória, sobre Faulkner, salvo engano, deveu-se a nosso consórcio Ivan Borgo, em artigo publicado no suplemento “Letras da Província”, de *O Diário*, em 27 de novembro de 1955, que comentaremos no momento oportuno. Anteriormente, já tivera oportunidade frustrada de conhecer o escritor, em São Paulo, e, verbalmente, sobre ele me chamara a atenção o cronista José Carlos Oliveira. Em 1980, visitei a casa de Faulkner, próxima a Oxford, Mississipi, consolidando-se, após leitura de suas principais obras, minha admiração pelo autor de tantas obras primas.

A mansão chama-se Rowan Oak (Fileira de Carvalhos), hoje um sítio histórico (National Historic Landmark) que atrai cerca de 250.000 visitantes por ano. Sua estrutura é de uma casa senhorial aristocrática rural do século XIX, como tantas outras no sul dos Estados Unidos, ainda hoje. O que lhe dá nota de interesse é a presença de Faulkner, notadamente em seu escritório, em cujas paredes brancas ele escreveu, com “spray” vermelho, os principais episódios do grande romance pacifista, *Uma fábula*.

Renato Pacheco é presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Escritor, autor de *A oferta e o altar*, *Reino não conquistado*, *Cantos de Fernão Ferreiro e Vilão farto*, entre outros. Membro da Academia Espírito-santense de Letras.

2. WILLIAM FAULKNER E SUA OBRA: UMA SÍNTESE

Faulkner nasceu em New Albany, Miss, próximo à cidadezinha de Oxford, em 25 de setembro de 1897. Na época, ainda repercutiam, lá, os insucessos da Guerra de Secessão. Estudou em Oxford (Jefferson, em seu imaginário, contra o ponto de vista dos moradores locais, que se não identificam com a decadência descrita em seus livros), serviu à Royal Air Force, na França, durante a Primeira Grande Guerra, e voltou a estudar na Universidade do Mississippi.

Ligado a uma geração citada por seu cosmopolitismo, Faulkner é atípico entre seus contemporâneos, pois nunca saiu (salvo por breve tempo, na Raf, em Nova Iorque, como livreiro, em Nova Orleans, como jornalista, e, em Hollywood, como roteirista) de sua cidade natal, a que estava ligado por fortes raízes familiares. Teve avós governadores e seu bisavô, também William, porém Falkner, como se escrevia então sem o “u”, foi autor da popular novela *A rosa branca de Memphis* (*The white rose of Memphis*).

Faulkner legou-nos uma obra importante, cujo objetivo foi retratar o sul dos Estados Unidos, principalmente depois da guerra civil, e nos primeiros anos deste século.

Fala-nos ele de uma aristocracia decadente, de fazendeiros brancos empobrecidos, do êxodo de campos ainda férteis, de políticos, membros de uma classe média amoral e enriquecida pela corrupção, de ex-escravos afro-americanos explorados pelos brancos, num relacionamento complexo a que não faltam crueldade e compaixão.

De sua amizade com o escritor Sherwood Anderson, então na moda, resultou a publicação, em 1924, de um livro de poemas, *The marble faun*. O melhor período de sua produção vai de 1929 a 1936; no entanto, na época, o autor foi recebido pela crítica já com indiferença, já com hostilidade. Dono de elaborado estilo, de difícil leitura, marcado por períodos longos, moralistas repeliram sua violência e pessimismo, e muitos acentuaram sua obscuridade, um cronista decadente da bestialidade humana.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o grupo de Alberto Camus, da Resistência francesa, descobriu Faulkner e proclamou-lhe a genialidade, dando-lhe projeção internacional, até o recebimento do prêmio Nobel, 1949/50.

Hoje, todos os críticos o situam dentro da melhor tradição literária norte-americana: Faulkner é um mestre da descrição realista e do drama psicológico, com emoção à flor da pele, e, sem dúvida, o maior romancista norte-americano do século.

Neste ensaio, não falaremos do contista Faulkner, autor de um clás-

sico no gênero, *O urso*, épico considerado pelos especialistas do mesmo nível de *O velho e o mar*, de Hemingway.

3. OS ROMANCES DE FAULKNER

Seus principais romances passam-se num fictício Condado de Yoknapatawpha, que, no mapa que ele desenhou da região, declarou, ousadamente, ser de sua propriedade, mas que os críticos identificam como Oxford, cujos habitantes, como já disse, repudiam sua similitude com Jefferson, pois não se identificam com o esplendor aristocrático do passado e o declínio do sul, ocorrido, para eles, há mais de um século.

No campo do romance, são suas principais obras: *The soldier pay* (1926); *Mosquitoes* (1927); *Sartoris* (1929); *The sound and the fury* (1929); *As a lay dying* (1930); *Sanctuary* (1931); *Light in august* (1932); *Absalom, Absalom* (1930); *The Hamlet* (1940), seguido de *A cidade e A mansão* (1957 e 1959) e *A fable* (1950).

Neles, é muito usada a técnica do monólogo interior, e Faulkner reconhece sua dívida com James Joyce (principalmente em *Ulisses*), que, por sua vez, sempre esclareceu que o uso do pensamento fragmentário das personagens, o monólogo interior, fora usado anteriormente por Edouard Dujardin, em 1887, na obra *Les lauriers son coupés* (*Os louros estão cortados*, ou simbolicamente, *Glória perdida*).

Em seus romances, conquanto baseados no regional, Faulkner busca a humanidade em seu conteúdo universal. Dele, para maior compreensão, vamos resumir alguns, com base nos estudos críticos disponíveis e em nossas próprias notas de leitura.

O SOM E A FÚRIA

O romance tem seu título inspirado no pessimista discurso de Macbeth, sobre a futilidade da vida: "it is a tale told by an idiot, full of sound in fury, signifying nothing."

Segundo o A., trata-se de uma narração sobre "a inocência perdida", história que ele escreveu quatro vezes, e versa a decadência da família Compson, aristocrata sulista empobrecida: pai alcoólatra; mãe saudosa das glórias passadas; a filha Candice (Caddy), mãe solteira, casa-se com um banqueiro para encobrir a falta, mas, descoberta, dá-se o divórcio e fora de casa ela se torna promíscua; o filho Quentin, com o dinheiro arrecadado

com a venda ilegal de terreno do irmão deficiente mental, estuda em Harvard, na Nova Inglaterra, onde se suicida; outro filho, Benjamim, Benjy, é o deficiente; Jason é ressentido, sádico e psicopata, sendo Quentin a adolescente rebelde, filha de Caddy. Entre todos, como um anjo tutelar, Dilsey, a velha empregada afro-americana.

Na primeira narrativa, referente ao dia 7 de abril de 1928, Benjy e seu acompanhante Luster estão vivendo o dia do 33º aniversário do primeiro, e o conhecimento dos fatos nos vem através de suas recordações confusas e fragmentárias.

A segunda narrativa, anterior à primeira no tempo, mostra-nos Quentin, o filho, em Harvard, no dia 2 de junho de 1910. Há registro de suas cartas de suicida a seu pai e a Shreve, seu colega de quarto. Usa o monólogo interior, em duas viagens de bonde. Quentin dá um passeio na zona rural, e uma garota o segue, sendo ele acusado de rapto. Desfeito o engano por colegas, briga com um deles, volta ao quarto e segue para o suicídio.

Na terceira narrativa, em 6 de abril de 1928, Jason briga com a sobrinha, cujo dinheiro, mandado pela mãe, ele guarda avaramente.

Na quarta narrativa, em 8 de abril de 1928, o narrador onisciente acompanha Dilsey, ao averiguar o desaparecimento da moça, no que é seguido pelo tio Jason. A adolescente fugira com um rapaz do circo, levando todo o dinheiro seu, que o tio guardara durante anos.

Num apêndice, solicitado pelo editor Malcolm Cowley, em 1946, Faulkner historia a vida da família Compson, desde seus primórdios, e agrega outras informações sobre o destino dos membros dessa infeliz família.

Carvel Collins (In: *Primeiro dia de maio*. Lisboa, Moraes, 1985) esclarece que nesta obra, pela qual o autor declarou a maior afeição, utiliza “conscientemente” os conceitos freudianos que se tinham tornado bastante conhecidos nos anos 20, quando a nova psicologia se revelou ao mundo literário do pós-guerra. Assim, Benjy é composto em função do id, Quentin, do ego e Jason, do superego.

Em conferência na Universidade de Nagano, Japão, Faulkner disse que este era seu romance favorito e o escreveu com todo o seu ser: “having written my guts into *The sound and the fury*.” Inicialmente, a crítica lhe foi desfavorável, porém o livro é hoje unanimemente aclamado como obra-prima.

SANTUÁRIO

O crítico Maxwell Geisman considera este o pior livro do autor, o que se coaduna com a própria opinião de Faulkner, que sempre o conside-

rou uma espécie de “panela de pressão”, fruto talvez de sua fascinação (e de muitos escritores seus contemporâneos) pelas histórias policiais. Ele parte de um enredo deliberadamente concebido para virar um *best-seller*, para ganhar dinheiro, para vender para Hollywood, o que, de fato, aconteceu. (Lembremos, *en passant*, que Faulkner também foi roteirista de filmes, tendo assinado o roteiro de *The big sleep*, de Raymond Chandler.)

Em *Santuário*, Faulkner constrói um mundo de violência, assassinatos, estupros, linchamento, mas sem maniqueísmo, pois as conclusões são nitidamente faulknerianas.

Os fatos relatados nada mais são do que o reflexo do mundo contemporâneo, com sua sensualidade explosiva que sufoca a aspiração máxima da Justiça, presa num Santuário inalcançável.

Parte o autor do envolvimento de cinco bandidos, chefiados por Lee Goodwin, dono de uma destilaria clandestina de álcool, em fazenda decadente. O advogado Horace Benbow, vivendo um drama pessoal de separação conjugal, aceita almoçar com a “gang” e fica embriagado. No dia seguinte, em Jefferson, visita parentes em cuja casa encontra o arrogante jovem Gowan Stevens. À noite, este leva a heroína Temple Drake a um baile universitário e depois à casa de Goodwin, em busca de uísque. Noite de pesadelo. Um dos bandidos protege a moça e é assassinado. Goodwin é acusado do crime e defendido por Horace. Um dos bandidos, a curiosíssima figura chamada de Popeye, seqüestra Temple, violenta-a e a coloca em um bordel em Memphis, onde o advogado a encontra e consegue sua fuga. No júri, Temple testemunha contra Goodwin, que, considerado culpado, é linchado. Popeye é preso, acusado da morte de um policial, condenado e enforcado.

Temple vai para Paris com o pai, o juiz Drake, onde, nos jardins de Luxemburgo, “num dia cinzento de um verão cinzento”, em meio ao barulho de bolas, gritos de crianças, música da banda no pequeno pavilhão:

(...) boceja por detrás da mão, depois tirou da bolsa o porta-pó e abriu-o. Nele viu refletido um rosto taciturno, descontente e triste. A seu lado estava seu pai, de mãos cruzadas sobre o castão da bengala, o rígido bigode salpicado de gotinhas prateadas. Ela fechou o porta-pó sob a aba elegante do chapeuzinho, seu olhar pareceu acompanhar as ondas de música, dissolvendo-se no clamor agonizante dos instrumentos, indo além do tanque e do semicírculo das árvores. Ali, a sombrios intervalos, cismavam as tranqüilas rainhas mortas, representadas em mármore manchado e envelhecido. Mais tristonho ainda, o olhar continuou indo perder-se lá adiante, no céu prostrado e vencido no abraço da estação da chuva e da morte”.

“Notas sobre *Luz em agosto*, de William Faulkner” (adotado o título constante da edição da Livraria do Globo, de Ivan Lorenzoni Borgo, artigo publicado em *O Diário*, de 27 de novembro de 1955 e, creio, o estudo mais longo (e talvez único), sobre Faulkner em nosso Estado.

São notas surpreendentes não só pela idade, então do autor, na casa dos 20, como pelo provincianismo circundante.

Ivan Borgo, *mutatis mutandis*, com a intensidade local, conhecia, na própria pele, o problema do relacionamento inter-étnico, ítalo-capixaba que é. Ele analisa muito bem a diferença entre Faulkner e outros autores (afro-americanos, ou não) que versaram o problema nos Estados Unidos.

Assim se expressa nosso ensaísta:

“Pensamos que William Faulkner não denuncia racismo em seu livro. Pelo contrário, há nele um igualitarismo latente. Ele mostra fatos nas relações humanas perturbadas por fenômenos comuns a todos os povos, situados dentro do círculo da realidade americana, com relação ao problema, no momento atual. As deformações de seus personagens baseiam-se em conceitos clássicos de formação da personalidade, paranóia que a psicanálise de Freud procura resolver através de esquemas simplistas. O embate de raças diferentes, vindas de campos geográficos contrários, serve apenas de elemento catalisador. O autor, nas entrelinhas, pretende demonstrar que um negro não é pior do que um branco, simplesmente porque é um negro. Contudo o ambiente poderá torná-lo pior. O isolamento, a contínua humilhação a que está exposto têm força para que se forme em seu espírito uma certa prevenção. E essa prevenção generalizada, cristalizada pelo tempo poderá levar o observador às mais absurdas conclusões.”

Contestando o ensaísta Theodore Harnberger [*Cadernos de Cultura*, MEC) que considera exagerado em seu exame da obra de Faulkner, Ivan Borgo vê a possibilidade de melhoria social do afro-americano do sul dos Estados Unidos sobre outra ótica: “Se em *Luz em agosto* o autor trata de um ‘senso de culpabilidade’ da maioria branca, é certo que ele não quer compactuar com essa carga que, embora venha ficando mais leve através dos anos, está ainda longe de desaparecer.

De nossa parte, consideramos *Luz de agosto* o mais belo romance de Faulkner, e, talvez, o mais legível. Neste romance, vemos, em profundidade, um estudo sobre a condição humana, a compaixão, a crueldade, as

asperidades do real, mas é, sobretudo, uma apologia à vida, à possibilidade de o gênero humano persistir.

Em *Luz em agosto*, a meu ver, Faulkner delinea perfis psicológicos bem marcantes, com nítida ênfase naquilo que Oracy Nogueira chamou de “preconceito de origem”, típico do relacionamento entre anglo-americanos e afro-americanos.

Lena Grave, branca, pobre, solteira e grávida sai em busca de seu prometido esposo.

“Venho do Alabama. Boa caminhada. Toda a estrada a pé, desde Alabama. Boa caminhada. Ainda não faz um mês que ando e já estou em Mississipi, mais longe de casa do que nunca.”

E, no fecho do livro, é ainda Lena quem, filho ao colo, reflete: “— Puxa! Como uma pessoa viaja! Ainda não há dois meses que saímos do Alabama, e já estamos no Tennessee.”

Byron Bunch, empregado da serraria, homem correto e temente a Deus é típico de um protestantismo defensor da retidão, austero e inflexível (há pelo menos uma dúzia de denominações protestantes no norte do Mississipi), protestantismo que encontra representação maior no pastor Gail Hightower, Divinitate Doctor, ministro da igreja Presbiteriana decaído face ao mau comportamento de sua mulher. Os dois se completam pela amizade, pelas conversas, pelo silêncio, como se um símbolo só fossem.

Joe Christmas é a figura central do livro, que se acredita afro-americano, embora branco, pois achava que “em suas veias corria um pouco de sangue negro.”

Joe Brown (Lucas quando engravidou Lena) se associa a Christmas na venda ilegal de uísque, ostentando riqueza afrontosa e suspeita.

O encontro de Lena com Byron na serraria é a centelha que acende fogueira, no dizer do pastor, oriunda do diabo.

Christmas mata sua protetora Miss Burden, em cujo terreno morava. O evento é relatado longamente e somos conduzidos à fuga do criminoso pelos campos do noroeste do Mississipi e pelas cinzas de seu próprio passado: seu tempo no orfanato, a adoção pelos Mc Eachern, a vida em sua propriedade rural, a fuga e sua chegada a Jefferson, anos depois de um nomadismo inconseqüente.

O menino “sentia-se como uma águia; duro, presunçoso, poderoso, sem remorso, forte. Mas isso passou, embora então não soubesse que, como a águia, a sua própria carne, bem como todo o espaço, era ainda uma gaiola.”

Curiosamente, essa pequenina águia odiava mais a branda doçura das mulheres, sempre vítimas, do que a dura e inflexível justiça dos homens.

Em *flashback*, o autor relata a origem dos Burden e o igualitarismo contestado de Miss Burden, a vítima.

Byron toma providências para o nascimento do filho de Lena, por quem está apaixonado. Christmas é detido em Mottstown. Aparecem o velho Doc e esposa, seus avós legítimos. Nasce o filhinho de Lena e a política leva o pai, Joe Brown, a visitá-lo.

Christmas foge da cadeia e se refugia em casa do pastor Hightower, onde é morto, barbaramente, por Percy Grimm, considerado um inútil, porém capitão da Guarda Nacional: “— Agora deixarás em paz as mulheres brancas, ainda que seja no inferno.”

Como epílogo, um negociante de móveis conta à esposa a carona que deu a Lena, Byron e o recém-nascido, deixando-os já no Tennessee.

Obra que se equipara ao melhor de Joyce, Mann ou Proust, *Luz em agosto* é momento imperecível da literatura contemporânea.

ABSALÃO, ABSALÃO

O título se baseia na Bíblia, no Livro de Samuel, 2, principalmente em 18:37 e 19:4.

“Então o rei, profundamente comovido, subiu à sala que estava por cima da porta e chorou; e andando dizia: Meu filho, Absalão, meu filho, meu filho Absalão. Quem me dera que eu morrera por ti, Absalão, meu filho, meu filho!”

‘Tendo o rei coberto o rosto, exclamava em alta voz: Meu filho Absalão, Absalão, meu filho, meu filho!’”

A revolta do filho contra o pai, em Faulkner, vai aparecer na história de Thomaz Stupen, contada em *flashbacks* por diversas personagens.

Quentin Compson (cujo suicídio é relatado em *O som e a fúria*) neste livro ouve da solteirona Rosa Coldfield parte da trajetória de Stupen, homem determinado a enriquecer, que chega a Jefferson montado num belo cavalo e portando duas pistolas. Em pouco constrói uma fazenda, onde constrói mansão. Porém, vive solitariamente até casar-se com Ellen, irmã da narradora, e filha de seu único amigo, Goodhue. O casal tem dois filhos, Henry e Judith, e Stupen também é pai de Clytemnestra (Clytie), filha de uma escrava, e de Charles Bom, de um prévio matrimônio nas ilhas do Caribe. O pai de Quentin narra-lhe alguns fatos que vão completando a história de Stupen em intrincada trama. Há, inclusive, a possibilidade de Judith vir a casar-se com Charles Bom, seu meio-irmão.

Estoura a Guerra da Secessão e Stupen se torna coronel das forças sulistas. Seus filhos Charles e Henry, amigos inseparáveis, também se alistam. Ao fim da guerra, para que Charles não se case com Judith, Henry o mata, à entrada da fazenda dos pais. Quentin, em Harvard, recebe notícia da morte de Rosa Coldfield, e relata a Shreve, seu companheiro de quarto, outros episódios da vida de Thomas Stupen, desde sua pobre infância em Virgínia do Oeste, e a ida noturna com a velha Rosa à arruinada mansão do cunhado dela.

Assim, a desesperada luta de Stupen para fundar uma dinastia familiar, tornar-se um aristocrata, não chega, em virtude de trágicos acontecimentos alheios a sua vontade, a bom termo. Faulkner usa do tema para pintar (e ele era também bom desenhista) um grande e obscuro quadro do sul dos Estados Unidos, nos anos que antecederam a Guerra Civil, e durante esta.

O crítico Clifton Fadiman diz: "Alguém pode concluir que todas as personagens em *Absalão, Absalão* terão final trágico. O livro pode ser considerado uma anti-narrativa, um conjunto de mecanismos complicados usados para impedir que a história seja contada."

Nunca, em Faulkner, o sul está tão presente, o sul histórico, o *deep south*, ainda mais que a narrativa está sendo feita, a distância, na Nova Inglaterra, onde, desde setembro, no início das aulas, perguntavam a Quentin, em Cambridge:

"— Conte alguma coisa sobre o sul. Como são as coisas por lá? O que vocês fazem por lá? Por que vivem lá? Por que não vivem..."

E, ao final Shreve pergunta a Quentin:

— Por que você odeia o sul?

— Eu não o odeio — disse Quentin, rapidamente, de uma vez, imediatamente. — Eu não o odeio — repetiu. Eu não o odeio, ele pensou, arfando no ar frio, no escuro impiedoso da Nova Inglaterra. Não o odeio! Não o odeio! Não o odeio!"

Esta repetição fixa bem o relacionamento do sulista com sua terra, que, vencida na guerra, tirou-lhe os padrões de vida preexistentes.

UMA FÁBULA

A fable é o mais complexo e universal livro de Faulkner: uma versão contemporânea e simbólica do Evangelho. Traz recordações de sua

estada na França, na Primeira Guerra Mundial. Embora de difícil leitura, ganhou o "National Book Award" e o "Pulitzer."

A tradução brasileira (excelente, por sinal) é de Olívia Krahenbull, que sintetiza o livro: França, uma semana de maio de 1918. Um regimento francês se recusa a sair das trincheiras, atendendo à sugestão de um caporal misterioso e seus doze adeptos. Os alemães resolvem parar a guerra também. Assim, encontram-se em Chaulnesmont, quartel general dos Aliados, os comandantes das diversas forças, perseguindo o objetivo comum de continuar a guerra, para salvar a honra dos exércitos e os interesses econômicos nela envolvidos.

Na sexta-feira, o caporal é fuzilado, entre dois ladrões. O arame farpado das trincheiras serve-lhe de coroa de espinhos. O corpo é enterrado em St. Mihiel, de onde desaparece, depois de um bombardeio, reiniciadas as hostilidades. Encontrado por um soldado, vai para o Arco do Triunfo, em Paris, simbolizando o soldado desconhecido.

Como história paralela, Faulkner conta, pela boca de um velho pregador afro-americano, a história de um cavalo extraordinário que, embora correndo com três pernas, continua a vencer todos os seus oponentes: uma fábula, dentro de outra fábula.

Conforme lembra a prefaciadora, o livro escrito no começo da Guerra Fria torna-se "o porta-voz da angústia e da esperança de um grupo cada vez mais considerável de seres humanos, que pensam e sentem como ele perante a tensa realidade belicista reinante no mundo contemporâneo, onde, em certas plagas, a própria palavra paz se torna suspeita."

4. À GUIA DE CONCLUSÃO

Unicamente por falta de engenho e arte, não pude apresentar um William Faulkner de corpo inteiro, nem examinei, a fundo, seu contributo para o possível conhecimento histórico do sul dos Estados Unidos.

Rendi, tão somente, homenagem ao centenário do grande escritor, que tanta beleza agregou à literatura contemporânea.

Lembro que Faulkner, ao aceitar o prêmio Nobel de Literatura, apresentou, em breve discurso, seu credo de escritor:

"É nosso privilégio ajudar os seres humanos, elevando seus corações, ao lembrar-lhes a coragem e honra e esperança e orgulho e compaixão e piedade e sacrifício que têm sido a glória de seu passado."

Ele desejava, conforme disse:

“iluminar as velhas verdades do coração, as velhas verdades universais, pois, com pouca diferença qualquer história é efêmera e finda — amor e honra e piedade e orgulho e compaixão e sacrifício.”

E mais:

“Acredito que os homens não meramente sobreviverão, mas prevalecerão porque têm uma alma e um espírito capaz de compaixão, sacrifício e sofrimento.”

Enfim, sempre entendi que Faulkner era bom manancial de informações sócio-históricas sobre o sul dos Estados Unidos, e o fiz seguindo o pensamento de muitos críticos e professores. Hoje, ao contrário, convenci-me que Faulkner buscava o atípico e me desfiz deste ponto de vista.

Carvel Collins, na introdução a *O primeiro dia de maio*, convenceu-me de que o trabalho de Faulkner fica mais próximo da Psicologia do que da História ou da Sociologia.

De fato, a visão da história de Faulkner a situa como algo remoto que se torna impossível reconstituir, mas próxima o bastante para ter decisiva influência na vida atual.

Resta-nos, tão somente, uma única conclusão:

WILLIAM FAULKNER, GRANDE ROMANCISTA UNIVERSAL!

BIBLIOGRAFIA

BORGO, Ivan. Lorenzoni. Notas sobre Luz em agosto de William Faulkner. O Diário, 27 de novembro de 1955.

FAULKNER, William. Absalão, Absalão. Rio, Nova Fronteira, 1981.

____. Luz em agosto. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

____. O povoado. São Paulo, Mandarim, 1997.

____. O som e a fúria. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

____. Primeiro dia de maio. Lisboa, Moraes, 1985.

____. Santuário. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

____. Uma fábula. São Paulo, Mérito, 1956.

FULLER, Edmund. Adventures in american literature. New York, Harcourt Brace, 1963. (Modern Ficción, v. 1)

OUSBY, Ian. American Novels. Londres, Pan, 1979.

OXFORD — Lafayette Count Chamber of Commerce. Oxford, Lafayette Count, 1980.



ORQUÍDEAS NO ESPÍRITO SANTO E DESENVOLVIMENTO ORQUIDÓFILO EM VITÓRIA

ÉRICO DE FREITAS MACHADO

No reino vegetal, a família *orchidaceae* é a mais rica em quantidade de espécies. São entre 25.000 e 35.000. Quase todas se apresentam como ornamentais, quer quanto à beleza das flores, quer quanto à forma da própria planta.

O Espírito Santo, pela sua situação geográfica (situado praticamente na metade do litoral brasileiro) e pelas condições ecológicas, relevo e diversificação de climas, possui qualidades excepcionais para o desenvolvimento das matas e, conseqüentemente, da micro-flora, que aparece como plantas de menor porte e que vegetam em profusão, com destaque especial para as orquídeas, as quais vão além de 600 espécies, sem contar com variedades e híbridos naturais.

Até o final do século passado, a riqueza orquidófila capixaba era impressionante. As matas, praticamente intocadas, e as orquídeas, bromélias, antúrios, filodendros, samambaias, avencas e outros, formavam essa micro-flora fantástica e que foi celeiro de descobertas e campo de interesse para colecionadores e estudiosos.

A derrubada das matas de forma indiscriminada e o fogo dizimaram essa riqueza, deixando um vazio que nunca mais será preenchido.

A partir de 1950, quando comecei a cultivar orquídeas, ainda tive a felicidade de encontrar o Espírito Santo com cerca de 60% de sua cobertura vegetal. Atualmente, mal deve chegar a 5%. Maior volume só se consegue considerando floresta, as capoeiras e algumas matas em recuperação.

Eu fui criado em fazenda e sempre achei a terra uma coisa abençoada e que precisa ser cuidada. Adquiri uma pequena propriedade, em 1962, com 12,5 hectares, na região montanhosa (atualmente, município de Marechal Floriano), a 660 metros de altitude e quase em condições ideais para o cultivo de orquídeas, a que dei o nome de "Florabela".

Comprei, catei nas derrubadas, fui aos poucos formando uma reser-

Érico de Freitas Machado é engenheiro agrônomo e sócio efetivo do IHGES.

va orquidófila própria onde, agora, vegetam quase todas as espécies nativas espírito-santenses, com possibilidades de reprodução e até de povoamento de outras áreas.

Tenho orquidários típicos, uma mata recuperada, uma mata artificial de dracenas e plantas frutíferas, todas abarrotadas de orquídeas, onde a maior parte vive como nos séculos passados. Além de tudo, é um campo de estudos e de surpresas. Faz pouco tempo encontrei sobre uma dracena um exemplar de flores diferentes e que classifiquei como espécie nova. Homenageei minha própria reserva orquidófila dando o nome de *pleurothallopsis florabelensis* (no gênero, só havia uma planta conhecida no Brasil — *pleurothallopsis nemorosa* (Barbosa Rodrigues, Porto e Brade).

O significado dessa nova espécie representa menos sobre a própria planta, considerada botânica ou miniorquídea, que pela surpresa de ainda ser encontrada alguma novidade nos tempos atuais, após tal desmatamento.

Aqui vegetam várias espécies de flores, grandes e atraentes, como a *cattleya warneri*, de cor lilás, no tipo e a maior flor das orquídeas brasileiras, chegando, às vezes, a ultrapassar 22 centímetros de diâmetro.

Pontilharam colecionadores por todo o Estado e o maior desenvolvimento orquidófilo se verificou na Capital e cidades adjacentes.

Um dado interessante sobre trabalho orquidófilo antes de 1956, quando vim de Castelo para Vitória, foi-me fornecido pelo amigo José Hygino de Oliveira, o conhecido “Taneco”, e que trata-se do antigo orquidário do Parque Moscoso, criado por Paulo Mota, em 1920.

O orquidário do parque Moscoso desapareceu e só mais recentemente, em 1989, durante o governo municipal do prefeito Hermes Laranja, foi criado novo orquidário na Gruta da Onça, e que recebeu o nome de Nicanor Paiva, um dos mais destacados orquidófilos da terra.

Logo que vim residir em Vitória, procurei contato com dois colecionadores que se destacavam, inclusive com publicações de artigos sobre orquidofilia: a professora Maria Stella de Novaes e o odontólogo Hildebrando Lucas. Havia uma outra colecionadora, embora menos conhecida, que era Dona Helza Hauschild.

Procurei incentivar a orquidofilia na Capital e em cidades do interior. O primeiro passo foi realizar uma exposição, o que aconteceu em 1957, e tive como companheiros Hildebrando Lucas, Dona Helza Hauschild, Wandelino Schunk (vindo de Marechal Floriano) e Wladislaw Zaslowski (orquidófilo iniciante de Vitória). O local foi uma sala no antigo IAPC, ao lado do teatro Carlos Gomes, na praça Costa Pereira.

Em 1958, não foi possível realizar exposição.

Em 1959, junto com orquidófilos de todo o Estado, fundei a Sociedade Capixaba de Orquidófilos e fui seu primeiro presidente. A fundação

da Sociedade foi comemorada com a II Exposição Estadual de Orquídeas e Plantas Ornamentais. Uma belíssima mostra apresentada ao público na loja do edifício Ouro Verde, na avenida Jerônimo Monteiro, numa deferência dos irmãos Ribeiro Brandão, proprietários do local.

Uma outra exposição, a terceira, foi feita no mesmo local, no ano seguinte — 1960.

A seguir, as exposições foram se sucedendo, ano a ano:

1961 — no edifício Fábio Ruschi, avenida Governador Bley.

1962 — no mesmo local.

1963 — no mesmo local.

1964 — no edifício Moysés, avenida Jerônimo Monteiro.

1965 — no Teatro Carlos Gomes, praça Costa Pereira.

1966 — no Teatro Carlos Gomes.

1967 — no conjunto Quatro Irmãos, na Praia do Suá.

1968 — esquina da avenida Jerônimo Monteiro, ao lado direito dos Correios e Telégrafos (Centro).

1969 — loja da esquina da avenida Florentino Avidos com avenida República (onde funciona atualmente o Tigrão).

1970 — loja do andar térreo do edifício Glória, na avenida Jerônimo Monteiro.

Nesse período, a Sociedade Capixaba de Orquidófilos participou da ornamentação (flores e orquídeas) em várias festas dos Dez Brotos, promovidas anualmente pelo colonista Hélio Dórea, de *A Gazeta*.

A maior dificuldade para a realização das exposições, todas feitas em outubro, não residia nas orquídeas, pois a época escolhida era coincidente com a floração da *cattleya warnery*, ostentando suas grandes flores e que serviam como “pano de fundo”, ocupando todos os espaços disponíveis. O difícil era o local. Achar uma área vazia e de tamanho apreciável sempre foi a grande preocupação. Também o patrocínio, algumas vezes pelo Governo do Estado — Secretaria da Agricultura, Companhia Vale do Rio Doce (por três vezes) e Centrais Elétricas do Espírito Santo, fornecendo gratuitamente a energia elétrica necessária, pela atenção e boa vontade do seu presidente Burian. Ajudas outras, como convites e cartazes, por César Gianordoli, da Gráfica Real e muitos outros. Mas o esforço compensou e o trabalho e a boa vontade de muitos permitiram que as orquídeas fossem apreciadas nessas treze exposições.

Depois, por desentendimentos internos, a Sociedade Capixaba de Orquidófilos feneceu e acabou. Desapareceram as exposições.

Quase vinte anos depois, em 1988, surgiu o Grupo Orquidófilo da Grande Vitória. Fui, mais uma vez, um dos fundadores e seu primeiro presidente. As exposições voltaram. Foram realizadas cinco grandes exposições — 1988, 1989, 1990, 1991 e 1993. Todas no andar térreo do Boulevard da Praia, Praia do Canto.

Durante o curto período da GOGV, outras promoções foram feitas, como reuniões, palestras e pequenas exposições em datas diferentes de outubro, e de menor expressão. As exposições foram no Colégio Salesiano, Praia Shopping e praça dos Namorados (duas).

Também foram promovidas exposições na Aracruz Celulose, em Cachoeiro de Itapemirim e Marechal Floriano.

Depois, os mesmos que semearam a discórdia na Sociedade Capixaba de Orquidófilos não se conformaram com o êxito do Grupo Orquidófilo da Grande Vitória, e partiram para uma dissidência. Mais uma vez dividindo, em vez de somar.

O Grupo Orquidófilo da Grande Vitória encerrou suas atividades, mas além de um trabalho de soerguimento orquidófilo em Vitória e outras cidades do Espírito Santo, foi responsável pelo aparecimento de novos colecionadores, principalmente jovens e que agora podem dar continuidade à conservação desse patrimônio, ainda pouco conhecido e que, sem dúvida, sempre apontará essa terra abençoada como lugar privilegiado e onde as orquídeas, com suas flores multicoloridas, pontilham os ambientes e as matas remanescentes, pelos anos afora, em suas épocas próprias, principalmente em outubro, quando a *cattleya warneri*, a mais bonita delas, desabrocha, salientando o lilás como a cor padrão e o símbolo maior do fascínio da natureza.

ESTUDO SOBRE AUTORIA DA OBRA
MEMÓRIAS DO PASSADO
— A VITÓRIA ATRAVÉS DE MEIO SÉCULO

FERNANDO ACHIAMÉ

À memória de Hermógenes Lima Fonseca, conhecedor da obra do padre Antunes, por continuar nos ensinando que vida e amizade precedem estudos de História ou Folclore.

INTRODUÇÃO

O culpado pela elaboração deste trabalho é Reinaldo Santos Neves. Há mais de dez anos me entregou uma transcrição de artigos publicados de forma anônima no jornal *A Província do Espírito Santo*, em 1885. Pediu que fizesse um breve estudo sobre eles, adiantando que faltavam algumas partes que não pudera obter. O estudo e a transcrição seriam publicados pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, em cuja editora Reinaldo trabalhava na época. Fui logo lendo a transcrição. Achei a obra muito interessante e interessado fiquei em localizar as partes faltantes (cinco artigos ao todo) e preencher as poucas lacunas da transcrição. E, é claro, descobrir o autor do escrito.

Os artigos que faltavam (de números 14, 15, 16, 24 e 26) foram facilmente obtidos, bem como preencheram-se as lacunas da transcrição, no acervo de microfimes do Arquivo Público Estadual, que por essa época já tinha microfilmado (em conjunto com a Biblioteca Nacional) os jornais mais antigos da nossa terra. Aproveitei para corrigir alguns trechos incorretos da transcrição. Já estava completamente tomado pela obra e comecei a conversar com ela procurando resposta para minha pergunta fundamental: “- Quem te escreveu?” Não demorei muito a descobrir o autor da façanha entre os escritores capixabas do século passado. Acredito

Fernando Achiamé é membro do IHGES. O presente estudo foi realizado para a edição completa das Memórias do passado - A Vitória através de meio século.

mesmo que o padre Francisco Antunes de Siqueira (filho) queria encobri-se, *ma non troppo*. Levantei passagens significativas da vida do ilustre capixaba em jornais da época e em livros de história espírito-santense. Cotejei a obra em causa com outra do mesmo autor para comprovar a atribuição, esbocei as partes da presente crítica e... larguei o trabalho de lado, embora pensando nele de vez em quando.

Tencionava pesquisar no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro os processos de habilitação *de genere e vita et moribus*, já que a figura em causa era padre secular. Aliás cheguei a ter em mãos os referidos processos em 1995 em rápida estada naquela cidade, fiquei de voltar no dia seguinte para fazer uma transcrição das suas peças principais, mas encontrei o arquivo fechado, *hélas*. Este negócio de a gente querer sempre fazer um trabalho muito perfeito e completo resulta que não se faz trabalho algum. Usava a consulta aos citados documentos como uma desculpa para ir adiando a elaboração desta crítica de atribuição.

Ano passado, tive oportunidade de consultar os referidos processos e perante mim mesmo a desculpa não mais existia. Também ano passado, num lançamento literário, o Reinaldo, após mais de dez anos de cobrança (com a média de duas tentativas anuais para me arrancar o trabalho) lança o repto: "Termine o estudo sobre o texto do padre. Você é um homem ou um pé de alface?" E isto na presença de outras pessoas. Uma conhecida até brincou: "Mais de dez anos? Reinaldo, você é muito paciente!" Gosto de alface, mas não a ponto de querer ser um pé de.

Assim, aqui vai o que foi possível fazer. Pela demora e pelos eventuais erros, o culpado sou eu, exclusivamente.

PUBLICAÇÃO DO FOLHETIM

No dia 22 de março de 1885, um domingo, o jornal *A Província do Espírito Santo* publica na seção Fatos e Boatos - Notícias Locais a seguinte informação:

"Expediente. - Folhetim - Nesta seção de nossa folha encetamos hoje a publicação de um interessante escrito, original duma pena hábil e aplaudida. Sob o título "Memórias do passado - A Vitória através de meio século", o autor do curiosíssimo escrito patenteia-nos em descrição pitoresca e por vezes eloqüente usos e costumes da geração que nos precedeu, narrando as festas profanas e as de caráter semi-religioso que fizeram as delícias de outras épocas en-

tre nós. Temos convicção de que aos leitores agradará muito o brinde que A Província lhes faz-lhes com a publicação desse folhetim."

É interessante constatar que nessa época os jornais já inventavam brindes para atrair seus leitores. Aliás, o folhetim foi criado para isso mesmo – atrair e manter leitores. No presente caso, o folhetim não tem a pretensão de ser uma obra de ficção *tout court*. Apesar de certa mistura e dispersão dos temas, e de um vai-e-vem dos assuntos tratados (situação reconhecida pelo próprio autor das *Memórias do passado*), eles possuem um certo encadeamento. Sem contar que no final de alguns artigos existe o gancho para que o leitor se interesse pelo que vem depois do termo *continua*. O folhetim, antes considerado como um gênero de segunda categoria, vem ultimamente sendo reabilitado como imediato precursor do romance oitocentista.

Mais adiante, na mesma seção e página, após outras "Notícias Locais", também está inserida a seguinte nota: "Sermão Quaresmal - O Sr. cônego Meireles, vigário da paróquia, proibiu que o reverendo padre Antunes de Siqueira pregasse na última sexta-feira, como havíamos anunciado, pelo fato de não ter sido consultado anteriormente ! ?"

Este fato ilustra, ao lado de muitos outros da vida do ilustre espírito-santense, o motivo por que ele se utilizou do criptônimo de *** ao publicar o seu trabalho. Se para pregar um sermão quaresmal o padre necessitava de licença do pároco de Vitória (o padre Antunes por diversas vezes foi suspenso do exercício das ordens sacras), devemos avaliar que outros impedimentos e reprimendas poderiam ser evitadas se o autor do folhetim, gênero popular na época, se protegesse atrás do anonimato; quando menos para expor com liberdade suas opiniões. E ele as expõe, por exemplo, ao criticar os frades em geral no começo do artigo 13, ou fazer uma comparação desfavorável ao então vigário de Vitória no artigo 28.

De 22 de março a 7 de maio de 1885, uma quinta-feira, foram publicados por *A Província do Espírito Santo* trinta e dois artigos relatando as impressões do seu autor sobre a vida e as festas, sobretudo religiosas, de Vitória. Segundo nos informa Heráclito Amâncio Pereira, foi o referido periódico "fundado por Cleto Nunes Pereira e dr. José de Melo Carvalho Muniz Freire, e cujo primeiro número saiu em 15 de março de 1882."¹ No subtítulo do jornal, edição de 22 de março de 1885, vê-se estampada a frase: "Diário consagrado aos interesses provinciais, filiado à escola liberal." Nesse ano, a tiragem de *A Província* era de 1.300 exemplares.

Vitória, na penúltima década do século passado (época em que os artigos foram publicados, referindo-se a um período anterior de c. 1830 a c. 1880), era uma cidade pequena, de alguns milhares de habitantes. Pou-

cas pessoas na cidade possuíam capacidade e erudição para escrever um folhetim com artigos como esses, repletos de citações em latim e referências que indicavam uma formação humanista. O seu autor, por precaução, quis o anonimato, mas quase todos que liam seus artigos sabiam quem os havia escrito, o que satisfazia a vaidade do padre Antunes. Sem contar que um folhetim anônimo sempre tem o seu charme. Mas seus inimigos nada podiam provar, não tendo meios, assim, de censurar ou prejudicar o padre. Outra causa provável para a escolha do anonimato era a vida do padre, que tudo indica tenha sido conturbada nas suas relações com as autoridades religiosas, civis e com seus paroquianos, como existem indícios sempre referidos de forma indireta em sua biografia.

CONTEXTO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DA OBRA

A sociedade provincial espírito-santense era herdeira direta do antigo sistema colonial da época mercantilista, sistema que se baseava num tripé: a dominação da metrópole sobre a colônia, o “exclusivo” comercial, e o escravismo colonial. Aquela sociedade possuía grandes contradições, sendo a maior delas a sobrevivência do escravismo após o fim do período colonial, em tudo limitando as relações sociais. O povo não era cidadão, mas súdito, e a maior parcela da população nem isso era.

Economia pré-industrial, dependente de mercados externos, que se limitava a exportar cada vez mais café e cada vez menos açúcar. Também produzia artigos de sustentação como algodão, milho, farinha de mandioca, cachaça, amendoim, pescado, feijão e outros para seu próprio consumo, com alguma sobra a ser vendida fora do território espírito-santense.

Pequena e pobre província que iniciou sua existência ainda restrita às matas desconhecidas e inexploradas do interior e aos povoados e vilas do litoral.

O porto de Vitória, em meados do século passado, começa a ter certo movimento com a entrada de imigrantes e a exportação de café, mas, a rigor, nem porto existia; os navios fundeando ao largo da baía e sendo carregados e descarregados por alvarengas ou batelões. O mar e os rios, verdadeiras estradas líquidas, ajudavam na comunicação com os povoados ribeirinhos do litoral e do interior. Poucas estradas, e todas péssimas, sendo mais trilhas para tropas. Ferrovias só em sonhos e projetos.

Em tudo o atraso a que fomos condenados pela pujança do ouro das Gerais que, durante longos anos, destinou-nos a ser reserva natural de defesa, com matas, onças e índios. Matas com proibição de serem penetra-

das, já que “onde há muitos caminhos, há muitos descaminhos.” Descontar tal atraso ainda iria demorar muito e, em certo sentido, os resultados de tal estagnação ainda não foram superados inteiramente.

E em meio a essa situação vivia a pequena cidade *da* Vitória (como antigamente os moradores gostavam de se referir a sua cidade e que cheguei a ouvir sendo empregado por Dona Stelinha de Novaes, talvez influenciada pelos textos antigos que lia) com uma grande quantidade de festas religiosas; a Igreja comandando toda a vida das pessoas, do acordar ao adormecer (por exemplo na hora do *angelus*), do berço ao túmulo.

Em tal contexto social pontificava a figura, para nós hoje estranha, do padroado. Essa ligação da Igreja com o Estado resultava que os padres fossem também servidores públicos. Na pressuposição de que todos os habitantes de Vitória eram católicos (e, oficialmente, de fato o eram), deveriam ser batizados, casados na igreja e terem seus corpos encomendados, ações que correspondiam, respectivamente, aos atuais registros civis de nascimento, casamento e óbito. Os corpos eram enterrados nas igrejas ou em cemitérios anexos, sendo os mais famosos o do Convento de São Francisco (verdadeiro cemitério da cidade) e o da igreja do Rosário. Cemitério público afastado do centro de Vitória só vai existir nos começos do século XX, no bairro de Santo Antônio.

A infra-estrutura urbana pouco diferia daquela herdada do período colonial. Nada de água encanada e, portanto, de esgoto. Os chafarizes atendiam precariamente às necessidades de água. Os dejetos dos penicos eram esvaziados em *tigres* (denominação certamente relacionada com o seu fedor, como na expressão *bafo de onça*) e o conteúdo dos barris era atirado na maré vazante. Na iluminação pública empregavam-se os óleos de baga (semente de mamona), de peixe (como também se chamava o óleo de baleia) e depois o gás e o querosene. Presume-se que as noites de lua cheia, com tempo bom, é que iluminavam de fato os logradouros. Vitória era uma cidade ainda com casario colonial, com ruas e ladeiras calçadas a pé-de-moleque; enfim, uma Ouro Preto à beira-mar plantada.

Mas apesar das diferenças sociais, das doenças e da pobreza, o povo brincava. Vejam no texto do padre Antunes as descrições da marujada, das festas e procissões, onde os ricos, remediados e pobres desfilavam suas vaidades e diferenças. Uns e outros irmanados até certo ponto na igualdade da alegria. Mas até certo ponto. O que para nós hoje é simbólico e resquício de outras épocas, revelava-se antigamente como muito significativo e objeto de grandes controvérsias. O seguinte relato, extraído da obra de Elmo Elton, esclarece-nos a respeito:

“Quando da realização de uma dessas procissões, isto é, a 8 de

*setembro de 1876, surgiu uma desavença entre o vigário Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeler e o povo, já que o padre queria fossem a naveta e o turibulo conduzidos por um seu escravo. A Irmandade do Santíssimo Sacramento, constituída das pessoas mais gradas da cidade, protestou contra tal deferência, sob a alegação de que escravo não podia acompanhar aquela procissão, e, caso o vigário insistisse em mantê-lo ali, o andor da padroeira não sairia da igreja. A Irmandade de São Benedito, diante disso, retirou-se do templo, enquanto a da Boa Morte faz coro aos protestos dos irmãos do SS. Sacramento, todos revoltados com a atitude "impensada" do vigário, visto que este, repetiam eles, não sabia distinguir brancos de pretos, tratando-os, arbitrariamente, em pé de igualdade. O vigário, contudo, não se deu por vencido, e, deixando a custódia que trazia nas mãos, sob o pálio, declara, em rápidas e contundentes palavras, que, a partir daquele momento, estava alforriado o escravo sendo que, em decorrência dessa declaração, pôde acompanhar o préstito, assim como o queria o padre, ainda que muito a contragosto dos demais acompanhantes."*²

A História guardou o nome desse ex-escravo: Antônio Wanzeler, também chamado de Antônio da Catedral e Antônio Sacristão.

As irmandades em Vitória, como de resto em muitos outros lugares do Brasil colonial e imperial, representavam uma proteção para as pessoas, tanto na vida como na morte. A sociedade desse tempo era muito estratificada em estamentos de negros (livres e escravos - na verdade os primeiros sem-terra no Brasil), de mulatos (então chamados de pardos) e de brancos. Esses estamentos, com pouca comunicação e permeabilidade sociais por definição, encontravam nas irmandades aquela proteção acima referida. Numa época em que não existia a seguridade social, os irmãos ajudavam os doentes, velhos, órfãos e viúvas, além de garantir enterro cristão e as rezas e missas de obrigação para seus componentes defuntos e familiares. No que se relaciona a ritos e costumes da vida, a festas e conagraçamentos, tão próprios da condição humana, eram em grande parte proporcionados pelas irmandades e realizados sob sua direta supervisão. Tais instituições exerciam um papel de controle social e de reprodução das condições, iníquas para nós, em que se conformava toda a sociedade de então. Sem contar os reconhecimentos de *status* social, pelo fato de os indivíduos pertencerem a esta ou àquela irmandade e nelas ocuparem cargos, honoríficos ou não.

Era comum nessa época padres terem filhos. Citem-se os exemplos do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, filho do padre Manoel Pinto

Ribeiro como registrado por Maria Stella de Novaes³ e do padre Francisco Antunes de Siqueira, filho do cônego do mesmo nome. No dizer do escritor Oscar Gama Filho “(...) Antunes de Siqueira foi professor de Latim, político, padre, filho de padre e pai - era sua filha a esposa do poeta Virgílio Vidigal (...)”⁴ Inclusive as crenças e brincadeiras de que “mulher de padre vira mula-sem-cabeça”, ou de que “o último a chegar é mulher de padre” não passam de sobrevivências de uma condenação social. Acredito mesmo que a Igreja Católica fazia vista grossa para esses fatos, já que o importante era manter a centralização do edifício eclesiástico e essas “famílias de padre” que ficavam no limbo da legalidade não podiam contestar a abrangência da obra sagrada no plano material e terreno.

Mas na Vitória dos anos 80 do século passado, que aparentava tranquilidade, garantia de continuidade das diferenças sociais e estabilidade institucional, transformações estavam sendo gestadas. O povo já não aceitava mais a escravidão. A mão-de-obra estrangeira estava aumentando sua presença na sociedade vitoriense. As instituições públicas e privadas procuravam se modernizar, mesmo que tal modernização não implicasse grandes rupturas, como ocorre no episódio da proclamação da República.

Em certo sentido, pode-se dizer que estas *Memórias do passado* retratavam uma realidade que já não mais existia, ou que estava se transformando. Daí a oportunidade, enxergada pelos positivistas de *A Província*, de veicular “usos e costumes da geração que nos precedeu”, com certa ponta de saudosismo, mas também mostrando aos contemporâneos como as práticas do povo já tinham se alterado e poderiam se alterar ainda mais.

CRÍTICA DE ATRIBUIÇÃO

Existem evidências no texto ora criticado que levaram a estabelecer, entre os possíveis autores, aquele que foi o verdadeiro criador do trabalho. Neste passo não se pode perder de vista uma frase do próprio padre Antunes: “Todo excesso é vicioso, e até, segundo os lógicos, o muito provar é nada provar...”⁵

De início, foi eliminada a possibilidade de a obra ter sido elaborada por mais de uma pessoa, já que nela seu autor faz alusões a si mesmo na primeira pessoa do singular, todas dando testemunho de fatos que vivenciou ou dos quais ouviu falar por conhecidos e parentes. Estas são, na realidade, memórias elaboradas por um só indivíduo.

Mas não um indivíduo qualquer. Como diz a supra mencionada nota jornalística que apresenta as *Memórias do passado*, elas são “oriundas de

uma *habilíssima* e aplaudida pena.” A primeira evidência sobre a autoria dos artigos se relaciona com a cultura, o grau de instrução, ou seja, com a capacidade que o autor possuía para escrever o texto. No que se refere àquela época, o perfil de um padre intelectual é o que melhor se enquadra como criador de obras como a presente. Ressalta clara em todo o texto uma erudição que, naquele tempo, era própria de sacerdotes, ou seja, um tipo de erudição com citações em latim, referências detalhadas ao culto religioso católico e opiniões que indicam uma nítida formação em seminário. É como se o próprio texto fosse repetindo: “- Fui escrito por um padre.” Mas isto é uma pista e, isoladamente, nada significa. Há necessidade de juntar a esta evidência outras que se encaixem entre si, como num *puzzle*.

Das evidências que me orientaram para estabelecer a autoria do texto, a que logo chamou atenção refere-se à idade do autor, quando no início do artigo 14 ele afirma: “A este período, que abrange o longo espaço de meio século, que marca a minha existência, tão pesada pelas contrariedades da vida, e inconstâncias da sorte, que cegamente dá e cegamente tira, como lhe apraz, em seu rápido redemoinho, (...)” E quando declara quase no final do último artigo: “Terminei a tarefa cujo temerário empreendimento, inspirado por um afetuoso patricio, arriscou-me à grande indiscrição (...) Tenho um gênio sôfrego (...) defeito que ainda não pude corrigir, apesar de meio século de vida.”

Assim, o autor afirma e reafirma que tinha cinquenta anos quando da elaboração do texto, tempo que também coincide com o meio século de que trata seu relato. Tais pistas constituíram-se para mim em autêntico fio da meada a ser puxado: estamos frente a um padre erudito, de seus cinquenta anos e vaidoso pelo que tinha escrito, por deixar estas pistas sobre sua idade e, quem sabe, outras mais... Foi necessário confrontá-las com as vidas de padres e escritores do século passado para saber qual delas melhor se coadunaria com a idade citada no texto. O grande achado foi o tempo de vida do autor coincidir, grosso modo, com aquele que na época possuía o padre Francisco Antunes de Siqueira, já que nascido em 1832. Outros prováveis candidatos, ou já tinham morrido, ou eram muito jovens. A partir desta constatação, as demais evidências buscadas foram contribuindo para solidificar e corroborar minhas convicções sobre a autoria do texto.

Outra evidência relaciona-se com o local de nascimento e de início de vida do autor. Estas referências estão no final do primeiro artigo:

“Desde os primeiros anos de minha juventude, distraído por tantos entusiasmos populares, que, na hora de meu recreio, a curiosidade, tão própria desse tempo (...) me levou com a onda do povo, mas de

um modo diverso e com vistas mais elevadas pela instrução que me proporcionavam meus pais e mestres, a presenciar, e mais tarde a partilhar, em papéis adequados, das festas que punham em movimento a folgazã população da cidade de Vitória, meu berço natal."

O padre Antunes nasceu em Vitória, e aqui morou toda sua infância e boa parte da adolescência e, depois, na idade adulta, também aqui viveu muito tempo, fato que juntou mais uma peça ao quebra-cabeça acima referido.

Bastante significativa é outra evidência relacionada com o fato de o autor se referir a seu apelido de infância como sendo Chiquinho, conforme o texto no início do artigo 26:

"Quando não se dava este incidente, então a coisa mudava de face, estava eu em mar de rosas no meu parreiral ! Reunido à magna concumitante caterva desempenhava eu meu papel, pois era um bom cabo de guerra: Sem o tal Chiquinho nada se fazia no meu quartelão, onde era ele o pater conscriptus; pudera não !... Tinha venda, oratório, teatro e sineira com bons sinos representados por alavancas ou pés-de-cabra, e um grande tacho, que nos cedera o velho Quadros. É isso pouca coisa para meninos ?! (...) Além daqueles chamarizes, ainda tinha eu um tambor, uma rabeça e foles !"

Ora, Chiquinho, no Brasil, é apelido de Francisco, em especial de Francisco que tem um pai ou parente próximo com mesmo nome, como forma de fazer a diferenciação nas referências familiares. O autor das *Memórias do passado* quase sempre se refere ao seu pai como cônego Francisco Antunes de Siqueira, e a si próprio como padre Antunes já que, homônimo do pai, não possuía este título da hierarquia católica.

Ainda uma evidência circunstancial, que corrobora a autoria da obra, está na detalhada descrição que o autor faz no artigo 28, da doença, morte e enterro (ocorridos em 1850) do cônego Francisco Antunes de Siqueira, em tom de desvelo e cuidado que só cabe a um filho (na ocasião dos fatos jovem seminarista de 18 anos) cultuador da memória de seu pai. Outro elogio ao pai está no artigo 23, quando descreve os ofícios de trevas na quarta e quinta-feira da semana santa (de 1848) como "(...) os mais solenes, imponentes e grandiosos de todos quantos presenciei aqui na capital" e que tiveram o cônego Antunes como celebrante principal.

Existem outros indícios na obra que contribuem, de modo importante, para atribuir sua autoria ao padre Francisco Antunes de Siqueira.

O autor do texto demonstra conhecimento das paróquias (inclusive

citando fatos nelas ocorridos) que coincidem com os lugares e datas em que o padre Antunes serviu como pároco, no caso, Carapina (a descrição feita nos artigos 28 e 29 da epidemia de cólera-morbo que grassou naquele lugar em 1856), Santa Cruz (descrição no artigo 31 de episódio vivido com o índio Luís Ludovico) e Barra de São Mateus (atual Conceição da Barra, onde no artigo 19 narra a festa do alardo presenciada em 1872).⁶

Outro indício significativo é a grande identificação do autor do trabalho com manifestações teatrais e peças de dramaturgia, expressa em diversas passagens das *Memórias do passado*, o que também confere com a biografia do padre Antunes.⁷ Oscar Gama Filho, por exemplo, cita como sendo do padre Antunes uma farsa teatral de 1874 denominada *As astúcias de um seminarista*.⁸

As semelhanças estilísticas e coincidências temáticas de trechos das *Memórias do passado* com obras comprovadas do padre, em especial o *Esboço histórico*, servem como mais um argumento fundamental a favor da autoria que atribuo neste estudo.

Referidas semelhanças entre as duas obras são evidentes, seja no uso de expressões em Português ou Latim, seja no emprego excessivo de parágrafos, entre outros detalhes da criação literária.

De bom grado deixo de lado as semelhanças estilísticas (que em casos mais difíceis poderiam ser um fator decisivo para o estabelecimento de autoria), a fim de ressaltar as coincidências temáticas. Diversos assuntos abordados nas *Memórias do passado*, publicadas em 1885, são tratados de forma mais resumida em passagens do *Esboço histórico*, livro editado pela primeira vez oito anos depois, ou seja, em 1893. Tudo leva a crer que, algum tempo após sua publicação, o padre Antunes de Siqueira se utilizou de trechos desses artigos para elaborar a segunda parte do *Esboço histórico*, com isto desprezando-os, ou não tendo oportunidade de publicá-los em separado. Daí ser compreensível que os biógrafos do padre e escritor não tenham se referido ao folhetim.

Este cotejo entre as duas obras não é exaustivo, servindo somente para exemplificação. Servi-me da segunda edição do *Esboço histórico*⁹ e acrescento entre parênteses exemplos de expressões semelhantes empregadas nos dois textos.

1) Existe uma descrição da fábula de Perseu e Andrômeda no início do artigo 3 e no artigo 6 das *Memórias do passado* (“- Aquela cena da intecro e prafameco”) também presente nas páginas 79-80 do *Esboço histórico* (“- Senhor Sena impracado! Intecro! Prafameco!”).

2) O artigo 19 das *Memórias do passado* traz uma exposição da festa do alardo na Conceição da Barra atual (“e são batizados, aspergindo-os o pároco com água benta”), também existente nas páginas 83-85 do *Es-*

boço histórico (“e são batizados, aspergindo-os o padre com água benta”).

3) Temas ligados às modas masculina e feminina são abordados no começo do artigo 4 e nos artigos 14 e 15 das *Memórias do passado* (“O juiz ordinário [...] exprimia bem essa brutal jurisdição trazendo dependurada em uma das pestanas da casaca uma rodinha de cipó de rego”) e também nas páginas 88 a 92 do *Esboço histórico* (“O que achei curioso foi ver o juiz ordinário neste gosto, trazendo por distintivo de sua jurisdição uma rodinha de cipó de rego, presa a uma das pestanas de sua rotunda casaca”).

4) A educação feminina é referenciada no artigo 17 das *Memórias do passado* e nas páginas 97 e 98 do *Esboço histórico*.

5) Referências são feitas à tecelagem em Vitória na página 98 do *Esboço histórico* (“Tivemos até um sirgueiro - o sexagenário Eustórgio”) e no artigo 18 das *Memórias do passado* (“Tivemos até um sirgueiro chamado Eustórgio”).

6) A procissão das cinzas, com os dizeres em latim que acompanham os andores, é descrita nas páginas 108 a 111 do *Esboço histórico* e no artigo 24 das *Memórias do passado* e embora estes dizeres só coincidam num caso ou noutro, pressupomos que seja uma variação no tempo desta manifestação religiosa.

7) Magos e embusteiros constituem título de tema abordado nas páginas 116 a 120 do *Esboço histórico* (“Um pobre homem, dado ao vício da embriaguez, arvorou-se em padre e [...] começou por batizar, casar e até celebrar, o que fazia deitando aguardente em um copo, o qual cobria com um livrinho de Santa Bárbara, pondo sobre este um ramo de alecrim.”) e também presente no artigo 30 das *Memórias do passado* (“... um indivíduo [...] arvorou-se em padre e [...] sentado em uma poltrona, sempre alcoolizado, tendo na frente de um oratório um copo cheio de aguardente, coberto com um livrinho de Santa Bárbara, sobreposto um ramo de alecrim, ...”).

8) Outros temas comuns existem, como a festa de São Benedito, em Vitória, e a rivalidade entre caramurus e peroás.

Assim, estaria caracterizada a existência de um aproveitamento pelo autor, em nova versão ou roupagem, de passagens de obra sua já publicada. E se esta última é anônima, presume-se que o autor comum fique mais à vontade para realizar tais resumos e adaptações. O que fica claro também é que nas *Memórias do passado* os temas são abordados de forma mais livre, mais desenvolvida, com maior riqueza de detalhes. No *Esboço histórico*, eles são apresentados de maneira mais contida, mais erudita e resumida. De qualquer maneira, é mais do que coincidência a presença, em ambos os trabalhos, de frases e expressões semelhantes, além da temática comum, abordando assuntos particulares, diferentes e mesmo inusitados.

Maria Stella de Novaes faz o seguinte registro, que convém consignar aqui:

*"A 31 de julho (de 1881), Múcio Scévola Lopes Teixeira foi nomeado Chefe da Secretaria do Governo. Tomou posse a 10 de agosto. Escreveu diversas poesias, que reanimaram a vida literária na Capital da Província. Publicou, na Vitória, alguns livros de poesias e "Memórias do passado", no qual declarava: 'Este livro é a história de minha vida.' "*¹⁰

Apesar de não ter conseguido localizar maiores informações sobre o autor acima referido, acredito que o título de seu livro, que coincide com mesmo título publicado na seção "Folhetim" de *A Província do Espírito Santo*, não autoriza que seja a ele atribuída a autoria da obra ora analisada.

O escritor Elmo Elton atribui a autoria da presente obra a Muniz Freire, quando, após contar histórias ligadas à antiga rua da Assembléia, atual rua Muniz Freire, fala sobre a vida e a obra do patrono desse logradouro: "Publicou: *A Vitória através de meio século*, 1885; (...)." ¹¹ Não logrei localizar de que fonte foi retirada esta atribuição. Acredito que o equívoco possa advir do fato de o folhetim original ter saído no periódico *A Província do Espírito Santo*, de que Muniz Freire era fundador e redator.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Para estes apontamentos biográficos, utilizei-me largamente do artigo de Amâncio Pinto Pereira¹² publicado no jornal *Comércio do Espírito Santo* poucos dias depois do falecimento do sacerdote, e escrito por um amigo seu, conhecedor de sua vida e obra. Afonso Cláudio¹³ também se serviu muito desse artigo.

Com base no processo de habilitação de *vita et moribus*, pude confirmar que o padre Francisco Antunes de Sequeira (essa era a grafia original do seu sobrenome, atualizada para Siqueira por reformas ortográficas mais recentes) nasceu em Vitória em 3 de fevereiro de 1832. No requerimento em que solicita sua habilitação de *vita et moribus*, aparece ele como filho natural de Maria Luiza do Rosário e mais adiante comprova-se seu batismo em 10 de março de 1832 na matriz de Nossa Senhora da Vitória, celebrado pelo vigário Manoel Alves de Souza (por sinal o documento é transcrito por seu pai, que se assina como "o coadjutor padre Francisco Antunes de Siqueira"), constando como padrinhos o vigário Domingos Leal e D. Ana Maria da Penha de Jesus. Em documentos desse processo consta-

ta-se também que sua mãe “vive de costurar” e que seus avós maternos, Francisco Gomes Rodrigues e Vitória Maria da Conceição, eram oriundos de Cabo Frio, onde ele “vivía da pescaria do alto mar.”¹⁴

Em artigo (de uma série publicada com o título de “Padre Antunes de Siqueira”), Antônio Tinoco informa ter lido as dedicatórias impressas na obra *A Província do Espírito Santo (Poemeto)* do padre Antunes, localizada na Biblioteca Nacional, nos seguintes termos: “À memória de meu pai, Cônego Arcipreste Francisco A. de Siqueira, - Uma lágrima da mais pungente saudade. À minha prezada mãe D. Maria Luiza do Rosário, - Tributo de veneração e respeito (...).”¹⁵

PRIMEIROS ESTUDOS

A infância e adolescência do padre Antunes estão relativamente bem descritas no decorrer da obra ora estudada, e é interessante o depoimento do padre sobre as brincadeiras e costumes da época de sua infância, um testemunho vivo e de primeira mão. Através destes escritos, sabemos que ele tinha duas irmãs, conforme nos diz na seguinte passagem no final do artigo número 25:

“(...) zás, lá derramava eu a tinta no papel, inutilizando duas e mais folhas escritas... Que frenesi! Batia o pé, arrancava os cabelos, praguejava a mim mesmo: Aí está! O que é lá isso? perguntava minha boa mãe. Acudiam logo duas denunciantes, duas irmãs, dizendo: o nhonhô borrou a escrita! Toma lá... bem feito... oh! oh!”

O jornal *O Estado do Espírito Santo* de 3 e 4 de dezembro de 1897, impresso em Vitória, estampa convite para a missa de sétimo dia por alma do padre Antunes de Siqueira assinado por Antônio da Silva Pádua e Adelaide Antunes de Siqueira Pádua, sendo moradores em Viana e que se identificam como cunhado e irmã do falecido.

Podemos avaliar até em que local de Vitória Antunes de Siqueira habitava na juventude, “ali junto da ponte do Reguinho, que dá passagem para a rua da Várzea” (nas imediações das atuais ruas Graciano Neves e Sete de Setembro), pela descrição que no artigo 3 o autor das *Memórias do passado* faz de uns vizinhos seus que de noite, comendo caranguejos e falando alto, não o deixavam dormir.

Sobre os primeiros estudos do jovem Francisco Antunes de Siqueira, dá-nos notícia Amâncio Pereira em seu artigo acima referido:

“A primeira aula que freqüentou e para a qual entrou a 7 de janeiro de 1839 foi a do finado major Inácio dos Santos Pinto. Criada uma 2ª cadeira, em 1842 e nela provida o professor Manoel Ferreira das Neves que iniciou o seu ensinamento com o Método Valdetaro - passou o nosso biografado a freqüentar esta cadeira, na qual fez rápidos progressos, preparando-se nas matérias do ensino primário no fim do ano de 1845. Com este professor estudou ele a língua francesa no ano seguinte, freqüentando ao mesmo tempo a aula de latim do padre mestre Inácio Felix de Alvarenga Sales. Aprovado em ambos os preparatórios em exame público, realizado no Palácio do Governo, quando presidente o dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro), isto em 1848 (...)”¹⁶

O autor das *Memórias do passado*, nos artigos 16 e 17, descreve o mestre major Inácio dos Santos Pinto, o seu método de ensino, como participava das aulas e o que nelas aprendeu.

VIDA NO SEMINÁRIO

O ano de 1849 marca a ida do estudante Antunes, já então com dezessete anos, para o Rio de Janeiro, a fim de ingressar no Seminário de São José. Recebe a primeira tonsura e os quatro graus de ordens menores no dia 12 de setembro de 1849. Seu pai não só lhe deu o mesmo nome como lhe destinou a mesma carreira eclesiástica, meio seguro de ascensão social, na época. Neste sentido, são significativas as seguintes palavras de Maria Stella de Novaes, referindo-se a outro padre, mas que, em linhas gerais, podem se aplicar à vida do padre Antunes:

“Vivia-se no tempo em que devia o mestre de Latim alfabetizar os rapazes; dar-lhes a instrução primária, ler, escrever e contar. Ordenado sacerdote, Marcelino Duarte estaria no início do ministério do Altar; mas, possuidor já de uma série de sonetos, nos quais clamava dolorosamente sua desdita: - a vocação forçada, como ocorreu a muitos outros jovens espírito-santenses. Tudo porque o mestre de Latim decidia a vocação dos alunos e, de par a essa aula, dava-lhes conhecimentos de Filosofia, Retórica, História e outras disciplinas, ‘moldadas na aprendizagem que tinha, por sua vez, feito no Seminário.’ De fato, era uma norma do tempo: - moço inteligente, ansioso de ilustração, devia ser padre. Tinha o destino tra-

çado: - o Seminário. Assim, para o Espírito Santo, o Seminário São José, na Corte, era a tábua-de-salvação. Os ricos iam para Coimbra.”¹⁷

Para complementar o panorama sobre as questões envolvendo as atividades de trabalho, de estudo e a situação social dos padres espírito-santenses do século XIX, convém citar estas palavras de Oscar Gama Filho:

“Aliás, as vidas intelectual - Arte, Direito, Política, Jornalismo e outras atividades afins - e sacerdotal constituíam, no século passado, duas das poucas formas de ascensão social de que os indivíduos podiam se valer. Alguns se dedicavam a ambas ao mesmo tempo, entre esses, João Clímaco, Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, Francisco Antunes de Siqueira, Fraga Loureiro, Eurípedes Pedrinha e Inácio Félix de Alvarenga Sales, todos simultaneamente padres, escritores e políticos.”¹⁸

No seminário, o jovem Antunes se distingue nas diversas disciplinas e, nos processos de habilitação antes referidos, podem ser conferidas suas notas e os atestados que os professores deram como requisito para sua formação sacerdotal, como este: “Entrou para o Seminário de São José em março de 1849 e nele concluiu os estudos preparatórios em que já vinha adiantado, começou os teológicos que também concluiu no fim deste ano letivo, tendo sempre merecido aprovações honrosas. E pelo que pertence aos seus costumes, deu sempre provas de boa morigeração.”¹⁹

Recusa em 1851 um convite para secretário interino do bispado do Maranhão “à instância de sua veneranda mãe”,²⁰ que já tinha perdido o seu “companheiro”, por sinal.

Antunes de Siqueira entra para a irmandade de São Pedro em 22 de junho de 1853 (neste ano é morador do Colégio de São Pedro de Alcântara), recebe a ordem de subdiácono em 10 de julho de 1853, e a 24 do mesmo mês é ordenado diácono.

Como seminarista “pregou pela primeira vez na capelinha de Nossa Senhora da Conceição em Niterói, com aplauso do grande orador cônego Barbosa França, pelo que S. Ex. Rvdm^a. lhe concedeu provisão, sem tempo, para pregar em toda a diocese”²¹ e ainda como seminarista pronunciou brilhantes sermões em diversas igrejas do Rio de Janeiro e na capela imperial.

Em setembro de 1854, é dada uma apólice da dívida pública de juro anual de 5% no valor de seiscentos mil réis para estabelecer o patrimônio

do futuro sacerdote, ordenado em 5 de novembro de 1854.²² Amâncio Pereira registra que o padre Antunes cantou sua “primeira missa a 21 deste mesmo mês e ano na capela de Santa Efigênia, situada na rua da Alfândega, no Rio de Janeiro.”²³

PADRE SECULAR

Principia sua carreira de padre secular como pároco da freguesia de Carapina em 20 de janeiro de 1855, onde também foi professor efetivo, deixando a mesma freguesia em 8 de novembro de 1856. Em Carapina, houve um incidente com o padre, relatado de forma enviesada nos processos existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e referido pelo próprio padre em seu *Poemeto*, conforme citação de Afonso Cláudio.²⁴

A presença do padre Antunes no Espírito Santo em 1855 coincide com sua participação na festa da Penha, relato constante no artigo 22 das *Memórias do passado*, onde o autor faz um auto-elogio.

Tomou posse em 16 de fevereiro de 1857 como pároco de Santa Cruz, então sede de município espírito-santense. Logo principia a cobrar do governo provincial verbas para construção de nova matriz e para aquisição de objetos imprescindíveis ao culto religioso. Em ofício de 14 de abril de 1857 ao vice-presidente da província, Antunes de Siqueira afirma:

*“Depois de haver consultado, o que bem me recomendou V. Exa., a opinião das pessoas mais sensatas desta freguesia acerca do local em que se tem de erigir a nova igreja matriz, deliberei dar princípio à obra, que tanto urge o estado ruinoso da velha; (...) e sendo assim a pequena quantia que me foi dada não satisfaz as despesas da obra, que por ora limita-se ao frontispício, feito com proporções para a nova matriz (...)”*²⁵

Por meio de outro ofício enviado de Santa Cruz ao dr. Carlos de Cerqueira Pinto, vice-presidente da província, o padre Antunes presta os seguintes esclarecimentos:

“(...) em abril de 1857 lancei a pedra fundamental de uma nova matriz com regulares proporções sob plano e regras de arquitetura de forma gótica, empregando o escasso produto de 200\$000, colhido pelo povo, e mais algumas consignações do cofre provincial,

*conseguida assim a conclusão de um vistoso frontispício e o levantamento até a altura de 12 palmos das paredes no quadrado da capela-mor. (...) Desde 1860 sem mais auxílios (...) suspenderam-se os trabalhos, estragando-se a obra hoje exposta à inconstância do tempo.*²⁶

Levy Rocha assinala em *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo* as seguintes observações, referindo-se à igreja da vila de Santa Cruz: “Aquele templo vinha sendo construído pelo vigário Francisco Antunes de Siqueira, filho do lugar [sic], que morava no alto dum monte, à esquerda da estrada. As obras foram começadas a 9 de maio de 1857 e, decorridos cinco meses, já se achava pronto o frontispício, no estilo gótico-romano.”²⁷

No final de 1858, padre Antunes conhece na localidade em que é vigário o pintor e viajante francês Auguste-François Biard, que dele registra as seguintes impressões:

*“Travei então conhecimento com o padre, um jovem sem preconceito, que não recuava diante de uma garrafa de porto ou de aguardente, nem diante de muitas outras coisas. Mas como, após alguns dias, ele tivesse declarado aos que não davam nada por mim que eu parecia ter alguns conhecimentos a respeito de diversos assuntos, embora francês, restringirei a isso as minhas observações. Esse padre me emprestou um fuzil e, munidos de pólvora e chumbo, partimos um dia bem cedinho numa caçada em que rivalizamos em imperícia.”*²⁸

Em 12 de agosto de 1859, uma carta imperial o declara vigário colado (isto é, estável) em Santa Cruz, tendo tomado posse no cargo a 23 de outubro do mesmo ano.²⁹

Sobre a visita de D. Pedro II e comitiva a Vitória, José Teixeira de Oliveira reproduz reportagem publicada no jornal *Correio da Vitória* de sábado, 28 de janeiro de 1860. Da referida reportagem transcrevo este trecho:

*“No colégio (que também abrigava a capela nacional e é o atual palácio Anchieta) SS. MM. sentaram-se debaixo de um rico dossel, e daí assistiram ao Te Deum, mandado cantar pela Câmara Municipal. Orou o vigário de Santa Cruz, padre Francisco Antunes de Siqueira. O discurso foi conciso, brilhante e eloqüente. Agradou a todos pela sublimidade de seus pensamentos, elegância e colorido de seu estilo.”*³⁰

Acerca desse episódio, Amâncio Pereira informa: “Pregou com aplausos diante do Imperador e numeroso auditório quando ele viera em visita à então província em 1860, pelo que mereceu ser agraciado com o hábito de Cristo.”³¹ Será? Outros autores consignam que a condecoração foi concedida ao biografado por serviços prestados ao País. Se bem que, na época, pregar perante o imperador poderia ser considerado um serviço prestado ao País. O certo é que D. Pedro registra em seu diário de bolso, conforme nos dá notícia Levy Rocha: “Te Deum na Igreja do Colégio dos Jesuítas; hoje Palácio - lápide da sepultura de Anchieta na capela-mor perto dos degraus do altar-mor. Sermão sofrível do Vigário de Santa Cruz (Aldeia Velha).”³²

Em Santa Cruz, o padre Antunes conheceu Pedro Tabachi, maçom da Loja União e Progresso em Vitória e pioneiro da imigração italiana em nossa terra. Por sinal, está relatado no artigo 30 das *Memórias do passado* um episódio vivido por ambos. O padre Antunes deixou o vicariato de Santa Cruz em princípios de 1869.³³

Serve depois como pároco em Conceição da Barra. A sua presença nessa última localidade pode ser confirmada por meio da correspondência que manteve com o presidente da província. Dessa correspondência, devem ser destacados o ofício de 9 de janeiro de 1872 (o primeiro no códice com a assinatura do padre Antunes) remetendo “o mapa dos batizados, casamentos e óbitos havidos durante o ano p. passado nesta paróquia”, (sendo que o mapa anexo está assinado pelo padre como pró-pároco) e o ofício de 29 de fevereiro do mesmo ano comunicando que naquela data “tomou posse e entrou no exercício de vigário encomendado (isto é, suscetível de remoção) da Vila da Barra de São Mateus por provisão da vigararia-geral do bispado.” Outros ofícios firmados pelo mesmo vigário existem no códice até abril de 1872, somente.³⁴ Esta passagem do padre Antunes por Conceição da Barra, apesar de curta, é muito significativa para o presente estudo, de vez que comprova a afirmação do autor das *Memórias do passado*, antes ressaltada, sobre sua presença em janeiro daquele ano na referida localidade assistindo ao alardo.

Por meio de um recurso interposto ao imperador datado de 14 de novembro de 1876, o padre Antunes nos científica que “requereu e foi nomeado em 9 de setembro de 1872 capelão extranumerário da Armada com exercício de professor” na Companhia de Aprendizes Marinheiros em Vila Velha, sendo elogiado pelos superiores. O interessado no recurso também informa que “em novembro de 1873, na efervescência da questão religiosa, foi suspenso das ordens e em consequência dessa censura foi dispensado do ofício de capelão.” Declara que foi ao Rio se defender e obteve novamente o exercício das ordens e a restituição do ofício na Companhia

por provisão que tinha validade anual e que foi renovada até 1875. No citado recurso, o padre Antunes se julga suspenso de ordens sem sentença jurídica e pede que novamente seja provido como capelão por estar atacado de “elefantíase dos árabes” (motivo que o fez deixar o exercício de pároco em pequenas localidades, ficando sem a correspondente remuneração) e por estar privado dos escassos recursos com que se alimenta e à mãe sexagenária, a quem serve de arrimo.³⁵

Após muitos anos como educador em Vitória, é pároco na matriz do Rosário da Prainha, em Vila Velha, onde termina seus dias.

MAÇONARIA E AMIZADES

Afonso Cláudio³⁶ refere-se de passagem a desavenças do padre Antunes com o bispo D. Pedro Maria de Lacerda, “que o suspendeu por diversas vezes do exercício das ordens sacras.” Mesmo sem aprofundar muito a pesquisa, sabe-se hoje que essas discórdias estão relacionadas, entre outros aspectos, com o fato de o padre capixaba ter ligações com a Maçonaria, instituição que estava sendo combatida por aquele bispo. A Questão Religiosa, apesar de mais exacerbada no Rio de Janeiro, em Recife e Belém, com prisão de bispos e outros incidentes, também teve sua presença, em ponto menor, na província do Espírito Santo.

A fundação da Loja Maçônica União e Progresso em Vitória se dá no mesmo ano de 1872, em que a referida questão está no auge. Compulsando o livro *Maçonaria no Espírito Santo*, de Christiano Woelffel Fraga, localiza-se a transcrição de documentos da época e relatos de fatos desagradáveis ocorridos entre seguidores das duas instituições, a Igreja e a Maçonaria. Como, por exemplo, a proibição dos maçons de servirem como padrinhos de crisma, e a sua represália em não mais ajudarem no custeio dos cultos católicos, destinando as ofertas a obras de caridade.

Mas, para o que interessa na biografia do padre Antunes, existe uma referência na obra acima citada de que na sessão de 24 de setembro de 1876 foi aprovada sua admissão na Loja União e Progresso, a mais antiga até hoje em funcionamento em nosso Estado. Na ocasião, o venerável Tito da Silva Machado recomenda completo sigilo a respeito, “visto como sofrendo a nossa instituição encarniçada guerra do jesuitismo, necessariamente este profano proposto, quando iniciado, sofrerá grande perseguição, por ser padre.” O professor Christiano Woelffel Fraga acrescenta que nos arquivos maçônicos “não consta sua iniciação.”³⁷ Muitos amigos do padre e de seu pai pertenciam ao quadro da Loja União e Progresso. Dois

maçons nela muito atuantes, Cleto Nunes Pereira e José de Melo Carvalho Muniz Freire, são os redatores do jornal *A Província do Espírito Santo*, no qual estão estampados os artigos que compõem as *Memórias do passado*. Inclusive, no início do artigo 24, o autor afirma que “À influência afável, ao estímulo poderoso de um espírito cultivado devo o fazer este quadro mais completo. Tinha-o reduzido muito, desconfiado da sorte, que aguarda minhas pobres composições; como porém animam-me o afago e a benevolência do endossante desta letra, penhor de amizade, lá vai mais alguma curiosidade, que me sugere a memória.”

Note-se que no final da obra *Esboço histórico* o padre Francisco Antunes de Siqueira faz rasgados elogios a Muniz Freire. Afonso Cláudio³⁸ refere-se ao *Poemeto* do padre Antunes como impresso nas oficinas de *A Província do Espírito Santo* em 1884. Aliás, no canto inferior direito da primeira página na edição do dia 22 de março de 1885 (que iniciou a publicação do folheto *Memórias do passado*), lê-se no anúncio de obras literárias: “A Província do Espírito Santo - poema do padre Antunes de Siqueira - 1 vol. - 2\$000.”

A FAMÍLIA DO PADRE

Sobre a família do padre Antunes de Siqueira algumas luzes são lançadas a partir de referências provenientes de fontes diversas.

No artigo do jornalista Antônio Tinoco, acima referido,³⁹ está registrado também o final da dedicatória impressa do padre Antunes no seu *Poemeto*: “(...) Às minhas queridas filhas - D. Dalmácia Antunes de Siqueira e D. Petronilha Antunes de Siqueira - Momentos de recreação e da mais viva lembrança.”

Elmo Elton nos oferece uma visão da vida do padre Antunes:

“Os padres, em sua quase total maioria, escandalizavam a população pela negligência ou até desprezo com que tratavam os assuntos pertinentes a seu ofício, enquanto o povo, em decorrência disso, deixava de freqüentar as igrejas e os sacramentos, comparecendo apenas às festas de cunho mais folclórico que religioso, como o eram as de São Benedito, celebradas tanto aqui como em outras localidades do interior do Estado. Diga-se, de passagem, que alguns sacerdotes, em Vitória, mantinham, às vezes, mais de uma concubina, com as quais pernoitavam diariamente, tendo filhos com

elas, não escondendo aos fiéis tal situação. O padre Francisco Antunes de Siqueira (1832-1897), que gozava fama de homem culto, teve, por exemplo, mais de uma companheira, viveu, anos seguidos, com uma filha (sic) do poeta Virgílio Vidigal (1866-1891), com quem teve duas ou três filhas, disse não fazendo o menor segredo, conforme se constata na dedicatória, impressa, que após num de seus livros. Sabe-se que, quando da chegada da notícia do fim da Guerra do Paraguai, em Vitória, o povo, eufórico, o procurou, a fim de que ele se manifestasse sobre tão auspicioso acontecimento. Foi encontrado, às primeiras horas do dia, na casa da companheira, tendo, da sacada, ainda de camisolão de dormir, pronunciado um soneto alusivo à vitória dos brasileiros contra os paraguaios, soneto naturalmente adrede preparado, mas que o povo aplaudiu como coisa dita de improviso. Antunes de Sequeira gostava de se passar por poeta repentista, embora não o fosse, já que suas produções poéticas, de fragilíssima inspiração, eram sempre forçadas, de métrica e ritmo imperfeitos, portanto, de pouco ou nenhum valor como peças de arte.⁴⁰

Afonso Cláudio refere-se a uma filha do padre como sendo casada com o poeta Virgílio Vidigal, dando para este poeta os anos de 1866 e 1907 como extremos de sua vida e nos oferece visão diferente daquela acima apresentada sobre a vida e obra do padre Antunes.⁴¹

O padre Antunes confessa publicamente o seu estado de “pecador” em carta estampada, junto com outros documentos, no jornal *A Província do Espírito Santo* de 30 de março de 1885, poucos dias depois do início da publicação das *Memórias do passado*. A boataria é inusitada (sobre o rapto de uma donzela por sacerdote de Vitória) e pode ter sido lançada por inimigos do padre Antunes (cf. Anexo 1).

O ABOLICIONISTA

Maria Stella de Novaes registra a presença em julho de 1884 das “senhoras Dalmácia e Petronilha Antunes de Siqueira” numa quermesse em benefício da Libertadora Domingos Martins, ocasião em que elas ofereceram um adorno de mesa em forma de serpente para ser vendido e o dinheiro apurado a favor da libertação de escravos. O presente vinha acompanhado de uma poesia (lavra do pai?):

O. D. C.

*De nossas livres florestas
Volve também a serpente,
Para assistir nossas festas,
De um povo independente.*

*Ao altar da Pátria amada,
Ela vem se dedicar,
Querendo com o seu produto
Os escravos libertar.* ⁴²

Na Sociedade Abolicionista Domingos Martins o padre Antunes proferiu palestras contra a escravidão. Sobre este assunto, Amâncio Pereira informa que “o dr. Afonso Cláudio ocupou também o cargo de orador da sociedade (Libertadora Domingos Martins) enquanto ela existiu; e, com o dr. Antônio Ataíde, padre Antunes de Siqueira e outros, no paço da Câmara Municipal da Capital, fez diversas conferências em noites de dias santificados, concorrendo a elas escravos e o que a sociedade tinha de escolhido em artes, ciências e filantropia.”⁴³

Também são coerentes na vida do padre Antunes suas idéias liberais com sua pregação contra a escravatura, posição enunciada de forma veemente no último artigo das *Memórias do passado*. Na sua biografia, é famoso e muito referido por historiadores o discurso que proferiu por ocasião do término da escravidão em nosso País.

O EDUCADOR

O padre Antunes teve atuação destacada como educador desde os tempos de seminário e em diversas localidades do Espírito Santo, como ressaltam muitos biógrafos e comentaristas de sua obra. Nos apêndices números dois e três do *Esboço histórico*, ele inclui seu próprio nome como pertencendo aos seguintes estabelecimentos de ensino como professor:

- a) de Retórica e, depois da reforma, de Latim e Geografia no Colégio Espírito Santo;
- b) de Latim e Filosofia no Ateneu Provincial (regulamento de 1862);
- c) de Português nas Escolas Normais Masculina e Feminina;
- d) professor público primário em Vitória.⁴⁴

Estes registros são complementados e enriquecidos com as informações sobre o mesmo assunto prestadas por Amâncio Pereira⁴⁵ no artigo de jornal antes referido:

“Em 1868, abriu um internato e externato nesta capital com o qual prestou um bom serviço à terra de seu nascimento. Em 1870 foi nomeado lente de Geografia e História do Colégio Espírito Santo. Em 1875, passou a lecionar Geografia, História do Brasil e Sagrada no colégio N. S.^a da Penha, e, em 1877, foi nomeado para reger a cadeira de Latim do Ateneu Provincial, cargo que exerceu com assiduidade até a extinção deste instituto pela criação das escolas normais em 1892, sendo o nosso biografado aproveitado na cadeira de Português. Cremos que em 1878 ou 1879 organizou em sua casa um curso particular de preparatórios, o qual foi bastante concorrido pela mocidade que freqüentava o Ateneu Provincial. Desempenhou as funções de capelão da extinta companhia de aprendizes marinheiros desta cidade e da qual foi também professor primário.”

Terezinha Tristão Bichara⁴⁶ refere-se ao Padre Antunes de Siqueira como vigário de Santa Cruz em 1867 e diretor naquela vila da “única escola particular (com 18 alunos) que conseguiu permanecer em funcionamento na Província.” Também registra que “em 1886, o Chefe da Administração Provincial nomeou uma comissão, formada pelos educadores (...) e padre Antunes de Sequeira para criar um novo regulamento de ensino com a pretensão de introduzir no sistema educacional um novo método - o experimental - considerado o mais eficiente por provocar a curiosidade da criança, educar a memória, prender a atenção e exercitar a inteligência.”⁴⁷

A erudição demonstrada pelo padre Antunes era um costume da época, e não devemos julgá-la com as lentes de hoje, sem dar os devidos descontos. Em sendo professor de Filosofia, de Retórica, de História, de Português, tinha que assegurar, reiterar e eventualmente exibir aos conterrâneos e contemporâneos seu cabedal de conhecimentos, citando Horácios e Virgílios. Nesse sentido, o primeiro artigo das *Memórias do passado* lista temas, depois desenvolvidos no *Esboço histórico*, como a História dos gregos, romanos, judeus, a História Sacra, e outros.

AS IDÉIAS E PRÁTICAS DO PADRE

O padre Antunes foi eleito deputado à Assembléia Legislativa Provincial para o biênio de 1862-63, tendo ocupado o cargo de segundo secretário da mesa daquela Casa de Leis. O seu partido devia ser o conservador (embora muitos de seus amigos tenham sido simpatizantes do partido libe-

ral - inclusive os redatores de *A Província do Espírito Santo*), mas não logramos documentar essa opção partidária. Devia pertencer ao partido conservador, porque o padre Antunes, no artigo 13 das *Memórias do passado*, demonstra de forma apaixonada ser um caramuru, partidário da cor verde, ligado ao Convento de São Francisco. Chega a descrever no artigo 12 de forma desfavorável e até sarcástica a festa dos peroás do Rosário. E, segundo Adelpho Poli Monjardim, "(...) o povo dividiu-se e do campo religioso passou ao político, como não poderia deixar de acontecer (...) Em Vitória não houve neutros. Os conservadores apoiaram os caramurus e os liberais se filiaram aos peroás, da igreja do Rosário."⁴⁸ Liberal ou conservador, o padre Antunes (que pode ter variado de agremiação política ou se constituído numa exceção no panorama das facções locais) viveu numa época em que os partidos possuíam pouca consistência ideológica e os políticos não cultivavam a coerência partidária.

Alguns historiadores referem-se ao mesmo padre Antunes como deputado também no período de 1849-50, evidentemente confundindo-o com seu pai (que realmente foi deputado em tal legislatura), pois naqueles anos, além de estudar no Rio de Janeiro, o jovem Antunes só contava com 17 para 18 anos de idade.

No texto das *Memórias do passado*, o autor faz referência ao seu pioneirismo em propugnar pela educação feminina quando no artigo de número 17 diz: "Não condeno a instrução da mulher, tanto que fui eu o primeiro a levantar minha humilde voz em 1863 para que se criassem cadeiras em todas as vilas da província." No mesmo ano, foi aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial do Espírito Santo um projeto instituindo aulas femininas em Santa Cruz, onde o padre e deputado era pároco.

A Lei n.º 3 de 26 de novembro de 1863,⁴⁹ projeto do deputado Francisco Antunes de Siqueira, determina que a inspeção escolar passe a ser executada pelas câmaras municipais.

Segundo informações registradas pela historiadora Terezinha Tristão Bichara, o padre Antunes propôs um projeto à Assembléia Legislativa Provincial autorizando a venda em hasta pública da casa que, em Cariacica, servia de residência ao vigário, empregando o produto da venda no reparo do relógio público de Vitória; "apesar de aprovada, a lei não foi sancionada, mas a 15 de dezembro de 1863 voltou ao Executivo pois, por unanimidade de votos, não foram aceitas as razões da recusa presidencial."⁵⁰

O já muito citado Amâncio Pereira registra que o padre Antunes "exerceu também a advocacia, sendo patrono de alguns clientes perante o tribunal do júri desta comarca."⁵¹

As idéias expostas nos escritos do professor de Filosofia e padre Antunes, indicam que era partidário de correntes filosóficas anteriores ao

positivismo, sendo dele simpatizante, provavelmente.

De qualquer sorte, o jornal em que publica seus artigos era francamente positivista. Ivan Lins, em sua *História do positivismo no Brasil*, refere-se a Muniz Freire como “a figura mais eminente do Positivismo capixaba.”⁵² antes afirmou ser “tal o entusiasmo despertado pela atuação de Silva Jardim que ‘A Província do Espírito Santo’, fundado em 1882, e de que eram redatores Muniz Freire e Cleto Nunes, passou a adotar o calendário positivista, acerca do qual deu uma notícia em seu número de 9 de agosto de 1882.”⁵³ De fato, as edições consultadas do referido periódico trazem as datas de acordo com os calendários gregoriano e positivista. Por exemplo, o dia 22 de março de 1885, quando começa a publicação das *Memórias do passado*, também está registrado como 96 (anos contados a partir da grande crise ou Revolução Francesa), mês de Aristóteles (a filosofia antiga).

O certo é que o padre Antunes tinha livre acesso ao periódico aqui tratado. Para exemplificar, mencione-se a série de artigos do padre, agora publicados com o nome do seu autor, que começa a ser estampada no periódico sob o título de *A educação do povo* dois dias depois (9 de maio de 1885) de se encerrar a publicação das *Memórias do passado*.

Afonso Cláudio julgou identificar as idéias do autor com base no canto IV do *Poemeto*: “(...) o padre cantor diz a direção filosófica a que obedece o seu espírito. (...) A sua filosofia à Cousin, sente-se bem glosando os motes da imortalidade e da separação da alma do respectivo invólucro.”⁵⁴

Victor Cousin (1792-1867) era um filósofo francês “chefe da escola eclética.” Registre-se que um exemplar de livro dele (o tomo IV das *Oeuvres de Victor Cousin*, impresso em Bruxelas em 1845 e com o carimbo da Biblioteca Pública Provincial) ainda existe no acervo da Biblioteca Pública Estadual. Cousin “esforçou-se por combinar as idéias de Descartes, da escola escocesa, de Kant, num espiritualismo pouco coerente mas brilhantemente expresso.”⁵⁵

O padre Antunes cita por duas vezes, nas páginas 26 e 57 da 2ª edição do *Esboço histórico*, as idéias de Emílio Castelar (1832-1899), escritor e político espanhol, republicano e o maior orador parlamentar da Espanha na segunda metade do século XIX.⁵⁶ Vemo-lo citando também Eugène Sue (1808-1857), romancista francês que fez enorme sucesso com romances em folhetim descrevendo o submundo parisiense⁵⁷ e Cesare Cantù (1804 - 1895), escritor e historiador italiano, que escreveu de 1838 a 1846 a *História Universal*, em 35 volumes, inspirada pelos ideais de um catolicismo liberal e obra muito lida, inclusive no Brasil.⁵⁸

Um perfil do padre Antunes de Siqueira pode ser elaborado a partir

de palavras registradas por diversas pessoas.

Amâncio Pereira⁵⁹ fala com o coração da amizade: “Espírito esclarecido, talentoso e excelente orador sacro. (...) Era ilustrado, de um gênio expansivo e possuía invejável memória. Teve amigos que o apreciavam e que jamais olvidarão sua memória !”

Afonso Cláudio⁶⁰ faz uma análise mais para o lado psicológico:

“Antunes de Siqueira fazia parte da legião de brincalhões inteligentes que se foram e da qual é hoje o único documento autêntico. (...) Regressando à sua terra (...) foi então quando começou a experimentar o efeito das amargas desilusões; de um lado o seu temperamento facilmente impressionável e de outro o meio deletério em que tinha de atuar (...) mas o padre não tinha a couraça que forra as energias aos lutadores seletos; sua sensibilidade não lhe permitia prolongado dispêndio de forças em repelir ultrajes (...) Sitiado pelas paixões, ora iracundo, ora compassivo, volúvel nos atos e nos gestos, distendendo-lhe a veia irônica e o poeta surge como um complemento do folgazão. É de vê-lo tomar à incultura do populacho os dísticos da moda, os ridículos e sarcasmos com que revida as agressões.”

O próprio padre se analisa: “Tenho um gênio sófrego; por isso a pressa faz imperfeito o meu trabalho, e na associação de idéias, corro longas digressões (...) Ambição de escrever, desejos de agradar, glória de corresponder à confiança, tudo isso me exalta, a ponto de esquentar-se a cabeça pela ebulição de idéias, que, às vezes chegam a engorgitar o pensamento” (final do artigo 32 das *Memórias do passado*).

Hoje podemos falar que sua vida, principalmente intelectual, foi como a fachada em relação ao corpo da igreja de Santa Cruz: maior na aparência do que na realidade é. Mas isso não tira de modo algum o seu valor como pessoa ou artista.

Como provado antes, foi o padre Antunes, na qualidade de pároco local, quem principiou a construção da matriz na vila de Santa Cruz por sua fachada principal e nisto ele acompanhou iniciativas semelhantes daquele período. Diversos fatores contribuíram para a interrupção da obra, que ficou incompleta e, por isso mesmo, constituindo-se em valioso e interessante documento para a História e a Arte.

Também o padre Antunes se formou visando muito a aparência, a eloquência, a erudição. Tendo se dispersado nos caminhos da vida, não pôde erigir em toda sua plenitude e acabamento o edifício de sua personalidade. E esse ente intelectual restou com uma grande e imponente fachada.

da, mas sem toda a substância correspondente por detrás. De qualquer forma, até estes contrastes bizarros são válidos e esclarecedores, tanto na vida de uma pessoa, quanto na existência de um edifício.

O padre Francisco Antunes de Siqueira morreu “vitimado por uma congestão cerebral”⁶¹ às 8 horas da noite do dia 29 de novembro de 1897 em Vila Velha, onde era pároco, cargo de que tinha solicitado exoneração dois dias antes. O enterro do seu corpo deu-se no dia seguinte na então matriz de Vila Velha, atual Igreja do Rosário, na Prainha, com “presença de muitas autoridades e numeroso povo”,⁶² falando na ocasião o bispo D. João Néry⁶³ e “a talentosa aluna da Escola Normal, D. Alice Corrêa.”⁶⁴

É patrono da cadeira n.º 16 da Academia Espírito Santense de Letras.

IMPORTÂNCIA DA OBRA

Na *História da Literatura espírito-santense*, Afonso Cláudio registra que o padre Antunes de Siqueira deixou impressos os seguintes trabalhos: *Poemeto descritivo sobre a província do Espírito Santo*, editado em Vitória, no ano de 1884, *Tratado sobre a ortografia e Tratado de sintaxe latina*, ambos de 1887, *Alocução comemorativa da extinção da escravidão no Brasil* de 1888, *Alocução dirigida ao bispo D. João Néry*, de 1897. É de se notar que neste apanhado das obras impressas do padre Antunes, Afonso Cláudio não incluiu o *Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense, desde os tempos coloniais até os nossos dias*, editado em 1893. Ele menciona outras obras relacionadas no artigo de Amâncio Pereira no *Comércio do Espírito Santo* de dezembro de 1897 (no qual se baseou), que também registra o *Esboço histórico*, importante obra do padre e escritor então recém-falecido.⁶⁵

João Calazans em *Notícia breve sobre o padre Antunes*, publicada junto com a segunda edição do *Esboço histórico*, informa que Capistrano de Abreu e Basílio de Magalhães colheram nesse livro “elementos sugestivos”, e que Gilberto Freire cita a obra do padre diversas vezes no seu clássico *Casa grande & senzala*. Nesse último livro, as citações são várias e referem-se mais aos métodos de ensino antigo e a alguns costumes populares expostos pelo padre Antunes em seu *Esboço histórico*.

Se impressas há mais tempo como obra avulsa, as *Memórias do passado* teriam sido úteis também para subsidiar trabalhos de uma vasta gama de estudiosos. Mas a historiadora Maria Stella de Novaes, que pesquisava muito nos jornais da Biblioteca Pública Estadual, consultou amplamente

estes escritos. As *Memórias do passado* subsidiam, pelo menos, três de suas obras. Pode-se citar sua descrição da festa das Onze Mil Virgens,⁶⁶ com toda evidência retirada deste trabalho do padre Antunes e que ela consigna em nota como baseada em “crônicas dos jornais antigos e relatos de velhos capixabas.” Num outro texto de Maria Stella de Novaes denominado *O Teatro no Espírito Santo*, a historiadora transcreve, de maneira resumida, passagens sobre a arte dramática em Vitória constantes nas *Memórias do passado* mescladas com outras passagens do *Esboço histórico* e as atribui ao padre Antunes de Siqueira. O que de certa forma vem robustecer os argumentos antes enumerados quanto à autoria do texto ora analisado, dada a sensibilidade e conhecimento da ilustre pesquisadora capixaba sobre documentos e fatos da História Espírito-santense.⁶⁷ Na obra *Medicina e remédios no Espírito Santo*, existem citações de trechos das *Memórias do passado*, sem indicação da fonte onde foram colhidos.⁶⁸

O escritor Elmo Elton valeu-se da obra antes citada de Maria Stella de Novaes ou consultou as *Memórias do passado* para, por exemplo, descrever a pitonisa Vitória Bibi e seu arroz do Sacramento.⁶⁹

Numa comparação geral entre essas duas obras do padre Antunes de Siqueira, as *Memórias do passado* e o *Esboço histórico*, pode-se concluir que o peso positivo maior pende para a primeira, devido a fatores diversos. As *Memórias* são mais completas e diretas, entre outras causas, pelo anonimato do seu autor, como já antes asseverado. Embora as obras sejam, em certo sentido, complementares, as *Memórias do passado* descrevem com maior minúcia fenômenos do folclore e da História locais e nesse sentido são superiores como documento para a constante elaboração da nossa História. Já no *Esboço histórico*, a primeira parte e boa porção da segunda são dedicadas a demonstrar a erudição do velho educador: é um raconto de toda a história da humanidade desde Israel, Roma da antigüidade até a existência da capitania e província do Espírito Santo, passando por Licurgo e pela transformação dos seres e as verdades do evangelho... O trecho da segunda parte, que principia justamente na descrição da festa das onze mil virgens e vai até o tema sobre cultura musical, é, a meu ver, o mais valioso para a historiografia capixaba, porque fala dos costumes do povo espírito-santense, tal como conhecidos pelo autor. Este trecho constitui-se numa espécie de resumo das *Memórias do passado*, bem mais contido e policiaado, já que se trata, agora, de um livro erudito, de autor conhecido e fruto de toda uma vida de educador; com tiradas bem moralistas. A última parte do *Esboço histórico* é relativa à situação estadual quando de sua edição e peca pela limitações da visão política do autor, além de ser muito encomiástica aos poderosos do momento, mesmo sendo o padre Antunes amigo deles de longa data.

O próprio autor das *Memórias do passado* distingue as informações que presta como de primeira ou de segunda mão, sendo, portanto, de uma modernidade surpreendente. Alguns relatos recebidos de forma indireta estão registrados, como nesta passagem no início do artigo 14:

“Vou falar dos hábitos, vestuários, costumes, educação e práticas do célebre tempo dos governadores. Farei para reviver essas tintas, já tão apagadas, e se não copiar fielmente os traços, o leitor releve essa falta, que é aliás perdoável. Depende de grande esforço, pois devo declarar, se não o sabem, que o primeiro presidente que conheci foi José Tomás Nabuco de Araújo (...). Já se vê que vou repetir o que ouvi de certa roda, e talvez aproveite... Estava eu então no mundo dos possíveis...”

Já a descrição do alardo na Barra de São Mateus (hoje Conceição da Barra), por exemplo, é mencionada no artigo 19 com base em observação direta do autor: “Em 1872 presenciei na vila de Barra de São Mateus uma cerimônia sacro-profana (...)”

As *Memórias do passado*, em que retrata de modo vivo o povo capixaba e dá um testemunho fidedigno dos seus usos e costumes, fazem o padre Antunes de Siqueira pioneiro nos estudos de história e folclore espírito-santenses. Conceder-lhe tal pioneirismo não significa ignorar os seus discursos conservadores, laudatórios, apologéticos (não esqueçamos que foi um orador sacro respeitado na época) e os seus preconceitos, já que em algumas idéias e comportamentos ele não conseguiu superar as limitações do seu tempo. E quem consegue?

Sabemos que uma imagem vale mais que mil palavras. Devemos saber também que, se bem formuladas, palavras formam imagens que podem ser potencializadas pela imaginação histórica, componente essencial da recriação dessa ciência social. As palavras contidas nas *Memórias do passado*, referentes a uma época em que os documentos iconográficos são escassos, valem por mil imagens, ajudando a reconstituir um significativo momento histórico da capital capixaba e a conhecer “os costumes do povo espírito-santense.”

O frescor que emana do texto ora analisado está bem exemplificado quando o seu autor refere-se aos tipos populares da Vitória de sua época, às brincadeiras das crianças, às peças teatrais que então eram representadas, ao lundu e seus “movimentos obscenos”, ao uso do rapé, ao preconceito contra os judeus, à sua participação quando jovem nas comédias, às vestimentas minuciosamente descritas dos vitorienses do século passado. Ou ainda no senso de humor do padre Antunes quando, por exemplo, no

final do artigo 18, faz um trocadilho entre cavahada e cavalada.

Para um pesquisador de História, é rara a oportunidade de realizar uma crítica de atribuição, estabelecendo a autoria de uma obra que, no caso desta elaborada pelo padre Antunes de Siqueira, enriquece a historiografia espírito-santense. Se o presente estudo tem algum mérito será o de contribuir para que se ressaltem a importância e a beleza - como documento de vida, Arte e História - das *Memórias do passado - A Vitória através de meio século*, que agora passam a circular com autoria conhecida e comprovada.

Após tantos anos de ligação com esta obra, entendo a historiadora Maria Stella de Novaes quando escreve que estava fazendo uma pausa no seu texto para chorar.⁷⁰

É mais ou menos como diz Drummond:⁷¹ “Toda história é remorso.”

Vitória, outono de 1997, nos centenários de morte dos padres José de Anchieta (4º), Antônio Vieira (3º) e Francisco Antunes de Siqueira (1º).

ANEXO 1

DOCUMENTO ESTAMPADO NA PÁGINA 8 DO JORNAL
A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO DE 30 DE MARÇO DE 1885:

Às autoridades civis e eclesiásticas de meu país.

Declaro sob a fé, e palavra de sacerdote, que em minha vida, pública e particular, nunca tentei contra a honra das famílias, nem lesei a fortuna do meu próximo.

Apelo para o testemunho de todas as pessoas, inda mesmo desafetas, com quem tenho tratado, e para os paroquianos de Carapina, Santa Cruz e Barra de São Mateus, onde exerci o parocato, além dos habitantes desta cidade.

Provoco a quem se julgar ofendido que me denuncie, para receber o justo castigo, em desafronta da moral, da sociedade, e do pudor da família.

No mais delicado exercício de minhas penosas funções de sacerdote, embora pecador, pela fragilidade humana, nunca aliciei, nem solicitei pessoa alguma “ad inhonesta.”

Vitória, 30 de março de 1885

Padre Francisco Antunes de Siqueira

Na mesma página do jornal estão publicados, mais adiante, dois outros documentos:

Ilmo. Sr. Redator d' A Folha da Vitória - Aparecendo em seu jornal de ontem uma denúncia do rapto de uma donzela, feito por um sacerdote

que existe entre nós; peço-lhe queira sob sua palavra de honra declarar se é com o abaixo assinado que se pode entender; permitindo-me fazer de sua resposta o uso que me convier.

De V. S. att. v.or. - padre Manoel Rodrigues Bermude de Oliveira

Vitória, 30 de março de 1885

Ilmo. Sr. - O fato criminoso, que o boato tem dado corpo, e posto em atividade o delegado de polícia deste termo, não tem por ora autor conhecido; entretanto não tenho escrúpulo em julgar V. Rev. fora de tão infamante reputação. Brevemente chegará o público ao conhecimento da verdade, e Deus queira que não passe semelhante boato de uma invenção torpe. Pode S. Rev. fazer desta resposta o uso que lhe convier.

De V. rev. att. V. or. - Aristides B. de B. Freire

NOTAS

- 1 PEREIRA, Heráclito Amâncio. A Imprensa no Espírito Santo, Revista de Cultura - UFES; Antropologia e História, Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1 (2): p. 74-5, 1º semestre 1979. Edição especial.
- 2 ELTON, Elmo. Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas. Vitória : Conselho Estadual de Cultura, 1987. p. 24-5.
- 3 NOVAES, Maria Stella de. História do Espírito Santo. Vitória : Fundo Editorial do Espírito Santo, (19—). p. 122.
- 4 GAMA FILHO, Oscar. Razões do Brasil : em uma sociopsicanálise da literatura capixaba. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1991. p. 89.
- 5 SIQUEIRA, Francisco Antunes de. Esboço histórico dos costumes do povo espírito-santense. 2. ed. Vitória : Imprensa Oficial, 1944. p. 116.
- 6 Alguns biógrafos falam em São Mateus, mas podem ter confundido com Barra de São Mateus, antigo nome de Conceição da Barra. De qualquer forma, baseei-me na carta do padre Antunes constante no Anexo 1 e em documentos do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.
- 7 É sempre referida pelos biógrafos como de autoria do padre Antunes a farsa D. Minhoca, considerada uma das primeiras da sua espécie elaborada por autor capixaba.

- 8 GAMA FILHO, Oscar. *História do Teatro capixaba : 395 anos*. Vitória : Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Vitória, 1981. p. 73.
- 9 SIQUEIRA, Francisco Antunes de. Op. cit., *passim*.
- 10 NOVAES, Maria Stella de. op. cit., p. 280. nota 3.
- 11 ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória : Instituto Jones dos Santos Neves, 1986. p. 35.
- 12 PEREIRA, Amâncio Pinto. Antunes de Siqueira. *Comércio do Espírito Santo*, Vitória, 2 dez. 1897, p. 2.
- 13 CLÁUDIO, Afonso. *História da Literatura espírito-santense*. Porto, Comércio do Porto, 1912. p. 214.
- 14 ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA, Rio de Janeiro. *Processos de genere e vita et moribus em nome de Francisco Antunes de Sequeira*.
- 15 TINOCO, Antônio. Padre Antunes de Siqueira. *A Gazeta*, Vitória, 26 jan. 1951.
- 16 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 17 NOVAES, Maria Stella de. Op. cit., p. 122-23. nota 3. Na mesma obra, na p. 171, a autora, noticiando o nascimento do padre Antunes, registra: "Seguiu o destino de tantos jovens espírito-santenses, conforme escrevemos noutro capítulo."
- 18 GAMA FILHO, Oscar. Op. cit. p. 44-5. nota 4.
- 19 Documento datado do Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1851, e assinado por Manoel Joaquim da Silveira, constante dos processos de genere e vita et moribus antes citados.
- 20 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 21 *Ibidem*.
- 22 Informações obtidas nos processos de genere e vita et moribus acima referenciados.
- 23 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 24 Vide citação cuja referência bibliográfica corresponde à nota 60 adiante.
- 25 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Série Accioly, livro 311.
- 26 *Ibidem*.
- 27 ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília, EBRASA, 1971. p. 94. O autor não faz menção no texto à fonte de onde teria extraído estas observações. Deve-se assinalar o equívoco cometido pelo criterioso historiador referindo-se a Santa Cruz como o local de nascimento do padre Antunes, equívoco repetido na nota 14 da página 33 da obra *Viagem à Província do Espírito Santo de Auguste-François Biard*.
- 28 BIARD, Auguste-François. *Viagem à Província do Espírito Santo*. Vitória : CULTURAL-ES, [198-]. p. 33.
- 29 Informações colhidas nos processos de habilitação de genere e de vita et moribus do padre Antunes, pesquisados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e no livro 311 da série Accioly existente no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.
- 30 OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. ed. ampl. e atual. Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974-75. p. 382.
- 31 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 32 ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. IHGB, 1960. v. 246. Separata. p. 40.

- 33 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Série Accioly - livro nº 311. O último ofício assinado pelo vigário Francisco Antunes de Siqueira é datado de 24 de fevereiro de 1869.
- 34 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Série Accioly - livro nº 187.
- 35 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO. Vitória. Série Accioly - livro nº 199. O recurso é acompanhado de pública-forma de oito atestados favoráveis ao padre Antunes assinados por diversas autoridades que elogiam o seu comportamento e, em alguns deles, o eximem de participação nos acontecimentos antes referidos de 08 de setembro de 1876 envolvendo a irmandade do SS. Sacramento.
- 36 CLÁUDIO, Afonso. Op. cit. p. 226. Cita também "desavenças que teve com o comandante da companhia de aprendizes marinheiros, de que foi capelão, (e) com o capitão do porto."
- 37 FRAGA, Christiano Woelffel. *A Maçonaria no Espírito Santo*. Vitória : (s.n.), 1995. p. 129.
- 38 CLÁUDIO, Afonso. Op. cit. p. 214.
- 39 Vide nota 15.
- 40 ELTON, Elmo. Op. cit., p. 89. nota 2.
- 41 CLÁUDIO, Afonso. Op. cit. p. 329 e 232.
- 42 NOVAES, Maria Stella de. Op. cit. nota 3. p. 294. (O. D. C. significa Oferece, Dedicar e Consagra, segundo fórmula da época)
- 43 PEREIRA, Amâncio Pinto. *Homens e cousas espírito-santenses*. Vitória, Artes Gráficas, 1914. 1º livro, p. 129.
- 44 SIQUEIRA, Francisco Antunes de. Op. cit. p. 137 a 144.
- 45 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 46 BICHARA, Terezinha Tristão. *História do Poder Legislativo do Espírito Santo - 1835-1889*. Vitória, Leoprint, 1984. v. 1. t. 1. p. 199.
- 47 Op. cit. p. 328.
- 48 MONJARDIM, Adelpho Poli. *O Espírito Santo na história, na lenda e no folclore*. Vitória, [s.n.]. 1983. p. 97.
- 49 Op. cit. p. 197.
- 50 Op. cit. p. 188.
- 51 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 52 LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1964. p. 227.
- 53 Op. cit. p. 221.
- 54 CLÁUDIO, Afonso. Op. cit. p. 227.
- 55 Grande Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro, Editora Delta, 1972. v. 5.
- 56 Idem. v. 4.
- 57 Idem. v. 14.
- 58 Idem. v. 5.
- 59 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 60 CLÁUDIO, Afonso. Op. cit. p. 223-26
- 61 Estado do Espírito Santo, Vitória, 30 nov. 1897. p.
- 62 Idem. 1º dez. 1897.

- 63 Na relação que Amâncio Pereira faz das obras impressas do padre Antunes está a "Alocução congratulatória ao Exm^o. Sr. bispo diocesanoD. João Batista Corrêa Néry, em homenagem a sua visita pastoral à cidade do Espírito Santo [atual Vila Velha] no dia 21 de novembro de 1897." Loc. cit. nota 12.
- 64 PEREIRA, Amâncio Pinto. Loc. cit. nota 12.
- 65 CLÁUDIO, Afonso. Op. cit. p. 214. O autor na mesma obra, na página 231, observa: "As demais produções do padre Antunes conservam apenas interesse e valor didáticos ou o ocasional que lhes justificou a publicidade", o que parece justificar essa omissão do ilustre historiador capixaba.
- 66 NOVAES, Maria Stella de. Op. cit. p. 158 a 160. nota 3.
- 67 NOVAES, Maria Stella de. *O teatro no Espírito Santo*. Douro Litoral, Boletim da Comissão de Etnografia e História, Porto, 1959. Passim. Este trabalho está em parte transcrito na obra de Oscar Gama Filho *História do teatro capixaba: 395 anos*. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1981. p. 174 -7.
- 68 NOVAES, Maria Stella de. *Medicina e remédios no Espírito Santo : história e folclore*. 2. ed. Vitória, [s.n.], 1964. p. 67-8.
- 69 ELTON, Elmo. Op. cit. p. 26. nota 11.
- 70 NOVAES, Maria Stella de. *Jerônimo Monteiro - sua vida e sua obra*. Vitória, Arquivo Público Estadual, 1979. p. 222. Como exemplo, reproduzo o trecho em que a autora trata da chegada à Vitória da notícia sobre a morte de Jerônimo Monteiro ocorrida no Rio de Janeiro em 1935: "O mensageiro (da Western) e seu consternado séquito vencem duas escadas e batem à porta do apartamento. Cumprem o doloroso encargo, ao passo que, atônito, incrédulo da realidade, o procurador do dr. Jerônimo Monteiro rompe em soluços!... Todos choram!... A Cidade da Vitória chora!... Uma pausa!... Nós choramos!..."
- 71 ANDRADE, Carlos Drummond de. *Reunião*. 2. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1971. *Estampas de Vila Rica, V - Museu da Inconfidência*. p. 183.

O FANTÁSTICO EM *COMO ÁGUA PARA CHOCOLATE*

DELZA FIORINO PRUDÊNCIO

Quando analisamos fragmentos de textos que fogem do Realismo estrito, tal como foi compreendido no século XIX (pelo Realismo e Naturalismo), trabalhamos com o termo Fantástico em sentido amplo. Partindo deste ponto de vista, podemos dizer que a mais antiga forma de narrativa é a fantástica.

Segundo Jorge Luís Borges,¹ “os romances realistas iniciaram sua produção no começo do século XIX, enquanto que todas as literaturas surgem com relatos provenientes do Fantástico.” A obra literária fantástica deve ser vista como um artefato indispensável a todo romance de ficção.

Muitos são os conceitos sobre o que é Fantástico. Para Tzvetan Todorov² “o Fantástico se define a partir da incerteza e da hesitação provocada no leitor diante de um acontecimento sobrenatural.”

Para o romancista e teórico H.P. Lovecraft,³ “o Fantástico situa-se na experiência do leitor real, que deve ser baseada no medo e na intensidade emocional provocada pela trama.”

Além destas considerações sobre o Fantástico, vamos contextualizá-lo no panorama literário de hispano-américa. Para tanto, vamos ver o que disse Borges num estudo de Célia Regina de Barros Mattos sobre o Fantástico.

Segundo Borges:

“Os procedimentos da Literatura Fantástica são poucos, mas muito complexos, se consideramos o aspecto formal. Escrever uma obra dentro de outra, atribuir realidade ao sonho, viajar no tempo...”

Na narrativa fantástica, o autor trabalha todos os mecanismos que o gênero oferece para formalizar sua obra.

O mistério que envolve a Literatura Fantástica, segundo Borges,⁵ consiste em:

“O segredo para conseguir tais efeitos está na causalidade, se esta é mimética, ou seja, tenta-se manter vínculos com a realidade, recriando-a, assim tanto a inversão do tempo quanto o duplo serão impossíveis; mas se a causalidade é mágica, essa impossibilidade desaparece. A porta que se abre para o Fantástico é portanto mágica, porta de onde se pode vislumbrar o inesperado, mas nunca o irreal.”

O romance *Capch* é considerado fantástico porque traz elementos próprios do *Realismo Mágico*, ou seja, tudo que se passa com as personagens é visto com naturalidade.

Por exemplo, pessoas que morreram há muitos anos voltam a conviver normalmente com as personagens, ou por força de magia a preparação de alimentos produz sensações estranhas nas pessoas que o comem; ou pessoas que voltam, depois de mortas, só para trazerem maus presságios aos que estão vivos, e mais, poderes de magia na cura de pessoas.

O primeiro exemplo se refere a um estranho fenômeno que todos sentiram ao comer um dos pratos cozinhado por Tita, “las codornices en pétalos de rosas.”

“Tal parecía que un extraño fenómeno de alquimia su ser había disuelto en la salsa de las rosas, en el vino y en cada uno de los olores de la comida. De esta manera penetraba en el cuerpo de Pedro, voluptuosa, aromática, calurosa, completamente sensual.”
(p. 57)

“Gertrudis realmente se sentía indispuesta, (para fregar los trastes) sudaba copiosamente por todo el cuerpo. Las gotas que se le brotaban eran de color rosado y tenían un agradable y penetrante olor a rosas.” (p. 58)

O segundo exemplo ilustra a situação em que mortos aparecem em situações comuns, estabelecendo comunicação com as personagens.

O leitor acredita que o fato é normal porque o narrador o põe de maneira muito segura, não deixa vestígios de incerteza. Faz do leitor uma “vítima” do jogo mágico.

No exemplo que segue, Nacha, uma das criadas de Mamá Elena, depois de morta, vem ajudar Tita a fazer o porto de Rosaura.

“Tomó al niño entre sus manos, se lo llevó a Rosaura... Después, siguiendo las instrucciones que Nacha le daba ao oído, supo perfectamente todos los pasos que tenía que seguir: cortar el cordón umbilical en el lugar y momento precisos...” (p. 79)

Outro exemplo de morto que aparece ocorre quando Tita está se recuperando de um trauma na casa do doutor Brawn. Tita sente um cheiro forte do mais aromático e se dirige à cozinha; encontra-se com uma mulher idosa que está cozinhando para ela. Nada mais é que a avó do doutor que já havia morrido há anos.

“Cruzó el patio com determinación, abrió la puerta y se encontró com una agradable mujer de 80 años de edad. Era muy parecida a Nacha. Una larga trenza cruzada le cubría la cabeza, estaba limpiándose el sudor de la frente com el delantal. Su rostro tenía claros rasgos indígenas.” (p. 115)

O terceiro exemplo de “Realismo Mágico” é quando a avó de John, Mary, faz curas milagrosas.

“Al momento se acercó al enfermo y al poner una de sus manos sobre las herids logró de inmediato contener el sangrado.” (p.117)

O quarto exemplo caracteriza outras peculiaridades do “Realismo Mágico”, com a aparição de Mamá Elena que surge atemorizando Tita.

“Cuando Tita cubriendo com una servilleta la vasija donde puso a repasar la masa, una fuerte ráfaga de viento azotó la puerta de la cocina abriéndola de por en par y permitiendo que un frío helado la invadiera. La servilleta voló por los aires y un gélido estremecimiento recorrió la espalda de Tita. Giró su cuerpo y asombrada quedó frente a frente com Mamá Elena que la miraba duramente.

— Te dije muchas veces que no te acercaras a Pedro. ¿Por qué lo hiciste?

— ... Yo lo intenté mami... pero...

— ¡Pero nada! ¡Lo que has hecho no tiene nombre! ¡Te has olvidado de lo que es la moral, el respeto, las buenas costumbres! No vales nada, ees una cualquiera que no se respeta ni a sí misma.” (p. 177)

“Cuando iban atravesando el pasillo Tita vio a su madre parada junto a la puerta del comedor, lanzándole una mirada de furia. Tita se paralizó. El “Pulque” empezó a ladrarle a Mamá Elena, caminaba amenazadoramente hacia Tita.” (p. 179)

Como vimos, a Literatura Fantástica possui suas particularidades que a tornam autêntica.

O “Realismo Mágico” é uma outra forma de percepção do gênero, que nos ajuda a compreender de que maneira se dá o Fantástico na Literatura.

2 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O EROTISMO EM *CAPCH*

Partindo de uma visão de época, ressaltamos que *Capch* é um gênero literário que tem como base os livros de cozinha mexicanos por volta de 1850. Segundo Maria Elena de Valdes,⁶ estas publicações em México eram conhecidas pelo nome de *Calendários para senhoritas*. Já que a casa e a igreja eram o espaço privado e público de toda senhorita educada, estas publicações representavam a contraparte escrita para a sociabilização da mulher e, como tais, são documentos que conservam e transmitem a cultura da mulher mexicana num contexto social e num espaço cultural particular para mulheres e por mulheres.

Poderíamos pensar que *Capch* é um romance que trabalha elementos de uma sociedade distante e fora de nossos dias, porém Laura Esquivel soube trazer, por meio do gênero fantástico, a paródia da literatura popular das mulheres do século XIX. Os temas que aparecem são universais, tais como: a condição feminina, o poder, o amor, a proibição, a maternidade, a prostituição, o desejo e outros.

A sociedade em *Capch* nos mostra os diversos conflitos femininos em perfeita identidade com a sociedade de hoje. Tita, personagem principal, se apaixona por Pedro e tem seus desejos frustrados, dada a interferência de Mamá Elena, que não aceita a união de Tita e Pedro. Segundo os costumes, a filha mais jovem não poderia se casar. A ela lhe cabia o encargo de cuidar da mãe até a morte. Meio a esta antítese, surge a figura de Rosaura, irmã de Tita, a qual, por decisão de Mamá Elena, casa-se com Pedro. Pedro era apaixonado por Tita, por conseguinte, seu casamento com Rosaura foi uma forma que ele encontrou para ficar próximo de seu amor, Tita.

Rosaura era infeliz com Pedro, que somente a procurava para cumprir suas obrigações matrimoniais.

Getrudis fugiu de casa depois de um estranho fenômeno que se apoderou do seu corpo, logo após ter comido um dos pratos aromatizados de Tita.

Mamá Elena, pessoa autoritária, reprimia suas filhas e não aceitava

conselhos de ninguém. Na sua juventude teve uma grande paixão que não pôde desfrutar, por isso toda a sua amargura.

2.1 - O AMOR

O amor foi e é a grande subversão do Ocidente.

Segundo Octavio Paz,⁷ “o amor possui a força autoritária porque impõe a aceitação do outro. Pega as idéias do domínio espiritual e as põe numa realidade carnal; onde as palavras do ser amado são bebidas como alimento.”

Há uma transubstanciação, ou seja, o corpo se converte em voz, sentido — a alma é matéria corporal. Nesse momento é “eucaristia.”

Unamuno relaciona o amor com o sofrimento e com a morte. Diz que

“o amor é a mais trágica coisa que existe no mundo. É filho do engano e pai do desengano. É irmão, filho e ao mesmo tempo pai da morte, que é sua irmã, sua mãe e sua filha. É por isso que há desespero e esperança no amor. Ele é consolo e desconsolo. Ele é trágico, mas é o único remédio contra a morte.”

Para Freud:

“O amor é uma força instintiva original que é a libido (sensações voluptuosas que se manifestam na vida humana desde o nascimento).

Quando há a sublimação da libido, aparecem as formas superiores do amor, fundamentalização de todos os progressos da vida social, da arte, da ciência e da civilização.”

Estas citações sobre o amor foram extraídas do livro *O mito de D. Juan: sua relação com Eros e Thanatos*.⁸

No romance *Capch*, há quatro mulheres na família: Elena, a mãe, e suas três filhas: Rosaura, Gertrudis y Josefita, chamada Tita. A maneira de viver destas mulheres tem que se basear, prioritariamente, no cuidado em suas relações sentimentais e, de grande importância, deve estar o controle dos afazeres domésticos.

O amor é representado, através das mulheres, da seguinte forma:

MAMÁ ELENA	amor negação
TITA	amor entrega
ROSAURA	amor egoísta
GERTRUDIS	amor carnal

Em nossa cultura ocidental, a herança religiosa reforça a articulação que existe sobre as idéias do filósofo Platão. Para ele *O banquete*, talvez o mais antigo texto sobre o erotismo... Aristófanes, um dos convidados do banquete, fala que, antes do surgimento de Eros, a humanidade era formada de três sexos: o masculino, o feminino e o andrógino. Os seres andróginos eram redondos e possuíam quatro mãos, quatro pernas, duas faces, dois genitais, quatro orelhas e uma cabeça. Esses, seres por sua própria natureza, colocaram-se muito poderosos e decidiram desafiar os deuses, sendo, por isso, castigados por Zeus, que decidiu cortá-los em duas partes.

Depois de tal divisão, os novos seres mutilados e incompletos, seguiram à procura de suas metades correspondentes:

*"Quando se encontraram, abraçaram-se e se entrelaçaram num insopitável desejo de novamente se unirem para sempre. E daí originou Eros, o impulso para recompor a antiga natureza e restaurar a antiga perfeição."*⁹

A partir das considerações de Aristófanes, podemos definir o erotismo como um impulso em direção à plenitude.

O erotismo é um fenômeno poderoso e subversivo exatamente porque caminha em direção à reunião dos seres.

A primeira manifestação erótica que aparece em *Capch*, é quando Mamá Elena, em sua juventude, tenta unir-se com um mulato e sua família não aceita — nesse exemplo aflora o caráter subversivo do erotismo —, há uma luta entre o casal apaixonado e a família de Mamá Elena.

O erotismo é um sentimento que ultrapassa os limites do poder repressivo, ou seja, é um sentimento que é movido por um desejo extremo de vida, de permanência, de continuidade. Paralelo a esta manifestação peregrina do impulso de vida (Eros), os vínculos com Thanatos (impulso de morte) são estreitos. Segundo Freud, Eros e Thanatos são duas forças antagônicas que atuam em nosso inconsciente. Essas forças vivem em conflitos, uma vez que caminham em direções opostas, mas o prazer dos indivíduos não está vinculado, necessariamente, à vida, pode algumas vezes estar intimamente aliado a Thanatos.

O pensamento de Freud foi reformulado mais tarde pelo psicanalis-

ta Reich e pelo filósofo Marcuse, que definiram Thanatos como um princípio natural de indivíduo, mas como resposta humana à repressão sexual, esta fruto da vida em sociedade que frequentemente é manipulada por regimes autoritários.

NOTAS

- 1 RODRIGUES, Selma Calasano. O fantástico. São Paulo, Ática, 1988, p. 14-15.
- 2 Ibid., p. 28.
- 3 Ibid., p. 29.
- 4 MATTOS, Célia Regina de Barros. Jorge Luis Borges: a ficção da teoria, a teoria da ficção. In: CÁRCAMO, Sílvia (org.) A literatura argentina contemporânea. Rio de Janeiro, ICB, 1995, p. 14.
- 5 CÁRCAMO, op. cit., p. 14.
- 6 VALDEZ, Maria Helena de. La creatividad artística de la mujer: como água para chocolate. In: Revista de Literatura Comparada. Rio de Janeiro, 1996, p. 98-1-5.
- 7 PAZ, Octavio. A chama dupla: amor e erotismo. Lisboa, Assírio B. Alvim, 1995, p. 90.
- 8 OLIVEIRA, Ester Abreu Vieira de. O mito de D. Juan: sua relação com Eros e Thanatos. Vitória, EDUFES, 1996, p. 28-34.
- 9 BRANCO, Lúcia Castello. O que é erotismo. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 10.

HISTÓRIA E FICÇÃO: A GUERRA EM ROMANCES DO SÉCULO XX

LETÍCIA MALARD

Acontece que acredito que nenhuma interpretação pode ser efetivamente desqualificada por si mesma pela simples enumeração de suas impropriedades ou omissões, ou por uma listagem das questões que não consegue resolver. A interpretação não é um ato isolado, mas ocorre dentro de um campo de batalha homérico, em que uma legião de opções interpretativas entram em conflito de maneira implícita ou explícita. (Fredric Jameson. *O inconsciente político*)

1. INTRODUÇÃO

Proponho-me a focalizar uma situação temática das mais significativas do romance no século XX, até praticamente os anos 70, e que foi motivo de preocupação de vários autores, sobretudo nos Estados Unidos e na França: o discurso da guerra, sua realização em escritores de diferentes tendências literárias, ressaltando: as duas grandes guerras mundiais, e a Guerra Civil Espanhola, tematizadas em “estado puro”, ou seja, concreta e literalmente representadas no romance, e outras guerras, trabalhadas metaforicamente nos termos do capitalismo pós-industrial. Detenho-me mais tempo na produção dos Estados Unidos, pois neste século foi o país do mundo que viveu praticamente em constante situação beligerante, e seus romancistas tiveram muito o que contar sobre o assunto.

2. A REPRESENTAÇÃO DO REAL COMO FUNÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Erich Auerbach, no clássico *Introdução aos estudos literários* (1948),

Letícia Malard é escritora e professora-doutora da UFMG.

página final, afirma que, em fins do século XIX, a civilização moral se bipolarizava no subjetivismo extremo das elites e no coletivismo nascente das massas, traindo uma tendência aproximativa que se estenderá com vigor à literatura do século XX: os escritores das elites vão abraçar a mística nacionalista e o comunismo, como André Gide, na França. Essa aproximação acarretou um desenvolvimento interessante do Realismo, ou seja: nele foi introduzido o subjetivismo através de obras que apresentavam visões muito pessoais da vida humana. O insólito, o imprevisito, análises psicológicas e sociológicas particularizadas eram respaldadas por tendências da filosofia de então. Surge daí uma nova concepção de realidade como função da consciência, consciência que metamorfoseava a realidade conforme o humor e a situação do sujeito que com ela se defrontava. A realidade una e indivisível concebida no pico do século XIX era gradativamente substituída por diferentes camadas da realidade, passando-se da unidade à fragmentação, por um perspectivismo consciente.

Ao que tudo indica, Auerbach toma emprestado a Nietzsche o termo *perspectivismo*. Neste filósofo, o termo aponta para o fato de que todo conhecimento é relativo às necessidades vitais do sujeito que conhece. Aceitando-se essa afirmativa, o caráter único e indivisível da realidade cede lugar a uma divisão dela em camadas, que são conhecidas seletivamente, captadas de acordo com as conveniências subjetivas da vida social, profissional, psíquica, etc., daquele que conhece. A situação-limite desse perspectivismo de início de século em literatura, encontramos na Checoslováquia de 1915, em Franz Kafka: a novela *Metamorfose* se abre com Gregor Samsa acordando transformado num monstruoso inseto doméstico, e nada, nem dentro nem fora do texto, explica o real inexplicável, construído pelo perspectivismo da consciência. Foi exatamente esse perspectivismo que fez com que Kafka transpusesse para a novela uma camada da realidade já interpretada *a priori*, ou seja, a possibilidade de um homem escapar da natureza humana para a animal sem qualquer intervenção científica ou sobrenatural, e vivê-la em plenitude, sem a menor referência quanto a sua origem.¹

Voltando a Auerbach: diz ele que o primeiro a apresentar com método a concepção de mundo como função da consciência foi Proust. *Em busca do tempo perdido*² foi concebido e começado a ser escrito provavelmente em 1907, mas a primeira parte só foi publicada em 1913. Para Auerbach, o perspectivismo é o método mais eficaz para se atingir uma síntese concreta do nosso mundo, mundo esse que, para Proust, é verdadeiro para todos e dessemelhante para cada um de nós. Na obra *Mimesis* (1946), o crítico alemão vai teorizar sobre o realismo transposto para o nível da vida interior e sobre a representação do real até à sua época: em

Proust, no irlandês James Joyce e em Virgínia Woolf.

Se leio Auerbach corretamente, em outras palavras ele está dizendo que a literatura realista do século XX se produz pela via do subjetivismo individual do escritor burguês consciente da “rebelião das massas”, via essa que, apesar de herdada do século anterior, se intensifica no atual. Na recriação artística do real, o escritor colabora, não só devido a sua condição de classe, com um modo muito particular de ver o mundo. Este não mais é divisado pela ótica do objetivo e da ciência descritiva do corpo e da natureza, como nos últimos decênios do século anterior, mas pelo viés do subjetivo e de uma nova ciência explicativa da mente, ou seja, a psicanálise (palavra não usada por Auerbach).

Sem querer entrar na polêmica sobre a questão do real, da história e da *mimesis* em Auerbach,³ muito menos fazer digressões sobre a doutrina do perspectivismo em Nietzsche lido por Auerbach, tentaremos demonstrar como o tema da guerra se constitui numa das linhas de força da produção romanesca do século XX. O princípio orientador da demonstração passará quase sempre pelo perspectivismo, tal como aqui conceituado e comentado sumariamente. Ele nos ilustra como a História se transforma em ficção.

3. A GUERRA-TEMA

A primeira metade deste século foi palco de três grandes conflitos que despertaram, em maior ou menor grau de compromisso, a mística nacionalista ou a adesão ao socialismo real (que Auerbach chama impropriamente de comunismo) de boa parte da intelectualidade da primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais (14-18 e 39-45) e a Guerra Civil Espanhola (1939) serviram de tema a romancistas que, muito mais do que criadores de estórias bélicas de gabinete, foram soldados defensores da pátria amada. O tema era um excelente prato para a criação literária, na medida em que ele era capaz de unir harmoniosamente três elementos: o nacionalismo político diretamente vivido pelo sujeito; a subjetividade no transporte do real parcelado; e o paradigma literário do maior mestre do assunto — o russo, anarquista e reformista social Tolstói. Vivendo até 1910, Tolstói se constituiu em guru político e literário de boa parte da primeira geração de escritores deste século, uma espécie de superego de romancistas que viam em *Guerra e paz* um dos maiores legados literários do século anterior.

E mais: até a feminista Virginia Woolf, ao condenar o rigorismo educacional que impede as mulheres de terem experiências passíveis de

transposição para a literatura e, assim, prejudicando seu perspectivismo, declara em *Uma sala de si mesma* (1929):

*(...) no outro lado da Europa, havia um jovem vivendo livremente com esta cigana ou com aquela grande madame; indo às guerras; colhendo, livre e sem censura, toda a variada experiência da vida humana que o serviu tão esplendidamente mais tarde, quando veio a escrever seus livros. Houvesse Tolstoi vivido em isolamento, recluso com uma senhora casada, "separado daquilo que é chamado mundo", edificante como pudessem ser as lições morais, ele dificilmente poderia, creio, ter escrito **Guerra e paz**.⁴ (Grifo meu)*

Tal como nessa obra-prima, que traça um panorama histórico da velha Rússia tomando como pretexto suas guerras para agenciar a narrativa e onde o próprio autor se faz personagem, romancistas da aurora do século XX viram na tematização da guerra experimentada uma forma de sociologizar, para não dizer politizar, sua participação nos destinos do país ou da humanidade. Matavam-se, assim, dois coelhos de uma só cajadada: enquanto pessoa física, o escritor foi soldado ou, quando não lhe deram essa oportunidade, integrou-se perifericamente na defesa da pátria; enquanto *persona* literária, montava histórias patrióticas denegando o patriotismo sustentado pela violência.

4. OS NORTE-AMERICANOS

Entre os norte-americanos, Ernest Hemingway, influenciado por Tolstoi, percorreu o caminho da guerra, mas sem fugir ao esquema tático do romance burguês, girando em torno do eixo do caso amoroso. Na Primeira Guerra Mundial, esteve na Itália e foi ferido. Depois do primeiro casamento, andou por Paris, onde conviveu com os norte-americanos "exilados", da chamada geração perdida, por desilusão com a guerra ou decepção com o país. Sofreu dois desastres aéreos caçando na África e viveu os últimos anos em Cuba, simpatizando-se com Fidel, até suicidar-se em profunda depressão. Os romances *O sol também se levanta* (1926), *Adeus às armas* (1929) e *Por quem os sinos dobram* (1940) tematizam as consequências da guerra na geração perdida (este último da Civil Espanhola), sem maiores experimentos de linguagem, mas com muito discurso direto colloquial alternando-se com uma loquacidade na tentativa de seguir — fracassadamente, segundo alguns críticos — a vanguarda da técnica do

fluxo de consciência.

Mas, como relacionar o laconismo dos diálogos curtos e os longos monólogos aos signos da guerra? Na leitura de Julien Nazario, a tensão dialógica com seus espaços vazios na página, além de aumentar a tensão na história, produz no leitor a sensação de que alguma coisa está prestes a acontecer, ou, se ainda não aconteceu, vai estourar a qualquer momento. Já o discurso indireto e o fluxo de consciência aparecem no narrar de cenas de violência (da guerra), às quais Hemingway, que foi também correspondente de jornal, confere certo teor de veracidade como se fossem reportagens.⁵

Essa interpretação abre caminho para uma outra, ou seja: o código discursivo reproduz o código da guerra dentro do romance, onde diversas formas de explosão podem acontecer a qualquer momento, quer em sentido literal (bombas), quer metafórico (ferimento, invalidez, morte) e onde personagens narram, para o Eu ou para o Outro, as experiências decorrentes da explosão. Esse perspectivismo de Hemingway é derivado das experiências pessoais no fogo-cruzado da guerra (como motorista e depois jornalista). Como foram representadas, portanto, nos romances, essas parcelas de conhecimento interessado que Hemingway tinha da guerra? Por dois expedientes narrativos, que se opõem em função do objeto representado: laconismo do diálogo direto conotando as “explosões”, alternando com o discurso indireto contínuo reportando os acontecimentos.

Outro norte-americano — este aviador na Primeira Guerra Mundial — William Faulkner. Em seu primeiro romance — *O salário do soldado* (1926) — a ferida da guerra se inscreve no corpo aleijado do tenente Mahon. Este é o seu soldo. O tema retorna em *Uma fábula* (1954): pouco antes de terminar a Primeira Guerra, um regimento inteiro começa uma greve contra a própria guerra, a greve se estende à soldadesca inimiga, para desespero dos oficiais de ambos os lados. O líder é fuzilado após sofrer uma paixão e morte alegórica à de Cristo — donde o título do romance — cuja técnica de composição é caótica, a começar pela cronologia dos fatos. A greve e a Bíblia são códigos mais próximos do que distantes, se se pensar no caráter subversivo do Cristo. Por outro lado, uma greve de guerreiros — cujo cabeça é acompanhado por doze discípulos, é coroado por arame farpado, enterrado por Marta e Maria — só pode ser verossímil enquanto fábula, tomada na acepção de acontecimento fantástico nos termos dos limites do código moral da guerra. Os soldados são os operários e os paradigmas do cristianismo da pátria, ao passo que o oficialato são os patrões e os traidores da fé. Veja-se, por exemplo, o episódio em que o marechal oferece ao líder grevista viver em Paris, com todas as regalias, em troca da retratação.

O testemunho do próprio Faulkner sobre esse romance (e outros) é fundamental para compreender a transposição do perspectivismo do autor, isto é, tomar o simbólico do real e transformá-lo em alegorias. Diz ele:

Suas (do símbolo) diferentes alegorias são as normas pelas quais (o homem) se mede ele mesmo, e aprende a conhecer o que é. (O símbolo) Não pode ensinar ao homem a ser bom como o livro ensina as matemáticas, mas lhe ensina o modo de descobrir a si mesmo, de criar para seu uso um código e um modelo de conduta, dentro de sua capacidade e aspirações, dando-lhe um exemplo incomparável de sofrimento e sacrifício e lhe oferecendo a esperança.⁶

Assim, o didatismo da guerra é o do sofrimento e do sacrifício, em cujo horizonte desponta a esperança (a pátria salva para a liberdade), tal como a morte do Cristo para a humanidade.

Um terceiro norte-americano — que serviu no exército francês, na Cruz Vermelha da Itália e no corpo médico do exército do Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial, que também esteve em Paris terminando o conflito e trabalhou na imprensa — foi John dos Passos. Em seu primeiro romance — *Três soldados* (1921) — a guerra adquire um novo signo, isto é, os sentimentos de amargura e de frustração de um civil recrutado pelas forças armadas. Na trilogia *U.S.A., Paralelo 42* (1930); 1919 (1932); *Muito dinheiro* (1936), traça-se um panorama do modo de vida da América das três primeiras décadas do século, em especial o pós-guerra em 1919. Nesses romances, os signos bélicos se expandem ao infinito e, além de ultrapassarem a guerra *stricto sensu*, encontram a colagem icônica (manchetes de jornal e letras de música, por exemplo) e processos de montagem emprestados do cinema de Eisenstein e Griffith. Palavras não são suficientes para se dar conta do perspectivismo de dos Passos em relação às mudanças históricas que ocorrem no seu país e em relação ao papel da objetividade do romancista. Ele confessa:

Era preciso que a narrativa arcasse com uma carga bem pesada. Era preciso que tudo dela fizesse parte. Canções e slogans, aspirações e preconceitos políticos, ideais, esperanças, desilusões, fraudes, idéias excêntricas retiradas dos jornais.⁷

Paixão e objetividade constituem o binômio da criação literária para dos Passos. Ele vê nela uma luta infinita entre paixões e preconceitos e a necessidade de torná-la útil, através da descrição objetiva da vida que rodeia o escritor. Daí a representação da objetividade pelos procedimentos

O testemunho do próprio Faulkner sobre esse romance (e outros) é fundamental para compreender a transposição do perspectivismo do autor, isto é, tomar o simbólico do real e transformá-lo em alegorias. Diz ele:

*Suas (do símbolo) diferentes alegorias são as normas pelas quais (o homem) se mede ele mesmo, e aprende a conhecer o que é. (O símbolo) Não pode ensinar ao homem a ser bom como o livro ensina as matemáticas, mas lhe ensina o modo de descobrir a si mesmo, de criar para seu uso um código e um modelo de conduta, dentro de sua capacidade e aspirações, dando-lhe um exemplo incomparável de sofrimento e sacrifício e lhe oferecendo a esperança.*⁶

Assim, o didatismo da guerra é o do sofrimento e do sacrifício, em cujo horizonte desponta a esperança (a pátria salva para a liberdade), tal como a morte do Cristo para a humanidade.

Um terceiro norte-americano — que serviu no exército francês, na Cruz Vermelha da Itália e no corpo médico do exército do Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial, que também esteve em Paris terminando o conflito e trabalhou na imprensa — foi John dos Passos. Em seu primeiro romance — *Três soldados* (1921) — a guerra adquire um novo signo, isto é, os sentimentos de amargura e de frustração de um civil recrutado pelas forças armadas. Na trilogia *U.S.A., Paralelo 42* (1930); *1919* (1932); *Muito dinheiro* (1936), traça-se um panorama do modo de vida da América das três primeiras décadas do século, em especial o pós-guerra em 1919. Nesses romances, os signos bélicos se expandem ao infinito e, além de ultrapassarem a guerra *stricto sensu*, encontram a colagem icônica (manchetes de jornal e letras de música, por exemplo) e processos de montagem emprestados do cinema de Eisenstein e Griffith. Palavras não são suficientes para se dar conta do perspectivismo de dos Passos em relação às mudanças históricas que ocorrem no seu país e em relação ao papel da objetividade do romancista. Ele confessa:

*Era preciso que a narrativa arcasse com uma carga bem pesada. Era preciso que tudo dela fizesse parte. Canções e slogans, aspirações e preconceitos políticos, ideais, esperanças, desilusões, fraudes, idéias excêntricas retiradas dos jornais.*⁷

Paixão e objetividade constituem o binômio da criação literária para dos Passos. Ele vê nela uma luta infinita entre paixões e preconceitos e a necessidade de torná-la útil, através da descrição objetiva da vida que rodeia o escritor. Daí a representação da objetividade pelos procedimentos

de colagem e de montagem, percepções do mundo também típicas da criança. Daí, também, o escritor dizer que é imprescindível ao romancista a ingenuidade e a ignorância infantis, a fim de ser capaz de observar objetivamente. A incorporação de signos visuais é agenciada por dos Passos na tentativa de objetivizar ao máximo a representação do mundo.

A narrativa de John Steinbeck — *A lua caiu* — (1942), ambientada na Segunda Guerra, provocou uma polêmica sobre a temática, devido à configuração de um general nazista desenhada pelo autor com simpatia. A recepção do romance, com quinhentos mil exemplares vendidos no primeiro mês de publicação, acabou por surtir efeito contrário na Alemanha onde, em pleno conflito, sua posse foi considerada crime capital. A polêmica transpõe a questão do perspectivismo para fora dos limites da relação escritor *versus* mundo representado, passa pelos leitores imbuídos de espírito nacionalista e alcança o espaço do inimigo submetido à intervenção do Estado. Isso significa que, mesmo num perfeito regime liberal-democrático, a única perspectiva, consensualmente aceitável, da liberdade de interpretação de seus leitores, sob o regime de guerra, é a da defesa incontestada da pátria, num casamento indissolúvel entre realidade e ficção. Seria esse mais um caso evidente de *veto ficcional*.

Saltando para a década de 60, aparecem escritores amadurecidos no pós-guerra, tais como John Barth e Thomas Pynchon, que trabalham com os signos da guerra nos moldes da *pop art* em pelo menos duas vertentes, ambas contextualizadas na sociedade americana pós-industrial consumista e informatizada: a guerra alegórica, na vertente temática, e a guerra metafórica dos textos, na vertente da técnica discursiva. A essa literatura metafictionalizada, literatura sobre literatura, Barth chamava em 1967 de “literatura da exaustão”. Jair Ferreira dos Santos a vê assim:

*A metaficção no entanto não é apenas uma filologia do escabroso e do bizarro nem os funerais de gêneros que se esgotaram. Contraromance que imita o romance, ela quer ser uma nova epistemologia literária, um desmascaramento das convenções ficcionais mantidas intactas pelo próprio modernismo, e por aí, criando mundos verbais alternativos, ser um ataque à atualidade, onde, segundo Borges, é total “a contaminação da realidade pelo sonho”.*⁸

De John Barth, o mega-romance de 810 páginas, *Giles, o menino-bode* (1966), narra a estória de Giles, filho de uma mulher e um computador, que se descobre um humano após viver algum tempo na companhia de bodes, cai numa guerra entre computadores e consegue desprogramar/matar um deles. Trata-se de um romance antropofágico, que erige a

intertextualidade parodística de romances “sérios” da guerra, além de outros textos, como princípio processual (o de Rudyard Kipling, por exemplo, no título — *Mowgli, o menino lobo*). Em 66, enfrentavam-se dois tipos de guerra: a científica dos robôs informáticos (veja-se o famoso filme *2001 — uma odisséia no espaço*, de 1968, o mais caro que então se fizera) e a guerra-fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Barth carnavaliza tudo isso, parodia até a Bíblia (numa evocação talvez inconsciente do romance de Faulkner aqui referido) e conclui pelo niilismo do saber ao ridicularizar a Ciência e, porque não, a própria guerra.

No caso de Thomas Pynchon, autor de outro mega-romance — *A gravidade do arco-íris* — o equacionamento da guerra (Segunda Guerra Mundial) dá-se pelo perspectivismo esquizofrênico do fuzileiro naval Tyrone Slothrop, que acredita na vinculação entre a trajetória das bombas alemãs e a preparação de seu corpo para o ato sexual. O romance apresenta um novo êxodo de personagens (mais de trezentas) que fazem de um tudo em diversos pontos da Europa durante a Guerra. A desconstrução do código da seriedade faz-se inclusive pela vinculação entre o trágico (o foguete V-2) e o cômico (o falo), mediados pelos deslocamentos da doença mental. Assim, essa produção literária da vanguarda do romance norte-americano dos anos 60 aponta para um perspectivismo diretamente relacionado a uma guerra informático-tecnológica, de signos sem referentes, de contas-correntes de loucura e sexo, de simulacros perdidos. Ou, nas palavras de Jair Ferreira dos Santos, num espaço em que *o sujeito é, quando muito um átomo estatístico surfando nas ondas do provável e do incongruente*.

5. OS FRANCESES

O romance francês da guerra (Civil Espanhola) enquanto palco de ideologias conflitantes encontra em André Malraux, com *A esperança* (1937), talvez, o melhor representante do gênero. O romance, construído em mosaicos incompletos dos agentes das ideologias em luta — os católicos, os anarquistas e os comunistas — difere tematicamente dos norte-americanos na medida em que a guerra, aqui, ocorre entre irmãos que lutam em dois partidos de natureza oposta: o fascista, defensor de uma minoria privilegiada, e o comunista, que luta pela dignidade humana e a fraternidade universal. Lucien Goldmann sintetiza com propriedade os temas fundamentais de *A esperança*:

coragem, desorganização e indisciplina dos anarquistas; senso de

*responsabilidade, eficácia e disciplina dos comunistas; dificuldades morais dos católicos (...); perigo de misturar a afetividade e a moral às considerações políticas e militares; afirmação repetida de que toda crise é, em última instância, uma crise de comando; necessidade da organização e da disciplina; existência de uma fraternidade viril entre os combatentes.*⁹

É ainda Goldmann que chama a atenção para o fato de esse romance ser um livro de combate onde não mais se encontra nem amor, nem erotismo, nem família, pois esses valores, quando estão presentes, obstaculizam o maior valor disseminado pela narrativa: o individualismo é inimigo da coletividade. Essa é a grande marca diferencial entre *A esperança* e os romances contemporâneos a ele, até aqui focalizados. Naqueles, a guerra tem uma caracterização desumana porém individualista, na medida em que os seus horrores atingem sujeitos que se perdem concretamente nos labirintos dos problemas pessoais ou grupais, como no caso da geração perdida no voluntário exílio parisiense, encarada até mesmo com certo lirismo. No romance de Malraux, a coletividade é que releva como sujeito da história, abrindo-se assim a questão da guerra civil e sua eficácia política para o terreno da utopia.

O mesmo não se poderia dizer de sei contemporâneo Antoine de Saint-Exupéry, piloto na Segunda Guerra Mundial e desaparecido em missão aérea em 1944: seus romances *Vôo noturno* e *Piloto de guerra* reduplicam a ideologia do heroísmo individual, especialmente aquele capaz de vencer as forças da natureza. Sublinhando as diferenças entre esses dois escritores no tratamento da questão amorosa no cenário bélico, Goldmann observa que

*Os conquistadores de Malraux (...) ignoram o amor e se recusam a ele, mas quando o amor aparece nessa obra, é o de dois seres iguais que participam, tanto um quanto outro, do combate pela liberdade. As personagens de Saint-Exupéry, ao contrário, têm uma estrutura aristocrática e conservadora. Cavaleiros medievais ligados à técnica moderna da aviação, eles encaram o amor como um elemento essencial de sua existência. A mulher que eles amam é a que os liga à vida, a que lhes permite resistir às provas mais duras e lhes impede cada vez mais de abandoná-las. Portanto, esta mulher fica sendo, apesar disso, um ser idealizado, sem dúvida, mas inferior, pois nenhum deles aceitaria que ela participasse ativamente do combate.*¹⁰

Paralelamente a Malraux, outro francês, Louis Aragon, tratará das ideologias em luta no romance *Os comunistas* (1949), que se inicia junto com a Segunda Guerra Mundial. O texto focaliza a militância francesa em seu trabalho político em luta com os valores individuais burgueses em meio a preocupações com a guerra e os destinos do Partido. Não tem inovações técnicas, os diálogos em excesso e excessivamente pontuados de exclamações e reticências fazem as personagens irritantemente tagarelas.

Em linha similar, porém sustentada por uma filosofia diversa, o Existencialismo, merece destaque *Os mandarins*, de Simone de Beauvoir, romance do dia seguinte à Segunda Guerra. Retratando a França ainda traumatizada pela Ocupação e pela Resistência, a agitação intelectual, a decadência em diferentes níveis, o romance é um grito de consciência da liberdade, onde se escapa do nada pela decisão. Os mandarins são as consciências profundamente feridas que a guerra deixou como herança, vítimas de uma longa marcha que chegou ao fim, que não é o da morte, mas que impõe uma decisão para recomeçar a ser no meio do nada que é este mundo.

Caberia, finalmente, observar que o perspectivismo desses escritores na tematização da guerra apresenta uma base unificadora: a ficcionalização da História não consiste apenas em recriar de maneira subjetiva e fragmentada fatos e/ou interpretações de experiências feitas, mas em apresentar ao leitor novas formas de produzir em discurso literário, em tudo o oposto do discurso “perfeito e acabado” do romance dos fins do século anterior.

NOTAS

- 1 Luiz Costa Lima, interpretando o fato de Kafka ter recusado a seu editor a proposta de ilustrar o texto com o inseto, diz que o horror da transformação não é compatível com um desenho porque não é passível de caber em uma lei [...] a representação kafkiana não confessa, não ilustra, não descreve, não exemplifica. Como a obra de que faz parte, Samsa-inseto é um evento, i.e., o que não se explica de acordo com o previamente sabido; não explicável, entretanto, ele explica o que já estava presente. (LIMA, Luiz Costa. *Limites da voz; Kafka*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993. p. 53)
- 2 Os títulos de romances serão sempre citados em português, para facilitar a compreensão do leitor.
- 3 Para isso, remeto a: ROCHA, João Cezar de Castro e KRESTSCHMER, Johannes (org.). *Fortuna crítica de Erich Auerbach*. V. I. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, s.d.. 43 p. Remeto principalmente à obra completa de Luiz Costa Lima, em suas releituras histórico-interpretativas da mimesis.
- 4 Cit. por Marder, Herbert. *Feminismo e arte*. Belo Horizonte, Interlivros, 1975. p. 75.

- 5 Nazario, Julien. Ernest Hemingway. São Paulo, Ática, 1988. p. 26 e 56.
- 6 Citado por Brasil, Assis. Faulkner e a técnica do romance. Rio de Janeiro, Leitura, 1964. p. 99-100.
- 7 Três romancistas falam do seu ofício. Diálogo, v. 4, n. 3, jul., ago., set. 1971. p. 104.
- 8 SANTOS, Jair Ferreira dos. Barth, Pynchon e outras absurdetes; o pós-modernismo na ficção americana. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de et al. Pós-modernidade. Campinas, Editora da Unicamp, 1990. p. 63.
- 9 GOLDMANN, Lucien. Pour une sociologie du roman. Paris, Gallimard, 1964. p. 226. Traduzi.
- 10 GOLDMANN, Lucien. Op. cit. p. 214. Traduzi.

A CONQUISTA DO MAR E O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA

ZOEL CORRÊA DA FONSECA

O fracasso das Cruzadas levou ao descobrimento da América. O fechamento do Mediterrâneo Oriental pelos turcos, após a queda de Constantinopla, em 1453, tornou difíceis e dispendiosos os antigos caminhos do comércio Ocidente/Oriente. Tanto à França mediterrânea, quanto às repúblicas italianas, urgia buscar outras rotas comerciais diferentes das trilhas otomanas e resguardadas também dos territórios das dinastias anticristãs da Pérsia e do Turquestão.

Portugal e Espanha, países distanciados da área de influência turca, encontraram na fronteira oceânica a Solução para seus projetos de expansão comercial e política. As costas africanas passavam cada vez mais para o controle dos portugueses.

Sem alternativas no Mediterrâneo Oriental, florentinos, venezianos e genoveses procuraram expandir-se transpondo as *Colunas de Hércules*, em busca de Lisboa e também de Cádiz e Sevilha, estabelecendo filiais para as grandes firmas italianas que representavam.

Lisboa e Sevilha transformaram-se em importantes centros empresariais e financistas italianos, a exemplo das famílias Centurione, Pinello, Berardi e Spínola, dentre muitas outras. Era, portanto, chegada a hora de transferir a iniciativa das empresas aos grandes navegadores.

CRISTÓVÃO COLOMBO – O GENIAL FANTASISTA

Notável acontecimento iria transformar o mundo e a consciência da humanidade, em pleno alvorecer da Idade Moderna: o descobrimento da América, em 1492.

Cristóvão Colombo — genial autor do portentoso feito — foi torna-

Zoel Corrêa da Fonseca é médico, romancista e historiador. É membro do IHGES.

do nobre, almirante, vice-rei e governador das terras descobertas e por descobrir.

Tamanha glória, porém, não o impediria de envolver sua grande aventura em misteriosa roupagem, capaz de incitar a fantasia de poetas e historiadores, através da vastidão do tempo.

Hoje, como há cinco séculos, inumeráveis obras tentam decifrar-lhe a esfinge esquivada e fugidia, e cada vez mais fugaz e indecifrável ela persiste no tempo.

O tempo — que costuma melhorar os vinhos — tem agido em desfavor da glória de Colombo: da antiga imagem do herói predestinado da epopéia da conquista americana, pouco restou para enaltecer-lhe a obra, ou pelo menos reconhecer-lhe o bom propósito de expandir as fronteiras do mundo.

A sacrossanta imagem do herói predestinado das primeiras biografias, foi perdendo brilho, até desaparecer, tragada pela onda das mais abjetas acusações. Até mesmo a pecha de escravista e genocida de índios foi-lhe assacada ainda em vida.

Embora prejudicado por circunstâncias pouco felizes na conquista da terra descoberta, também é fora de dúvida a contribuição pessoal de Colombo para os inúmeros juízos depreciativos formulados a seu respeito.

Colombo foi ao mesmo tempo navegante genial e péssima personalidade política. Era precária sua capacidade de dialogar ou mediar em proveito de seu projeto de navegação, quer em debate perante doutos ou soberanos, quer no âmbito dos colegas e companheiros de profissão.

Contraopondo-se a seu inquestionável talento para as coisas do mar, vivia às voltas com um temperamento caprichoso e introspectivo, suscetível de melindrar-se ante desatenções e questionamentos inerentes à própria natureza do seu plano de navegação.

De suas próprias características temperamentais, provinha-lhe certo retraimento de atitude, interpretado equivocadamente como arrogância.

Seu exacerbado misticismo religioso sobrepunha-se, por vezes, à lógica racional, fazendo com que se considerasse objeto dos designios divinos, na consecução do grande ideal de vida.

Costumava fazer uso de linguagem lamentosa em suas recriminações perante decisões desfavoráveis às suas expectativas.

Sua profunda convicção religiosa contrastava com certos aspectos pouco recomendáveis de seu caráter, que ele não soube ou não quis corrigir.

Dentre as inúmeras contradições presentes em sua tumultuada atmosfera vivencial, a mais instigante parece dizer respeito à incompatibilidade existente entre a genial formulação do seu projeto de descobrimento

e as modestas premissas de sua cultura autodidata.

Inúmeros historiadores são acordes na afirmativa de que o almirante Dom Cristóvão Colombo — o homem que escreveu a carta de 7 de julho de 1503 e as demais que dele se conhecem — não pode ser o Cristoforo Colombo, cardador de lã e humilde artesão genovês. Não há qualquer relação entre os escritos de Dom Cristóbal Colón e as conhecidas escrituras de Gênova e Savona, referentes a Cristoforo Colombo. “O Colombo dos documentos espanhóis, não é o Colombo dos documentos italianos”, observava com agudez o historiador espanhol Ricardo Beltrán y Róspide.

Contra tão impressionante e irrepreensível argumentação, choca-se o Testamento do almirante Dom Cristóbal Colón — vice-rei e governador das ilhas e terra firme das Índias descobertas e por descobrir, redigido em 25 de agosto de 1505, retificado e aprovado em 19 de maio de 1506 — véspera de sua morte, na cidade de Valladolid, na Espanha.

Nesse testamento, feito de próprio punho, retificado e revalidado na presença do escrivão da Câmara Real e de Província da Corte de Suas Majestades, Pedro de Hinojedo e testemunhas, Colombo relaciona diversos favorecidos. Quer que lhes seja dada uma parte relativa aos seus bens e também quer manter tais doações no anonimato: “.. em primeiro lugar, aos herdeiros de Jeronyno del Puerto — pai de Benito del Puerto — chanceler de Gênova — vinte ducados ou soma equivalente.”

O testamento faz referência explícita a Jeronimo de Porto, que cobrava de Domenico Colombo e de seu filho Cristoforo, em disputa judicial de 31 de outubro de 1470, a soma de trinta e cinco libras.

Fica provado que Dom Cristóbal Colón — dos documentos espanhóis — é o mesmo Cristoforo Colombo dos documentos italianos.

Tendo sido relegado ao ostracismo ainda em vida, o descobridor da América ocupou o limbo da história por período superior a três séculos.

Finalmente, por ocasião do transcurso do IV Centenário do Descobrimento da América, sua figura histórica foi reavaliada, na Espanha e na Itália, e despertou novas polêmicas: de um lado reuniram-se o poder governamental, a igreja e diversas entidades culturais espanholas; do outro, alguns historiadores e jornalistas. Ainda assim, seu prestígio oscilou de demônio a santo.

Essa reavaliação tivera início antes mesmo de 1892. Enquanto seus adversários do século XIX comparavam-no a um diabo genocida, outros pretenderam elevá-lo à santidade: em 1866 iniciou-se um processo visando sua beatificação.

Após curto tempo, o Papa Leão XIII o retomou, em 1870. Colombo foi apresentado como o “Mensageiro de Deus”, por haver introduzido o catolicismo na América.

O processo caminhou até 1891, apoiado pela igreja e pelo governo espanhol. Mas a reação contrária dos historiadores mais críticos reavivou velhas querelas. Exumaram-se-lhe os antigos pecados: ora surgia o introdutor da escravatura no Novo Mundo, ora invectivavam os católicos mais ortodoxos contra sua vida-em-pecado com Beatriz Enriques de Arana... e a beatificação foi denegada.

Ainda assim, o IV Centenário da Descoberta da América foi importante para o soerguimento da memória de Colombo; governantes e clérigos lembraram-se dele como o grande desbravador dos mares e descobridor da América.

Os debates sobre sua controvertida figura provocaram a reação do governo espanhol, que assumiu o mito colombiano. Não que ele estivesse esquecido; mas representava uma lembrança incômoda para os espanhóis, cuja velha historiografia estava mais preocupada em exaltar os heróis nacionais, e ele era lembrado apenas pelos seus fracassos.

Cristóvão Colombo nasceu em Gênova, em 1451, filho de Domênico Colombo e de Susanna Fontanarossa e era o mais velho de cinco irmãos. Sucedião no Giovanni Pellegrino — falecido com tenra idade — Bartolomeu, Jacopo — nome que se converteu em Diego, após trasladar-se para a Espanha; e uma irmã — Bianchinetta. Bartolomeu e Diego seguiram-no em terra espanhola e colaboraram na divulgação do seu projeto náutico.

Sua família vivia modestamente; o pai — Domenico Colombo — era tecelão de lã, e tanto Cristóvão quanto Bartolomeu aprenderam o ofício. Além disso, Domenico possuía uma adega de vinho, em Savona, a oeste de Gênova, na Riviera di Ponente.

Tanto Cristóvão quanto Bartolomeu possuíam o gosto pelo mar. “Entreí para a navegação em idade bastante tenra”, escreverá Colombo. “Aos quatorze anos tive de freqüentar, em Gênova, escolas destinadas aos pilotos e cartógrafos. Ensinavam-se aí caligrafia, elementos de Geometria e Cosmografia, em particular o Tratado da Esfera, de Sacrobosco. Recebi a habilidade de espírito e das mãos, para desenhar a esfera, colocar aí cidades, rios, portos; o todo em seu lugar apropriado”, dirá, mais tarde, o descobridor.

É certo que lá tenha se iniciado na aprendizagem do Latim, pois os mapas geográficos e de navegação eram, em maioria, escritos nessa língua.

Colombo também participou de viagens comerciais patrocinadas pelas famílias genovesas Di Negro, Spínola e outras. Em 1474 e 1475, viajou a Quios (ilha do arquipélago grego e provável berço de Homero), a fim de trazer mástique asfáltico e resina.

Segundo o cronista Sabéllico, Cristóvão Colombo viajara durante

longos anos em companhia de Coulon — vice-almirante de Luiz XI, de origem grega e cujo nome era Guilherme de Cazenove.

De acordo com os escritos do filho Fernando, e também do frei Bartolomé de Las Casas, Colombo chegara a Lisboa no final de 1476, após naufrágio da embarcação genovesa em que viajava. Segundo ainda estes registros (omitidos por todos os demais autores), teria Colombo não só navegado até a Islândia, como a ultrapassara em cem léguas. A Islândia era conhecida como Thule, e marcara, por toda a Antigüidade, os limites setentrional e ocidental do mundo conhecido.

Teria mesmo Colombo atingido e ultrapassado essa fronteira do mundo antigo? Presumidamente, equivocou-se o genial navegador em seus registros. Com quase certeza, confundiu a palavra Thule com Thyle, conforme eram conhecidas as ilhas Shetland, situadas pouco acima da Irlanda, a sessenta e três graus de latitude norte. Existe em seus registros a anotação de uma latitude completamente errada, que não correspondia àquela em que se situa Thule, a demonstrar que de fato Colombo jamais estivera na Islândia.

1477 — ano que marca a visita de Colombo às Ilhas Britânicas, coincide com as primeiras manifestações verbais do seu ideal de descobrimento. Falava de “sua paixão pelos segredos do mundo.”

Thule, que havia inspirado os proféticos versos da tragédia *Medéia* a Sêneca, impregnou o espírito de Colombo a ponto de transformar-se em pensamento prevalente; tanto assim que, após atingir o posto de almirante do mar-oceano, transcreveria em seu *Livro das profecias* aqueles quatro cabalísticos versos: “Tempo virá, nos derradeiros anos do mundo, em que o Oceano desfará as amarras das coisas. Uma terra imensa revelar-se-á, pois surgirá um navegador, tal qual aquele que tinha por nome Tífis, e que foi guia de Jazão, e descobrirá um novo mundo. E Thule deixará de ser o limite do Universo.” Colombo realizou o ideal de Tífis: descobriu o Novo Mundo navegando através do poente, ao contrário do que objetivava sua promessa, que seria alcançar a velha Índia, de tempos imemoriais.

Tinha plena consciência de sua descoberta, haja vista a transcrição dos versos da *Medéia*, de Sêneca, para seu *Livro das profecias*, quando já almirante e famoso descobridor.

Descobriu, de fato, o Novo Mundo, porém jamais quis assumir sua descoberta; negou, até o amargo fim, houvesse chegado à América, e sim à Índia.

Que razões teriam induzido um homem da inteligência e do idealismo de Cristóvão Colombo a esta grande contradição? Segundo Bartolomé de Las Casas em sua *História das Índias*, em 11 de junho de 1494, quando Colombo se encontrava na extremidade ocidental da ilha de Cuba, pergun-

tara a um índio se era Cuba uma ilha: “Sim. Cuba era uma ilha que o mar cercava.”

Tratava-se de resposta clara e convincente, porém Colombo resolveu ignorá-la, impondo a seus homens o juramento de que “nunca tinham visto uma ilha que se estendesse tanto, desde o Oriente ao Ocidente.” Advertiu-os que o castigo para o perjúrio seria cortar-lhes a língua.

E assim, surgiu o “Juramento de como Cuba era terra firme”, relatado à ordem de Colombo, pelo escrivão Fernán Pêres de Luna, em 12 de julho de 1494.

Colombo pretendia usar esse curioso documento a fim de demonstrar que Cuba era parte da Ásia, pois só assim poderia provar que atingira seus objetivos, fazendo jus ao título de vice-rei da Índia, com todas as prerrogativas a ele inerentes.

A FASE PORTUGUESA DA VIDA DE COLOMBO

Colombo chegara a Lisboa em 1477, e nesse mesmo ano viera a conhecer Felipa de Moniz Perestrello, durante uma cerimônia religiosa na Igreja de Todos os Santos.

Felipa era filha do já falecido Bartolomeu Perestrello e da D. Isabel de Moniz. Seu pai pertencera à denominada *Escola de Sagres*. E participou da descoberta da ilha de Porto Santo, no arquipélago da Madeira. Fora seu primeiro capitão-donatário e mais tarde a Corte ainda o recompensaria com o cargo de Conselheiro Municipal de Lisboa. Sua mãe possuía certa nobreza; era aparentada à Casa Real de Bragança, enquanto Bartolomeu, assim como Colombo, tinha ascendência genovesa.

Seu casamento com Felipa ocorrera em 1479 e, embora não se pudesse levá-lo à conta de um enlace morganático — dada a pouca relevância nobiliárquica da viúva Isabel de Moniz, que também não era abastada, ainda assim satisfizes as ambições de Colombo. Ser-lhe-ia mais fácil insinuar-se junto à Corte portuguesa, para apresentação de seu projeto náutico. Em apoio dessa intenção, deve ser apontada a atitude do genovês desde sua chegada a Portugal: ele próprio difundira a lenda de uma pretensa ascendência ilustre. Dizia-se descendente de nobres e almirantes, no propósito de se atribuir e ao seu projeto náutico, maior importância. Desejava, ao mesmo tempo, sepultar a lembrança incômoda daquele menino pobre, que nem sequer pôde estudar nas modestas escolas genovesas. O pouco que aprendera na infância — a ler, a escrever e a contar, fizera-o às próprias expensas. Naquele época, a linguagem escrita, em Gênova, era o Latim

comercial do fim da idade Média.

Colombo sempre fora um típico autodidata, extremamente ávido de saber e interessado em relatos de viagens através do mundo. O *Relatório das viagens de Marco Pólo* foi um dos primeiros compêndios a apresentar-se à sua curiosidade intelectual. Através dele, conheceu a ilha de Cipango (o Japão), onde os templos e palácios reais possuíam telhados revestidos de ouro. O *Livro de Marco Pólo* também se referia à Província de Kathay, na China do Norte, onde reinava um príncipe chamado Grão-Khan.

Após casar-se, Colombo foi viver na ilha de Porto Santo, em companhia da esposa e da sogra. Sabedora de sua curiosidade para com as coisas do mar, ela o presenteou com instrumentos náuticos e registros de expedições de seu finado marido.

Os anos vividos em Portugal contribuíram para o amadurecimento do seu plano; sua amizade com o cartógrafo e matemático alemão Martin Behaim muito o estimulou nesse sentido.

Em Portugal, Colombo participou de expedições marítimas saídas de Lisboa, em direção ao Sul, chegando até à Guiné. Não foi, porém, dessa forma que ele tivera a idéia sobre o caminho das Índias, através do oceano Atlântico; essa era uma antiga preocupação e já estivera sendo discutida por especialistas, junto à Corte portuguesa.

A CARTA DE PAOLO TOSCANELLI

O infante D. Pedro (irmão de D. Henrique, o navegador), cognominado “o das sete partidas do mundo”, devido à sua inquietação por viagens, travara conhecimento com um jovem clérigo durante uma de suas visitas à Corte dos Medicis, em Florença, em 1428. Esse jovem chamava-se Paolo Del Pozzo Toscanelli; tinha apenas trinta anos, mas já se fizera notar pelos conhecimentos de Matemática e Cosmografia.

Anos mais tarde, o cônego português Fernão de Roriz — também conhecido como Fernão Martins — já desfrutava da amizade de Toscanelli, após um primeiro encontro no Palácio de Cosme de Medicis. Fernão Martins residia em Roma, mas viajava freqüentemente a Florença, em visita ao amigo que, além de padre, cosmógrafo e matemático, também acabara de formar-se em Medicina, pela Universidade de Pádua.

Em uma de suas muitas cartas de sua correspondência com o cônego Martins, datada de 25 de junho de 1474, Toscanelli anexara um mapa em que fazia referência a uma ilha localizada nas coordenadas de Porto Rico ou do Haiti. Os portugueses chamavam-na de “Ilha das sete cidades”,

ao invés de Antília, conforme era denominada antes do desembarque do navegador português diogo de Teive, em 1452.

Em sua carta, Toscanelli frisava que, a partir dessa ilha e navegando seiscentas e vinte e cinco léguas para oeste, chegar-se-ia ao Cipango (antigo Japão).

Essa carta de Toscanelli parece ter sido inspirada na antiga teoria de Claudio Ptolomeu (cujo livro fora editado na Europa há dois anos), afirmando a esfericidade da Terra e admitindo, implicitamente, a possibilidade de se atingir a Índia através do oeste.

A Carta, com o mapa anexado por Toscanelli, assim como os mapas de Behaim e Monetarius — propugnadores do caminho para a Índia navegando através do Poente, foram parar nas mãos do ainda príncipe infante D. João. Terminaram arquivadas, sigilosamente, pela Corte portuguesa, sem que despertassem maior interesse. Parece também ter sido esse o destino da proposta apresentada pessoalmente por Cristóvão Colombo, dessa vez, não mais ao príncipe, porém, ao já aclamado rei D. João II, em 1483.

Colombo tivera conhecimento dessa correspondência e dirigiu-se ao cientista florentino que lhe respondeu, sem demora, enviando-lhe cópia da carta e também do mapa, acompanhados do seguinte preâmbulo:

“A Cristóvão Colombo, o naturalista Paolo apresenta sua saudação.

Tomei conhecimento do teu afã maravilhoso e grandioso de emprender uma viagem até onde crescem as especiarias. Como resposta à tua carta, mando-te a cópia de outra que, há tanto tempo, antes da guerra de Castela, escrevi a um amigo e familiar do rei de Portugal, em 25 de junho de 1474, em resposta a uma missiva que, por instância de Sua Majestade, me foi dirigida.

Igualmente, envio-te um mapa marítimo igual ao que lhe enviei. Com isto, teu pedido deve estar satisfeito.”

Mais tarde, Toscanelli ainda escreveria uma segunda carta a Colombo: “Apraz-me saber que me entendeste corretamente. O caminho mencionado não só é possível, como também é verdadeiro e seguro.”

COLOMBO NA CORTE DO REI DOM JOÃO II

D. João II foi, sem favor, o mais importante monarca, de todos os que ocuparam a Casa de Aviz. Constituíam-se num típico espírito renascentista. Vocacionado para as coisas do mar, pudera compreender o tio-avô D. Henrique, o navegador, em sua obstinação pelos descobrimentos. Menos religioso e mais pragmático que D. Henrique, estava bem des-

perto para o interesse português, na luta entre o Mediterrâneo veneziano e o bloqueio dos turcos, a partir de 1453; tendo em vista o caminho percorrido pelas caravelas através do Atlântico, sempre no rumo sul.

Ele não queria apenas a África; ambicionava chegar à Índia das especiarias através do contorno da ponta meridional do continente africano.

Político sagaz, D. João II anteviu a comunicação entre os oceanos Atlântico e Índico; mas não possuía o dom divinatório; não pudera adivinhar Cristóvão Colombo. Mesmo porque a imprevisibilidade do genovês seria capaz de transcender até mesmo os dons dos mais inspirados profetas do Antigo Testamento.

Quando da entrevista com o “Príncipe Perfeito”, conforme era cognominado o monarca, Colombo passou-lhe a impressão de um fantasista, a prometer mundos e fundos a quem oferecesse navios à grande aventura. Ainda assim, foi alvo de um tratamento capaz de ultrapassar a mais refinada cortesia, chegando mesmo o rei à deferência de brindá-lo com um exemplar do precioso *Roteiro-calendário*, que o grande navegador levaria na primeira viagem rumo ao Novo Mundo.

A magnífica oferenda foi-lhe concedida *com especial atenção*, por el-rei Dom João II.

Roteiro-calendário era a designação para as preciosas e secretas *tábuas de declinação Solar*. Representavam o expoente máximo da ciência náutica, constituindo-se em “Segredo de Estado” para Portugal. Quando em 1471, os portugueses atingiram a linha do Equador, depararam-se com nova dificuldade: o valioso astrolábio — herança árabe-judáica utilizável no cálculo da latitude geográfica a partir do ângulo de declinação da Estrela Polar — estava por perder seu ponto de referência celeste. À medida que as embarcações penetravam os quadrantes do Trópico de Capricórnio, a estrela Alfa, da constelação da Ursa Menor, ia-se desvanecendo, até extinguir-se na imensidão da noite austral. Os navegantes passaram então a utilizar a altura meridiana do Sol para o cálculo da latitude geográfica.

Em 1485, três matemáticos da Corte de Dom João II — os hebreus José Vizinho e Mestre Rodrigo, além de Dom Diogo Ortiz, bispo de Ceuta — passaram a aconselhá-lo. José Vizinho era discípulo do sábio e calculista Abraão Zacuto, renomado professor da Universidade de Salamanca. Coubera a Vizinho traduzir para o Latim, em 1486, o livro do professor Zacuto, *Almanach Perpetuum*, contendo as *Tábuas de declinação Solar* criadas em 1479 e traduzidas para o espanhol em 1481.

De posse das referidas tábuas, Vizinho, Mestre Rodrigo e Martim Behaim — todos de ascendência hebraica — navegaram até a Guiné, a fim de testá-las para cálculo da declinação do Sol. Estava, por essa forma, apro-

vado o novo instrumento para navegação astronômica, *O roteiro-calendário*.

A título de antecipação aos comentários acerca da atitude do rei João II, convém transcrever o parágrafo distribuído entre as páginas 124 e 125 do livro *O português Cristóvão Colombo — agente secreto do rei Dom João II*, de autoria de Mascarenhas Barreto, *verbis*: “Conhecendo-se a declinação solar e a sua meridiana, determinava-se a latitude. Elaboraram-se, assim, as *Tábuas de declinação do Sol*. As que Cristóvão Colón levou na sua primeira viagem, e chamavam-se *Roteiro-calendário*, foram-lhe oferecidas *com especial intenção* por el-rei Dom João II, que as encomendara ao judeu Samuel Bem Zacuto, filho de Abraão Zacuto. Estão redigidas em hebraico, e encontram-se hoje no Museu do Seminário Hebraico Teológico de Nova Iorque. Tinham por base os estudos dos judeus Samuel e Jehuda, e do árabe Aben Ragel — *o alquímico*.

A ENTREVISTA COM DOM JOÃO II

A primeira entrevista entre Colombo e Dom João II ocorreu em 1483, a convite do monarca. Objetivava a apresentação do projeto de velejar com destino à Índia, utilizando o oceano Atlântico e navegando de longada, no rumo oeste. Incluía mapas, roteiros de viagens e inúmeros outros pormenores necessários à viagem em apreço.

Após as apreciações de praxe, o monarca tomou a seu encargo a entrega do projeto de navegação a uma comissão de peritos para análise e parecer a respeito de sua viabilidade.

A comissão de peritos, após demorada e minuciosa avaliação do projeto de Colombo, emitiu um pronunciamento cujo texto original jamais foi trazido a público. O que se ficou conhecendo pode ser transcrito nos termos seguintes: “Não foi sequer cogitada qualquer discussão sobre a forma da Terra, como também não se discutiu a possibilidade teórica de ser posta em dúvida a rota oceânica através do oeste. Dúvidas houve acerca da distância calculada por Colombo, pois os mapas portugueses indicavam o Atlântico muito mais largo que no projeto do genovês. Concluía, também, pela existência de erro, tanto de parte de Paolo Toscanelli, quanto de Cristóvão Colombo, no cálculo da extensão do percurso. Toscanelli, que possuía uma concepção absolutamente correta das dimensões do globo terrestre, avaliara (erradamente) a distância de Lisboa à China, através do oceano Atlântico, em apenas 1/3 da circunferência da Terra; aumentando, ainda mais, o erro cometido por Claudio Ptolomeu. Colombo estava subesti-

mando ainda mais essa distância, calculando-a em 78 graus, quando na realidade é de 229 graus. Além disso, o proponente estava imaginando a Terra menor do que realmente é.

Preocupado com as discrepantes avaliações da circunferência terrestre, D. João II enviou um dos seus astrônomos à zona tropical a fim de executar medições de longitude, visando calcular a circunferência exata da Terra. Constatou, assim, a causa da discrepância na avaliação feita por Colombo. Este calculara 83,36 km para a distância de um grau de longitude a outro, quando, em verdade é de 110,563 km.

Outros aspectos do plano de Colombo também foram avaliados, a exemplo das dificuldades comuns e inevitáveis em qualquer viagem prolongada; porém, o que influenciou, prioritariamente, a decisão dos peritos contrária ao projeto de Colombo foram as incorreções observadas na avaliação da distância a percorrer.

Além das dificuldades inerentes a todas as viagens de longo curso, outras tantas dever-se-iam acrescentar ao projeto proposto por Colombo, representadas por um roteiro ainda não conhecido e praticamente sem escalas para abastecimento e descanso das tripulações. À comissão de peritos nem mesmo escapou a limitada autonomia das embarcações existentes à época face a uma viagem por tempo indeterminado, rumo ao desconhecido. Os navios existentes não tinham capacidade para armazenar alimentos e água potável nas quantidades exigidas em tal viagem. Também eram desconhecidos os processos para conservação da água e dos alimentos (biscoitos, charque, peixe seco, alho e azeite de oliva) utilizados nessas viagens. Os recipientes para armazenamento da água potável eram confeccionados com a mesma madeira imprópria com a qual era construídas as embarcações. Como conseqüência, a água potável sofria alterações de coloração e de sabor e não resistia além de poucas semanas, antes de deteriorar-se por completo. Essa dificuldade só foi contornada muito tempo depois, através da utilização de tonéis de carvalho. Outro problema crucial nas viagens marítimas daquele tempo, dizia respeito à exigüidade de espaço no interior das embarcações. Além de exíguas e desconfortáveis, aquelas embarcações sempre faziam água em seu interior, ultrapassando a capacidade das bombas de esgotamento para mantê-las secas. Essa água residual dos porões era, muitas vezes, contaminada pelo vazamento dos sanitários, provocando mau cheiro e propiciando o aparecimento de roedores e insetos.

Como conseqüência de todos esses percalços, surgiam o cansaço e o estresse, decorrentes do confinamento em ambiente desconfortável, anti-higiênico e destituído de recreação. Para agravar os padecimentos dos navegantes, acrescia-se a intercorrência de variadas enfermidades, algu-

mas delas resultantes da própria dieta estabelecida pelo regulamento de viagens. De dieta mal balanceada provinham enfermidades conhecidas hoje como carenciais, a exemplo do escorbuto — doença fora do alcance da medicina de então — inviabilizando, por consequência, o diagnóstico, o tratamento ou a prevenção.

A análise aprofundada de todos esses percalços, levou a comissão julgadora a pronunciar-se contrariamente ao projeto de navegação de Colombo.

O rei D. João II ainda tentou apelar ao Conselho da Coroa, porém o *verdictum* confirmou a decisão anterior. A frustração resultante do malogro dessa iniciativa trouxe para Colombo grande amargura e para os historiadores intrincado enigma a decifrar: qual o verdadeiro propósito daquela deferência a Colombo, presenteando-o com oferenda que se constituía em segredo de estado para Portugal?

Sabe-se que o poderoso D. João II, assim como seus antecessores, sempre levava às últimas instâncias o seu zelo para com o Sistema Secretista da Ordem de Cristo, mantido desde a época do seu tio-avô Henrique — o navegador.

Inúmeras considerações têm-se aventado, na tentativa de impor um fiapo de lógica à inusitada atitude do monarca. O historiador luso Mascarenhas Barreto, em seu livro *O português Cristóvão Colombo — agente secreto do rei D. João II*, consigna ao episódio dois quesitos e um comentário sarcástico:

1) O ‘cardador de lãs’ genovês, também aprendera a decifrar as *Tábuas de declinação Solar* (que o resto do mundo ainda desconhecia), e dominava o hebraico, para poder entender toda a sua complexidade.

2) O rei português, que tanto segredo punha na ciência náutica, encomendava a um judeu e entregava a um aventureiro estrangeiro — podendo servir um soberano rival, tão valioso documento científico para o descobrimento da “Índia.”

E Mascarenhas Barreto conclui com este comentário:

“Parecem-nos dois fatos difíceis de explicar, a menos que, na verdade, Cólón Zarco fosse agente secreto de D. João II e português de ascendência judaica ou de cultura hebraica.”

A contestação que se pode fazer aos comentários do autor, diz respeito à exigência de nacionalidade portuguesa como condição *sine qua non* para que D. João II pudesse ter Colombo como seu agente secreto.

Sabe-se que, além da habilidosa competência de seu agente-de-informações Pero de Covilhã, o monarca teve a seu serviço inúmeros outros

agentes secretos — judeus, árabes — agindo no Médio-Oriente, no afã de descobrirem a viabilidade da rota para a Índia, contornando a ponta meridional do continente africano.

Com referência ao primeiro quesito, reflete bem a ingenuidade do autor, quando se sabe do bom relacionamento de Colombo com Martin Behaim e outros judeus. Ser-lhe-ia fácil obter de algum deles a tradução das *Tábuas*; o que talvez nem fosse necessário, já que haviam sido traduzidas para o espanhol desde 1481.

À amargura provocada pela recusa a seu projeto de navegação, Colombo ainda iria acrescer a perda da esposa Felipa, naquele final de 1484. Decidiu-se, então, por abandonar Portugal em companhia de Diego, seu filho de quatro anos. Em Lisboa ficaria apenas o irmão Bartolomeu a exercer seu ofício de cartógrafo.

A FASE ESPANHOLA DA PERMANÊNCIA DE COLOMBO

Na primavera de 1485, desembarcou, em companhia do filho Diego, na cidade espanhola de Palos de La Frontera, na costa andaluza, a pequena distância de Huelva, residência da irmã casada de Felipa.

É fora de dúvida o reconhecimento da fase portuguesa de Colombo como inspiradora da gênese do seu projeto náutico. Nas décadas finais do século XV, a vida econômica portuguesa dependia da atividade exploradora de seus navegantes. Colombo recebeu o influxo da atmosfera voltada à vida marítima, que a cada dia alargava mais seus horizontes aos novos conhecimentos geográficos. Foi, porém, na Espanha que suas idéias encontraram o substrato cultural idôneo, a fim de que pudessem ganhar a definitiva maturidade.

A Espanha, mais que Portugal, propiciou a Colombo o ambiente sonhado por sua extremada religiosidade, beirando as raias do misticismo.

Em contraposição à Itália e à França renascentistas, Portugal e Espanha debatiam-se, ainda, nas trevas do medievalismo, às voltas com seus santos e cavaleiros andantes. Sob esse aspecto, o devotamento religioso dos reis católicos Isabel de Castela e Fernando de Aragão serviu de estímulo ao místico genovês, impulsionando-o para o ambiente monástico do mosteiro de La Rábida.

Os anos vividos por Colombo em Solo espanhol (de 1485 a 1492), tornaram-se mais inteligíveis aos historiadores após a publicação do livro *Cristóbal Colón — siete años decisivos de su vida*, de autoria de J. Manzano y Manzano, em 1964. Através dessa obra, a trajetória colombiana em ter-

ritório espanhol é pesquisada mediante depoimentos de habitantes de Palos, que acompanharam Colombo em sua aventura oceânica e também da reconstituição do itinerário dos reis católicos, conservando intacto.

O mosteiro franciscano de La Rábida ficava a pequena distância de Palos. De acordo com os escritos de Manzano y Manzano, o genovês frequentou, com assiduidade, o mosteiro de La Rábida durante aqueles sete decisivos anos de permanência em Solo espanhol.

Sua visita inicial deu-se em 1485 e constituiu um dos acasos felizes para seu projeto de navegação; fora apresentado ao frei Antonio de Marchena — personagem que viria a constituir-se em figura importante para a História do descobrimento da América. Homem culto e versado em Cosmografia, Antonio de Marchena compreendeu a genialidade contida no projeto de Colombo e se empenhou por todos os modos possíveis, a fim de que o aludido projeto fosse levado às melhores conseqüências.

Tendo percebido a contradição existente entre a grandiosidade do projeto do descobrimento e as modestas premissas da cultura autodidata de Colombo, Antonio de Marchena se dispôs a orientá-lo na aquisição de maior e melhor conhecimento. Aconselhou-o a que tomasse nota de diversos livros, indispensáveis ao seu aprimoramento intelectual e necessários, inclusive, para impor um pouco de cientificidade a seu grandioso projeto.

Dentre as obras recomendadas, duas passaram a constituir o que Colombo definiria como “suas leituras básicas”: o *Imago Mundi* e a *História rerum ubique gestarum*. O *Imago Mundi* era de autoria de Pièrre D’Ailli (1350 a 1420), cardeal francês, antigo reitor da Universidade de Paris e um dos Chefes do Concílio de Pisa e de Constanza. Sua obra continha citações da sabedoria greco-latina e enfatizava a visão geográfica dos gregos.

Através dessa leitura, Colombo tomou conhecimento de Platão, Aristóteles, Teofrasto, Cícero, Estrabão, Sêneca, Pompônio Mela... De todas essas leituras do genovês, tem-se registro através das anotações nas margens das respectivas obras, constantes da Biblioteca Colombina, em Sevilha. O autor da *Historia rerum ubique gestarum* foi o cardeal Enea Silvio Piccolomini e Papa Pio II (1405 a 1464). Piccolomini escreveu uma obra religiosa e histórica. Seu livro continha uma das leituras prediletas de Colombo, pois informava sobre a China, fazendo referências à província de Catay, na China do Norte e também a um príncipe chamado Grão-Khan, velha obsessão de Cristóvão Colombo.

Também a leitura da extensa *História Natural*, de Plínio, escrita no século I d.C., deve ter sido produto de recomendação de frei Antonio de Marchena.

Além dessas obras, Colombo lera também o *Almanaque perpétuo*, de Abraão Zacuto, *As maravilhas do mundo*, de Marco Polo e, logicamente,

A Bíblia — objeto primordial de sua devoção e lida sob a ótica, provável, de santo Agostinho e de outros doutores da igreja.

O famoso astrônomo e geógrafo Claudio Ptolomeu, pertencente à Escola de Alexandria (século I d.C.), deve ter chegado a Colombo através das páginas do *Imago Mundi*. A tradução árabe de sua obra *O almajesto* só alcançou a Europa em 1478, em versão latina. O exemplar existente na Biblioteca Colombina, de Sevilha, não contém anotações em suas páginas ou margens.

Após curta estada em Palos e em La Rábida, Colombo procurou aproximar-se da Corte Real, na cidade de Córdoba. Ali iria encontrar diversos conterrâneos, a exemplo dos representantes das famílias Dorea, Pinello, Centurione e Spinola. Chegara a trabalhar, por diversos anos, em embarcações de alguns desses armadores.

Na cidade, viria a conhecer, ainda, outros conterrâneos de nível social mais modesto, dentre eles os irmãos Esbarroya: Luciano e Leonardo eram farmacêuticos e Esteban, comerciante.

Por intermédio desses novos amigos, travaria conhecimento com Rodrigo de Arana, a quem tinha sido confiada a tutela de Beatriz — filha de sua prima Ana Nuñez de Arana e do agricultor Pedro de Torquemada, ambos já falecidos.

Beatriz Enriques de Arana possuía juventude, beleza e alguns refinamentos para os padrões de então; era instruída acima do nível comum às demais jovens de sua idade. Embora plebéia por origem, sua família era abastada e de boa representatividade social.

AS MULHERES NA VIDA DE COLOMBO

O conhecimento entre Colombo e Beatriz originou-se das visitas à residência do amigo Rodrigo de Arana — primo e tutor dela. Com a regularidade das visitas, o romance evoluiu, dando ensejo a que Beatriz se revelasse companheira diletta e prestimosa.

Pródiga em atenções, tomou a si o encargo de enternecer a alma do companheiro, talvez para compensá-lo pelos muitos dissabores advindos de sua idéia obsessiva de alargar as fronteiras do mundo.

O nascimento de Fernando, em 5 de agosto de 1488, além de coroar-lhe o ideal de mãe, prodigalizou-lhe a determinação de estender ao corpo de Colombo os desvelos que até então lhe reservara à alma: passou a sustentá-lo, *in totum*, ao ser-lhe retirada a pensão concedida pelo duque de Medinaceli.

Amando a Deus sobre todas as coisas e também ao ideal de expandir as fronteiras do mundo, em busca de fortuna e afirmação, Colombo deixava entrever, por sob a mística aparência, o vazio estrutural para qualquer outra virtude ou disposição afetiva. Embora amado pelas mulheres, não reservara, no coração, lugar para a reciprocidade amorosa.

Alguns biógrafos chegaram a interpretar essa indiferença afetiva como *racionalidade no amor*, esquecidos, talvez, de que a paixão amorosa se constitui no mais irracional dos sentimentos humanos.

A propalada *racionalidade amorosa* de Colombo, talvez melhor se expresse pela simples observação da independência sentimental que ele sempre manteve em relação às mulheres de sua vida, usando-as em proveito de suas ambições pessoais, ao invés de amá-las. Apreciado sob essa ótica, Colombo foi, de fato, bem-sucedido com as mulheres.

Sua biografia pessoal registra um casamento, uma prolongada coabitação, em regime de concubinato, além de alguns relacionamentos amorosos fortuitos. Como denominador comum a todos eles, a contribuição *sentimental* de Colombo restringiu-se ao imediatismo por vantagens políticas ou pecuniárias. Foi assim com Felipa de Moniz, a quem desposou em atenção à sua origem nobre e às suas boas relações palacianas, que utilizou a fim de apresentar seu projeto de navegação à Corte portuguesa.

Seu comportamento para com a jovem Beatriz Enriques foi indigno e hipócrita: ilaqueando-lhe a boa fé, manteve com ela ilícita relação marital. Por anos a fio, numa vida em pecado — acintosamente hipócrita aos preceitos religiosos da Igreja, da qual se dizia fiel servidor e adepto fervoroso.

Mesmo após nascer-lhes o filho Fernando, recusou casar-se com Beatriz — a bondosa mulher que lhe sustentara os anseios da alma e as premências do corpo.

A História também registra o nome de outra Beatriz — a marquesa de Moya, como favorecida pelas atenções de Colombo. Em verdade, foi ela quem o favoreceu... e muito.

Chamava-se Beatriz de Bobadilla e era esposa do governador das ilhas Canárias. A rainha Isabel a tinha na consideração de amiga íntima.

Por ocasião do financiamento da primeira viagem de Colombo, a rainha veio a saber de sua vida em concubinato e, moralista que era, sentiu-se escandalizada. Prontamente, acorreram o abade Juan Peres e a marquesa de Bobadilla, lado a lado junto de Isabel, a fim de convencerem-na de que o navegador já dera termo à vida em pecado com (a outra) Beatriz.

A marquesa de Moya chegou a convencer seu marido — prestigioso conselheiro da Corte espanhola, a apoiar o projeto de Colombo.

Devotado a seu ideal de desbravador dos mares, Colombo prosse-

guiu em sua faina, logrando chegar à presença dos reis católicos no dia 20 de janeiro de 1486, no palácio arquiépiscopal de Alcalá de Henares. Foi um encontro interlocutório, ao fim do qual os soberanos passaram o projeto de Colombo a uma junta presidida por Fernando de Talavera — influente personagem da Corte. Além de Talavera, Rodrigo Maldonado e Andrés de Villalón, dentre outros membros da Corte — literatos, cientistas e homens do mar, cujos nomes a História não registrou.

Essa junta de sábios reuniu-se ainda por outras vezes, entre novembro de 1489 e a primavera de 1490, sempre acompanhando os deslocamentos da Corte Real e seguida também por Colombo.

Em seu parecer final, a junta concluíra pela recusa ao projeto de Colombo, considerando-o “absurdo e contrário ao bom senso.” Os argumentos usados para a recusa assemelham-se aos dos portugueses, em 1484. Apesar dessa derrota, Colombo não esmoreceu em sua obstinação, mesmo porque percebera alguns pontos de apoio às suas idéias, entre os membros da Corte espanhola. Após essa tentativa, escreveu a seu irmão Bartolomeu, em Lisboa, encarregando-o de tentar a apresentação de seu projeto aos soberanos da França e da Inglaterra.

Retornando a La Rábida em 1491, teve oportunidade de conhecer o abade Juan Peres, que havia sido confessor de Isabel e que estivera a seu serviço durante a juventude, no *Escritório dos contadores* (depoimento da época, prestado pelo médico Garcia Fernandes, corroborado pelo prefeito de Palos, no transcurso de reunião em La Rábida, de 1491, na qual também participara Juan Peres e Antonio de Marchena.

Logo após reunirem-se, o abade Juan Peres escreveu à rainha, suplicando-lhe que o recebesse e também a Cristóvão Colombo, no acampamento real, em Santa Fé, junto aos muros de Granada.

Quinze dias mais tarde, Colombo foi convidado a comparecer ao quartel-general, em Santa Fé. Nessa ocasião, enviaram-lhe dinheiro para as despesas. Em agosto de 1491, mais uma vez Colombo expôs seu plano, no quartel-general, e mais uma vez começou a esperar pelos resultados da nova comissão encarregada de estudar o projeto.

Nesse ínterim, findara a guerra, com a conquista de Granada — último reduto mouro em solo espanhol — a 2 de janeiro de 1492. A vitória foi comemorada em toda a Europa, com o repicar de sinos e o espocar de fogos de artifício. Em Roma, o papa Inocêncio VIII celebrou missa em ação de graças. Em Londres, Henrique VII, à testa dos cardeais, em procissão Solene, foi à Catedral de São Paulò, e, em Granada, Colombo presenciou a entrada triunfal dos soberanos espanhóis.

Apesar do encerramento vitorioso da guerra, Colombo recebeu mais uma recusa. Desta vez, o motivo era conhecido: julgaram excessivas suas

exigências: elevação à nobreza, patente de almirante-do-Atlântico, os cargos de governador-geral e vice-governador das terras descobertas, e isto por toda a vida. Para seu primogênito, exigiu o direito de propor a nomeação dos funcionários administrativos nas novas possessões, além de parte ativa nas medidas econômicas e a décima parte de todas as receitas oriundas das novas terras.

Os soberanos consideraram exorbitantes algumas dessas exigências, além de parecer arriscado conceder tantos direitos decisivos a um estrangeiro.

Mais uma vez Colombo recusou-se a negociar uma solução satisfatória. Deixou a Corte desiludido e amargurado. Já se dirigia a Palos, pretendendo embarcar para a França, a fim de apresentar-se ao rei Carlos II, quando foi alcançado por um mensageiro real.

Discutem-se, até hoje, as razões para essa reviravolta na atitude dos reis católicos para com o plano de Colombo, fazendo com que reconsiderassem a decisão contrária e aceitassem o plano, *in totum*, submetendo-se a todas as imposições do genovês.

A razão mais plausível para essa mudança de atitude parece ligada às ponderações de Luiz de Santangel — ministro das finanças dos reis católicos. Santangel era um ilustre representante de tradicional família de judeus espanhóis e convertido ao catolicismo. Além de responsável pelas finanças do governo, ainda representava o ponto de vista do empresariado espanhol. Fez saber a Isabel a conveniência de aceitar a proposta de Colombo.

Portugal já possuía o monopólio das rotas africanas, e outra derrota — no caso da proposta colombiana ser bem-sucedida em mãos alheias — poderia ser fatal aos interesses da Espanha.

Tentando suavizar a indignação geral face às petulantes exigências contidas na aludida proposta, Luiz de Santangel temporizou junto à rainha, propondo-lhe, como solução, manter o contrato em segredo. Ponderou, também, a respeito dos supostos exorbitantes ganhos de Colombo, esclarecendo que só viria a ter acesso a eles se o plano fosse bem-sucedido, e nesse caso, a maior parte ficaria com a Coroa. A favor da proposta de Colombo ficaram, além de Santangel, os conselheiros da Coroa Quintanilha e Cabrera, diversos empresários interessados no sucesso da empresa, a exemplo do genovês Francesco Pinello e algumas damas da Corte, como a marquesa de Moya.

A rapidez da assinatura do acordo foi surpreendente; em 17 de maio de 1492 os reis católicos fizeram um pacto com a Santa Fé, oficializando a expedição de Colombo. Em 30 de maio, o contrato com Colombo já estava assinado.

Luiz de Santangel tomou a seu cargo o financiamento da empresa utilizando recursos do governo e também dos comerciantes estrangeiros que operavam na Espanha: o armador genovês Francesco Pinello financiou a importância de um milhão, cento e quarenta mil maravedis. Colombo também contribuiu com meio milhão de maravedis, que tomou por empréstimo ao banqueiro florentino Juanito Berard, que se converteu, mais tarde, em seu administrador e sócio do também navegador Américo Vespúcio.

Os restantes trezentos e setenta mil maravedis representaram o preço pago pelos habitantes de Palos, aos quais um Decreto Real de 30 de abril de 1492 ordenou a contribuição através de caravelas armadas e abastecidas com víveres e tudo o mais necessário a uma navegação por sessenta dias, incluindo as respectivas tripulações.

Decreto real que impunha aos habitantes de Palos a entrega a Cristóvão Colombo de duas caravelas abastecidas e com as respectivas tripulações, foi lido, solenemente, na igreja de San Giorgio, diante das autoridades responsáveis, no dia 23 de maio de 1492.

Conseguir as caravelas foi coisa fácil; as dificuldades ficaram por conta da tarefa de encontrar — em Palos ou na vizinha cidade de Moguer — quem quisesse alistar-se, como tripulante, para uma viagem rumo ao desconhecido e sob o comando de um estrangeiro igualmente desconhecido. Essa grande dificuldade foi contornada graças ao auxílio dos irmãos Pinzón.

Martin Alonso Pinzón era o mais velho dos três irmãos Pinzón e também o mais acreditado dos membros da rica família de armadores do vale dos rios Tinto e Odiel. Possuía grande experiência em viagens marítimas pelas rotas tradicionais da Andaluzia, viajando para Lisboa e para as Canárias. Antes da viagem acompanhando Colombo, ainda navegaria a Roma, para entregar um carregamento de sardinhas.

Por acreditar na viabilidade do projeto de Colombo, Martin Alonso Pinzón empregou sua grande influência para induzir seus concidadãos a participar da expedição. Conseguiu preencher todas as vagas para tripulantes; no entanto, a História deixou de registrar o número total dos participantes dessa grande epopéia, com exceção de oitenta e sete marinheiros, dentre eles um português, três italianos e os demais, espanhóis.

Martin Alonso Pinzón foi designado para comandar a caravela *Pinta*, enquanto que a seu irmão Vicente Yañez caberia o comando da *Niña*.

A terceira e última embarcação foi conseguida no porto de Santa Maria, pertencente ao duque de Medinaceli. Chamava-se, originariamente, *Gallega*, mas, para a viagem foi batizada como *Santa Maria* e era de propriedade de Juan de la Cosa, que participou da viagem, na condição de

seu segundo comandante.

A *Santa Maria* era uma nau bem maior, mais larga e pesada que as demais, e por isso escolhida como embarcação capitânia e nela Colombo pendurou sua insígnia de almirante.

A DESCOBERTA DA AMÉRICA

A PRIMEIRA VIAGEM AO NOVO MUNDO

Ao raiar da aurora, na madrugada de 3 de agosto de 1492, a pequena frota largou as amarras do porto de Palos e se deixou levar pela maré, passando junto do mosteiro de La Rábida, onde os monges cantavam *Deo patri sit gloria*. Após transporem as embocaduras dos rios Tinto e Odiel, as três embarcações singraram a barra com suas brancas velas enfunadas à brisa da manhã, ostentando a *Cruz de Cristo* impressa em vermelho.

A genialidade do projeto de navegação de Colombo começa a fazer sentido a partir do momento em que se percebe a adoção de um roteiro simples, mas elaborado, para satisfazer algumas condições consideradas essenciais à segurança dos navegantes no transcorrer do percurso.

Como primeiro requisito indispensável ao sucesso da viagem, foi indicada uma escala técnica nas ilhas Canárias. Durante o tempo de convívio com os navegadores portugueses, Colombo observara sua preocupação em utilizar o arquipélago da Madeira como escala técnica para as viagens de longo curso.

A escala da frota de Colombo nas Canárias estendeu-se de 9 de agosto a 6 de setembro e atendeu a diversos requisitos de segurança: a) inspecionar o estado dos barcos após um período de permanência suficientemente longo no mar; b) reparar o timão da caravela *Pinta*, que se havia soltado das dobradiças; c) trocar o velame da *Niña*, igualando-a aos outros barcos. Essa caravela, até então, estava guarnecida com velas latinas, triangulares, à semelhança das caravelas portuguesas. No entanto, o plano de Colombo demandava a utilização de velas quadradas, para aquela viagem. O genovês pretendia tirar o máximo proveito do regime de ventos e das correntes marítimas que encontraria, no roteiro oeste, após a saída das Canárias. Durante os anos em que vivera no arquipélago da Madeira, Colombo ganhara familiaridade com os ventos alísios de nordeste e com a corrente marítima (hoje identificada como Corrente Equatorial do Norte) da região,

ambos capazes de impulsionar as embarcações no sentido leste/oeste. Sua preferência pelo velame quadrado obedeceu, portanto, a essas razões puramente técnicas, dada a necessidade de navegar sob marchas fracas e muito fracas, sobre o paralelo de 28 graus norte.

Outra condição considerada essencial no plano de navegação de Colombo idealizava o roteiro por sobre o paralelo de 28 graus norte — o paralelo das canárias — como condição imprescindível para o cruzamento do Atlântico, na direção leste/oeste. Assim pensando, tomou o paralelo das Canárias como ponto de referência, bastando-lhe, para isso, uma bússola, embora dispusesse de outros instrumentos de navegação, a exemplo do astrolábio, do quadrante e do *Roteiro-calendário* presenteado pelo rei JoãoII; o último requisito essencial para o prosseguimento da viagem consistiu no reabastecimento dos gêneros alimentícios e da água potável.

De acordo com o plano de navegação proposto por Toscanelli, atingir-se-ia a China Meridional desde que a navegação se fizesse sempre sobre o paralelo de 28 graus norte.

A 8 de setembro a frota tomou a formação em linha reta no roteiro oeste e rumou para a ilha La Gomera, sempre seguindo o paralelo 28 graus norte.

No quarto dia de viagem, Colombo registrou no *Diário de bordo*: “avançamos 60 milhas marítimas. Resolvi registrar menos, para que meus homens não perdessem a coragem, caso a viagem tivesse muito longa duração.”

Em 1º de outubro, ele anotou que haviam avançado 2.828 milhas, mas para a tripulação falou apenas 2.336 milhas.

A 10 de outubro, consta no *Diário*: “...nesta data meus homens se queixaram da longa duração da viagem, que lhes parecia intolerável. Eu, porém, soube estimulá-los o melhor que pude, falando-lhes sobre os lucros que, em breve, poderiam obter. Acrescentei que seria inútil discutir, pois eu estava decidido a chegar à Índia, e com a ajuda de Deus, continuar a viagem.”

Dois dias mais tarde, após setenta dias da saída de Palos, alcançaram terra; chegaram a uma das ilhas Bahamas — hoje, ilha Watling, nas Pequenas Antilhas — a que Colombo deu o nome de San Salvador.

Convencido de haver atingido seu objetivo — a Índia —, fixou o grande momento em seu *Diário de bordo*, em 12 de outubro de 1492: “...às duas da manhã foi avistada terra, da qual estávamos distanciados cerca de oito milhas marítimas. Recolhemos todas as velas, com exceção de uma grande. Paramos, esperando raiar o dia — uma sexta-feira, quando chegamos a uma ilha... lá, logo avistamos nativos nus. Acompanhado por Marin Alonso Pinzón e seu irmão Vicente Yañez — capitão da *Niña* — fui a terra

num bote munido de armas. Lá, desdobrei a bandeira real... imediatamente acercaram-se numerosos nativos. Reconhecendo que se tratava de gente que poderia ser salva e convertida à nossa fé muito mais pelo amor do que pela espada, pensei torná-los meus amigos. Dei a alguns deles gorros vermelhos, colares de vidro e outras coisinhas de pouco valor, pelo que se mostraram extremamente satisfeitos. Tornaram-se tão bons amigos, que ficamos bastante alegres. Alcançaram nossos navios a nado e nos trouxeram papagaios, novelos de fios de algodão, lanças compridas e muitas outras coisas que trocavam pelo que nós lhes dávamos, como contas de vidro e sininhos. Tomaram e deram tudo de coração. A mim, porém, me pareceu que sofressem necessidade de todas as coisas.

Andavam nus por aí, como Deus os criou, tanto homens como mulheres, uma delas sendo muito nova ainda. Todos aqueles que eu vi eram muito jovens, pois não vi ninguém que tivesse mais de trinta anos de idade. Todos estão bem crescidos, têm o corpo bonito e rostos de traços agradáveis. Têm o cabelo denso e duro, tal e qual rabos de cavalo. Alguns se pintam com tintas cinzentas (assemelham-se aos habitantes das ilhas Canárias, cuja cor da pele não é preta nem branca); outros, por sua vez, pintam-se de vermelho, branco ou outra cor. Alguns passam a tinta no rosto, apenas, ou em volta dos olhos ou nariz; outros pintam o corpo todo. Não usam armas, nem as conhecem. Mostrei-lhes as espadas e, por ignorância, as pegavam pelo gume, cortando-se...”

Já no dia seguinte começou a procura de ouro. Consta no *Diário de bordo*: “Observei tudo com a maior atenção e tratei de descobrir se nessa região existe ouro. Observei que alguns dos nativos tinham o nariz furado, onde haviam introduzido um pedaço de ouro...”

Colombo viajou de uma ilha a outra; descobriu Cuba e depois o Haiti. O que os homens recebiam mediante troca por ouro, não era, contudo, de grande monta. Obviamente, ainda não haviam atingido a terra da “origem do ouro.” Além da busca do ouro, Colombo também sonhava com a difusão do Cristianismo, na conversão daquele povo primitivo.

No dia de Natal ocorreu um acidente: a nau *Santa Maria* penetrou num baixio e começou a fazer água. Não pôde ser salva. Com auxílio do cacique índio Guacanagari e dos componentes de sua tribo, ninguém perdeu a vida e quase toda a carga pôde ser salva. Mas já não seria possível levar todos os homens de volta à Espanha, pois a caravela *Pinta* havia-se tornado autônoma e, além disso, a *Niña* não comportava todos aqueles naufragos. Resolveu-se, então, fundar uma colônia na ilha de *Paso del Vento*, nas terras do cacique Guacanagari. Ali ficaram trinta e nove tripulantes, sob a chefia de Diego de Arana — primo de Beatriz, além de um médico, um intérprete, um carpinteiro e um alfaiate. À nova colônia foi dado o

nome de *Navidad*.

Colombo regressou de sua primeira viagem no dia 4 de janeiro de 1493, a bordo da *Niña*. Após dois dias de viagem, durante a passagem pelo promontório Montecristo — na costa do Haiti, alegrou-se por encontrar a caravela *Pinta* e aparentou cordial acolhida a Martin Alonso Pinzón, dissimulando o constrangimento por sua deserção.

O roteiro para a viagem de volta também fora previamente escolhido por Colombo, que observara o regime de ventos no Atlântico centro-setentrional. Os ventos com que iria defrontar-se nas latitudes de 36 e 37 graus norte — os chamados *ventos ocidentais* — eram intensos, frios e inconstantes e, por isso, favoráveis à navegação, embora gerados pelas perturbações atmosféricas das médias latitudes.

Em razão disso, a viagem de regresso se processou sob mau tempo, açoitada por borrascas de diferente gradações a partir de 12 de fevereiro de 1493, quando as duas caravelas penetraram num campo tempestuoso — um ciclone — cujo centro situava-se ao norte dos Açores. Apanhadas por fortíssimos ventos de leste e sudeste, as embarcações desgovernadas seguiram rumos aleatórios ao roteiro preestabelecido; tendo a caravela comandada por Pinzón derivado no rumo nordeste, indo atracar na Galícia.

Temendo o naufrágio e a perda da oportunidade de comunicar o sucesso da empresa aos reis católicos, Colombo redigiu breve relatório em um pergaminho e rapidamente transcreveu os fatos mais relevantes no *Diário de bordo*. Envolvendo o relatório em tela encerada, introduziu-o em um barril, ordenando que fosse atirado ao mar. Vencida a tormenta, a *Niña* avistou, a 15 de fevereiro, a ilha de Santa Maria, no arquipélago dos Açores. Em regozijo pelo quase milagroso salvamento, Colombo ordenou que metade da tripulação fosse, em mangas-de-camisa, peregrinar ao santuário mariano, em sinal de agradecimento.

Ocorreu, então, um episódio grotesco: o comandante português da guarnição da ilha efetuou a prisão dos desembarcados, supondo que estivessem regressando de viagem às costas africanas, o que não era permitido aos espanhóis em consequência do Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479/1480). Após parlamentarem, o equívoco foi desfeito e a viagem pôde continuar.

Já próximos da Península Ibérica, na noite de 2 de março, a *Niña* entrou em nova tempestade e ainda sob vento forte e mar agitado, avistaram terra, na manhã do dia 4: era o cabo de Roca, em Portugal.

Colombo decidiu aproximar-se da costa e tentar a difícil manobra de penetrar a foz do rio Tejo — decisão ditada pela contingência da agitação do mar, mas que deu lugar às piores especulações, envolvendo o navegador genovês e a Corte portuguesa.

Tão logo aportara a Lisboa e depois de investigado pela Guarda-Marinha, Colombo foi saudado, ainda a bordo, pelo também célebre navegador português Bartolomeu Dias — o primeiro a contornar o cabo da Boa Esperança, em 1487.

Cinco dias após sua chegada, teve entrevista com o rei D. João II e hospedou-se, por dois dias, em palácio, ocasião em que se dirigiu a um convento para saudar a rainha D. Leonor. No dia 13 de março embarcou para a Espanha, tendo aportado em Palos, a 15 de março de 1493.

Martin Alonso Pinzón chegara nesse mesmo dia, porém um pouco mais tarde. Da Galícia, onde primeiro aportara, pedira audiência aos reis. Em troca, foi determinado que deveria apresentar-se juntamente com Colombo. Frustrado, talvez, pela recusa, encaminhou-se à sua casa de campo, nas imediações de Palos, onde veio a morrer, cinco dias depois.

A 31 de março de 1493, domingo de ramos, Colombo entrou triunfalmente em Sevilha e dali encaminhou-se a Barcelona, para a Corte Real, admirado e aclamado durante todo o percurso. Acompanhavam-no, nesse desfile delirante, seis índios portando coloridos papagaios em gaiolas, máscaras de ouro, dardos de arremesso...

Ao aproximar-se de Barcelona, foi recebido pela Corte e pela população da cidade, que se aglomerara nas imediações do palácio real.

Na sala real, onde o casal de reis o esperava, ajoelhou-se ante Isabel e Fernando que se levantaram convidando-o a sentar-se ao seu lado. Fora, talvez, o seu grande dia de glória. Nunca mais tornaria a receber tantas honrarias: foi tornado nobre, vice-rei e governador das ilhas descobertas.

Mais três vezes Colombo retornou ao Novo Mundo, chegando a tocar o continente americano em sua última viagem. Porém, jamais demonstrou haver descoberto um novo continente.

A idéia da descoberta do continente americano só surgiu em 1503, quando o navegador Américo Vespúcio realizou uma viagem ao longo da costa sul americana e o geógrafo e matemático alemão Martin Waldseemüller, em seu mapa, denominou *América* ao Novo Mundo, em homenagem ao navegador florentino.

Isso, porém, não diminui o mérito de Cristóvão Colombo, como também o fato comprovado de haver sido o continente americano atingido pelos vikings Leif Ericson e Bjarni — ambos da Groenlândia — no ano de 1003 d.C., ao norte, na região do rio São Lourenço.

Em 1957 o livreiro-antiquário Lawrence Whipten, de New Haven, folheando velho manuscrito de um monge polonês, deparou-se com o que, anos mais tarde, ficaria conhecido como “a mais sensacional descoberta cartográfica do século XX.”

Dentre as vinte e uma páginas do manuscrito, achava-se um mapa,

em pergaminho, medindo 28x41 cm. Sobre o pergaminho, desenhado em tinta marrom, estava delineado o mundo conhecido no século XV: Europa, África do Norte e a Ásia (desenhada em vagos contornos). Esse mapa mostra uma ilha maior, desenhada a noroeste: *Vinland* (terra do vinho).

Acima do contorno da *Vinland*, existe uma inscrição, onde se lê: “Pela vontade de Deus, após uma longa viagem a partir da ilha *Groenlândia* para o sul, até as partes mais afastadas do oceano Ocidental, continuando a velejar em meio ao gelo, os companheiros Bjarni e Leif Ericson descobriram uma nova terra, extraordinariamente fértil e até cheia de vinhas; chamaram-na de *Vinland*.”

Os cientistas do Museu Britânico e da Universidade de Yale, após anos de pesquisas, concluíram, em 1965, pela autenticidade do mapa.

Quanto ao manuscrito de vinte e uma páginas, trata-se de uma versão do relatório do monge franciscano João de Carpini sobre sua viagem à Mongólia entre os anos de 1245 e 1247, em companhia do padre polonês Benedito, quando entregaram ao Grão-Khan Kúik, às margens do lago Baikal, mensagem do papa Inocêncio IV.

Presume-se que tanto o mapa quanto os manuscritos tenham sido feitos por ocasião de um concílio realizado em Basileia, entre 1431 e 1449.

A SEGUNDA VIAGEM DE COLOMBO

Após a descoberta do Novo Mundo, Colombo ainda realizou mais três viagens às terras descobertas.

Da segunda viagem participaram dezessete embarcações e mil e duzentos homens. Sob autorização dos reis católicos e aclamação geral do povo, essa expedição partiu de Cádiz, em 25 de setembro de 1493.

Embora tivesse tornado conhecidas as Antilhas e descoberto a Jamaica, frustrara, no entanto, as boas expectativas da Corte espanhola. Novas terras foram anexadas ao reino espanhol, porém permaneceram inalcançadas as incalculáveis riquezas das narrativas de Marco Polo e das promessas de Colombo.

Nesta viagem, defrontar-se-iam com alguns aspectos inusitados das terras recém-descobertas: ao desembarcarem em uma ilha, a que denominaram Guadalupe, encontraram os primeiros índios antropófaos. Pertenciam ao grupo dos Caribes e eram muito mais agressivos que os Arauchi, da viagem anterior.

Desagradável surpresa aguardava os expedicionários ao desembarcarem em Navidad, em 27 de novembro de 1493: o forte, construído sob a

supervisão de Diego de Arana, estava desabilitado e apresentava vestígios de saque e incêndio. Colocado o cacique Guacanagari em confissão, admitiu que nada pudera fazer ante a invasão dos índios procedentes de outras ilhas. Haviam invadido o forte e massacrado seus ocupantes. Mesmo duvidando da lealdade de Guacanagari, Colombo contemporizou opondo-se ao revide que os espanhóis pretendiam tomar contra sua tribo, na esperança de continuar mantendo o bom relacionamento com os indígenas.

Há muito que a insatisfação dos nativos vinha crescendo ante a presença invasora dos espanhóis, no Haiti. A guerra não poderia ser evitada, era só uma questão de tempo. Após diversos combates de pouca monta, a batalha final ocorreu em 27 de março de 1495, em uma planície denominada *Veja Real*. Duzentos espanhóis, utilizando vinte cavalos e igual número de ferozes cães de grande porte, dividiram-se em três patrulhas comandadas, respectivamente, por Colombo, Bartolomeu e Alonso de Ojeda.

Alcançaram grande vitória sobre diversas tribos confederadas e os índios sobreviventes do massacre foram reduzidos à escravidão e sujeitos ao pagamento de pesados tributos.

Sendo muito dispendiosas as viagens para abastecimento das colônias, Colombo resolveu utilizar um expediente capaz de reduzir os custos para a Metrópole, adotando o mesmo procedimento dos traficantes portugueses na Guiné: ordenou que fossem os prisioneiros índios amontoados nos porões dos navios e enviados à Espanha, como “frete de ida.” Miguel de Cuneo — cronista da segunda viagem — registrou o comentário que se segue: “...reunimos em nosso acampamento 1.600 pessoas, machos e fêmeas desses índios, dos quais embarcamos em nossas caravelas, em 17 de fevereiro de 1495, 550 almas — entre os melhores machos e fêmeas.” Segundo, ainda, as palavras de Cuneo: “...uns 200 dos índios morreram, creio que por causa do ar ao qual não estavam habituados. Foram jogados ao mar. Desembarcamos todos os escravos, a metade deles doente.”

Não poderia ter sido pior, entre a população de Sevilha, a impressão causada pelo deplorável estado em que se encontravam essas vítimas dos “métodos de colonização” preconizados por Colombo. A própria rainha Isabel teria exclamado: “Quem autorizou meu almirante a dispor dessa maneira, de meus súditos?” Evidentemente, aqueles índios não eram canibais, a quem o direito cristão permitia tratar como escravos.

Colombo regressou em 11 de junho de 1496 e conseguiu justificar-se desses desmandos perante a Corte; mas não evitou os comentários de seus homens, ante o fracasso da expedição: “O lugar onde haviam desembarcado nada tinha daquele ‘Paraíso Terreal’ que Colombo pintara, estuasiasticamente, ao regressar de sua primeira viagem.” Muitos desses tripulantes apresentaram suas queixas pessoalmente aos reis católicos.

A TERCEIRA VIAGEM DE COLOMBO

Colombo partiu do porto de Sanlúcar de Barrameda, em 30 de maio de 1498, comandando uma frota de seis barcos divididos em dois grupos.

Tomaram direções diferentes e, em 31 de julho, o grupo de Colombo avistou a ilha de Trinidad, quase na foz do rio Orinoco, onde Colombo, por primeira vez, desembarcou em terra sul americana. Seguindo para Santo Domingo (Haiti), na ilha de Hispaniola, o almirante defrontou-se com situação conturbadíssima: estava iminente a guerra civil entre os colonos. Essas más notícias logo alcançaram a Metrópole e Colombo foi destituído do título de governador geral das Índias.

O novo ocupante do cargo — Francisco de Bobadilla — prendeu Colombo e seu irmão Bartolomeu, e os enviou, acorrentados, de retorno à Espanha. Em outubro de 1500, desembarcaram em Cádiz e permaneceram detidos por seis semanas, antes que os reis os libertassem.

Após isso, Colombo perdeu as prerrogativas de vice-rei e de governador, conservando somente o título de almirante do mar-oceano.

A QUARTA E ÚLTIMA VIAGEM DE COLOMBO

A última viagem de Colombo teve início em maio de 1502. Adoentado e demonstrando sinais de fadiga, o almirante aparentava idade muito superior aos seus cinqüenta e um anos.

A viagem foi realizada em quatro embarcações leves e de menor custo. Após explorar novamente as Antilhas, e atingir a costa do Panamá, Colombo regressou à Espanha, aportando em Sanlúcar de Barrameda, em 7 de novembro de 1504.

Com a morte de Isabel em 26 de novembro de 1504, extinguiu-se o que ainda restara do antigo prestígio de Colombo. Esse desprestígio político, contudo, não lhe acarretou dificuldades econômicas; seus últimos anos de vida foram passados na abastança, contrariando a lenda de que morrera na miséria.

Suas cotas de lucro não lhe foram negadas, porém, obstinado em reaver o título e o cargo que lhe foram retirados, recusou, em maio de 1505, a oferta do rei em legar-lhe, e a seus herdeiros, um lucrativo condado em Castela. Sua resposta ao monarca levava a marca registrada da petulância dos anos de prestígio: "...ou tudo ou nada!"

Sem sequer suspeitar do término do seu papel perante a Corte espanhola, Colombo continuou a segui-la em seus deslocamentos através das

diversas províncias. Reivindicava todos aqueles direitos constantes do contrato assinado antes da primeira viagem. Sua obstinação foi recompensada, embora ele próprio não mais pudesse desfrutar dos resultados. A morte finalmente o alcançaria no dia 20 de maio de 1506, na cidade espanhola de Valladolid.

Morrera esquecido; muitos poucos notaram-lhe o falecimento. Até mesmo o principal jornal da cidade — o *Cronicon de Valladolid* —, que costumava registrar os fatos mais corriqueiros, ignorara-lhe o passamento. E não foi só a cidade a ignorar-lhe a morte; a Corte Real também não tomou conhecimento dela, aliviada, talvez, da presença incômoda de Colombo, sempre a pleitear direitos perante a justiça.

A 19 de maio de 1506, véspera de sua morte, recebera a visita de Pedro de Hinojedo — notário público e escrivão da Câmara Real e de Província e Chancelaria de Suas Majestades, para retificar e aprovar o testamento feito em 25 de agosto de 1505.

Além de seus dois filhos e irmãos, de alguns frades franciscanos, de dois antigos companheiros de viagem, bem como de seus criados, mais ninguém assistiu aos seus últimos momentos.

Não havia mulheres em suas exéquias. Baixou à sepultura no convento dos franciscanos, de Valladolid. Mais tarde, em 1513, seus despojos foram trasladados para o Convento de Santa Maria de las Cuevas, em Sevilha, e daí para a Catedral de Santo Domingo, em Hispaniola — Haiti —, em 1540 (ou 1549), atendendo a desejo expresso do almirante.

Em 1796, com o advento do domínio francês no Haiti, o almirante Gabriel de Aristizabal levou os ossos de Colombo para Cuba, onde foram solenemente sepultados, na catedral de Havana, em 19 de janeiro de 1796.

Morto Colombo, seu filho Diego recebeu a patente de almirante e, três anos mais tarde, tornou-se governador de Hispaniola.

Ao desembarcar em Santo Domingo, na qualidade de vice-rei, um irmão de Beatriz Enriques, chamado Pedro de Arana, fazia parte de sua comitiva governamental. Ainda sobre a participação de Beatriz Enriques na vida aventureira de Colombo, convém transcrever uma de suas determinações no testamento de 25 de agosto de 1505, na qual solicita a seu primogênito e herdeiro Diego: "... para que tome as providências cabíveis, a fim de que Beatriz Enriques, mãe de Dom Fernando, meu filho, possa viver decentemente, como pessoa a quem tanto devo. E que isso se faça para desentargo de minha consciência, porque muito pesa em minha alma, por motivos que não seria lícito explicar aqui."

Segundo a historiadora Iliaria Luzzano Caraci, esta foi "... uma frase bastante sibilina, mas que deixa transparecer profundo remorso. Remorso por não haver casado com a mãe do seu segundo filho, ou por algum outro

motivo?”

Provavelmente por outro motivo, diferente do tratamento dispensado ao coração das mulheres que lhe povoaram a vida amorosa.

As páginas da biografia pessoal de Colombo não fazem referência a qualquer outra participação feminina em sua vida afetiva, após sua ascensão à fama e à fortuna, o que parece confirmar sua independência sentimental em relação às mulheres.

Poder-se-á, com quase certeza, vincular este remorso testamental à sua consciência religiosa, como expiação pelos anos vividos em pecado aqui na Terra.

Para quem, como Colombo, se julgava portador de uma missão divina neste mundo, era chegada a hora de justificar sua vida e seus atos perante Deus. Portanto, aquelas sofridas palavras devem ser levadas à conta de um relato puramente confessional, ao pressentir o fim da caminhada terrena.

Colombo, por certo, estava mais preocupado com sua própria ascensão à vida eterna do que com as premências de Beatriz Enriques. E constrangido também por ter de admitir, perante o Criador, a quebra da promessa de amá-lo sobre todas as coisas, subordinando-o à paixão pela conquista do mar-oceano e das fronteiras do mundo — seu verdadeiro ideal, sua devoção, sua razão de viver!

BIBLIOGRAFIA

- COLOMBO, Cristóvão. Diários da descoberta da América. Porto Alegre, L&PM Ed., 1984.
- ROMANO, Ruggiero. Mecanismos da conquista colonial. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- LOT, Marianni Mahn. A descoberta da América. São Paulo, Perspectiva, 1984.
- CARACI, Ilária Luzzana. Navegantes italianos. Madrid, MAPFRE, 1992.
- DURANT, Will. História da civilização. Rio de Janeiro, Record, 1959 (Tomo VI - A Reforma - Cap. XIII).
- PRAUSE, Gerhard. Os enigmas da história. São Paulo, Melhoramentos, 1973 (Capítulo II - Niemand hat Lolubus ausgelacht).
- CHIAVENATO, Júlio José. Colombo: fato e mito. Brasiliense, 1992.
- BARRETO, Augusto Mascarenhas. O português Cristóvão Colombo: agente secreto do rei Dom João II. Portugal (amadora), Referendo, 1988.
- WISENTHAL, Simon. Velas da esperança. São Paulo, Imago, 1992.
- CALMON, Pedro. História do Brasil. São Paulo, Nacional, 1939 (Vol. I).
- VARNHAGEN, Luiz Adolfo. História do Brasil. 10. ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.



TIRANO BANDEIRAS — UMA ESTÉTICA DENOMINADA ESPERTENTO

EDNA PARRA CÂNDIDO

A veces, en las tardes una cara nos mira desde el fondo de un espejo:
El arte debe ser como esse espejo que nos revela nuestra propia cara.

Borges

Em se tratando da hispanidade, nada melhor que trazer à baila uma obra e um autor que exemplificam perfeitamente essa integração. Don Ramón José Simón Valle Peña, verdadeiro nome de Don Ramón María del Valle-Inclán, autor da obra aqui estudada, nasceu em Pontevedra, Galícia, em 1866 e morreu aos setenta anos. Homem de personalidade controvertida, primeiro foi um tradicionalista, assumindo posteriormente uma posição revolucionária. Por isso sua obra se insere entre as obras dos autores modernistas e também entre as obras dos escritores da chamada Geração do 98, mais ocupada em discutir questões sociais que inquietudes estéticas. Ao escrever *Tirano Banderas*, Valle-Inclán utiliza um estilo tenso, dramático, que marca a busca, ainda que implícita, de reformulação ideológica — pensar Espanha por via latino-americana; distanciar-se da causa carlista para pôr os olhos no caudilho da América. Destaca-se, na obra, a presença da intra-história, aquilo que podia ter sido, mas não o foi.

Segundo Guilherme Díaz Plaja,¹ podem ser destacadas, dentro da obra total do autor, três etapas fundamentais: a *mística*, a *irônica*, e a *esperpêntica* ou *degradada*. Este estudo específico tratará da terceira etapa. Fazia já algum tempo, Valle-Inclán buscava escrever uma obra narrativa com características de obra dramática. Foi fundamental para a solução dessa questão ter presenciado a guerra na França. De dentro de um avião, ele pôde presenciar o conflito. Essa atitude insólita foi um dos fatores fundamentais para que trabalhasse no novo estilo que deveria dar à sua obra:

Edna Parra Cândido é professora de espanhol e escritora.

“a visão estelar.” Em primeiro lugar, a postura empírica do dramaturgo: distanciada, mas de cima, de um plano superior. Em segundo lugar, em função deste distanciamento, a narração fez-se imparcial, mediante a possibilidade dramática da indicação cênica: o olhar indiferente, porém imperioso.

De uso frequente no fim do século XIX, o vocábulo *esperpento* aparece em obras literárias de Juan Valera e de Galdós, romancistas com estilos literários diferentes. Entretanto, nas artes plásticas, já se tinha nomeado Goya como criador de uma arte grotesca (a pintura negra) que, modernamente, prefere-se classificar como pintura esperpêntica. É fato que Valle-Inclán admirava Goya profundamente. Além de sua pintura negra, há em especial, três pinturas de Goya muito citadas pelos autores que pesquisam o tema esperpento. Nelas, um espelho devolve a um janota ridículo, a uma mulher e a um militar a imagem de um macaco, de uma serpente e de um gato, respectivamente. Valle também tinha um grande entusiasmo pela obra de El Greco, admirava a forma com que ele reunia suas criaturas, colocando-as em um espaço tão reduzido na tela.

Cervantes e Quevedo, com seus estilos denigrativos e flagelantes, podem ser considerados como os grandes precursores, em Literatura, do *esperpento*. Cervantes mostra uma visão caótica do mundo e não vê, no castigo, a salvação individual. Já para Quevedo, a feiúra física é o testemunho da maldade moral. Por seu procedimento de estilização monstruosa, chega a ser impassível diante do desvario. De qualquer maneira, pode-se dizer que a tradição hispânica começa com Goya, como reflexo do grande crítico moral que foi.

Cabe, então, perguntar que é o *esperpento*. Valle-Inclán prefere utilizar a imagem dos espelhos côncavos e convexos que, mais que uma teoria abstrata, fazem-se muito concretos, pendurados como seguem, até hoje, na rua de Álvarez Gato, curta e sombria passagem entre a rua Cruz e Gorguera, em Madrid; espelhos nos quais viu distorcida, muitas vezes, sua estranha e singular figura.

Dois estudos, em especial, interessam para definir as características substanciais do *esperpento*. Emma Susana Piñero² alude à caricaturização dos personagens, transformados em bonecos, *fantoches* humanos, cujo fim consiste em marcar a sua vacuidade mental. Fica, no fundo, a dolorosa constatação de que os homens se estão convertendo em marionetes, porque se deixam manipular cada vez mais. Outra característica é a da *máscara* ou *careta*, que simboliza a negação do rosto e, por extensão, a negação de si mesmo, exacerbando sua inanidade e hipocrisia. Também alude a uma “fauna humana”, e chama-se *animalização*: o homem rebaixado à escala animal em suas características mais elementares. Constata que o ele-

mento mais característico é a “teatraleria”, definindo-a como o jogo de falsidade e covardia que aparece nas obras denominadas esperpênticas. Mas, sobretudo, o que domina é a presença da morte. Uma morte deformada, real ou evocada nas características inspiradoras das personagens.

Já Manuel Bermejo Marcos³ cita a *deformação sistemática* da realidade. Retorcendo a figura, aparecerá não só a imagem deformada, como também aquilo que está escondido sob as “virtudes nacionais”, expondo tudo que há de risível, que não é autêntico, que é negativo na condição humana. Outra característica é a do *humor* e da *sátira*, que se verificam de maneira mais acusada (ou **acurada**), uma vez que o jogo de contrastes violentos passa do comentário jocoso a uma ironia intencionada, terminando, muitas vezes, no mais cruel sarcasmo. Também acusa a *liberdade de forma*, as *máscaras* deformadoras, o constante *rebaixamento da realidade*, a presença incômoda da *morte* e de um *mundo irreal*. Por fim, alude ao *desgarro lingüístico* do escritor, à utilização de uma linguagem peculiar, de gírias, de um falar “acanhado”, que não adquire, em Valle-Inclán, o caráter menor ou vil.

A obra tem como protagonista um ditador de um utópico (ou hipotético) país latino-americano. O general Santos Banderas é um déspota que manda fuzilar os rebeldes, os revolucionários que anseiam criar um país mais democrático, levados pela causa indigenista. O tirano é, a bem da verdade, um demente que, ao ver que é iminente sua derrota, mata sua própria filha com quinze punhaladas, para que ela não sofra humilhação diante do inimigo que se aproxima. Com um fim não menos trágico, de gosto expressionista, o general morre crivado de balas e seu corpo, feito em pedaços, é distribuído em diversos pontos do país. Instaure-se a “democracia” na América Latina, “agraciada” com o troféu fragmentado da carne do tirano.

Podem ser encontradas na obra a causa indigenista e a questão do caudilho, vistas não pelo oprimido nem pelo opressor, mas pelo demiurgo, com toda sua superioridade. Faz-se aí um retrato síntese do ditador latino-americano, como se um mosaico de situações se condensasse em uma só delas, além de estabelecer-se uma oposição binária, descrita com o máximo de imparcialidade, beirando à cruzeza, frieza impessoal do narrador-criador. *Tirano Banderas* se caracteriza pela sucessão de quadros múltiplos e por uma forte impressão de fragmentarismo. Valle-Inclán realiza aquilo que, mais tarde, plasmará Antonio Buero Vallejo em sua obra dramática *El tragaluz*. Apresenta um cenário múltiplo, no qual os acontecimentos se sucedem rapidamente, ou são a soma de episódios em sincronia.

A seguir, dão-se alguns exemplos de técnica esperpêntica, por meio de alguns fragmentos da obra, aqueles que assinalam suas características

mais significativas.

O *teatro de títeres* vira a sensação, no teatro, no princípio deste século. Mallarmé e Anatole France descobrem o valor das marionetes; na Espanha; Jacinto Benavente havia escrito, em 1892, para o teatro de bonecos, e em 1909 inaugura um projeto de representação para crianças. Esses fatos acabam influenciando Valle-Inclán. Partindo da farsa e da exageração, o autor termina por despersonalizar a personagem, até o ponto de convertê-la em um simples fantoche articulado. O autor se assemelha a um saltimbanco, manejando num retábulo seus bonequinhos de papelão e madeira. Filomeno Cuevas, uma das personagens, ordena: “soltar algún balazo y dejar títere sano”; (p. 5) o Cabo de Vara “era mulato, muy escueto, com automatismo de fantoche”; (p. 181) o Ministro do Japão tem “una movilidad rígida, de muñeco automático, un accionar esquinado de resorte, una vida interior de alambre en espiral.” (p.251)

O narrador também opta por deformar, preferencialmente, o exterior. Para isso, desumaniza determinadas personagens e cria a animalização do humano. Doña Lupita tem “ojos oblicuos de serpiente sabia”, (p. 38) Tirano Banderas caminha com “paso menudo de rata fisgona”; (p. 208) Don Cruz é “amacacado y vejete”; (p. 207) Nacho Veguillas tem “ojo de carnero”; (p. 100) Don Celestino Galindo “carcareo”; (p. 21) o Ministro do Japão produz “flébiles aullidos.” (p. 252)

Valle-Inclán mostra-se inexorável ao despojar os homens de suas prerrogativas como seres humanos, e dotá-los de características de bestas. Porque o animal é um ser naturalmente mesquinho, dada a sua necessidade maior, a de sobreviver, ele usa sua imagem, adequando-a ao homem para marcar, neste, seu caráter e conduta egoístas, abjetos.

Entretanto, enquanto o homem se embrutece, os objetos se animam, expressando às vezes sentimentos humanos, e os animais se humanizam. Dá-se a *animização dos objetos e a personificação dos animais*. O cachorro Merlín, do Barão de Benicarlés, é “Primer secretario”, (p. 31) o gato de Quintín Pereda “trancendía el absurdo de parecerse a su dueño”; (p. 70) o cachorro de Zacarías se vê “sacudido com humana congoja.” (p. 160) aparece em cena um “piano hipocondríaco.” (p. 87) Outras vezes esses mesmos animais adquirem importância singular dentro da obra, valorizados pela “humanidade” e poder que manifestam. É o caso do cachorro Merlín, o “primeiro secretário”, que recebe tanto privilégio de seu dono, que termina por provocar uma observação ridícula e cômica por parte de um visitante da casa:

“... usted no es todavía el Ministro de España (...) Pero hay un medio para que usted lo sea, y es solicitar por cable mi traslado a

Europa. Yo apoyaré la petición, y le venderé a usted mis muebles en almoneda.

— ? *Incluido Merlín para consejero?*”

Existem duas formas de analisar essa intervenção: ou se trata de uma brincadeira, e neste caso a ironia da personagem conforma a representação dentro da representação: os atores a serviço do demiurgo — ou o inverossímil, encarado como uma realidade palpável dentro da ficção, termina arrancando o leitor da ilusão artística a que estava sujeito, remetendo-o à artificialidade da circunstância. Nos dois casos, rompe-se o “feitiço” da ficção.

Outra característica é a *deformação depreciativa*. Quase sempre beira o naturalismo, avançando nas figuras retóricas. Não há piedade. O barão de Benocarlés, metáfora de uma Espanha decadente, é Isabelita, “aquella matrona entrada em carnes”; (p. 223) Fray Mocho é um “viejale com mugre de chupatintas, picado de viruelas y gran nariz colgante”; (p. 59) uma indefesa avó ostenta “los ojos carbones y el naso dantesco.” (p. 157)

Na linguagem se surpreende a desestima por tudo, com raríssimas exceções. A isso se pode nomear a *visão oblíqua* — um *menosprezo* generalizado. Encontram-se, em *Tirano Banderas*, várias criaturas não individualizadas, não existindo senão em um respirar coletivo — um protagonismo coletivo — uma massa informe intuída. A coisificação e a animalização seguem percorrendo o seu caminho, para reafirmar o niilismo do autoritarismo e da manutenção das massas subjugadas. Assim é que o autor se refere à população de maneira vaga, quase como se fosse um apêndice da natureza: “Vistosa ondulación de mulatas.” (p.58)

Em Valle-Inclán, o caminho para a representação das gentes passa pela despersonalização: provocar a desrealização do sujeito como condição primeira para emergência da massa. Quer com isso chamar o leitor à razão, no que se refere à resignação incômoda do homem diante dos desígnios do poder, da arbitrariedade. Por isso, rebaixa tudo a um mesmo nível originário. Em uma mesma linha se encaixam dominante e dominado:

1 - “Ao cruzar el claustro, un grupo de uniformes que choteaba en el fondo, guardó repentino silencio.” (p. 44)

2 - “En la calle una tropa de caballos acuchillaba a la plebe ensabanada y negrusca.” (p. 50)

3 - “La patrulla de fusiles desaparecía com los dos prisioneros.” (p. 109)

4 - “La marejada tumultuada del gentío, bajo la porra legisladora de los gendarmes abría calle ante las puertas del Circo.” (p. 49)

5 - “La pelazón de indios hacía rueda en torno de las farolas y retretas

que anunciaban el mitin.” (p. 51)

6 - “Circula en racimos la plebe cobriza, greñuda, descalza.” (p. 83)

As palavras que funcionam como núcleo sintagmático: “fila”, “trinca”, “tropa”, “marejada”, “pelazón” e “plebe” exemplificam o olhar depreciativo. A afronta se corporifica nas metonímias inclementes, referidas ao conceito de soldados, tratados como “caballos” ou “uniformes”, e se faz mais cortante no primeiro caso, com a presença do qualificativo “negrusca”, diminutivo utilizado para desvalorizar a raça que se rende ao jugo. A impiedade se exacerba com a comparação dos soldados com “patrulla de fusiles”, na qual o determinante “fusiles” rebaixa o humano à qualidade de objeto, mas objeto que fere, destrói.

A *superação da dor e do riso* é outra característica do *esperpento*. Um sentimento estóico percorre a narrativa e deixa o leitor perplexo. Onde deveria haver dor, desespero, existe comedimento, raciocínio, ação. No Forte de Santa Mónica, lugar em que estão encarcerados os revolucionários, junto a toda espécie de delinqüentes, até que se cumpram suas sentenças de morte, encontra-se um presidiário que, ao olhar o mar que balança os cadáveres de ex-companheiros contra a muralha da prisão, considera com uma alarmante desídia o que aos olhos do leitor choca: “! Los Chingados tiburones ya se aburren de tanta carne revolucionaria y todavía no se satisface el cabrón Banderas! !Putá madre!” (p. 184) Valle-Inclán é caprichoso demiurgo. Joga arbitrariamente com suas criaturas. Ambos estão por cima das emoções mais estremecedoras, um como aquele que manipula o fio, e o outro por não ser mais que um ator oco, um fantoche.

Já a *morte* é presença constante na obra esperpêntica de Valle-Inclán. Ela percorre a trama como besta incontrolável, realimentando-se em um afã interminável. Segundo o dicionário de Chevalier,⁴ a morte tem várias significações. Como libertadora de penas e angústias, não tem um fim em si mesma. É um caminho que leva o espírito à vida verdadeira. Para os esotéricos, simboliza a mudança profunda que o homem sofre para obter sua iniciação: morrer e renascer em uma vida superior. Em sentido geral, a figura da morte sempre expressa luta, mudança, evolução. Também simboliza desilusão, separação, estoicismo, desalento, pessimismo.

Esta última aceção tem interesse particular para este estudo, porque parece reafirmar o que, em *Tirano Banderas*, quer plasmar Valle-Inclán: um abatimento de ânimo, uma prostração, um descrédito no homem. Mais que a reabsorção no nada, ou o retrato da morte individual, a morte ameaça a destruição espiritual. O repulsivo de um menino devorado pelos porcos, a frieza e o cálculo do homicídio de Quintín Pereda, o filicídio por mãos do Tirano, a insígnia fragmentada do seu cadáver, prêmio da crueldade vencida pela barbárie, querem mostrar à humanidade que o homem é as-

sim, e não há remédio contra essa realidade. Por baixo de sua capa de rebeldia, o escritor encerra uma atitude estoica diante da vida. Concebe uma personagem diante da morte com passiva objetividade:

...Como a los tiburones ya les estomaga la carne revolucionariam tendrán que darnos tierra a los que estamos esperando vez (...)
— *?Es de muerte su sentencia, mi viejo?*
— *Pues ? Conoce outra penalidad más clemente el tigre de Zamalpoa? ! De muerte!*"

A estrutura circular da obra, cuja trajetória a morte percorre infatigável, corrobora a afirmação do autor: a insistência no ato não quer mais que confirmar que a maldade e o egoísmo humanos, assim como os ritos de iniciação da morte, sempre voltarão a repetir-se, porque assim é o mundo, e o homem, mais que uma criatura imperfeita, é um ser *esperpéntico*.

A *superstição*, como tema, também segue uma diretriz *esperpéntica*. Valle-Inclán escreve com desenvoltura sobre isso, porque é filho de uma terra em que abunda a crença na magia, no fetiche. É bom lembrar que cresceu ouvindo muitas histórias que lhe contava, a esse respeito, uma antiga criada da casa. Os galegos ainda hoje conservam em parte, as crenças supersticiosas tão particulares dos camponeses. Ainda se crê nos maus espíritos, nas meigas, nas fadas más, nos encantos, nos presságios; todo o conjunto que possa contribuir para manter vivo esse tipo de mentalidade entre as pessoas simples da Galícia.

Muito característica na obra de Valle-Inclán, desde suas primeiras obras, a *superstição*, em *Tirano Banderas*, se manifesta acentuadamente na figura de Zacarías el Cruzado. O pequeno filho morto, com parte do corpo devorada pelos porcos, segundo sua crença, serve-lhe de salvo-conduto. Por isso ele seguirá perambulando com aquela carne podre em seu alforje, enegrecido de moscas, sangrento, lutando pela causa da revolução, até crer que está a salvo:

"Mi jefesito, en este alforjín que cargo en el arzón van los restos de mi chamaco. !Me lo han devorado los chanchos en la ciénaga! No más cargando estos restos, gané en los albures para feriar guaco, y tiré a un guachupín la mangana y escapé ileso de la balasera de los gendarmes. Esta noche saldré bien en todos los empeños." (p. 18)

O autor vai, devagarinho, levantando o véu e mostrando ao leitor que não há solução para o conflito, em um mundo cujos valores são tão arbitrários e cujas consciências são tão envilecidas pela brutalidade huma-

na.

A escrita esperpêntica se caracteriza pelo abandono da ilusão e pela paralisia da vontade. Entretanto, estriba-se na falta de dignidade de uma personagem tornada boneco, a quem falta, além do mais, auto-compaixão. Ou seja, que ele percebe sua própria agonia como se fosse outro, e ainda com humor; sua sensibilidade, diante da dor, é igual a de um titereiro diante dos seus bonecos. Ele acaba por ridicularizar seus próprios sentimentos pela veia sarcástica do narrador ou por sua própria atuação.

Valle-Inclán serve-se do esperpento para fazer ver o leitor a pequenez, a falsidade e o ridículo de uma realidade que se alcança ver com as lentes da sátira e da amargura. Porém, mais que as ações, são as palavras que dignificam a obra, âncora de salvação a que se agarra: nas virtudes secretas da palavra encontra a única saída no naufrágio esperpêntico de todas as coisas.

Intensificando, deformando, mostrando a caricatura, o esqueleto, Valle-Inclán parte do expressionismo (exagero) ao *esperpento* (deformação grotesca, ridícula, desiludida, intencional). Ambição, avareza, hipocrisia e idealismo são temas pelos quais passeia a retórica enfática do autor, árbitro, por fim, neutro e objetivo. Faz História e crítica da História, mas não uma crítica panfletária, senão arte essencialmente plástica, estética. É, como o chamou Pedro Salinas, 5 “estranho moralizador, sem sermão nem sentenças.” Condensação de fatos palpáveis, a novela é chamada por Carmen Iglesias, 6 em estudo sobre a obra, como novela sínteses: “síntese de todos os generais latino-americanos, de todas as suas revoluções, de todos os dialetos da América Latina. Simplificação de elementos recolhidos da realidade, as formas se reduzem a geometrias, as qualidades mais acessórias adquirem valor simbólico, as pessoas se transmutam em tipos, os impulsos generalizam, e tudo isso assistido pela figura concludente da morte, sob sua variável e mutante máscara.

O tecido de *Tirano Banderas* é, paradoxalmente, enxuto e plástico, duro e lírico, cru e arrebatador. Lugares retóricos, alusivos, superioridade da dor sobre o homem que a suporta, desventura. Eis aqui a carga nova que a palavra esperpento adquire na obra de Valle-Inclán, cujo gênio só consegue penetrar totalmente aqueles que têm (e aqui tomo emprestadas as palavras de Alfonso Reyes), “vinte séculos de literatura na alma.” 7 Valle adianta-se ao seu tempo, sua proposta antecipa a base teórica da estética surrealista: em dias difíceis e medíocres, a linguagem, como arma para mudar a realidade, será declarada impotente. A única forma de subversão possível será a subversão da linguagem.

NOTAS

- 1 DÍAZ PLAJA, Guilherme. Las doctrinas estéticas. In: Las doctrinas estéticas de Valle Inclán II. Estudios y ensayos. Madrid, Gredos, 1972, p. 98, 131-132.
- 2 SPERATTI PI'NERO, Emma Susana. De sonata de otoño al esperpento. (aspectos del arte de Valle-Inclán). Colección Támesis, série A-monografías, XI Londres, Támesis, 1968, p. 147-163.
- 3 BERMEJO MARCOS, Manuel. Valle-Inclán: introducción a su obra. Salamanca, Anaya, 1971, p.133.
- 4 CHEVALIER, Jean, GHEEBRANT, Alain. Diccionario de simbolos. Versión castellana Manuel Silva, Arturo Rodriguez. Barcelona, Herder, 1986, p . 731-732.
- 5 SALINAS, Pedro. Op. cit., p. 244.
- 6 IGLESIAS, Carmen. El "esperpento" en la obra de Valle-Inclán. Cuadernos Americanos, v. XVII, mayo-junio, 1959, p. 263.
- 7 ZAMORA VICENTE, A. Op. cit., p. 147.

ADÉLIA PRADO EM BAGAGEM: A MULHER E ALGUMAS DE SUAS FACES

EDNA PARRA CÂNDIDO

A História da mulher é a História que encerra em si o maior número de vítimas e o maior tempo de luta jamais visto entre as histórias de luta da humanidade. Ela nos tem mostrado que nem sempre a mulher foi considerada segundo os mesmos valores, e que mais que a diferença das culturas, a transformação por que o mundo veio passando e a sua própria luta vieram incutindo novas visões e novos matizes à idéia sobre ela formulada. Fala-se, inclusive, da “mulher sem história”,¹ uma vez que ela não pôde conscientemente ajudar a escrevê-la, através dos tempos.

Vale mostrar aqui a força e a marca de alguns homens singulares no seu tempo, mas que, de modo tão infeliz, compactuaram, de forma consciente ou não, para a condição de a mulher chegar, a certa altura, aos níveis que chegou. Para isso cooperaram alguns juízos largamente difundidos. Platão alertou: “Os homens covardes, que foram injustos durante sua vida, serão muito provavelmente transformados em mulheres quando reencarnarem.”² Já Aristóteles argumentava: “A fêmea é fêmea em virtude de certa falta de qualidades. A mulher é mais vulnerável à piedade. Ela chora com mais facilidade, é mais chegada à inveja, à lamúria e à injúria, (...) Tem menos pudor e menos ambição. É menos digna de confiança ...”³ O apóstolo são Paulo a considerava preponderantemente sexual e culpada pelo pecado original. Tal pensamento foi fundamental para a Igreja e, pela voz de são Tomás de Aquino, ganhou força e complemento:

“A mulher é um ser accidental e falho. Seu destino é o de viver sob a tutela do homem. Sobre si mesma ela não tem autoridade alguma. Por natureza a mulher é inferior ao homem em força e dignidade, e por natureza lhe está sujeita, pois no homem o que domina, pela sua própria natureza, é a facilidade de discernir, a inteligência.”⁴

Edna Parra Cândido é professora de espanhol e escritora.

Observando, porém, o curso dos fatos e a relação da mulher com o mundo, no que diz respeito à sua importância como ser humano, aos seus sentimentos e as suas aspirações, constata-se que a luta é a sua melhor bandeira. Por meio dela, verdades consideradas irreversíveis foram caindo por terra, adaptadas ao novo tempo que se impunha.

Mas vamos ao fato literário: os poetas, ao longo da História, bem que tentaram aprisionar o “ser” mulher. Questionaram o objeto de desejo, repetiram velhos refrões anti-femininos, funcionaram como seus “portavozes”, sofreram a “coita”, a distância, colocaram-se em papéis femininos, problematizaram a sua sexualidade, enfim, tentaram alcançar tudo aquilo que lhes é alheio. Tema dos “demodés”, segundo uma certa vertente de intelectuais, o amor sempre rondou essas tentativas, mais tentativas pelo “resvalar” a alma feminina que pelo literário incontestável que têm.

A mulher, como objeto do discurso amoroso, num dado momento liberta-se do modelo de amor platônico, sobrevivente na literatura por obra de uma “Vênus-pagã” transformada em “Virgem Maria”, intocável, inacessível e pura. O poeta desentranha de si o frustrado objeto e a ele se refere. Prevalece então a mulher que seduz e que é verdadeiramente seduzida. Manuel Bandeira verseja:

*Vou-me embora pra Passárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei.⁵*

Vinícius de Moraes assim eternizou o seu ideal de mulher: “Uma mulher ao sol sobre quem me debruce/ Em que beba e a quem morda e com quem me lamente/ E que ao se submeter se enfureça e soluce.”⁶

A comprovação mais remota da primeira tentativa de desvelar o “eu lírico” feminino pela pena de um homem acontece com as cantigas de amigo, de possível influência árabe, que florescem em Portugal nos séculos XII a XIV. De lá para cá, muito se “pecou”, por ver-se na mulher apenas uma de suas faces. Olavo Bilac compôs estes versos: “(...) morde! Que é doce a dor/ Que entra as carnes e a tortura! Beija mais! Morde mais! Que eu morra de ventura morta por teu amor.”⁷ Por meio do “eu lírico” feminino se faz o “eu lírico” masculino suplicante. Affonso Romano de Santana⁸ comenta:

“Embora o corpo masculino esteja ausente, a voz que fala pela mulher é a voz masculina (...). O corpo da mulher também é o campo de exercício do poder masculino. O homem, então, fala sobre a

mulher, pensando falar por ela. Descreve seus sentimentos, pensando descrever os dela. Imprime, enfim, o seu discurso masculino (muita vez machista) sobre o silêncio feminino”.

Com o respaldo literário de uma geração de escritoras respeitadíssimas que apareceram na década de 20, como Cecília Meireles, ou Henriqueta Lisboa, na década de 30, o discurso feminino adquire força sobretudo na década de 70, principalmente no que tange à temática do erotismo. Ao emergir do silêncio relativo a que a História o impôs, o discurso surge próprio, singular. A mulher fala das questões sociais, existenciais, políticas, morais, põe em “xeque” questões como o sexo, quebra a sintaxe tradicional, burla com os valores instituídos. Lamentando os papéis que lhe cabem ou libertando-se deles, ei-la produzindo, sendo. Em meio a uma leva de poetas ora femininas, ora feministas, algumas reconhecidamente de valor, dá-se a conhecer, em meados de 1975, uma mulher essencialmente simples, telúrica, extremamente lúcida, sensível e de refinada cultura, a despeito de sua condição de interiorana, conscientemente assumida. Seus versos chegam às mãos dos críticos e os envolvem e emocionam pela verdade e pela qualidade. É Adélia Prado — que vem para imprimir uma marca singularíssima na Literatura Brasileira.

A poeta dá ao público a primeira coletânea de seus trabalhos em poesia em 1976, sob o título de *Bagagem*.⁹ Mineira madura, fã confessa de Fernando Pessoa, Guimarães Rosa e Drummond, consagra seu primeiro poema a este, parafraseando-o, assinalando, contudo, a sua particularidade:

*Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não acho que sou tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
(dor não é amargura).
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,*

*sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
Mulher é desdobrável. Eu sou. (p. 19)*

Sem segredos, véus e desejos incógnitos, a mulher A.P. procura re-tratar-se da maneira mais fiel possível, despojada de toda afetação que possa cercar sua condição de mulher culta, de aguda percepção:

*Aos domingos bato o osso no prato pra chamar o cachorro
e atiro os restos.
Quando dói grito ai,
Quando é bom fico bruta,
as sensibilidades sem governo. (p. 20)*

O erotismo acontece, para A.P., da forma mais natural possível, quase que instintivamente. O sentimento físico, em seu estado puro, é então aprisionado pelo consciente e, num primeiro momento, transforma-se, ganha um nome, personaliza-se: “Entre as pernas geramos e sobre isso/ se falará até o fim sem que muitos entendam:/ erótico é a alma.” (p.66)

Entretanto, o real valor do erotismo se foi subvertendo pela ótica das várias instituições. Para a Igreja, portanto sob o ponto de vista religioso, a relação é a de sexo e pecado. Para a “polis” — o Estado, o poder civil, sob o ponto de vista moral —, a relação que se instaura é a de sexo versus moralidade. Para a Ciência, a relação vista é a patológica: normal/anormal, visão que persiste até hoje, talvez mais intensa que as outras duas visões, instituição mais em voga. A.P. não deixou de se posicionar sobre isso. Católica fervorosa, cidadã respeitável, mulher que se dobra à importância da Ciência, pondera sobre esses três valores.

A partir de Darwin e Comte, a Ciência tomou o erotismo como objeto de observação, classificando-o, segundo os seus critérios, em “normal” ou “periférico”; o normal como prática saudável e o periférico como perturbação do instinto. A.P. toca sutilmente no tema:

*Vamos dormir juntos, meu bem,
sem sérias patologias.
Meu amor é este ar tristonho
que eu faço pra te afligir,
um par de fronhas antigas
onde eu bordei nossos nomes
com ponto cheio de suspiros. (p. 96)*

A moral repressora e poderosa de nossa cultura ocidental insiste em tratar o cidadão como assexuado. Para isso, contribui a idéia difundida dos parceiros sexuais extremamente comedidos, cômicos de suas obrigações matrimoniais, racionalmente controladas. Lúcia Castelo Branco, em *O que é erotismo*, 10 observa: “O que parece ferir os pudores é sobretudo a proposta de um erotismo feliz, despojado e dispendioso, avesso, portanto, à sexualidade culposa, torturada e econômica de nossa civilização ocidental.” Essa idéia fica patenteada no poema *Confeito*, no qual A.P. argumenta em favor de um erotismo menos institucionalizado: “Quero comer bolo de noiva,/ puro açúcar, puro amor carnal/ disfarçado de corações e sininhos.” (p. 101)

A religião é fundamental na vida de A.P., embora difira da visão generalizada, difundida pela Igreja, no que diz respeito ao erotismo. Ronaldo Vainfas, em *Casamento, amor e desejo no ocidente cristão*, 11 fala-nos de uma verdade e uma prática que parece ainda ser bastante comum em nossos dias:

“Os teólogos da Baixa Idade Média instituíram o que julgavam ser um privilégio feminino: o homem poderia manifestar-se claramente quando desejasse a sua mulher; esta, porém, deveria eximir-se de tal solicitação, ficando o marido obrigado a decifrar no semblante de sua esposa, a vontade do ato carnal.”

A “vontade do ato carnal” assim se realiza no “eu lírico”, inocente e desprovido de valores pré-estabelecidos: “Meu amor é assim, sem nenhum pudor./ Quando aberta eu grito da janela/ — ouve quem estiver passando —/ ô fulano, vem depressa.” (p. 100) A sexualidade, portanto, é forte presença. Constante e essencial, marca a mulher com seu valor incontestável: “... é em sexo, morte e Deus,/ que eu penso invariavelmente, todo dia...” (p. 85)

Sexo e Deus não são pensamentos dissociados... Convém, entretanto, conhecer um pouco da relação da poeta com Deus, antes de se enfeixar as duas idéias. A mulher Adélia encara Deus como ser primordial, sustentáculo que a mantém lúcida, serena diante da fatalidade. Ele é a resposta ao inefável. É o seu amor maior e primeiro. Aos seus desígnios se dobra, persuadida de sua potencialidade incontestável: “O espírito de Deus, movendo o que lhe apraz,/ move a moça (que jurei não ser poeta).” (p. 47)

A relação entre Deus e os homens pode apresentar-se de duas formas: a subjugante, institucionalizada, de medo e de obediência, ou a de cumplicidade, de amor e de respeito. Uma é produto da consciência ingênua; a outra é produto da consciência crítica. Sobre essas duas visões A.P. ensina:

*De dentro da geometria
Deus me olha e me causa terror.
Faz descer sobre mim o incúbito hemiplégico.
Eu chamo por minha mãe,
me escondo atrás da porta,
onde meu pai pendura sua camisa suja,
bebo água doce e falo as palavras das rezas.
Mas há outro modo:
se vejo que ele me estreita,
penso em marcas de cigarros,
penso num homem saindo de madrugada pra adorar o Santíssimo,
penso em fumo de rolo, em apito, em mulher da roça
com o balaio cheio de pequi, fruta feita de cheiro e amarelo.
Quando Ele dá fé, já estou no colo d'Ele,
pego sua barba branca,
Ele joga pra mim a bola do mundo,/ eu jogo pra Ele. (p. 79)*

Em vez de o homem tornar-se santo, Deus corporifica-se, tornado humano, evocado pelo pensamento das coisas palpáveis, concretas, pelas sensações mais simples e pela devoção sincera. Essa é a relação sadia que a poeta tem com Deus.

Deus e sexualidade. Estes dois temas têm, na vida de A.P., uma relação estreita, harmoniosa, sadia, difícil, às vezes, de ser entendida pelo senso comum, pelo cristão convencional. A religião na vida de A.P. é tão natural quanto a relação erótica com o seu corpo, e o maior respaldo para este raciocínio não são teorias. É sua poesia limpa, clara, cheia de sabedoria.

*Pode-se compreender de novo
que esteve tudo certo, o tempo todo,
e dizer sem soberba ou horror:
é em sexo, morte e Deus,
que eu penso invariavelmente, todo dia.
É na presença d'Ele que eu me dispo,
e muito mais, d'Ele que não é pudico
e não se ofende com as posições no amor. (p.85)*

Nascida em Divinópolis, Minas Gerais, onde até hoje reside, A.P. faz a apologia do viver simples, sem grandes ambições materiais ou intelectuais, exatamente como ela é. A sua característica mais marcante é a religiosidade. Católica praticante, ela às vezes parece destoar das poetas

deste novo tempo, em que todos os valores estão sendo questionados. A sua poesia pura, destituída de presunção, é o que de mais autêntico se pode achar na literatura feminina atual do Brasil. Sobretudo é a concretização de uma nostalgia pelo tempo perdido e pela inocência de um viver sadio, interiorano e rico em fé. Um estilo de vida que transpassa a mulher e vai para uma folha de papel:

*Seria tão bom, como já foi,
as comadres se visitarem, nos domingos.
Os compadres fiquem na sala, cordiosos,
pitando e raspando a goela. Os meninos,
farejando e mijando com os cachorros.
Houve esta vida ou inventei?
Eu gosto de metafísica, só pra depois
pegar meu bastidor e bordar ponto de cruz,
falar as falas certas: a de Lurdes casou,
a das Dores se forma, a vaca fez, aconteceu,
as santas missões vêm aí, vigiai e orai
que a vida é breve. (p. 43)*

Nada é mais gratificante à mulher atuante que fazer a história da humanidade por obra e mãos. E nada lhe é mais caro que perpetuá-la por meio de suas próprias palavras, de sua aguda sensibilidade.

O futuro acena com uma parcela razoável de respeito em relação ao crescente trabalho que a mulher vem desempenhando no meio literário. Nesse contexto, a meio lapidar, propositadamente, figura A.P. com sua extraordinária poesia carregada de religiosidade latina, de um modo de entender a natureza com largueza e caráter.

Andam de mãos dadas na sua poesia a atitude crítica em relação aos valores pré-estabelecidos, o amor à tarefa bem feita, exata, a precisão de termos, a espontaneidade e a graça no dizer. Pela sua escrita resgata-se o conceito de família como molécula de amor e de humanidade, e o mundo, por meio de seu verso, se torna mais ameno. A notoriedade não lhe modificou o cotidiano. E é A.P. quem fecha com sua palavra mansa, mas incisiva, este rápido comentário que dificilmente alcança o valor do lírico:

*Eu fiz um livro, mas oh meu Deus,
não perdi a poesia.
Hoje depois da festa,
quando me levantei para fazer café,
uma densa neblina acinzentava os pastos,*

*as casas, as pessoas com embrulho de pão.
O fio indesmanchável da vida tecia seu curso.
Persistindo, a necessidade dos relógios,
dos descongestionantes nasais.
Meu livro sobre a mesa contrapontecava exato
com os pardais, os urinóis pela metade,
o antigo e intenso desejar de um verso.
O relógio bateu sem assustar os farelos sobre a mesa.
Como antes, graças a Deus.¹²*

NOTAS

- 1 MORAIS, Vamberto. A rebelião das mulheres — a mulher até a revolução francesa. In: A emancipação da mulher. 2ª. ed. (s.l., s.ed., s.d.). cap. VI, p.115.
- 2 ALAMBERT, Zuleika. Antecedentes históricos. In Feminismo - o ponto de vista marxista. São Paulo, Nobel, 1986, p. 2.
- 3 Ibid., p. 2.
- 4 Ibid., p. 4.
- 5 SANT'ANNA, Afonso Romano de. O canibalismo amoroso. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 230.
- 6 Ibid., p.281.
- 7 Ibid., p. 76.
- 8 Ibid., p. 10-11.
- 9 PRADO, Adélia. Bagagem. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- 10 BRANCO, Lúcia castelo. O que é erotismo. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 58.
- 11 VAINFAS, Ronaldo. Casamento, amor e desejo no ocidente cristão. São Paulo, Ática, 1986, p. 39 (Série Princípios).
- 12 PRADO, Adélia. O coração disparado. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p. 85.

HISTÓRIA E FICÇÃO — A FIGURA DE PAULO SETÚBAL

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER

De uns tempos para cá tenho me preocupado muito com o fato de que homens e mulheres de valor incontestes no campo da História e da Historiografia têm sido esquecidos. É como se não tivessem existido, e quando muito passam a ser nomes de ruas ou prédios. Ou, então, designam salas de aula, anfiteatros, etc. Quem lembra de Eurípedes Simões de Paula, Nícia Vilela Luz, Reynaldo X. C. Pessoa? Para ficar nestes nomes que são próximos a mim, certamente em Vitória se passa o mesmo que em São Paulo, quiçá no mundo. Há dois outros historiadores que são, acima de tudo, grandes professores e que também não têm merecido destaque por suas atuações na Universidade Brasileira; em especial na paulista e, dentro dela, na Universidade de São Paulo. Refiro-me a Odilon Nogueira de Matos e Eduardo D'Oliveira França.

Eduardo D'Oliveira França, quando analisou, em 1952, o livro *Teoria geral da História*, de José Honório Rodrigues, depois de ressaltar a importância da publicação para o desenvolvimento da historiografia brasileira, diz e eu transcrevo: "(...) No estudo da idéia de história, José Honório Rodrigues repõe ainda uma vez o problema da cientificidade da História. Debate já cansativo. As respostas têm que flutuar conforme a concepção de ciência de cada um. E essa concepção não está cristalizada. Se Ciência é, por exemplo, conjunto sistemático de leis, a História não é Ciência. Se corpo de conhecimentos obtidos através de método científico-experimental, também não. Mas se o que caracteriza a Ciência é a preocupação com a realidade, o controle da veracidade das informações, a fidedignidade dos métodos, a intenção de compreender os fatos pelos porquês, então não há negar-se cientificidade à História. Não é um fichário fotográfico de narrações fiéis, mas busca para além da pura objetividade estreita, pelo uso da inteligência, inferir liames explicativos que solidarizem os fatos. Aliás, José Honório Rodrigues colocou com exatidão o problema ao rastreá-lo

José Sebastião Witter é professor-doutor da USP e diretor do Museu Paulista.

através das filosofias.

‘Mas que importa afinal que a História seja ou não ciência? E que todos concordem com isso? Foi o cientismo do século XIX que pretendeu aristocratizar certos conhecimentos com o epíteto de científicos, como se os demais fossem plebeísmos da cultura. Ciência ou não, a História mostra o homem ao homem. Para os historiadores é Ciência. É, e está acabado. Como se dissessemos: bonita ou feia, leviana ou virtuosa, quero casar com ela. Se você não gosta, não pense nela. E se não crê, trate de sua vida, que dela me encarrego eu.’ (Revista de História, v. 3, p. 117, 1951)

Era este um momento muito especial deste debate e toda luta das diferentes correntes de idéia, buscavam encontrar o chamado “verdadeiro rumo” da Ciência histórica.

Ao lado de tantos outros trabalhos realizados e publicados, busquei em dois autores um pouco de dados para tratar da História e dos ramos da ficção a que esteve ligada. Em especial à Literatura e à novela ou romance e, na seqüência, tentar resgatar um pouco a figura de Paulo Setúbal, que ocupou um lugar de destaque na vida intelectual de São Paulo e do Brasil, hoje praticamente não tem sua obra em muitas bibliotecas da capital e até mesmo na USP. Os autores a que me referi são Carlos M. Rama e a obra *La historia y la novela*, Madrid, 1975 e Robin W. Winks (editor), *The historian as detective, Essays on evidence*, Harper and Row, publishers, New York, London, 1968.

Robin W. Winks, na introdução de seu livro, diz (eu traduzo, recriando) que: “...o historiador coleta, interpreta e então expõe suas evidências por métodos que acabam por não ser tão diferentes daquelas técnicas empregadas pelo detetive, ou pelo menos como o detetive da ficção.” É evidente que o detetive e o historiador utilizam-se de métodos diferentes e são também diferentes as formas de conseguir as informações, mas ambos necessitam de muita paciência e atenção para buscar e equacionar os problemas que pretendem analisar e elucidar.

Carlos Rama volta, na sua análise, numa busca sistemática, às origens da História e do romance (ou novela), a sua forma e métodos no século XIX, o também chamado Século da História, para depois se concentrar nas questões específicas da biografia e do romance histórico... É evidente que não poderemos nos deter, com detalhes, nestes dois autores, mas é preciso tê-los presentes porque cuidavam com profundidade dessas questões e nos permitiram melhor entender o papel de um ficcionista que se preocupou em escrever uma série de livros que marcaram época: Paulo Setúbal. Paulo Setúbal acabou se transformando num intelectual consistente e nos legou um número razoável de livros que, baseados em fatos de nossa História, acabavam sendo “romances” históricos e, como tais, obras

de ficção. Também escreveu alguns ensaios. Foi muito popular e isto atestam as inúmeras edições de suas obras desde os seus primeiros escritos.

A coleção da Saraiva e a identificação de cada obra com um gênero literário não são classificação minha, mas sim como foram organizadas na época de sua primeira edição e as seguintes. A coleção se chamou “Obras de Paulo Setúbal” e, em que pese as críticas de muitos historiadores, foi uma coleção que ganhou um público numeroso, porque simples e do gosto da população de então.

No primeiro livro da coleção “Obras de Paulo Setúbal”, *O príncipe de Nassau*, assim o apresentou Paulo Setúbal:

“Todos nós trazemos da meninice uma quase aversão por coisas de História pátria. É natural. Nas escolas, propositadamente, despojam a História do Brasil de todos os atavios que seduzem: a lenda, o fato curioso, a anedota interessante, o episódio novelesco. Apresentam-na desgraciosamente ouriçada de datas, nua de galanerias e feitiços. Não há nada mais árido, tal como nos ensinam, do que esse estafante rol de capitânicas hereditárias, donatários, Tomés de Sousa, Mens de Sá, emboabas, e não sei quantas outras maçadas com que nos atulham a cabeça em vésperas de exame. A consequência disso é que, feitos os preparatórios, conseguida a aprovaçozinha simples, o brasileiro fecha irremissivelmente a História do Brasil. Resultado: essa vastíssima ignorância nacional sobre as mais rudimentares ninharias do nosso passado. A não ser o beneditinos dos institutos, a não ser meia dúzia de eruditos de boa vontade, não há ninguém mais no Brasil que se preocupe com estudos históricos.”

Sacudir um pouco essa indiferença, contribuir com qualquer esforço, um grão de areia que seja, para que o povo se interesse pela sua História, eis o ferrão que me aguilhoa a publicar este novo romance. *O príncipe de Nassau*, assim como o tracei, não tem outro intuito senão o de pôr ao alcance de toda gente, com a amenidade de que fui capaz, um período quase selvagem, mas interessantíssimo, que há muito já se foi. Serviu-me de tema o Brasil holandês. Não os trinta longos anos de guerra, que seriam incabíveis nos moldes dum romance leve. Surpreendi, apenas, os batavos no auge do seu domínio. Passou-se o tempo em que eles invadiram a Bahia, donde foram rechaçados. Passou-se o tempo, propriamente, da conquista de Pernambuco e das capitânicas adjacentes. Estão agora os flamengos no apogeu, solidificados na terra nova. Esse apogeu, que foi brilhante, e a revolução pernambucana, que foi épica, são os fundamentos deste livro.”

A editora Saraiva — entre 1949 e 1956 — acabou reeditando todas ou quase todas as obras de Paulo Setúbal. Os editores criaram uma coleção que se chamou “Obras de Paulo Setúbal” e creio ter sido a última vez que alguém pensou em recuperar o trabalho histórico/literário deste autor que foi um dos escritores mais lidos do Brasil.

Creio que Paulo Setúbal foi um dos melhores escritores no gênero do romance histórico do Brasil se tivermos em conta a época e os temas por eles elaborados.

Ao longo desta nossa conversa vou ressaltar, de forma sucinta e abreviada, sem rigor científico ou acadêmico, um pouco daquilo que representou a obra de Paulo Setúbal, que é, ao meu ver, um ótimo exemplo da tentativa de unir a Ficção à História. Antes disso, uma

PEQUENA CRONOLOGIA DO ACADÊMICO PAULO SETÚBAL

(principais acontecimentos, em ordem cronológica)

- 1893 – 1º de janeiro, nascimento em Tatuí.
- 1900 – Ingressa no Ginásio do Carmo, em São Paulo.
- 1912 – Primeira manifestação da doença.
- 1914 – Forma-se em Direito.
- 1918 – A gripe espanhola — Paulo Setúbal adoece pela segunda vez.
- 1920 – Publica o seu primeiro livro, intitulado *Alma cabocla* (poesias).
- 1922 – 27 de junho, casa-se com D. Francisca de Sousa Aranha.
- 1925 – Publica o seu primeiro romance intitulado *A marquesa de Santos*.
- 1928 – 24 de fevereiro, é eleito deputado estadual por São Paulo.
- 1930 – Renuncia ao cargo de deputado e parte para a Suíça, a fim de submeter-se a uma intervenção cirúrgica.
- 1934 – É eleito membro da Academia Brasileira de Letras.
- 1937 – 4 de maio, falecimento em São Paulo .

O primeiro livro de Paulo Setúbal é *Alma cabocla*, sobre o qual disse certa vez: “*Alma cabocla* é o livro de minha mãe; a melhor das mães; dela são suas páginas, cheias de poesia pura e suave de nossa terra e de nossa gente...” É o resultado de uma coletânea de poemas, que retratam muito o interior do País e está recheado de cenas brasileiras, tais como

festas de São João, tarefas na fazenda, idílios campestres...

Depois desta experiência poética, vai embrenhar-se pelos romances históricos — entra para a ficção. E ficção histórica baseada em ampla documentação parece ter sido o seu forte.

Em 1925, ele publica *A marquesa de Santos*. Em 1949, a Edição Saraiva — Livreiros Editores —, a o retomar a idéia de publicar bons autores nacionais inclui o livro como o número 13 das “Obras de Paulo Setúbal”.

Sobre este livro, *A marquesa de Santos*, já se disse:

“(...) é um dos mais interessantes romances históricos da literatura universal. A existência aventureira da fascinante dama que, vinda obscuramente da província, chegou a dominar a corte, e, pelos fios das paixões, prendia o imperador D. Pedro I, é narrada com fidelidade e maestria perfeita pelo grande escritor de Tatuí, o nosso Alexandre Dumas caboclo.”

Alguns trechos de sua *Obras completas* poderão nos auxiliar. Vamos a eles (a ortografia original foi mantida):

Dias após àquela cena incrível, o Príncipe seguia para São Paulo. E de São Paulo veio, como um raio, a estuporante notícia do 7 de Setembro. Gonçalves Ledo, correu imediatamente à casa do Presidente do Senado da Câmara:

— Clemente Pereira, disse num fôlego, o émulo do grande paulista: não temos um minuto a perder! Precisamos derrubar o velho Andrada. Agora, depois dos sucessos do Ipiranga, esse homem vai se tornar perigosíssimo. Não haverá ninguém, no Brasil, mais poderoso do que êle.

— Mãos à obra, Gonçalves Ledo, mãos à obra! É tratar de convocar a Loja e eleger imediatamente o Príncipe.

E os homens daquela oculta coligação, os temerosos rivais e inimigos dos Andradas, não descansaram.

Nos começos de outubro, naquele mesmo sobradão da rua Nova do Conde, D. Pedro foi empossado, com desusado brilho, no cargo de Grão-Mestre da Maçonaria Brasileira. Antes, porém, de ser introduzido na Sala do Trono, Gonçalves Ledo, que esperava à porta, conduziu o Príncipe a uma saleta reservada. Nessa saleta devia Sua Alteza paramentar-se com os fitões e as insígnias de Grão-mestre. Sôzinhos, a confabular, já estavam aí duas pessoas: José Clemente Pereira e o Coronel Luís Pereira Nóbrega. Havia, sôbre pequena mesa, tinteiro, pena, três fôlhas de papel em branco. D. Pedro, sem

dizer palavra, pegou na pena, molhou-a no tinteiro, tomou as folhas de papel. Em cada uma delas, com sua grossa caligrafia, tracejou sem tremer:

— PEDRO I, IMPERADOR.

Era a primeira vez que usava o título de Imperador. Cada um daqueles três comparsas, dobrando a sua fôlha assinada, guardou-a no bôlso, cuidadosamente, com o coração aos pulos.

(A MARQUESA DE SANTOS, 1925, p. 32-33)

(...)Logo, no ar sonoro, os sinos rompem! Estrondam ronqueiras! Bombas! Os sertanistas sacudidos:

— Viva Fernão Dias!

Fernão Dias levanta-se. Alça a flâmula verde. E parte, à frente do bando, com altanaria e garbo. Seguem-no todos. É Matias Cardoso, o lugar-tenente, vestido de couro, feições ásperas, requeimadas de sol. Borba Gato, com os seus olhos negros, com o seu desgarre simpaticamente varonil. Garcia Paes, doce e brando, com o seu largo sombreiro de plumas. Zé Dias, o bastardo, o ar atrevido, a chibata na mão. Antônio Prado da Cunha, com seus oitenta arcos e o seu guapíssimo trôço de mamelucos. Francisco Dias, um adolescente magnífico, sobrinho do bandeirante. Antônio Bicudo, o escrivão. O capitão João Bernal. O padre Veiga...

Sim, um padre! Nas entradas — nota curiosa — ia sempre um padre. Os bandeirantes eram quase bárbaros, mas religiosos. Ouviram missa no mato. Não queriam morrer sem confissão. É por isso que o padre Veiga, com o seu trabuco e a sua adaga, desfila também entre os paulistas. Desfilam todos, um a um...

O povo, ao vê-los, rompe em vivas. E agita-se. E ondula. E segue borborinhando atrás dos sertanejos. Lá, ao longe, estão os escravos, os índios, as cangalhas, os panos breados, os sacos de couro, a tropa de carga os cavalos de montaria. A multidão estaca aí. É aí a despedida.

Começam os adeuses. São longos e comovedores. Ah, o sertão! Quem voltará da goela do mato? Há muita mãe dependurando figas no pescoço do filho. Muita reza. Muita benzedura. Velha bruxa, que sabe exconjurar maus feitiços, grita, os braços estendidos:

— “Em nome de Deus Padre, em nome de Deus Filho, em nome de Deus Espírito: ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar excomungado, eu te arrenego em nome da Santíssima Trindade! Vãde retro, ar do demo, para que saia desta bandeira e vá parar no mar sagrado,

onde viva são e aliviado . . . “

Na turba, em meio dos abraços, destaca-se belo quadro emocionador. Cena épicamente bandeirante: o Governador das Esmeraldas diz o seu adeus à dona que o acompanha. É a dona ainda moça, o talhe nobre, olhar que lampeja. Veste austera saia de girão. Traz largo mantéu de niza branca. Aquela dama tem o aspecto galhardamente desempenado. Beleza enérgica e sadia. Quem é? É D. Maria Rodrigues Garcia Betim. É a mulher do Governador das Esmeraldas. Fernão Dias contempla-a:

— Adeus, dona Maria!

E ela, sem tremer:

— Adeus, D. Fernão! Ide com Deus.

Ambos olham-se firmes. Não há, entre êles, comoção nem ternura. São dois bandeirantes. E bandeirantes não choram nunca. Fernão Dias torna, com singeleza:

— Não sei quando hei de eu tornar a ver vos. A jornada é longa e sem prazo.

— Não vos aflijais, D. Fernão. Ide sem sustos. Aqui fico eu. Não penseis na mulher nem nas filhas. Aqui proverei tudo. Ide, pois, com o coração sossegado . . .

Fêz uma pequena pausa:

— Só vos peço uma coisa . . .

— Dizei, D. Maria!

— Uma coisa só. É isto apenas: não volteis de mãos vazias. Trazei as esmeraldas! Correi sertão. Andai. Sofrei. Batei êsse mato sem dó. Mas não volteis de mãos vazias: trazei as esmeraldas!

Fernão Dias sorriu:

— Ficai tranqüila, D. Maria!

Botou a mão peluda no ombro da mulher. E com rude convicção:

— Eu trago as pedras, D. Maria. Trago ou morro!

— Pois ide então! Ide com Deus .

Soa um toque áspero de trompa. É o sinal. Fernão Dias abraça a mulher. D. Maria Betim abraça o marido. Não tem uma lágrima. (...) Vai, Fernão Dias! Vai, sertanejo romântico! Vai, alma lírica de bruto! Mal sabes tu, nesse teu sonho verde, que não vais apenas caçar pedras para a cobiça do teu Rei: vai, Fernão Dias Paes Leme, vais mais do que isso inconscientemente, caçar terras para o Brasil de teus filhos. Vais conquistar os chãos formadores da tua Pátria. Vais construir enfim, na América, com essa formidável audácia de paulista — um país novo para uma raça nova.

Vai, bandeirante!

O Sonho das Esmeraldas completa o O Romance da Prata. Evo- cam-se nesses dois livros, consoante o que contam velhos papéis, as duas mais antigas, e, ao que me parece, as duas maiores lendas do passado brasileiro. Lendas que tiveram conseqüências capitais na formação do território nacional: "A Serra da Prata" e "A Serra das Esmeraldas".

Neste volume, a certa altura, fui forçado a tratar novamente da personalidade de Fernão Dias Paes Leme. Novamente, sim, por- quanto a personalidade do nosso herói sertanejo, que creio ser a mais gigantesca, e, ao mesmo tempo, a mais fascinante do bandeirismo paulista, já havia eu, bem ou mal, tratado fantasiosamente em um romance: "A Bandeira de Fernão Dias". Hoje, volvidos vários anos, e, sobretudo, depois de estudar mais minudentemente a documentação que tem vindo à luz sôbre o intré- pido cabo, aqui estou, não como romancista, mas tão-sômente como cronista, a pôr Fernão Dias Paes Leme mais uma vez, em alguns capítulos, debaixo dos olhos do leitor. E tenho a impressão de que, fora da novela, mas dentro da História, rigorosamente dentro da História, sem outro atavio a não ser o que diz a bolorenta papelama dos arquivos, o vulto do sertanista ressalta mais nítido e mais engrandecido.

São Paulo, 1934
PAULO SETÚBAL

(O SONHO DAS ESMERALDAS, 1934, p. 7)

Página gigantesca, e básica para o estudo da História do Brasil, foi a penetração do sertão virgem. Ela significa (será preciso repe- ti-lo?) a conquista e a posse do território nacional. E essa página, que é assim a grande página inicial do livro da Pátria, como a rea- lizaram os nossos maiores? E por que a realizaram.

Imaginaí os mareantes desembarcando das suas bojudas naus na terra nova. O mar, a praia, aquela praia praiana, mui chan e mui fermosa, de que fala Pero Vaz Caminha — e lá, ao longe tapando o horizonte, uma serrania corcovada, negrejante, entrançada de ma- tarias lóbregas. Que coisas haveria dentro daqueles silvedos? Que gentes? Que bichos? Ninguém sabia... Eram tudo falas apavoran- tes, tudo mistérios que arrepiavam.

Os primitivos povoadores, no entanto, desafiando essas falas e afrontando êsses mistérios, arremessaram-se desabusados, peito a peito, contra aquelas brenhas aterradoras. E qual teria sido, nesses escuros tempos, o móvel que os compeliu a levar a cabo obra tão corajenta? Teria sido, por acaso, a simples curiosidade humana? Não. Busca de terras férteis? Não. Busca de paus preciosos? De pássaros? De animais raros? Não. O que, nesse remoto alvorejar do Brasil, arrasou os povoadores a se engolfarem por êsses mataréus adentro — curiosíssimo o constatá-lo — foram tão-sòmente duas miragens, duas ridentes miragens enganosas, que lá, do fundo dos matos, lhes acenavam tentadoramente com o fascínio de riquezas fúlgidas. Sim, duas miragens. Duas quimeras encantadas que os mareantes ouviram, ao desembarcar, da bôca ingênua dos selvagens. E foram eles: a *Serra Branca* e a *Serra Verde*. Isto é: a “Serra da Prata” e a “Serra das Esmeraldas”.

A Serra da Prata, que os bugres chamavam de Sabarabuçu, montanha-grande-que-resplende, era uma serra alterosa, tôda branca, que resplendia ao sol como grande tôrre de neve. E a Serra das Esmeraldas, fuzilante de pedraria verde, era também (contavam-no saborosamente os sertanistas) uma serra estranha, muito esplendorosa, onde tudo tinha a côr verde — as pedras verdes, as árvores verdes, as águas verdes, até os peixes dessas águas eram verdes. Tais engodos, assim graciosos e líricos, encheram com o seu encantamento o ar crédulo do tempo. Tornaram-se as duas maiores e as mais fascinadoras lendas que já teve o Brasil. E lendas de consequência absolutamente capitais. Pois foram a busca da Serra da Prata e a busca da Serra das Esmeraldas os dois primeiros fatôres, primeiros e decisivos, para a conquista e a posse da terra bárbara. A êsses dois fatôres, completando-os, veio mais tarde ajuntar-se outro: a busca do ouro.

(O ROMANCE DA PRATA, 1934, p. 7-9)

Não longe dali, à mesma hora, vai outra cena. Outra cena selvagem.

Lourenço Leme e os seus apaniguados, como chucro bando de caetetus, despenham-se sôbre o sítio de Fernandes de Abreu. Despenham-se com alvoroço, por entre estrondos de bacamarte, numa desordenada sêde de carnagem. Vai tudo raso com êles. Não há freios que os tolham. É um Deus nos acuda! Varam o sítio de ponta a ponta, matando e depredando. Sobretudo matando. A carnificina é tremenda: escravos, peões, reses, tudo cai, trespassado,

sob a fúria dum tiroteio satânico.

Só um homem em meio à balroada, consegue escapar com vida àquele assalto: Antônio de Abreu. É o filho de Fernandes de Abreu.

Escapa sim. Mas nem sequer pode ficar em Itu: tem que fugir, a rédeas soltas, a caminho das Gerais, a fim de não ser trucidado pelos régulos. Pouco importa! Um dia ainda, nos caprichosos vaivéns da sorte, Antônio de Abreu há de aparecer de novo no destino tumultuoso dos Lemes...

(OS IRMÃOS LEME, 1954, p. 31-32)

OBRAS DE PAULO SETÚBAL:

1. *O príncipe de Nassau.*
2. *A bandeira de Fernão Dias.*
3. *Os irmãos Leme* — estes classificados como romances.
4. *As molequices do Imperador.*
5. *Nos bastidores da História* — são ensaios históricos.
6. *Confiteor* — memórias.
7. *Alma cabocla* — versos.
8. *O ouro de Cuiabá* — crônicas.
9. *El-dorado.*
10. *O sonho das esmeraldas.*
11. *O romance da prata* — com episódios históricos.
12. *Ensaio histórico* — como fica implícito, é um ensaio.
13. *A marquesa de Santos* — também classificado como romance.

POESIA EM LA ISLA — TREINTA AÑOS DE POESIA CUBANA (1959 - 1988)

VIRGILIO LOPEZ LEMUS

El hecho poético, múltiple como la vida, se halla ampliamente intercomunicado entre tendencias, corrientes e líneas expresivas y aun entre diversas literaturas nacionales. No es fácil reducir a un esquema esa intercomunicación, siquiera sea para loables fines de estudio. La poesía cubana se integra de forma natural a las corrientes básicas que mueven la creación lírica del español, y recibe, como toda literatura nacional, los influjos de variadas poéticas de diversas lenguas. Cuba no ha sido un país subdesarrollado en materia de literatura; antes bien, la poesía de la Isla es un hecho cultural insoslayable en la comunidad idiomática que la lengua española delimita.

Por imperativos de análisis, me referiré aquí solamente a tendencias y corrientes poéticas de los límites insulares; las interinfluencias literarias, culturales en sentido general, y el enmarcamiento sociohistórico ineludible, son el fondo recurrente en el que nos hemos de profundizar.

En el propuesto marco temporal de estudio — 1959-1988 — se observa el desarrollo de dos tendencias básicas en la poesía cubana: la intimista y la social. Son términos comúnmente aceptados e utilizados por la crítica para enunciar o agrupar con interés explorativo, la vocación expresiva inclinada hacia los temas y asuntos más personalizados, incluso introspectivos, o hacia los que muestran su capacidad de comunicar motivaciones de la vida social, de la realidad histórica y política en que los individuos se desarrollan. En los años iniciales de la Revolución, sobre todo durante su primera década, se advierte cómo el intimismo va gradu-

Virgilio Lopez Lemus é cubano, poeta e presidente do Instituto de Literatura e Lingüística de Cuba.

Este texto se há publicado en Cuba (Revista Unión, de la Unión de Escritores y Artistas, 1990), España (Madrid, Equivalencias, Revista Internacional de Poesía, 1991) e Italia (Prólogo de la Antología: *Odde alla giovane luce*, 1994); se complementa y amplía con la década de 1990, mediante el texto: *Tres décadas de poesía cubana: 1970-1980-1990*, presentada en el coloquio internacional sobre la nueva literatura dominicana, em Santo Domingo, 1997.

almente cediendo espacio a la inevitable expolsión del canto colectivo de la nueva realidad entraña. En la década susiguiente, años setenta, predomina una tendencia ecléctica que puede llamarse de "presencia interior", en homenaje al libro homónimo qu en 1938 publicó Mirta Aguirre com igual intención de canto, y qye consiste en equilibrar en el mismo poema la intensidad intimista com la expresión de asuntos del ámbito social.

Pero no todo es tan sencillo como este esquema pudiera hacer pensar. En posía se manifiesta un movimiento dialéctico de continuidad y reptura, y nos es posible limitar el punto de mira a cómo las tendencias se manifiestan en el corpus creativo insular intantáneo, sino que habrá de observarse el desarrollo de las corrientes que en nuestro siglo han predominado, a partir de sus vigências o zagas.

Es muy raro hallar poetas "íntimos" o "sociales" puros; es decir, en los que toda la obra creada responda sólo a una u outra tendencia. Algunos intimistas, sin embargo, ofrecen notas de contenido social, político, solamente poe excepción. El esquema se complica mucho más si observamos que los poetas pueden o no integrarse a corrientes líricas vigentes en el momento en que son cimeras sus etapas de mayor creatividad. Debido a esto, y limitándome a los intereses de esta exposición, me detendré en los rasgos evolutivos generales de la poe'sai cubana del período propuesto, según las corrientes fundamentales que predominaron o cuyos ecos alcanzaron el lapso en cuestión.

La primera que me interesa observar es la poesía *negra*, también llamada *afrocubana*, luego mejor denominada *mulata*, que nació al final de la década de 1920 y tuvo su etapa más rica en la década siguiente, contaminando outros géneros literarios y artísticos. En ella se destacaron, al menos, tres poetas: Ramón Guirao, Emilio Ballagas y Nicolás Guillén, quien la elevó a la cima. El grupo de poetas asociados a las temáticas y estilos *negristas* es extenso, y reúne nombres como los de José Z. Tallet com su inaugural *La rumba*, y, en planos amplios, al novelista Alejo Carpentier, la recitadora Eusebia Cosme y el raro hombre de música y verso que fue Ignacio Villa, *Bola de Nieve*.

El 30 de julio de 1930, Juan Marinello afirmó en "Frente a unas páginas negras", em el *Diario de la Marina*, que: "La obra artística negra está siendo ya obstáculo para la solución definitiva del conflicto racial. Está contribuyendo a mantener en la masa blanca — tan inculta espiritualmente como la negra — el prejuicio de la inferioridad, del viejo error que ve diferencias esenciales en el color de los hombres." El "conflicto racial" a que se refiere Marinello, limó sus diferencias esenciales tras de lucha de clases que produjo la rebelión de 1959. Pero hasta esos años no perdura el vigor de la corriente negrista, aunque libros, cuadernos y antologias la

continuaron en la década de 1940. Em 1959 la corrinetehabía sido superada de manera que varios poetas cubanos asimilaron sus aportes y escribieron textos en que el *negrismo* se integraba a la concepción general del hecho poético. El último de los *negristas* puros fue Marcelino Arozarena, pues su *Canción negra sin color* apareció em 1960, aunque en verdad se trata de una compilación de sus poemas escritos entre 1933 y el próprio 1960. Para esta última fecha ya predomina en el entorno la idea martiana, de la que Arozarena se hace eco: "... hombre es mas que blanco, más que multato, más que negro..."

Pero *lo negro* continuará reflejándose de deversas formas dentro de las corrientes poéticas predominantes en la nueva época, sobre todo dentro del *coloquialismo*, en la que tendremos ocasión de detenernos más adelante. La mitología cubana de raíces africanas es la principal azga del *negrismo* en nuestra poesía, sin excluir outros temas o asuntos tradicionales en lo que algunos estudiosos definen como *la negritud*.

Otra corriente muy arraigada en el contexto insular, incluso más antigua que el *negrismo*, lo fue (¿lo está siendo todavía?) el *neoramnticismo*, que se advierte desde las décadas de 1910 y 1920 en figuras de desiguales alcances creativos como Guillermo de Montagú, Hilarión Cabrisas, Gustavo Sánches Galarraga y Guillermo Villarronda. No quiero olvidar aquí que en 1922 recorrió toda América un libro singular del entonces muy joven pablo neruda: *Veinte poemas de amor y una acación desesperada*, com el que alcanzó el gran chileno temprana fama continental. El *neoromanticismo* es más antiguo que el *nerudiano*, pero sin dudas recibió un impulso notable com esse libro.

Considero que el mejor saldo *neromántico* está asociado a las obras de José Angel Buesa y emilio Ballagas, en líneas expresivas mui diferentes. Buesa fue el adalid *neoromántico* por excelencia, y condujo esta corriente lírica a las puertas de la Revolución, seguido por una cohorte de admiradores, muchos de los cuales no sobrepasaron el destino de versificadores menores.

En la década de 1950 y durante los primeros años de la siguiente, el *neo romanticismo* fue la corriente cuantitativamente más fuerte de la poesía cubana. Su asunto central es el amor, lo erótico, y así continuará al menos hasta 1964, com cuadernos típicos del ya estereotipado intimismo del lenguaje *neoramántico*, *rico* en sensiblerías e imágenes recurrentes.

Pero una muy curiosa evolución se observa en esta corriente cuando cierta poesía social, consecuente respuesta a la epicidad de los tiempos, toma prestados formas y léxico ya manidos para tratar de expresar los contenidos que la etapa impone. El *neoromanticismo* trata entonces de "adaptarse" a la nueva época, pero se hacía evidente que no tenía ya fuerzas

para eso. No obstante, algunos poetas que poco tienen que ver con esta corriente lírica, dejan entrever en sus versos el influjo de los modos y maneras de hacer el verso, casi siempre rimado, de los neorománticos. Temática y formalmente, el neoromanticismo asume a veces dimensiones de arte *kitch* con notas de rasgos populistas entre versificadores que ascienden a la pequeña burguesía urbana.

Aunque José Angela Buesa publicó tres poemarios en Cuba tras 1959, poco antes de partir hacia los Estados Unidos, la mejor continuidad neoromántica en los nuevos tiempos la aporta Carilda Oliver Labra, cuyos vínculos con el coloquialismo son, asimismo, más que evidentes.

Coetáneamente se desarrolla el llamado *vanguardismo* cubano. Las vanguardias artísticas del siglo XX habían dejado su huella en Cuba. Se discute aún sobre la existencia de una corriente vanguardista nacida en la década de 1920, a veces un poco confundida con el también discutible *posmodernismo*, y la que serían ejemplares obras de Manuel Navarro Luna, Félix Pita Rodríguez, Regino Pedroso, y algunos poetas de la llamada "poesía pura", e incluso del propio negrismo. En la década de 1950 se mantiene el influjo vanguardista, sobre todo del surrealismo, visible en poetas entonces muy jóvenes como José A. Baragaño e Roberto Branaly. Durante estos años y en la década siguiente se advierten aportes del surrealismo en poetas que lo practicaron con cautela, como Fayad Jamís. Aunque no debe desecharse el hecho de que cierto vanguardismo prevaleciera en los años iniciales de la Revolución (cuestión que debe ser estudiada convenientemente), no puede hablarse de él como una corriente integradora del quehacer lírico epocal.

Por su parte, el *origenismo* posee en los años revolucionarios una indudable zaga. Vivos y en plenitud creadora casi todos los poetas que se nuclearon en torno a la revista *Orígenes* en los años cuarenta, al menos ocho de los diez que distinguen al Grupo publican poemarios trascendentes luego de 1959; se trata de José Lezama Lima, Eliseo Diego, Virgilio Piñera, Fina García Marruz, Cintio Vitier, Octavio Smith, Rodríguez Santos y Gastón Baquero. Antes de fijar su residencia fuera de Cuba, Rodríguez Santos publica el primer homenaje en forma de libro de poemas que el célebre grupo ofrece a la Revolución: *La epopeya del Moncada* (1963), importante volumen que no debe ser soslayado en la historia de la poesía cubana. Baquero publica su obra subsiguiente ya radicado en España, mientras que los otros creadores ejercen una indudable influencia sobre las nuevas generaciones poéticas, por afinidad o por rechazo. Lezama ahondará su prestigio al aparecer en 1966 *Paradiso*; Piñera se había destacado como francotirador contra el propio Grupo, y en los años sesenta influye, y es influido por lo más jóvenes ya coloquialistas; Eliseo Diego

encontrará sus más fervientes admiradores entre poetas que comiezan a publicar alrededor de 1980, en época de abierto "pos-colloquialismo".

Aunque puede hablarse de cierto epigonismo origenista, este no es necesariamente inmediato a 1959, sino más definible entre poetas muy jóvenes que comiezan a ser reconocidos en la década de los años ochenta. El deslumbramiento de los jóvenes por José Lezama Lima, figura central de Orígenes, parece un hecho lógico: una de las obras más ricas que la poesía puede mostrar entre los cubanos. Sin embargo, en los años iniciales de la Revolución se había asociado al epigonismo a dos poetas esenciales; Cleve Solís y Roberto Friol, cuyas obras son en realidad originales, aunque se relacionen parcialmente con algunos poetas del ámbito de Orígenes, lo cual también aconteció entre varios creadores coetáneos, luego ganados por el coloquialismo.

El origenismo había desaparecido ciertamente antes de la Revolución, tras la escisión que en 1955 dio lugar a *Ciclón*. Otros dos origenistas, Algel Gaztelu y Lorenzo García Veja, no publican poemarios después de 1959. El "taller renacentista" de que habló Lezama, había desaparecido, pero sus connotaciones dentro de la literatura cubana continúan hasta nuestros días, su influjo se manifiesta durante estos treinta años del desarrollo de la poesía cubana, lapso en que ahora nos detenemos.

La corriente predominante en la década de 1960 y casi completa la de 1970 es el coloquialismo, que va surgiendo en forma gradual en los años cincuenta y se halla vinculado con la generación que en esos años inicia su trayectoria creativa. El tono conversacional fue generalizándose, de manera que pronto se convierte en una de las notas características de la nueva corriente lírica, sobre todo cuando ella se delimita con más claridad tras 1959. Los asuntos sociales se sienten a sus anchas en el nuevo desenfado expresivo, aunque no puede negarse que el coloquialismo tiene también líneas de intimidad consagradas al canto del amor y la familia.

La antología de Roberto Fernández Retamar y Fayad Jamís *Poesía joven de Cuba* (1959) fue un buen catalizador generacional, en la que se presenta la coincidencia de un nuevo quehacer poético sin que aún hubiese en verdad obras que sustentaran esse impulso. Las obras centrales serán hechos posconscientes.

En años anteriores había ya un grupo de poemas de varios creadores que son antecedentes claros del coloquialismo; se recordará *Vida de Flora*, de Virgilio Piñera; *Conversación a mi padre* y *Asonante final*, de Eugenio Florit; *Elegía a Jesús Menéndez*, de Nicolás Guillén, y la segunda parte de *Faz*, de Samuel Feijóo; todos ellos aparecieron en el lapso de 1945 a 1955. El coloquialismo cubano se corresponde, asimismo, con zonas de la poesía hispanoamericana denominadas *exterioristas*,

participacional, antipoesía..., que también tienen en la década de 1950 su impulso inicial.

Aunque el coloquialismo se desarrolló predominantemente entre los integrantes de la generación de los años cincuenta, algunos creadores nacidos años antes de 1925 y la promoción generacional siguiente casi completa lo asumieron. En este sentido, la corriente coloquial es multigeneracional y hasta llega a influir sobre creadores de tan variados rumbos como Nicolás Guillén, Angel Augier o Jesús Orta Reuiz, a algunos poetas que se integraron a Orígenes, y a los más jóvenes, nacidos después de 1940.

Este puede ser el caso de los poetas que al principio de la década de 1960 se nuclearon en torno a las Ediciones El Puente. Ellos son parte de una promoción intergeneracional, cuya línea estética tiene mucho que ver con el coloquialismo. No es un grupo homogéneo, y a él se adscriben algunos creadores sólo por las facilidades de publicación que se ofrecían. Entre los poetas, su núcleo puede delimitarse con los promotores de la antología sincrónica *Novísima poesía cubana* (1962), cuyo prólogo es un "manifiesto" antiorigenista, pero también está enfilado contra cierta poesía revolucionaria que los firmantes llaman "panfletaria" y "populista". Se advierten las cercanías con el coloquialismo no tanto en los postulados de los "puentistas", sino en sus propias prácticas de la poesía, muy similares a las que en esos momentos desarrollan los integrantes de la generación de los años cincuenta.

Entre fines de 1964 y principios de 1965 El Puente quiso renovarse, luego del éxodo de algunos de sus miembros; para ello se nombró un nuevo grupo ejecutivo, que dejaba sin efecto el anterior. Pero 1964 fue un año crucial advino la intervención estatal de las empresas privadas, incluidas las pequeñas imprentas, y las Ediciones El Puente dejaron de aparecer.

Un año después surge *El Caimán Barbudo*, en cuyo primer número una promoción de nuevos poetas da a conocer postulados que pueden comprenderse dentro del coloquialismo. Así, en cuestiones de fondo (temáticas, estilísticas y formales), la corriente coloquial se integra, llega a prácticas más radicales del conversacionalismo y de la "externidad" expresiva, y aparecen sus contradicciones internas, sus grietas y recurrencias, que se acentuarán a fines de la década del sesenta, y sobre todo en los años subsiguientes.

Durante este período, los poetas se sirven de páginas culturales o suplementos de los principales periódicos, de los cuales el más famoso fue el magazine *Lunes de Revolución* (1959-1961). Las revistas *Unión*, *La Gaceta de Cuba*, y otras, son escenarios de debates y medios para imprimir poesía, muy centrada entonces, en cuanto a edición de libros, en la

editorial de la Unión de Escritores, cuya colección Contemporáneos se mantiene aún. En grado paulatinamente ascendente surgen a partir de la Imprenta Nacional las series editoriales. Algunos de los más destacados coloquialistas son también funcionarios o trabajan en la esfera de la edición, y esto influye sin dudas en la selección de lo que se publica, en la imposición de los principios líricos del coloquialismo y en su consecuente extensión y predominio.

Puede decirse que si el coloquialismo fue esencialmente de tendencia social en la década de 1960, a la par los poetas que se integraron a la corriente practicaron la “presencia interior” y algunos en muchas ocasiones tendieron hacia el intimismo, expresado con los recursos que lo coloquial ofrecía. Ceñidos a un comprometedor listado de figuras muy representativas, mencionemos en el grupo coloquialista de la generación del cincuenta, la variedad estilística de un núcleo cualitativo esencial, representado por los nombres de Rolando Escardó, Luis Marré, Francisco de Oraá, Pablo Armando Fernández, Fayad Jamis, Roberto Fernández Retamar, José A. Baragaño, Rafael Alcides Pérez, César López, Antón Arrufat, Luis Suardíz y Manuel Díaz Martínez.

Llegados a este punto, el lector se dará cuenta de que estoy exponiendo en pocas líneas un movimiento creativo que requeriría de varios volúmenes de análisis e interpretación. Trago en seco los forceps de la brevedad, y observo que ya en medio de la década de 1960 el coloquialismo logró “vencer” y desplazar al neoromanticismo, que se repliega hasta la asfixia... Observo también que las líneas eróticas y del llamado “canto a la naturaleza cubana” no se avenían con el interés exteriorista, causalista y ciudadano de la corriente predominante, y por eso algunos poetas parecen atípicos entonces, como, para no dejar esta afirmación sin ejemplos, el Manuel Díaz Martínez anterior al Premio de Poesía de 1967, y el pasajismo insular de los versos de Dulcila Cañizares, que vino a consumarse con *De mi tierra* (1979). Aunque el “fenómeno” de atipicidad es mucho más amplio y complejo de lo presumible y enrola algunos otros nombres de poetas, no quiero verlo aquí como suceso poético al margen de lo mayoritario, sino incluido ya por aceptación o rechazo en el devenir de la poesía cubana.

Los poetas que se expresan preferentemente en décimas, “cultos” o “populares”, no se integraron al coloquialismo, aunque en algunos pueda verse su latido en zonas expresivas personales. En general, las líneas temáticas de la décima cubana cambiarán poco: paisajismo, herencia cucalambiana, comentarios múltiples de la vida social, el amor... Peso se acentuó la expresión de la realidad en cambio constante, con énfasis en asuntos históricos, en la contraposición pasado-presente y exaltación del

ahora constructivo-combativo de la coincidencias con el coloquialismo, pero ellas se quedaron sólo en el plano contenidista. La línea cucalambeana de canto a las bellezas paisajísticas no declinó, sobre todo en los amplios círculos de improvisadores, de poetas repentistas que a lo largo de la Isla cantan o declaman sus composiciones siempre ortodoxamente espinelianas.

Cuando se va produciendo el gradual rechazo y superación del coloquialismo, en la década de 1970, la décima desempeña un papel de mucha importancia, al grado de que nos pocos coloquialistas, "ortodoxos" incluso, la llegan a cultivar. De momento es coto de Orta Ruiz y Raúl Ferrer, que no la abandonaron nunca; de Adolfo Martí Fuentes, que da buena nota con *Alrededor del punto* (1971); y de jóvenes poetas, preferentemente de la promoción que abarca, según fechas de nacimiento, los años 1946 y 1950, y algunos posteriores. En general, hay un deseo de anteponerse las formas clásicas de la lengua, la organización estrófica, rítmica y de rimas, a la "libertad" versolibrista exteriorizadora y conversacional. Por cierto que los entonces poetas jóvenes no rechazan el tono conversacional, al que irán gradualmente incorporándole mayor intimidad.

Durante las décadas de 1970 y de 1980, el coloquialismo, a la manera "ortodoxa" de sus años iniciales, ha sido superado. Puede hablarse de un "poscoloquialismo" (si es que hay un "post" para cada corriente lírica), cuya variedad de líneas expresivas no permite fijarnos, al menos por ahora, en una sola corriente predominante. Las formas clásicas (privilegiadas décimas y sonetos) no fueron, por supuesto, las únicas reacciones poscoloquialistas, pues ellas también se manifestaron mediante el verso libre. Se advierte pluralidad de búsquedas estilísticas, formales, contenidistas; hay un renovado interés por la tropología, que a veces retorna a la complejidad precoloquial, de manera que algunos "innovadores" repiten experiencias ya consumadas en los entornos de Orígenes o del surrealismo.

Esta pluralidad es muy positiva e acrecentadora. En algunos poetas nacidos alrededor de 1959, el afán de hallar expresiones "insólitas" los conduce, por simpatía, al orbe inmenso de la obra de José Lezama Lima, de la que varios de ellos toman sólo lo más externo de su sistema poético: lo sensorial, el rico flujo lexical y tropológico. Un pequeño grupo de poetas, cuyas obras aparecen alrededor y en fechas posteriores a 1980, denotan rasgos distintivos del neoromanticismo, y no faltan intimistas que raras veces escriben sobre temas sociales, políticos.

El amplio impulso renovador de la poesía cubana es plurigeracional. Los poetas de la generación de los años cincuenta entraron en edad de madurez y descantación; la generación que lo sigue, ahora halla mejores perspectivas, pues pasamos de un casi totalitarismo estético del coloquialismo como corriente omnipresente entre 1965 y 1970,

a un desbordamiento muy variado en formas, contenidos y estilos, que va desde la vocación realista hasta lucubraciones metafísicas, desde el empleo del tono conversacional hasta el afán de desorganización del lenguaje, precisamente para escapar de esse tono ya largamente empleado (casi cuatro décadas) en la poesía cubana.

¿Quién puede decir hoy cuál es la corriente predominante de esta poesía? Se dirá más bien que hay un corrimiento hacia el infrarojo, o sea, un crecimiento, una dilatación. La pluralidad de voces líricas cubanas es el mejor camino de la universalidad. Entre cientos de definiciones, preferiría aquellas que comprenden a la poesía como un acto de libertad y de amor. Así, la poesía sigue entre nosotros “en su lugar”, que es el de la vida.

Abril-julio, 1988.



PALESTRAS E ESTUDOS



HISTÓRIA NA LITERATURA: REALIDADE OU FICÇÃO

ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA

Convidada para falar sobre História e Literatura, neste caminho, comecei a inquirir-me sobre o que falar e sobre qual direção tomar para provocar uma reflexão sobre o tema proposto. Se a narrativa histórica é, por um lado, a busca da identidade e, por outro lado, a curiosidade por uma revisão do passado, segundo Ortega y Gasset, que época deveria abordar e de que literatura falar?

A princípio pensei em discorrer sobre algum romance histórico de nossa atualidade, já que um grande número de textos ficcionais contemporâneos origina-se em diálogo com o histórico e, então, cogitei falar sobre romances históricos produzidos mais recentemente no Espírito Santo, como *O sentido da distância*, de Neida Lúcia Moraes. Depois, desejei falar sobre algum romance histórico da literatura hispânica do princípio do século, como o do argentino Enriquez Rodriguez Larreta, *La gloria de Don Ramiro*, fazendo uma comparação com as *Chamas na missa*, de Luiz Guilherme Santos Neves e *O sentido da distância*, de Neida Lúcia Moraes, centralizando-me no aspecto social/religioso durante a Inquisição em Portugal e Espanha e suas respectivas colônias.

Continuando a dúvida a inquietar-me, e, preocupada em agradar a este seletor auditório, resolvi aproveitar o tema da Guerra de Canudos, devido às comemorações do centenário de morte de Antônio Conselheiro, que estavam sendo realizadas pelo Departamento de História e ao filme *Canudos*, que estava em cartaz na cidade, para analisar a obra de Vargas Llosa, *La guerra del fin del mundo*, que trata desse combate ao Governo Republicano em prol de uma minimização do sofrimento da população. Mas a indecisão continuava. Considerei a possibilidade de falar de um outro romance do *pós-boom* da América Latina, dos anos posteriores a 1979, em que se nota um predomínio do romance histórico, por exemplo, as obras

Ester Abreu Vieira de Oliveira é escritora, professora-doutora em literatura, faz parte do IHGES, da Academia Espírito-santense de Letras e da Academia Feminina de Letras do Espírito Santo

que, em 1992, trataram do mito de Colombo, como a de Abel Posse, *Los perros del paraíso*, ou talvez, para não repetir um estudo já feito por mim da obra de César Aira, *Ema, la cautiva*, já que a literatura argentina dos últimos anos conta com um conjunto de obras nas quais predominam a indagação em torno da História. Refleti. Mas, por fim, decidi buscar elementos para a conferência de hoje no *Dom Quixote de la Mancha*, já que se comemoram os 450 anos de nascimento de seu autor, Miguel de Cervantes Saavedra, e já que o *Quixote*, ainda que tenha por protagonista um louco, é uma obra de exemplar valor universal.

Cervantes, escritor de pouco sucesso em sua época e de poucos estudos universitários por motivo da precária finança paterna, aos 57 anos ofereceu à humanidade o *Quixote* (1605), conseguindo, tardiamente, a glória negada pelas armas em sua mocidade. Nessa obra, ele separa o romance da esfera do ideal e do real, mostra a disparidade entre o mundo livresco dos cavaleiros andantes — com os seus valores — e o mundo da realidade quotidiana, a dos personagens (e dos leitores) e mostra, ainda, um mundo real cruel com um sonhador.

No *Quixote*, Cervantes se vale do romance de cavalaria, cujo empenho era a divulgação dos bons costumes cultivados pela sociedade, com base em uma prosa expositiva e uma linguagem nobre, agradável, que repelia qualquer sinal de desarmonia dialógica, mostrada como modelo do bem falar, que refletirá o refinamento e a educação do convívio social, para recuperar vínculos históricos, inseridos no interior do discurso elevado do romance de cavalaria, e expressões vivas da língua interativa, processo que já tinha sido realizado, um pouco rusticamente, é verdade, na Idade Média, na obra *La Celestina*, de Fernando Rojas.

Cervantes soube fazer o equilíbrio entre o mundo ideal e o real, introduzindo um novo “gênero narrativo” que resulta da fusão de vários gêneros. Lendo suas obras, pode-se observar que era mordaz. E, no *Quixote*, seguindo essa sua tendência, satiriza valores, temas, atitudes, personagens e convenções literárias que caracterizam os romances de cavalaria, ao mesmo tempo em que põe em ridículo a própria Espanha. Ortega y Gasset, em *Meditaciones del Quijote*, separa o personagem Dom Quixote da obra *Dom Quixote*. A figura, segundo ele, atraiu tanto a atenção para si que prejudicou o resto da obra e a ela mesma. E, quando alguns espanhóis se reúnem “sensibilizados pela miséria ideal do seu passado, a sordidez do seu presente e a acre hostilidade do seu porvir”, ali está Dom Quixote.

(...) Su fisionomía disparatada compagina aquellos corazones dispersos, los ensarta como en un hilo espiritual, los nacionaliza, poniendo tras sus amarguras personales un comunal dolor étnico.

Porém, Cervantes, articulando o romance com o recurso do processo dialógico, dá à linguagem culta um aspecto grotesco, no anacronismo do discurso do personagem que reflete um discurso lido, mas não vivenciado, e inovando o aspecto formal, rompe com os cânones tradicionais do romance, desde a maneira de apresentar o prólogo, eliminando o supérfluo, as citações bíblicas e latinas sem representatividade no relato, mas de moda em sua época, põe em execução um modelo de narrativa moderna, baseada numa “feliz imitação dos bons modelos”.

No prólogo da primeira parte, nas palavras de um certo amigo seu, Cervantes manifesta o seu objetivo de “desfazer a autoridade” que os livros de cavalaria obtiveram, apresentando ao público uma história escrita “em estilo significativo”, com palavras precisas e bem colocadas, “sonoras e festivas” e indica a direção que tomaria a história, esclarecendo que ela deveria refletir a sua intenção, fazendo entender os seus conceitos sem os tornar obscuros. Essa é a razão pela qual essa obra é uma espécie de crítica literária e modelo ou exercício do fazer narrativo.

O capítulo primeiro da segunda parte assim inicia:

Conta Cide Hamete Benegeli, na segunda parte desta história e terceira saída de Dom Quixote, que o cura e o barbeiro estiveram mais de um mês sem o ver, para lhe não renovarem e trazerem à memória as coisas passadas; mas nem por isso deixaram de visitar a sobrinha e a ama, recomendando-lhes que cuidassem de lhes dar bastantes regalos, guisando-lhe manjares confortativos e apropriados para o coração e o cérebro, donde procedia, segundo o bom discorrer, toda sua má ventura, e disseram elas que assim o faziam e continuariam a fazer com a melhor vontade e o maior cuidado possível, porque viam que o fidalgo ia dando a cada momento sinais de estar em todo o seu juízo. Ficaram ambos muito satisfeitos, por lhes parecer que tinham procedido acertadamente em o trazer encantado num carro de bois, como se contou na primeira parte desta grande e verídica história no último capítulo, e assim resolveram visitá-lo e experimentar se estava curado, ainda que tinham quase por impossível que o estivesse, e deliberaram não lhe falar em coisa alguma de cavalaria andante, para não correrem perigo de lhe abrir de novo a ferida, que ainda estava tão fresca. (p. 314)

Cervantes brinca com o leitor, desorientando-o, dando-lhe inúmeras pistas falsas ou verdadeiras. Há inúmeras propostas inconclusas na obra, o que a torna enigmática.

O narrador introduz na sua história uma outra contada por um ára-

be, escrita em uma língua “enveredada” e traduzida para o espanhol por um conhecedor da língua de origem. Quando o narrador reafirma a não cumplicidade na construção da história e se refere à sua continuidade, diz: “conta Cide Hamete”, na segunda parte desta história. Contudo, ao engrandecer a história e dar-lhe credibilidade, ele indetermina o sujeito — “Como se conta” e, antes de classificá-la como verdadeira, coloca o adjetivo “grande” antes do substantivo história — oferecendo ao leitor uma ambigüidade de sentido, seja na colocação do adjetivo “grande”, ou em sua dupla significação: a de extenso e a de muito valor. Com esse recurso estilístico, deixa a pergunta para o leitor: qual dos dois significados se encontra aqui? Podem-se considerar os dois?

O jogo verdade/mentira do relatado, freqüentemente aparece no *Quixote*. Desde o prólogo da primeira parte, quando o narrador/autor classifica a sua história do “famoso” *Dom Quixote de la Mancha* como “sincera” e “verdadeira”, os três atributos são falsos, tanto o do cavaleiro, como o da sua história, pois, segundo Aristóteles, na *Poética*, o ofício do “poeta” não é o de contar as coisas como sucederam, mas como desejaríamos que tivessem sucedido. E Cervantes está escrevendo e, segundo Platão (*Fedro*, p. 182), um discurso escrito, não importa qual o assunto, contém grande número de fantasias.

O questionamento falso e verdadeiro no *Quixote* se refere à narrativa e também à loucura do personagem. Há sempre alguém testando a sanidade do herói. Há explicação da realidade/ficção entre os próprios personagens julgando outros de falsos/verdadeiros. Dom Quixote, o personagem central, explica a verdadeira existência dos cavaleiros andantes. Inserimos, a seguir, como exemplo, um fragmento de um diálogo entre o cura e Dom Quixote, onde aquele comenta sobre a verdade e a ficção na literatura, e a réplica do herói, como se apresenta no capítulo primeiro da segunda parte:

Disse o cura:

(...) digo que o meu escrúpulo vem a ser que de nenhum modo me posso persuadir de que toda essa caterva de cavaleiros andantes, que Vossa Mercê, Senhor Dom Quixote, referiu, tivessem sido real e verdadeiramente neste mundo pessoas de carne e osso; antes imagino que tudo é ficção, fábula e mentira, e sonhos contados por homens espertos, ou para melhor dizer, meio adormecidos.

Respondeu Dom Quixote:

Isso é outro erro (...) em que têm caído muitos que não acreditam

que houvesse tais cavaleiros no mundo, e eu muitas vezes, com diversas gentes e ocasiões, procurei tirar à luz da verdade este quase comum engano; mas algumas vezes não realizei a minha intenção, e outras sim, sustentando-a nos ombros da verdade; verdade que é tão certa, que estou em dizer que vi com meus próprios olhos Amadis de Gaula, que era um homem alto de corpo, branco de rosto, de barba formosa e negra, de olhar entre branco e rigoroso, curto de razões, tardio em se irar, e pronto em depor a ira; e do modo que eu delineei Amadis, poderia, penso eu, pintar e descrever todos quantos cavaleiros andantes se encontram nas histórias do orbe, que, pela idéia que tenho, foram como as suas crônicas narram; e pelas façanhas que praticaram, e condições que tiveram, se podem tirar por boa filosofia as suas feições, a sua cor e a sua estatura. (p. 318)

Cervantes aqui utiliza um recurso técnico, muito próprio dele, de colocar-se no interior da consciência de seus personagens, delineados em seus atos e impulsos vitais, para julgar a realidade. Esse é um procedimento renascentista, porque uma das características do Renascimento é a supremacia do psicológico. A realidade oscilante é o eixo do *Quixote*. Tudo o que imaginava ou via Dom Quixote estava em conformidade com as suas leituras.

O Renascimento perturba a filosofia aristotélico-tomista que fazia uma adequação entre sujeito e objeto ao dar importância ao homem como modelador ideal da realidade.

Neste diálogo em que personagens discutem sobre o falso e o verdadeiro de outros personagens de ficção, se eles são entes reais de carne e osso, isto é, pessoas do quotidiano, e se suas histórias são fábulas ou mentiras, isto é, se são documentadas, nesse antagonismo de idéias, Cervantes põe em questão dois pontos inerentes à narrativa: história e ficção, que saem de uma mesma fonte e se unem ao mito. Ambas são formas de linguagem. Pois tanto a história quanto a ficção, ao fazerem-se, estabelecem uma relação espaço-temporal entre fatos empíricos e efeito do real. Ambas selecionam, reúnem e organizam matérias diversas para produzir uma narração.

Os escritores do século XIX procuram, por questões ideológicas, aproximar Literatura de História, por motivos doutrinários.

A História como ciência fatural formula enunciados explicativos acerca de eventos singulares, pertencentes ao passado, comprovados por documentos. A narrativa, ao contrário, não precisa de aprovação dos fatos, vê na fábula o seu principal objetivo.

O problema central da narrativa é a causalidade, finge ou dispõe de

uma concatenação de motivos que propõe não discordar daqueles do mundo real, utilizando um processo mágico e lúcido. Ela une verdade empírica e ficção, fazendo a associação entre locução impessoal e objetiva da narração e locução interpessoal e subjetiva do discurso do narrador e dos personagens.

A História serve à Literatura. A Literatura toma da História elementos que lhe dêem um aspecto verossímil e para melhor expressar sua cosmovisão. O verossímil é o termo médio entre falsidade e verdade. Platão, em *Fedro*, diz que a verossimilhança domina o espírito pela semelhança que tem com a verdade.

A História, ou melhor, o historicismo, vê o mundo como uma série de fatos petrificados e se põe a classificá-los e as coisas que os compõem, sem levar em conta o processo social contínuo de transformação. Analisa os fatos passados, mas vendo-os à luz do presente, como um sempre igual, um eterno presente. Essa é uma concepção linear que Benjamim, nas teses sobre a filosofia da História, considera como a história dos vencedores que se opõe à dos vencidos, baseada na ruptura e não na continuidade. Porque há, intermediando, uma seqüência de passados oprimidos que trazem um ar de mistério.

Pose-se dizer que a História tem uma dupla função; uma edificante, de fins pedagógicos, principalmente com a função cívica, e outra lúdica, dada a sua capacidade de contar estórias. Nessa atribuição, estimula a imaginação, devido ao caráter lúdico que encerra, e aproxima-se da Literatura.

A História é a ciência do passado e o conhecimento de certa realidade. Ela reconstrói imagens plausíveis. O historiador procura compreender o remoto, reanimando-o e reconstruindo-o por via indireta. Ele parte de um texto visível e faz dele uma tradução. No seu discurso, há impressões possíveis, pois busca a fidelidade de uma longínqua época, a que quer resgatar, e, ao aproximar-se dos pensamentos de homens do pretérito, não encontrará subsídios reais, pois eles pertencem só àqueles homens do passado e não a ele, o historiador. Nesse sentido, a História é ficção. Ela mostra acontecimentos, mas não vê tudo, a maior parte dos fatos fica oculta e a reescrita deles (a sua tradução) varia de acordo com a época em que se situa o escrito. Assim, por exemplo, a visão do Descobrimento da América não é a mesma nos vários séculos em que foi explicada essa peripécia histórica.

O historiador clássico dá ao passado uma lição política ou moral eterna, para o historiador e o romancista românticos o passado se inscreve na textura do presente. Segundo Dom Quixote, o historiador é um “sábio nigromante”, pois ele “nada lhe encobre quando quer escrever.”

Na *Poética*, Aristóteles diz que a poesia trata do universal, do possível, com verossimilhança e a história do singular. Segundo ele, é preferível impossível/verossímil a possível/incrível.

O discurso literário e o histórico diferem, na medida em que o histórico possui *shifters* de escuta como elemento testemunhal, tais como “ouvi dizer”, “tanto como sabemos”, etc., ao nível da língua, o literário só o coloca para conseguir o verossímil. O discurso histórico, além do acontecimento relatado, menciona, ao mesmo tempo, o ato informador, a fala do enunciante que a ele se refere e os *shifters* de organização; quando o enunciante organiza o seu próprio discurso, retoma-o numa palavra, por exemplo, “sobre ele não diremos mais”, “como dissemos acima”. Estes *shifters* trazem a ficção dos tempos da enunciação e da matéria enunciada, que dá lugar à aceleração da história com uso de número igual de “página” para espaço de tempo variado, como nos textos históricos de Maquiavel. Esses *shifters* incidem no processo de enunciação.

A História responde às exigências de autenticidade como ciência; e a narrativa literária, a autenticidade como verossimilhança, além de apresentar correlação com o gênero e com o sistema no qual e com o qual estão em analogia.

Na segunda parte de *Quixote*, capítulo III, página 326, em um diálogo com o bacharel Sansón Carrasco, Dom Quixote explana sobre verossimilhança, ao dizer:

(...) para compor histórias e livros, de qualquer gênero que sejam, é mister grande juízo e maduro entendimento; dizer graças e escrever donaires é de altíssimos engenhos. A mais discreta figura da comédia é a do parvo, porque precisa de o não ser quem quer fingir de tolo. A história é como que uma coisa sagrada, porque tem de ser verdadeira, e onde está a verdade está Deus enquanto verdade; mas, não obstante, há pessoas que compõem e produzem livros como quem dá “pihitos” (bolinhos fritos).

Sendo a História uma construção discursiva e simbólica, cabe ao leitor produzir o seu sentido, preencher os silêncios da História, fazendo-o o mais verossímil possível em relação ao ponto de observação em que se situa, pois a verdade da História é o que julgamos que aconteceu e não o que sucederam, segundo Borges. (*Ficciones*. p. 57) Assim, pergunto: por que não ser verdade a descrição que Dom Quixote faz de personagens de romances de cavalaria andante, se ele preenche, dessa maneira, os silêncios da estória? Se ele é um leitor, segundo Ortega y Gasset, em *Meditaciones* (p, 56), “a obra se completa completando a leitura.”

É à História que os leitores/autores recorrem para dar voz aos oprimidos, marginalizados, “às pequenas coisas” silenciadas pelos cronistas/historiadores. Sobre a procura dos pesquisadores/escritores de histórias guardadas nos arquivos e logo escritas por outros, sobre esse diálogo entre textos à espera de novos leitores, citamos o último capítulo, último parágrafo do *Quixote* (primeira parte):

Mas o autor desta história, apesar de ter procurado com diligência e curiosidade os feitos que praticou Dom Quixote na sua terceira saída, não pôde achar notícias deles, pelo menos por escritores autênticos: só a fama guardou, nas memórias da Mancha, que Dom Quixote, a terceira vez que saiu de sua casa, foi a Saragoça, onde se achou numas famosas justas que naquela cidade se fizeram, e ali lhe aconteceram coisas dignas do seu valor e bom engenho. Nem do seu fim e acabamento alcançaria ou saberia coisa alguma, se a sua boa sorte lhe não houvesse deparado um médico antigo que tinha em seu poder uma caixa de chumbo, que, segundo ele disse, se achara no derrocado cimento duma velha ermida que se renovara; nessa caixa se tinham encontrado uns pergaminhos, escritos em letras góticas, mas com versos castelhanos, que continham muitas das suas façanhas, e davam notícia da formosa Dulcinéia del Toboso, da figura de Rocinante, da fidelidade de Sancho Pança e da sepultura do próprio Dom Quixote com diferentes epitáfios e elogios da sua vida e costumes, e os que se puderam ler e tirar a limpo foram os que aqui põe o fidedigno autor desta nova e nunca vista história. O qual autor não pede aos que a lerem um prêmio do imenso trabalho que lhe custou investigar e revolver todos os arquivos manchegos, para dar à luz, senão que lhe dêem o mesmo crédito que costumam dar aos livros de cavalaria, que tão benquistos são por esse mundo; que com isso se dará por bem pago e satisfeito, e se animará a procurar e a dar à luz outras, se não tão verdadeiras, pelo menos de igual invenção e recreio.

Para concluir, citamos Ortega y Gasset (ibid.: p. 58): “Só podemos compreender o indivíduo através de sua espécie. As coisas reais estão feitas de matéria ou de energia, mas as coisas artísticas são — como o personagem dom Quixote —, de uma substância chamada estilo. Cada objeto estético é individualização de um protoplasma — estilo. Assim o indivíduo Dom Quixote é um indivíduo da espécie Cervantes.” Logo, o que podemos esperar, perguntamos, de uma imaginação da espécie criadora: realidade ou ficção?

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. Poética. Barcelona, Edimusa, 1989.

CERVANTES, Miguel de. Dom Quixote de la Mancha. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (tradução Viscondes de Castilho e Azevedo).

ORTEGA Y GASSET. Meditaciones. Madrid, Revista de Occidente, 1966.

— . Kant, Hegel, Scheler. Madrid, Alianza, 1982.

OLIVEIRA, Ester. Ema, la cautiva. América Hispánica, ano 3, jan/jun 1990, p. 75-90. Rio de Janeiro, SEPRHA.

PLATÃO. Diálogos. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d.



ACADEMIA DE LETRAS
HUMBERTO DE CAMPOS – VILA VELHA

JOSÉ HYGINO DE OLIVEIRA

Prezados Confrades:

Mais uma vez ocupo vossa preciosa atenção para falar sobre Zé da Luz, o saudoso poeta sertanejo, cujo nome escolhi e apresentei — faz algum tempo — nesta Casa para patrono da Cadeira que tenho a honra, nesta oportunidade, de ver padronizada.

Eu vos disse, noutra ocasião, que estimo a poesia cabocla, confessando que releio com emoção páginas de Catulo, Zé da Luz e de outros poetas sertanejos. E ratifico, neste momento, aquela afirmação.

E haverá no mundo quem não goste de coisas assim?

*Eu vi toda a Natureza
Tão triste, que às vez inté,
Me alebrava da tristeza
De uma casa sem muié!*

*...Eu vi as mãe sertaneja
com os peito mago, muchinho,
Sem uma gota que seja
De leite pra seu filhinho!*

Zé da Luz, patrono desta Cadeira, que agora tenho a honra de ocupar, não foi apenas um poeta sertanejo de rara sensibilidade. Era, além de tudo, e sobretudo, um homem bom. Um homem de coração aberto para todas as manifestações da Bondade.

Fosse apenas um hábil versejador, um fabricante de versos que não

Palavras proferidas pelo acadêmico quando da padronização da cadeira n° 16, que tem como patrono "o poeta sertanejo Severino de Andrade Silva (Zé da Luz)", em Vila Velha, 14 de outubro de 1996.

sentisse a Poesia, não teria minha admiração completa. Porque sou daqueles que entendem que a Poesia e a Bondade não podem vir separadamente. O Zé da Luz era — em um só tempo — Bondade e Poesia, porque era poeta na expressão exata da palavra.

Conheci-o de perto, ao lado da esposa e do filho. Pude ver como era grande o seu espírito, imenso o seu coração. Zé da Luz era profundamente humano. Nasceu bom porque era uma alma compreensiva, e sua sensibilidade vinha do coração que talvez fosse grande demais.

*Se eu fosse dono do mundo,
Eu li dava o mundo intero,
Li dava um baú cheinho,
Intupidinho de dinheiro,
Só de patacão de ouro,
De ouro bem brasileiro!
Mas eu não tenho nada
A não sê o coração,
Li ofereço esses versinho
Qui uma coisa traduz:
A eterna gratidão. (Zé da Luz)*

Os versos que acabaram de ouvir pertencem à poesia *Gratidão de caboclo*, que o poeta dedicou a um amigo.

Quando os ilustres e ilustrados componentes desta Academia se lembraram de minha pessoa para fazer parte desta Casa de Letras, o que logo me veio à lembrança foi a idéia de homenagear um poeta sertanejo e, neste momento, é o que faço, trazendo o nome de Zé da Luz para patrono da Cadeira que ocupo neste sodalício.

Sou muito grato pela distinção de que tenho sido alvo neste Cenáculo a que darei o melhor de meus esforços para seu engrandecimento.

Permitam que diga aqui, para encerrar minha arenga, estes versos de meu patrono:

*Se um dia nós se gostasse;
Se um dia nós se queresse;
Se nós dois se impariasse;
Se juntinho nós dois vivesse;
Se juntinho nós dois morasse;
Se juntinho nós dois durmisse;
Se juntinho nós dois morresse;
Se pro céu nós dois subisse...*

*Mas, porém, se acontecesse,
Qui São Pedro não abrisse
As porta do céu e fosse
te dizê quarqué tolice
E se eu me arriminasse
E tu cum eu insistisse
Pra que eu me arrezorvesse
E a minha faca puxasse
E o buxo do céu furasse,
Tarvez que nós dois ficasse...
Tarvez que nós dois caísse...
E o céu furado arriasse
E as virge todas fugisse!!!*

Aqui termino com os meus agradecimentos a todos que me ouviram com atenção.

Obrigado.



AS CHAMAS NO PORTAL DO SENHOR

PAULO MUNIZ DA SILVA

Por abrir esta comunicação diremos, com Wilfred Guerin, que “qualquer leitura (artística) pode ser sustentada lógica e plenamente pela evidência contida na obra literária.”¹ Assim, o que definirá a validade de uma leitura será a sua própria coerência.

Nesta leitura, tentaremos comparar o poder na linguagem de duas obras literárias: *As chamadas na missa*, de Luiz Guilherme Santos Neves e *El señor presidente*, de Miguel Ángel Asturias. Comparando as duas obras, gostaríamos de argumentar — e exemplificar com certos autores — que a boçalidade da opressão necessita da torpeza da submissão para que se forjique nas instituições, e nos homens que as representam, um tipo de poder que aprendemos, muito cedo, a chamar, naturalmente, de realidade.

Deleuze, comentando Foucault, enumera dois processos por que passa a naturalização do poder: “antes de reprimir, o poder produz realidade e antes de ideologizar, abstrair ou mascarar, produz verdade.”²

Para desvelar a naturalização do poder, tanto *El señor presidente*, como *As chamadas na missa*, abdicam da reprodução de um retrato da realidade, em favor da proposta de um jogo com o próprio discurso literário. Mas é dentro das regras e trapaças deste jogo que os dois autores celebram a arte literária. Utilizam, para isso, elementos da representação do real onírico que, combinados com atitudes lúdicas, extraídas da metalinguagem, conferem aos narradores oniscientes plena liberdade para transitar pelo tempo e pelo espaço narrativo.

Antes de exemplificar estas afirmações, faremos uma breve leitura do “conteúdo parafraaseável” das duas obras.

As chamadas na missa sustenta o ficcional sobre o histórico, recriando uma vila litorânea, e quase barroca, em pleno território do Brasil colonial. Com o desembarque de autoridades eclesiais do Santo Ofício, na vila, a

Paulo Muniz da Silva é professor e mestrando em Literatura pela UFES. A presente comunicação foi proferida na I Hispanidad/ES celebrada na UFES em outubro de 1997

população passa a viver sob a ditadura do medo.

El señor presidente expõe as desventuras de uma população urbana, subjugada pela soberania e boçalidade de um chefe de estado, depois que o mendigo “Pelele” mata, a dentadas e joelhadas, o “coronel José Sonriente Parrales — el hombre de la mulita.”

Em ambas as obras, o tempo e o espaço da narração estão expressos por aproximações imprecisas. Mas a imprecisão destes elementos referenciais conferem à linguagem das obras uma plena licença literária para exercitar o questionamento da verdade e da realidade produzidas pelo poder.

Na leitura de *As chamas na missa*, o leitor, seguindo indicações vagas, é tentado a levantar, por conta e riscos próprios, a localização histórica e geográfica da vila do Santíssimo Sacramento. De um diálogo aparentemente ocasional, entre narrador e narratário, a história começa a ser contada.

*“E a vila? Haverá interesse a vila? Pois sabido é que se diz, pode o lugar ser um outro (...) Por isso melhor seria deixar livre a imaginação para topografar a vila a bel prazer e bel conceber, se é importante, mapeando-a cada qual a gosto e capacidade.”*³

Neste excerto, observamos a importância que se dá ao leitor. Ele se torna o centro das atenções do narrador nestas palavras iniciais que destacam: o lúdico na linguagem, a livre imaginação na criação literária e a abolição de referências históricas, tudo isto, em favor do deleite de se contar e ouvir (ler) uma boa história.

O lúdico na linguagem não refere ao espontâneo artístico que comumente privilegia a forma literária em relação ao conteúdo. Trata-se, antes, de um mecanismo lingüístico eufêmico que torna mais digeríveis os temas trágicos de que trata a obra.

A livre imaginação é um elemento fundamental, na escritura de Luiz Guilherme Santos Neves. Ela propicia à narrativa uma licença artística sutil, mas totalmente necessária, para ficcionalizar fatos, personagens e espaços possivelmente históricos e, ainda, conferir verossimilhança coincidente a fatos ficcionais.

Na abolição dos referenciais históricos, Santos Neves passa pela investigação e desconstrução do discurso histórico para enunciar os novos sentidos que o passado adquire na tessitura do texto artístico contemporâneo. O leitor pode preferir o jogo à elucubração no ato de reatualizar os sentidos que a obra recupera do passado para o presente.

Em *El señor presidente*, o leitor se orienta inicialmente pelo jogo

com os elementos fônicos da língua espanhola. Mas este jogo encobre parcialmente a pobreza promíscua e feia em que vive “los pordioseros” — protagonistas da trágica miséria que se abate sobre o povo, governado pela tirania política do presidente.

Uma súplica, quase profética, compõe o cenário de uma procissão imunda que se dirige para “el portal del señor”, e inaugura a narrativa de Asturias.

*“...! Alumbra, lumbre de alumbre, luz de piedralumbre! Como zumbido de oídos persistía el rumor de las campanas a la oración, maldoblesar de la luz en la sombra, de la sombra en la luz. ! Alumbra, lumbre de alumbre, luzbel de piedralumbre sobre la podredumbre!”*⁴

Inicialmente, o jogo entre o leitor e a obra se instala na face do significante. A aliteração e a assonância parecem atrair sobre si os efeitos poéticos da musicalidade, valorizando, na obra, a beleza da forma. Mas significante e significado se unem na expressão que invoca as chamas de uma luz, quase deificada, sobre a sombra e a podridão que imperam entre os pedintes que pernoitam no “Portal del Señor.”

Na linguagem religiosa, a luz e a sombra são símbolos metafóricos que se excluem mutuamente, mas em Asturias têm uma interação dúbia. Diante desta relação ambígua a linguagem se sustenta, porque o verbo se eleva e clama, “!Alumbra!”, em nome dos flagelados pela realidade e pela verdade produzidas no poder que exerce o presidente.

O imaginário das classes sociais intermediárias, representadas por Asturias, possui uma flexibilidade subjetiva quase desprezível. As preocupações diárias desta casta variam da satisfação das necessidades primárias do corpo às bajulações dirigidas ao presidente. Temem, de um lado, a difícil eclosão de um movimento revolucionário e, de outro lado, o fatal e certo alcance do “señor presidente.” A massa deserta-se das questões políticas.

Entre “los pordioseros” — feios, sujos e malvados —, as preocupações quotidianas são outras. Cultivam o instinto de sobrevivência, sustentam a promiscuidade sexual e suprimem qualquer forma de solidariedade. Dos mendigos

*“... nunca se supo que se socorrieram entre ellos; avaros de sus desperdicios, como todo mendigo, preferían darlos a los perros antes que a sus comapañeros de infortunio.”*⁵

Asturias não aponta saídas libertadoras que rompam o jugo a que se prendeu a massa urbana, sodomizada politicamente pela iniquidade do amo presidencial. Mas sua linguagem ridiculariza o poder em todas as singularidades sociais em que ele se insere.

Na congregação passiva e feminil de bajuladores, a narrativa asturiana expressa toda a comicidade presente na submissão leviana dos explorados. O narrador expõe ao ridículo a ingenuidade subserviente do povo, no momento em que o aniversário do presidente é comemorado com discursos populares na praça.

“— ‘! Hijo del pueblo!’ — repitió la del discurso. (...) Un aplauso cerrado ahogó la voz de la lengua de vaca, como la llamaban por mal nombre a la regatona que decía el discurso, y una serie de abanicos de vivas dieran aire al mandatario y a su séquito:
— ! Viva El Señor Presidente!”⁶

No cenário cultural criado por Asturias, o indivíduo está apático. O medo da prisão, da tortura e da morte estanca as possibilidades de uma revolta e reforça a domesticidade civil e servil. Nesta ambiência de crise, o indivíduo, domesticado e dócil, desenvolve uma resignação tola, que não se desvencilha da proteção proporcionada pelo poder materializado na instituição. Então ele se gratifica com qualquer forma de contato mantida com o amo. Mesmo quando é sadicamente castigado, não se indigna, antes extrai, da dor, um prazer quase masoquista, como forma de agradecer ao amo e tornar-se mais útil.

Assim se comporta um escrevente nos momentos que precedem o castigo de “doscientos palos”(!) que lhe fora prescrito pelo presidente, por ter, descuidadamente, derramado tinta sobre uma carta recém-assinada por “El Señor Presidente.”

“Pensaba, no como el resto de los mortales que aquel castigo era inicio; por el contrario, que bueno estava que le pegaran para enseñarle a no ser torpe — y no poder gritar para aliviarse! —, para enseñarle a hacer bien las cosas, y no derramar tinta sobre las notas — ! y no poder gritar para aliviarse!”⁷

Os suplícios, aos quais estão sujeitos os pecadores de *As chamas na missa*, espalham o medo entre os habitantes da vila do Santíssimo Sacramento. Assim como ocorre, no plano político, com as personagens de Asturias, as personagens protagonistas criadas por Santos Neves estão em

processo de deserção religiosa. Santos Neves reconstituiu, nas suas personagens, o imaginário barroco marcado pelo conflito interior. Há uma constante oscilação entre o medo do inferno (e da Santa Inquisição) e os prazeres do corpo. As paixões secretas e as concepções religiosas pessoais singularizam as personagens de Luiz Guilherme, mas o medo as congrega na procissão que as leva à missa.

A procissão é apresentada através de duas perspectivas: a do narrador — que alicia a participação e a cumplicidade do leitor —, e a das personagens que assistem à procissão, e à missa, a uma distância que só lhes permite alcançá-las com os olhos.

Pela perspectiva irônica e lúdica da linguagem do narrador, a procissão, que precede a missa inaugural do Santo Ofício, na vila, é ligeiramente promíscua e ambiguamente libidinoso.

“E o povo ali estava em acotovelos, a cotos-de velas, (...) sendo mister segurar com firmeza e, se nem todos os honoráveis têm mãos castiçais, que pelo menos, pelomenasmente firmes, embora, saiba-se que variam o jeito e a forma do uso das mãos entre os homens, não será exceção ali, dentre os que — reunidos e enfileirados — se vão em fraternidade processional...”⁸

Na visão de Maria Capa-Homem — neta de uma homônima que expulsara estrangeiros que tentaram ocupar a vila — a missa é um aprisco de animais dóceis e domesticados, prontos para o abate.

“Filhos de uma vaca parideira, pensa Maria, estão de rabos enfiados entre as pernas com medo medonho e ainda rezam na missa que vai dar com eles na fogueira do Santo Ofício.”⁹

Segundo Foucault, o poder desloca das pluralidades para as singularidades minúsculas das relações de forças, como discussões de vizinhos, de casais, excessos alcoólicos, sexuais e — tantas — paixões secretas.¹⁰

Vê-se, então, que o poder se manifesta na linguagem. É este poder, atuante nas singularidades minúsculas, que sustenta os aparelhos de repressão política, em *El señor presidente*, e os processos investigatórios, e punitivos, instaurados pelo Santo Ofício, em *As chamas na missa*.

A vigilância velada, apreendida pelos aparelhos políticos, mantém o indivíduo em tensão permanente, no meio social. Os inquéritos religiosos estimulam a denúncia anônima e conferem aos depoimentos espontâneos uma verdade suficiente para incriminar e condenar o indivíduo denunciado.

Tanto em Asturias como em Santos Neves, constatamos uma fragmentação celular das massas, pelo deslocamento do poder.

Mas se o poder está na linguagem, a arte literária se serve dele para construir, confirmar ou destruir os efeitos de sentido que marcam o imaginário social de cada época. Assim, tanto em *El señor presidente* como em *As chamas na missa*, oprimidos e opressores são expostos a situações vexatórias, em que se manifestam as relações de força articuladas pelo poder presente na linguagem.

A obra de Asturias forja um ambiente propício para que o leitor se identifique com a trágica situação em que se encontra a sociedade urbana, subjugada pela tirania política. Mas não há solução aparente para renovação mental das massas, porque o indivíduo deserta-se das questões sociais, migrando-se para as questões do corpo.

Na obra de Santos Neves, uma linguagem descompromissada, poética e auto-referencial guia o leitor, num clima de desbunde alegre e cômico, para que se divirta com a espetacularização dos suplícios, ministrados pela Santa Inquisição, sem se apiedar dos supliciados.

Em ambas as obras, a linguagem desnuda a naturalidade das relações de poder e reafirma a criação e a leitura artísticas como formas de renovação mental do homem contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

- ASTURIAS, Miguel Ángel. *El señor presidente*. 7ª ed. Buenos Aires, Losada, 1967.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. Trad. Cláudia Sant'ana Martins. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *As chamas na missa*. Rio de Janeiro, Philobiblion/Fundação Rio, 1986.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

NOTAS

- 1 GUERIM, W.L. Abordagens críticas à literatura. P. 145.
- 2 DELEUZE, G. Foucault. P. 38.
- 3 SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *As chamas na missa*. p. 9.
- 4 ASTURIAS, Miguel Ángel. *El señor presidente*. P. 7.
- 5 Idem, p. 8.

- 6 Ibid., p. 89.
- 7 Ibid., p. 33.
- 8 SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. As chamadas na missa. p. 38.
- 9 SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. As chamadas na missa. p. 14.
- 10 FOUCAULT, M. apud DELEUZE, G. Foucault. P. 38.

DISCURSO DE ABERTURA DO SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E LITERATURA

LUZIA TOLEDO

Senhor presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, consócio Miguel Depes Tallon.

Senhor presidente da Academia Espírito-santense de Letras, desembargador Rômulo Salles de Sá.

Senhor presidente da Associação Espírito-santense de Imprensa, jornalista Frederico Teixeira Filho.

Senhora presidenta da Academia Feminina Espírito-santense de Letras, escritora Graça Neves.

Senhor Secretário de Estado da Cultura, escritor Maciel de Aguiar.

Senhora Secretária Municipal de Cultura, jornalista Cláudia Cabral.

Demais autoridades presentes, minhas senhoras, meus senhores.

Desde os tempos imemoriais, quando Heródoto, em sua “História”, anunciou o seu propósito de “investigar as causas verdadeiras” que levaram os gregos e persas à guerra, o homem tem procurado delimitar as fronteiras entre a ficção e a história. Aristóteles já pregava em sua “poética” a supremacia do que “poderia ter sido” sobre o que “de fato, aconteceu.”

Outros, Platão inclusive, já abominavam os poetas. A verdade é que essa discussão entre os limites da fantasia e do real permanece até hoje apaixonante. Daí, porque reputo da maior atualidade este seminário, que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em boa hora, promove.

Nesta oportunidade, em que, na condição de presidenta de honra deste evento, dou por aberto os trabalhos, não poderia deixar de consignar, aqui, os meus agradecimentos a esta casa, pela distinção com que me galardoou, ao me conceder tamanha honraria. Aos meus consócios, pois, meus sinceros agradecimentos.

Vitória/ES, 19/11/97.



DISCURSO DE POSSE

GERALDO DA COSTA MATTOS

Meus queridos consócios, senhores e senhoras:

O dr. Miguel Depes Tallon, nosso líder, me determinou apresentar uma rápida introdução aos trabalhos de hoje. Uma forma eufêmica de me trazer a esta sessão, pois, afinal, tenho também a grande honra de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e não venho comparecendo às reuniões.

Pois mesmo deste modo não consegui a minha presença. Uma viagem a Fortaleza, para cumprir deveres de estado, mo impediu.

Peço irem justificando minhas ausências em razão do acúmulo de obrigações no Gabinete do Reitor da UFES, atualmente sob minha chefia, por vocação para a promoção do ser humano, da parte do Magnífico Reitor, prof. doutor José Weber Freire Macedo e do vice-reitor, prof. doutor Rubens Sérgio Rasseli.

Na voz do prof. doutor Luiz Busatto, a quem agradeço de público ler este texto, minhas palavras se enriquecerão muito e chegam a ser dignas desta eminente assembléia.

Unindo História e Poesia, em uma mesma fala (são estes os enfoques de hoje), o doutor Miguel demonstra profunda e atual sintonia com as reflexões deste momento histórico, no sentido de encontrar um caminho para o alívio das contorções e das disformidades da comunidade humana.

Em sua obra digna de séria meditação *As estruturas antropológicas do imaginário*, Gilbert Durand diz ao leitor que não há como fundar o humanismo planetário sobre a exclusiva conquista das ciências. A restauração do equilíbrio da consciência e a reconquista da convivência fraterna passarão necessariamente por uma Pedagogia do Imaginário, pelo ensino sistemático da arquetipologia, da estilística, da retórica e das belas-artes. É

Geraldo da Costa Matos é professor-doutor em literatura brasileira, membro do IHGES e autor de *Vendaval* e *O palco popular e o texto palimpséstico* de Ariano Suassuna.

que “a verdadeira liberdade e a dignidade da vocação ontológica das pessoas não repousam senão nesta espontaneidade espiritual e na expressão criadora que constitui o campo do imaginário.

A iconoclastia (no sentido maior) tão presente em nossa civilização, conduzindo ao extremo a prática diáirética pela qual tudo está dividido, reduzido a todos os fragmentos, ao isolamento no eu (mesmo no bojo da chamada Globalização) aniquila o *socius*. Então, o consócio (no sentido de sócio com), está ameaçado de ser apenas uma palavra pendurada nas páginas dos dicionários.

Aos humanos está proposta a escolha desesperada de serem para o mundo e para a morte.

Sem um sentido maior, seja pela via das religiões, do engajamento no trabalho pelo bem-estar social, pela sobrevivência com dignidade, enfim, sem uma comunhão com a alteridade o humano se bestifica.

O imaginário é a fonte da Poesia. Sobre ser este fenômeno está na raiz do Ser dos humanos. A lógica da razão não dá conta de sua essência. O homem não cabe dentro de uma figura geométrica.

Durand faz seus os versos nos quais se lê que

A poesia é um piloto.

Orfeu acompanha Jasão.

Que seria dos Argonautas sem a lira de Orfeu? Quem daria cadência aos remadores?

No universo da Poesia, tem morada este milagre da Hipotipose de concentrar passado, presente e futuro, para desespero da força destruidora de Cronos, de dar à luz a Onipresença.

O pensamento atemporal pensa em quadros de simultaneidade. Não ser estraçalhado pelas forças do tempo (no qual se faz a História), mas domá-lo e dominá-lo, eis a grande sede humana.

E domínio atingido pela Função Fantástica em suas várias dimensões: como Casa da Poesia, certeza de que o tempo é passageiro, humanização das decisões, quer em termos ecológicos e/ou econômicos, do gozo do corpo e do espírito, inclusive na planura da mística.

Reconhecer este fenômeno, hoje em emergência, na procura de ainda se tentar pôr o progresso científico e tecnológico a serviço da humanidade ao invés de os humanos serem satélites da computação, é querer o Pastor do Ser reconduzir a humanidade às pastagens verdejantes da esperança do reencontro com o bem-estar, com o estar bem, da matéria e do espírito. É querer uma História em águas vivas e não em bolsões de lixo e em lagos infectos.

Procurar trazer estas reflexões ao Instituto Histórico e Geográfico é querer ver aqui um espaço para a humanização dos humanos.

Parabéns, então, ao dr. Miguel Depes Tallon e a todos nós.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE HISPANO-AMERICANA

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL.

Ao abordarmos os mecanismos de instauração da modernidade numa sociedade ainda profundamente marcada pelo processo de colonização, precisamos nos situar perante algumas questões impostas pelo discurso moderno. O discurso instaurador da modernidade, que se difunde na Europa e na América, desde finais do século XVIII, impulsionado pela “Revolução Americana”, pela “Revolução Francesa” e a “Revolução Industrial”, coloca-nos uma série de questões importantes em relação à construção de alguns conceitos, como, por exemplo, a identidade.

O discurso instaurador da modernidade, que permaneceu hegemônico até bem pouco tempo, baseia-se numa clara divisão entre o real e a sua representação. Ele se corporificou numa estratégia de distanciamento tanto da natureza quanto da cultura, na medida em que se fundou numa racionalidade abstrata. A narrativa histórica objetiva deveria medir suas afirmações sobre a realidade a partir da sua correspondência efetiva aos eventos reais, ou seja, comprovar a sua veracidade através de documentos. Hobsbawn e Ranger, ao trabalharem a noção de tradição inventada no estudo das representações, partem da idéia de seu caráter construído e portanto, mistificador. Gellner compartilha da mesma posição, visto que para ele a identidade cultural é uma espécie de falsa consciência.

No momento atual em que surgem novas identidades culturais, incrementadas pelo surgimento de teorias pós-modernas e que há um aumento do interesse pelos estudos étnicos, essas teorias representam alternativas a um modernismo que aparentemente fracassou. A época das certezas tem sido rechaçada e vários trabalhos acadêmicos têm se distanciado ultimamente de qualquer forma de implementação de significados fixos. Estamos num momento que poderíamos definir como período de hegemonia declinante das teorias modernas do conhecimento.

Antonio Carlos Amador Gil é professor assistente de História da América/UFES e Doutorando em História na USP. A presente comunicação foi apresentada oralmente na 1ª Hispanidad/ES.

A crise da modernidade tem gerado uma fragmentação das grandes unidades que foram incessantemente buscadas no decorrer do século XIX. Neste sentido, podemos constatar que a fragmentação de uma dada ordem mundial tem permitido o surgimento de novas identidades culturais e portanto de novas histórias. Isto acontece porque a História é o discurso da identidade. Estamos nos referindo ao processo de apropriação do passado. Marshal Sahlins afirma em seu livro "Ilhas de História" que "a cultura é precisamente a organização da situação corrente em termos de um passado".¹ A teoria do conhecimento em seus parâmetros modernos define o passado como um segmento arbitrariamente escolhido de um *continuum* temporal que termina no momento presente e sua estrutura seria o produto de um tipo específico de pesquisa conduzida por especialistas que definiriam a verdade, pois a verdade seria singular. Todas as demais interpretações do passado que não se enquadrassem na interpretação considerada como verdadeira seriam consideradas como deturpações *falseadoras* do real.

Ora, o passado é uma construção do presente, o passado é construído a partir do processo de constituição da identidade. A imposição de um passado no presente nos remete ao questionamento de saber quem possui ou se apropria do passado e portanto, de quem é capaz de identificar a si mesmo e conduzir o processo de identificação. Neste sentido é que afirmamos que o surgimento de novas identidades implica no surgimento de novas histórias, isto porque estamos nos referindo ao surgimento de novos passados. Esta perspectiva se impõe contemporaneamente em diversas regiões de nosso planeta, como é o caso, por exemplo, da Bósnia e da Chechênia.

Nosso trabalho se situa num momento anterior. Se hoje a preocupação com a teoria sobre o nacional se reporta à fissura dos Estados, a preocupação anterior era a unificação de diversas províncias e regiões num Estado-nação. Nossa indagação parte do fato de que a Argentina atual, assim como o Brasil e outros países da América, não têm desenvolvido movimentos que contestem a identidade nacional que foi sendo implementada paulatinamente. Isto pode ser o indício de que este processo de constituição da identidade e respectivamente de um passado conseguiu se tornar hegemônico sem que as tendências atuais das teorias tenham influenciado na mudança destas características. Neste sentido, interessamos em traçar alguns elementos que foram fundamentais no processo de construção de um passado que interessasse às elites dirigentes de Buenos Aires no alvorecer do século XIX e que se tornou hegemônico posteriormente.

Élise Marienstras, num de seus estudos sobre construção da nacio-

nalidade nos Estados Unidos,² trabalha numa perspectiva em que tanto a identidade se mantém através da posse de um passado comum, como se constrói através das instituições formadoras do Estado.

A nacionalidade bem como a idéia de nação são “artefatos culturais de um tipo peculiar”.³ A redefinição desses artefatos por volta de fins do século XVIII foi resultado de uma combinação espontânea e complexa de forças históricas, que uma vez criados foram e são passíveis de serem transplantados, com graus diversos de consciência, a uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem a uma multiplicidade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas.

Ao acompanharmos a discussão e a análise das origens específicas da idéia de nação na Europa, temos que levar em consideração o papel importante da editoração, que permitiu a um número cada vez maior de pessoas pensarem sobre si mesmas e se relacionarem com outras num estilo profundamente renovado. O agrupamento das línguas vulgares que surgiram no decorrer dos séculos XVI e XVII e a criação de línguas impressas mecanicamente reproduzidas, passíveis de disseminação no mercado, tornou possível uma interação maior entre os membros de uma mesma comunidade ou sociedade. O romance e o periódico, por exemplo, duas formas de comunicação que se desenvolveram a partir do século XVIII, ofereceram recursos técnicos que influenciaram a estruturação sistemática da idéia de nação. No caso europeu, este novo sentimento foi fruto de uma interação *semifortuita*, mas explosiva entre um modo de produção que se tornava dominante (o Capitalismo), uma tecnologia de comunicações (a imprensa) e a diversidade linguística européia.⁴

Em relação às antigas colônias hispano-americanas, podemos destacar que a língua não era um elemento que diferenciava as colônias de suas respectivas metrópoles. Na verdade a língua nunca foi sequer um tema nessas antigas lutas de libertação nacional.⁵

Os fatores da separação das colônias americanas de suas metrópoles são normalmente relacionados ao enrijecimento do controle exercido pelas metrópoles e à disseminação das idéias da Ilustração no final do século XVIII e inícios do século XIX, assim como, no caso espanhol e português, aos desdobramentos dos conflitos europeus referentes ao processo da Revolução Francesa. Sem dúvida são fatores importantes, mas por si sós não explicam porque entidades como o Chile, a Venezuela, a Argentina vieram a se tornar politicamente viáveis. O fato de várias novas repúblicas americanas terem sido unidades administrativas diretamente ligadas à metrópole pode ajudar a compreender este processo, contudo no Brasil e nos EUA havia uma estrutura semelhante, com várias unidades administrativas ligadas à metrópole, sem que tenha existido tal fragmentação.

Élise Marienstras⁶ nos dá algumas referências importantes para analisar o processo de fundação da nacionalidade na América. Os colonos da América em geral tinham a noção da diferença entre si e os “selvagens”, seguindo o esquema da civilização x selvageria (barbárie) e tinham uma noção da diferença entre si e os europeus, pois se consideravam os civilizados que encontravam a realidade concreta da selvageria. Havia portanto a primeira condição para a existência de uma nação, mesmo que virtual, na medida em que os colonos construíram o espaço de sua diferença, de sua oposição a um outro. O pensamento político do século XIX latino-americano possui esta dualidade discursiva. Dualidade que se expressa na construção de duas categorias sociais: a de civilização e a de barbárie. A idéia de civilização se associava freqüentemente com a tentativa de implantação e cópia dos modelos europeus que encontravam uma realidade muito diferente, fortemente marcada por um legado colonial que gerava grandes contradições. Uma passagem do periódico “El Censor” que questiona a “fiesta de toros” é bastante ilustrativa:⁷

“Es posible que mientras se trata de perfeccionar la sociedad , permanezca en nuestro seno esa escena sangrienta, que justamente caracterizan de barbara las naciones civilizadas?(...)”

A postura do redator é desfavorável a este tipo de manifestação, visto que não consegue entender como um governo que se pretende ilustrado continue a permitir tal prática, normalmente associada ao barbarismo.

Porém, o que diferenciava as diversas partes, como, por exemplo, o Chile e a Argentina? Neste sentido, é preciso examinar de que maneira organizações administrativas criam significado. A circulação de idéias assim como as especificidades geográficas e administrativas assumem um papel importante. A oralidade tinha um papel muito importante visto que a editoração sofria restrições na América colonial espanhola devido a um forte esquema de censura. A leitura em rodas de analfabetos e os pasquins manuscritos foram meios propagandistas importantes para se chegar a um círculo mais amplo de leitores. Mesmo com todas as dificuldades, houve o surgimento de diversas gráficas locais na América Espanhola na segunda metade do século XVIII,⁸ e os primeiros jornais conseguiram ter uma relativa inserção.

Estes jornais continham ao lado de notícias da Metrópole, outras notícias como: notícias comerciais; ordenações políticas coloniais, casamentos dos ricos e assim por diante. O que colocava lado a lado, na mesma página, casamentos locais com o movimento dos navios, os preços dos

produtos com os bispos nomeados e suas atividades, era a própria estrutura da administração colonial. Desse modo, um jornal de Buenos Aires, por exemplo, de maneira muito natural e até mesmo apolítica, criava uma comunidade entre uma determinada congregação de companheiros-leitores, à qual pertenciam esses navios, noivas e preços.⁹ Paulatinamente, passaram a entrar aí também elementos políticos. Este foi um dos elementos importantes na formação de um sentimento de comunhão de interesses que embasou o processo de construção dos estados. Estamos nos referindo ao processo de construção de identidades.

Com a independência, o Estado argentino teve que abandonar o referencial universalista, ou seja, o espanhol, e ao mesmo tempo combater a operacionalização das identidades locais imediatas, no intuito de forjar o sentimento de identidade nacional. No período colonial, o colono do Vice-reino do Rio da Prata se vê como o espanhol em contato com uma realidade que lhe é específica, definindo-se como um espanhol americano. No decorrer do processo de independência, os colonos abandonam o referencial ibérico, e profundamente marcados pelos aspectos localistas, operacionalizam as suas identidades regionais se definindo como os americanos de Santa Fé, de Corrientes, de Buenos Aires e assim por diante. O Estado argentino teve que lutar com forças centrífugas e desagregadoras para tentar construir uma unidade nacional, ainda que de uma forma incipiente e bastante contraditória. O Estado teria que assumir o papel de homogeneizador de uma comunidade e portanto construtor de uma idéia de nacionalidade.

Ao pesquisarmos os periódicos do período da independência, percebemos que os autores tinham consciência de que estavam fundando uma nova sociedade e também um homem novo. Talvez possamos interpretar o caráter revolucionário da independência argentina a partir desse prisma.

Ao analisarmos alguns conceitos utilizados no período, não podemos deixar de mencionar os riscos de anacronismos na análise da linguagem política. José Carlos Chiaramonte é um dos historiadores que tem tido esta preocupação, visto que alerta para o fato de que no período por nós estudado podemos encontrar diversas acepções de um mesmo termo na medida em que coexistiam doutrinas e práticas do “antigo regime” no momento do surgimento de novas teorias e doutrinas derivadas das revoluções políticas do final do século XVIII.¹⁰

Um de nossos objetivos é fazer um levantamento de elementos que nos permitam averiguar o verdadeiro sentido de um certo número de categorias que foram importantes na definição do processo de constituição da nação naquele período. Neste sentido, analisamos uma série de documentos no “Archivo General de la Nación” e outras instituições, assim como

consultamos uma série de periódicos que circularam no período.

Uma das imagens correntes no período era a dicotomia entre o espírito das luzes e o espírito das trevas ou, na linguagem persuasiva da época, “o gênio do mal”, representados respectivamente pela liberdade e pela intolerância.¹¹

Outra imagem também comum na época era da História como mestra da vida. Esta imagem tipicamente iluminista nos reporta ao empenho dos diversos redatores em mostrar “os exemplos semelhantes que a História oferece e que dita a razão.”¹²

Ao analisarmos o termo “argentino”, podemos perceber que este conceito se referia normalmente a portenho e não traduzia a existência de um sentimento de nacionalidade que fosse substituir a espanhola.¹³ Numa comunicação pública, o Cabildo de Buenos Aires se dirige aos “generosos argentinos”. Vejamos:

“Generosos Argentinos! (...) Ciudadanos, en momentos tan exigentes la Patria reclama nuestra unión estrecha y sincera, para estar preparados contra toda agresión externa, y para iludir con tiempo cualesquiera maquinacion que tenga por fin la disolución del Estado”.¹⁴

Apesar de não definir ao certo a quem se refere o termo “argentinos”, podemos supor que, por tratar-se de uma comunicação da cabilda da cidade de Buenos Aires, se refira aos portenhos. Contudo, a comunicação também não se refere explicitamente aos portenhos, podendo ser entendida também como uma exortação aos cidadãos/habitantes de todas as províncias. Já numa comunicação do Diretor Supremo aos habitantes de Salta conclama os “bravos e generosos Saltenhos”¹⁵ apelando basicamente para a identidade provincial. Da mesma forma, ao se dirigir aos “valentes e generosos habitantes” das províncias de Salta e Tucumán, afirma: “Bravos Salteños y Tucumanos” (...) “la libertad americana es su obra (...)”¹⁶ Novamente apela à identidade provincial e se refere à liberdade de uma maneira genérica e abrangente.

O termo normalmente utilizado para diferenciar os habitantes da região do Rio da Prata dos espanhóis peninsulares era o de americano. Não havia portanto, naquele momento, uma definição clara de uma nomenclatura para o território que se independizava. Além disso, não podemos esquecer que durante os primeiros anos, a autonomia foi proclamada em nome de Fernando VII e ainda se considerava que a “nação espanhola” seria composta das “províncias de um e outro hemisfério.”¹⁷ Este quadro pode explicar melhor:

PROVÍNCIAS DA AMÉRICA

Neste sentido, a referência a América enquanto corpo abstrato da nação era muito utilizada. Podemos constatar isto na afirmação de Pazos Kanki quando comenta a destruição de uma força do exército de libertação: “deben responder a la America de la pérdida de una victoria de que ellos mismos se atrevieron a decir anticipadamente(...)”¹⁸ Ou também ao defender uma atitude moderada com os europeus: “(...)si no nos toleramos con modestia(...) los americanos jamás, jamás seremos libres(...)”¹⁹ O redator, ao falar em americanos, também se inclui.

Antonio José Valdés, o redator do “El Censor que circulou a partir de 1815, também se dirige constantemente aos “pueblos americanos.” Ao exortar a ação, dirige-se sempre aos “prudentes americanos” ou aos “generosos americanos.”²⁰ Ao publicar uma nota com notícias do interior, faz um apelo:²¹

“(...)Vuelvo a suplicar más noticias a los celosos americanos de las provincias interiores. La que ha motivado esta nota me ha sido comunicada por un amigo cordobes (...)”

Outra imagem que se encontra na documentação é a associação mais restrita com a parte sul da América, ou seja, os americanos do sul ou homens livres do sul. O congresso que elaborou a ata da independência, por exemplo, se auto-intitulava “Congreso de las Provincias Unidas en Sud-America.” Quando o “Ayuntamiento” de Buenos Aires se dirige ao “povo”, informando que o estabelecimento de uma comissão militar, uma comissão civil e outra de seqüestros não atacava os “direitos do homem”, faz o seguinte apelo:

“(...) ocurrida la Comision Civil, como Ciudadanos libres, a deponer lo que sepais, lo que os conte, y lo que averigüeis (...) Sea para todos primero la Patria, la vida de la Patria (...) de modo que los que ultrajaron al gran Pueblo, los que causaron la desunión de vuestros hermanos, o no puedan existir, o desaparezcan de entre los hombres libres del Sud(...)”²²

Temos aqui algumas referências muito interessantes. Este documento é bastante claro ao dizer que devem desaparecer ou deixar de existir todos que causaram a desunião ou ultrajaram o “grande povo” que pode se associar à idéia de união dos diversos povos das províncias. Também se refere à pátria que, no nosso entender, está associada à idéia de povo maior e

finalmente se refere à categoria de *pertencimento* geográfico que estaria associada a esses “cidadãos livres” ou “homens livres”. No caso, aos cidadãos ou homens livres do Sul.

Podemos perceber que ainda não havia uma definição clara da identidade argentina conforme os diversos documentos analisados e, para finalizar, ressaltaríamos que esta definição não seria possível enquanto houvesse a ambigüidade entre diversas identidades locais e/ou provinciais e as identidades supranacionais, no caso, americana ou americana do sul.

NOTAS

- 1 SAHLINS, Ilhas de História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- 2 MARIENSTRAS, Élise. Les mythes fondateurs de la nation américaine. Paris, François-Maspero, 1976.
- 3 ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo, Ática, 1989, p.12.
- 4 ANDERSON, op. cit., p.52.
- 5 ANDERSON, op. cit., p.57.
- 6 MARIENSTRAS, Élise. Les mythes fondateurs de la nation américaine. Paris, François Maspero, 1976.
- 7 El Censor, n.8, 12/10/1815.
- 8 Cf. ANDERSON, op. cit., p.72.
- 9 ANDERSON, op. cit., p.73.
- 10 CHIARAMONTE, José Carlos. Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación argentina (1800-1846). Buenos Aires, Ariel, 1997, p.114.
- 11 El Censor, n.1, 7/1/1812.
- 12 Cf. por exemplo El Censor, n.14, 23/11/1815.
- 13 cf. CHIARAMONTE, José Carlos. op. cit., p.64.
- 14 AGN, Sala VII- Andrés Lamas, Legajo 65. Proclama de 10 de julho de 1816.
- 15 AGN, Sala VII – Andrés Lamas, Legajo 65. Comunicado de 18 de outubro de 1816.
- 16 AGN, Sala VII – Andrés Lamas. Legajo 65.
- 17 El Censor, n.6, 11/2/1812.
- 18 El Censor, n.1, 7/1/1812.
- 19 El Censor, n.1, 7/1/1812.
- 20 El Censor, n.11, 2/11/1815.
- 21 El Censor, n.18, 21/12/1815.
- 22 AGN, El ayuntamiento al Pueblo. Buenos Aires, Imprenta de Niños Expósitos, 5 de abril de 1815. Legajo 65. Sala VII- Andrés Lamas.

HISPANIDADE

ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA

Desde Américo Vespúcio, forjou-se o nome Novo Mundo. As novas terras foram uma novidade para os europeus e estes foram uma novidade para os indígenas. Desse contato surgiu uma nova construção humana diferente da européia e da indígena. Mescla, adaptação e osmose foi o processo que modificou mentalidade, língua, valores e crenças. Nesse sentido, de fato, temos a presença de um Novo Mundo, com personalidade única, a América Latina.

A segunda semana de outubro é a época de parar para refletir, mas também para festejar, o fato de a América, em sua quase totalidade, ter sido inserida no mundo ocidental, precisamente o hispânico. E foi a Espanha a maior causadora desse movimento integrador.

Nesses cinco séculos, espanhóis e latino-americanos compartilham um espaço que por eles vai sendo modificado.

Nessa terra, convivem resíduos pré-hispânicos junto com outros de regiões diversas, oriundos da África, Ásia e Europa, porém o povo que aflorou desses resíduos pensa, reza, fala e se organiza com base, principalmente, na cultura européia.

Desde o declinar da Idade Média até os nossos dias, a Espanha vem oferecendo ao mundo sua língua, sua cultura e sua literatura.

A língua espanhola, geograficamente a mais estendida, é a oficial de 21 países localizados em três continentes: Europa, África e América e, também, na ONU, na Comunidade Econômica Européia, além de ser ponte de união no Mercosul. Ela é importante tanto do ponto de vista da comunicação, como do ponto de vista literário, tecnológico, econômico e político. O estudo do Espanhol, como elemento de comunicação, em nível internacional, já ocupa o segundo lugar no mundo.

No Espírito Santo, mais precisamente em Vitória, existe uma tradição no ensino desse idioma. Queremos lembrar dois acontecimentos relevantes, relacionados com a implantação do ensino de Espanhol e desenvolvimento da cultura hispânica em nossa cidade: o primeiro foi a criação,

em 1942, de um curso de Espanhol, oferecido pela Academia Espiritosantense de Letras, quando era o presidente o Sr. Eurípedez Queiroz do Valle, a quem prestaremos homenagem por seu centenário de nascimento. Nesse curso pioneiro no Estado, já se observa o processo de integração, pois o ministrante era o Sr. Carlos Mario Vallejo, vice-cônsul do Uruguai. O segundo fato que queremos salientar foi a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo (a FAFI) que, em seu Curso de Neolatinas, oferecia a disciplina Língua e Literatura Espanhola, que proporcionava aos graduados habilitação para o ensino da literatura hispânica e da língua espanhola. A primeira a ministrá-la foi a professora Maria Rachel Abreu Lima e Pereira, logo a primeira professora de Espanhol da graduação da UFES. Essa professora foi, também, a primeira presidenta da Associação de Professores de Espanhol do Espírito Santo.

A importância do Espanhol do ponto de vista literário é relevante, haja vista a quantidade de escritores de língua espanhola que receberam o prêmio Nobel, 11 ao todo. Foi em espanhol que Cervantes apresentou ao mundo uma obra como Don Quixote, de cujo tema toda ficção em prosa é uma variante. É também em Espanhol que escritores oriundos da América, “Los criollos”, como o inca Garcilaso ou Sor Juana Inés de la Cruz, deixaram para a posteridade suas obras. Foi esse idioma que permitiu aos hispano-americanos apoderarem-se de estéticas européias. Até hoje, prestam tributos à Espanha escritores da América hispânica, apegando-se à tradição do barroco, exemplo são os escritores cubanos Alejo Carpentier e Lezama Lima.

A Associação de Professores de Espanhol do Espírito Santo (APEES), criada em 1989, sem fins lucrativos, vem contribuindo, desde a sua fundação, para a divulgação da língua e da cultura espanhola, oferecendo cursos de atualização e organizando eventos culturais e, por meio de um boletim bimensal, mantém os seus 40 sócios informados do movimento cultural e pedagógico, relacionado com o Espanhol. Essa instituição vem organizando eventos culturais, comemorações de aniversários de escritores ou festividades como a da Hispanidade, além de promover cursos de atualização, colóquios e jornadas. A grande auxiliar para essas realizações tem sido a Universidade e o grande apoio tem vindo sempre do Departamento de Línguas e Letras e do Centro de Estudos Gerais. Este ano, a APEES promove a Hispanidade, não só, como das outras vezes, com o apoio da Universidade, dos setores Pró-reitoria de Extensão, Centro de Estudos Gerais e Departamento de Línguas e Letras, mas também em parceria com a Casa de Espanha do Espírito Santo, criada em 1996 (sobre esta nova instituição sócio-cultural no Espírito Santo falará o seu presidente), e em parceria com o Instituto Histórico do Espírito Santo, com a

Academia Espírito-santense de Letras, fundada em Vitória, em 1921, por um grupo de dez intelectuais idealistas, com a finalidade de realizar “o cultivo da língua e literatura nacional, sob qualquer aspecto, e dentro do espírito de fraternidade, que vincula o Brasil aos demais países do continente”. Seguindo os seus objetivos, a Academia prestará homenagem a centenários de nascimento de capixabas ilustres e, em um macrocontexto universal, pelos 450 anos de nascimento do escritor espanhol Don Miguel de Cervantes y Saavedra.

Para terminar, retomamos o vocábulo **Hispanidade**, conjunto de povos de língua e cultura hispânica, do qual Vargas Llosa nos fala que, de conotação autoritária no passado, tem hoje um novo conteúdo que rima com modernidade, civilidade e liberdade. Por que não acrescentar a esta trilogia abstrata os elementos fraterno e festivo?

O USO DAS FONTES ORAIS NA HISTÓRIA LOCAL: UM ESTUDO DE CASO

LÊA BRÍGIDA ROCHA DE ALVARENGA ROSA

Este simpósio ocorre em um momento propício e desafiador a todos nós professores/pesquisadores de História, pois estamos vivendo uma conjuntura de crise da História historicista.

Hoje, por diversas formas, o ensino e a pesquisa dão os primeiros passos para a superação dessa História historicista. Daí a necessidade de nos unirmos para encontrarmos alternativas. Entretanto, o novo não se instaura no vazio. É preciso buscar aquilo que se desfez: de um lado, a constituição originária do próprio discurso científico, sua natureza particular, seus interlocutores, os interesses que expressa; e de outro, aquilo que ele nega, isto é, os interesses não representados, as ações e os atores não privilegiados.

Portanto, precisamos de novas práticas que dêem conta das ausências, das lacunas que surjam naquela História: e o problema maior para isso reside no fato de que nós não fomos preparados convenientemente para tarefas de tal envergadura, como o manejo de metodologias não tradicionais, como, por exemplo, o uso de fontes orais na abordagem de novos temas, especialmente, no estudo da História local e na preservação da memória.

Em alguns casos, não são mais suficientes as antigas opções metodológicas que permitiram, durante muito tempo, compor discursos explicativos bem articulados.

Entre as diferentes alternativas, a História Oral pode ser enquadrada como uma prática capaz de estabelecer relações, convergências entre os dois momentos — as práticas tradicionais e as práticas novas. Eis aí, creio eu, uma questão que se coloca: onde termina o concreto, o palpável, e onde se inicia o novo.

Houve um momento em que o exagero do conceito científico e a

Lêa Brígida Rocha e Alvarenga Rosa é historiadora, professora-doutora e 1ª vice-presidenta do IHGES.

força do positivismo criaram a máxima do “sem documento não há História”, que prevaleceu em todo o século XIX como dogma que não podia ser discutido.

Nas últimas décadas, tenta-se passar a História, ainda que com muitas das referências tradicionais, fora de esquemas e ortodoxias, adotando-se uma concepção de História (ensino/pesquisa) que leva em conta toda a experiência humana, expandindo o campo de articulações interpretativas que constituem a identidade própria da História.

Pensar dessa forma a História faz com que nos voltemos para o estudo do cotidiano com novas linguagens, especialmente o estudo da História local.

Dentro dessa perspectiva, desenvolvemos o projeto “Pesquisa sobre a Festa de São Pedro, na Praia do Sua.”

Trabalhando a festa como objeto da História no bairro da Praia do Suá e na cidade de Vitória, procuramos perceber como a festa é lugar de memória e de identidade cultural, partindo da concepção de que a memória é coletiva e enraizada num grupo social e constitui documento de vivências vigorosas e significativas.

Entendendo a festa como um momento de reforço das crenças e valores de uma sociedade, buscamos resgatar os elementos integrantes desta formação social que, não explicitados, constituem o âmago da comemoração.

O estudo da festa, através de abordagem histórica de um evento singular valendo-se da pesquisa oral, permitiu-nos desvendar o real sob o aspecto ritualístico utilizado por uma comunidade em sua própria celebração. Pensamos que a construção da identidade passa, também, pela imposição daquilo que deve ser lembrado em um momento de quebra do cotidiano no momento do não trabalho.

Por outro lado, acreditamos que será sempre incompleto o conhecimento histórico regional na medida em que não se estude em profundidade o microcosmo da História local, evitando-se, contudo, abordá-la como fragmentos isolados de suas articulações reais ou mero reflexo das articulações mais amplas, como aparece comumente na História oficial.

A tentativa de estudo de um recorte espacial na cidade de Vitória — Praia do Suá — justifica-se pela impossibilidade de uma visão homogeneizada: é preciso estarmos atentos às diferenças sociais e espaciais. Assim, a História do Espírito Santo, como na História de Vitória, há que se destacar as variáveis diferenciáveis.

A História local, no presente caso, está voltada para a compreensão do processo de construção da História regional e do resgate da memória, diferenciando a História dita “oficial”, de uma História vivida, possível de

ser reconstituída através da técnica de História oral, possibilitando a percepção de permanências e mudanças quanto a diversos aspectos do lugar, assim como a presença ou ausências de diversidades culturais.

Outro aspecto importante foi a questão da simultaneidade. Ou seja: a comunidade local relacionada a outros espaços/bairros num mesmo tempo, permitindo contextualizar historicamente os acontecimentos ocorridos na cidade, na mesma época.

Essa unidade foi possível através da pesquisa histórica oral, ampliando e/ou complementando as outras fontes de informação histórica. Além da historiografia convencional, utilizamos pesquisas em jornais de Vitória.

O trabalho, realizado por iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Vitória, foi desenvolvido pelos pesquisadores: Luiz Guilherme Santos Neves, Reinaldo Santos Neves, Renato José Costa Pacheco e Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa.

O estudo foi encaminhado para o seguinte direcionamento:

a) Gravação de depoimentos com membros da comunidade da Praia do Suá, possibilitando levantar dados relativos a permanências e mudanças operadas no tempo e no espaço, nos seguintes aspectos:

1 - Físicos (novas construções, demolições, outras modificações na ocupação do espaço, como novas ruas, praças, novas relações espaciais).

2 - Mobilidade populacional (entrada e saída de contingentes populacionais, indagando as razões dessa mobilidade e relacionando-a com as condições do bairro).

3 - Atividades humanas predominantes e modificações operadas nestas atividades.

b) Observação e análise crítica de um documento/monumento que tenha significado para a comunidade — no caso, a igreja de São Pedro, o elemento básico da festa religiosa.

c) Comparação das formas de pensar a História local, através da Festa de São Pedro, a partir de dados levantados nos depoimentos.

d) Referências a outros locais que permitissem uma contextualização, relacionando a História local da Praia do Suá e a Festa de São Pedro com outros bairros de Vitória, como por exemplo, a Praia do Canto.

Com tais metas visamos a compreensão da História local como resultante das formas de participação/organização dos vários grupos sociais, a partir de suas perspectivas e projeções. Pudemos detectar as tensões religiosas e as transformações sofridas na organização da festa, e do próprio bairro, inseridos no contexto capitalista.

O estudo, embora centrado na festa, estendeu-se ao bairro e à organização comunitária, com especialidades no modo de trabalho pesqueiro. Assim, nos diferentes desdobramentos, levantamos as transformações sócio-econômico-religiosas e pudemos vinculá-las a traços culturais que se perderam ou permaneceram transformados, com o aparecimento, ainda, de outros.

A interpretação dos testemunhos coletados através de entrevistas possibilitou a percepção das tradições, do estoque acumulado de experiências, de interrelação com o tempo, da continuidade das rupturas e diferenças sociais e da importância do papel de cada grupo nesse processo histórico. Dessa forma, o depoimento foi usado como instrumento de pesquisa de transmissão de valores de uma geração a outra.

Entre os depoimentos gravados, destaca-se o do morador mais antigo do bairro, idoso, e de moradores mais jovens, que hoje estão à frente da organização da festa, e com papel de destaque social na comunidade.

O núcleo inicial de pescadores portugueses deu origem ao bairro, hoje urbanizado e de tendência nitidamente comercial. Atualmente, existem duas festas: a religiosa e a comercial, o que permitiu uma análise das relações dos grupos dominantes iniciais com os demais grupos sócio-culturais que foram organizando a comunidade da Praia do Suá, com envolvimento social, culturais, econômicos e religiosos.

Partindo das condições de vida e de trabalho do grupo inicial de pescadores e do desdobramento das relações entre os outros grupos que foram se formando, tendo por base o padrão cultural religioso, foi possível uma movimentação no tempo, compreendendo o que ocorreu em diferentes épocas e inserindo toda a questão da Praia do Suá nas transformações urbanas de Vitória, dentro da lógica capitalista.

No desenvolvimento desse trabalho, surgiram referências a datas da memória dos entrevistados que permitiram aprofundar a análise, procedendo-se a uma contextualização relativa à cidade de Vitória, redimensionando as questões culturais e religiosas no contexto capitalista.

Ao trabalharmos com determinado objeto — a festa —, o que objetivamos trazer à tona foi a História do lugar, num aspecto específico, pensando a História como um campo de possibilidades, em que diferentes sujeitos sociais têm diferentes formas de pensar o real e, portanto, formas diferentes de intervir no real.

A idéia de gravar depoimentos não foi ocasional nem fortuita. Ao contrário, inseriu-se, desde o início, dentro dos objetivos de reconstituir e criar fontes históricas que contribuíssem para o entendimento da História do lugar e seus rumos recentes.

Daí nosso empenho não apenas em reconstruir ou avaliar episódios, mas também impressões, vivências que pudessem servir de caminho ou

pista à recuperação histórica.

Historiar e festejar são práticas sociais de manipulação do tempo, da memória e da identidade. Fato social total, na festa estão em ação invenção e reprodução das estruturas materiais das mentalidades, classes sociais e sistema de poder, símbolos e valores. A Festa é lugar de memória, e, portanto, o uso dos depoimentos permitiu captar as diferentes formas de percepção do bairro pelas diversas personagens urbanas: a rede de relatos que constituem uma cultura específica do lugar, do ponto de vista do cidadão e sua vivência cotidiana.

Interessaram-nos, também, as várias estratégias de intervenção: as ações da Igreja na Festa de São Pedro, cuja identificação com a vida do bairro sugere participação também popular.

A mais antiga festa comunitária da Ilha de Vitória em louvor a São Pedro, com origem no início deste século, com a instalação de uma colônia portuguesa de pesca, passa por diversas fases — transformações e mudanças, embora com permanências — que coincidem com a urbanização da Praia do Suá.

Ao privilegiarmos a História oral para o estudo de determinados aspectos do bairro, procuramos enfatizar a comunidade e sua rede de relações com as ruas e com o bairro e as manifestações decorrentes, que resultam em produtos culturais que tendem a se multiplicar reproduzindo-se ou inovando. Uma das vertentes do trabalho concentrou-se nas entrevistas temáticas, embora sempre aliadas à metodologia já consagrada da História de vida, registrando impressões e narrativas de acontecimentos que, de outra forma, se perderiam para a História.

Diante da riqueza dos depoimentos gravados, transcritos e arquivados na Prefeitura Municipal de Vitória, embora com limitações inerentes a qualquer fonte histórica, foram criados documentos a partir de um discurso sobre a realidade local/social em movimento.

Acreditamos que, além da imediata prestação de serviços, cabe recuperar, através de entrevistas, a milenar riqueza da tradição oral, preservada em todas as comunidades humanas.

O relato pode ser, sem dúvida, o canal de acesso que permite o registro de hábitos, modos de vida e impressões diretas — fonte histórica nem melhor ou pior que outras disponíveis: depende do que o historiador faz com elas, especialmente porque a fonte histórica oral é o homem e sua memória.

Queremos, por fim, registrar o agradecimento à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Vitória, às pessoas que nos concederam entrevistas e, especialmente, aos colegas Renato José Costa Pacheco, Luiz Guilherme Santos Neves e Reinaldo Santos Neves, que conosco trabalharam.

HOMENAGEM DA ACADEMIA ESPÍRITO-SANTENSE DE LETRAS A ILUSTRES ESCRITORES

ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA

Nesta noite em que se pretende homenagear o centenário de nascimento de ilustres escritores, coube-me falar de três vultos importantes. Dois deles, das letras capixabas, estão entre os primeiros ocupantes das cadeiras criadas após a organização da Academia Espírito-santense de Letras, logo que se inserem no contexto brasileiro, Ciro Vieira da Cunha e Eurípez Queiroz do Valle. O outro expoente da literatura, inserido num macrocontexto universal, é Don Miguel de Cervantes y Saavedra.

CIRO VIEIRA DA CUNHA

CIRO VIEIRA DA CUNHA foi o primeiro a ocupar a cadeira 25, cujo patrono é Antônio Vieira Motta, jornalista e poeta cachoeirense. O segundo a ocupá-la (em 1978) foi Augusto Ruschi, teresense, cientista de renome internacional. O atual é o escritor Dr. Jayme Santos Neves, insigne médico capixaba, especialista em fisiologia, que, no momento, não pôde vir para prestar a singela homenagem ao acadêmico Ciro Vieira da Cunha, médico, oficial da Ordem do Mérito Médico, poeta, prosador, dramaturgo, jornalista, professor e autor de hinos. Em 1942, escreveu a letra do hino "Minha terra", canção capixaba com música do maestro Henrique Wanzeler. Essa canção, segundo o prof. Luís Nogueira Paixão,¹ foi apresentada em 1944 em festa cívica no Estádio Governador Bley, em Vitória, interpretada em coro orfeônico pelos alunos do Ginásio Estadual Maria Ortiz. Foi um grande sucesso a apresentação.

Com o impedimento da presença do acadêmico Dr. Jayme Santos Neves, coube a mim a honra de representá-lo, por designação dos confrades e congreiras.

Para a biografia do ilustre capixaba, apoiei-me nos dados bibliográficos que dele levantou o acadêmico Elmo Elton.

Ciro Vieira da Cunha, médico, educador e escritor, nasceu em São Paulo em 10. de junho de 1897. Faleceu em 26 de junho de 1976. Em 1922, diplomou-se em medicina no Rio de Janeiro e veio exercer essa profissão em Castelo. Ali fundou o jornal A Hora e foi vereador da Câmara Municipal. Em 1932, transferiu-se para Vitória, onde viveu os anos mais produtivos de sua vida literária. Dedicou-se ao jornalismo, à vida burocrática, desempenhando repetidas funções de relevo, tais como diretor estadual de imprensa, secretário de Estado (interventor, Saúde e Educação), ocupou-se do magistério, lecionando em vários educandários de Vitória, mas sendo catedrático de Português na Escola Normal Pedro II. Foi, também, redator-chefe do Diário da Manhã, colaborador de A Gazeta, de A Tribuna, da Folha do Povo e das revistas Vida Capixaba e Channaã.

Quando se transferiu para o Rio de Janeiro, foi secretário do ministro da saúde, em 1964. Publicou Pontos de química fisiológica (em colaboração com Alberto Moreira); Contra o alcoolismo no Brasil; O dialeto brasileiro, tese para a cátedra de Português da Escola Normal Pedro II (1933); Oração do paraninfo e livros de poemas: Espera inútil (1932); Alguma poesia (publicação da editora José Olympio, 1942), Sinfonia das ruas de Vitória; Chuva de rosas; No tempo de Paula Nei, prêmio Carlos Laet, concedido pela Academia Brasileira de Letras em 1950; De pé pelo Brasil (1941) e Trovas (1942). Outras obras podemos ainda citar: No tempo de José do Patrocínio, 2 volumes, 1960; Memórias de um médico da roça (1956); Arte de colar (1970), e ainda, publicada em Brasília, em 1972, em colaboração com Terezinha Saraiva, Guia de civismos.

Na sua obra A arte de colar (1970), de uma maneira jocosa, ilustrando a narrativa com fatos anedóticos, ele ensina o bê-á-bá de colar, isto é, as maneiras eficientes de fazer um exame com êxito. É, segundo o narrador, o seu livro “um trabalho (...) para mestres e alunos.” (p. 06) Ele considera a cola uma “arte de fazer exames”.

Em Ciro Vieira da Cunha há dois pontos a salientar em sua atuação como escritor: o do memorialista e o do poeta.

Transmissor de suas memórias, deixa-nos, na obra Memórias de um médico da roça (RJ, 1965), numa linguagem simples, suas recordações (experiências pontilhadas de pitorescos e dramáticos acontecimentos). Nesta obra, Ciro Vieira da Cunha destaca as duas facetas mais importantes de sua vida: a da preparação profissional (a vida despreocupada de estudante) e a do profissional em contínua luta desigual com a morte, quando se mostra o homem humanitário.

Como aluno não exemplar, segundo o narrador de Memórias, ele ia para a prova tranqüilo, pois, cásse o ponto que cásse, dava no mesmo, pois, segundo ele, “a ignorância era total”. Assim, mais ou menos com a

cara e a coragem, “atravessava o ano inteiro”. Assim, o memorista vai nos apresentando humoristicamente as peripécias de estudante vadio, integrado a uma vida dionisiaca, para depois nos apresentar a luta silenciosa e impotente do médico contra a morte. É o domínio de Thanatos, na vida desse profissional, que o levou a abandonar a Medicina, precisamente, no dia em que fez 10 anos de formado, quando os seus desvelos de médico, à cabeceira de uma criança a quem estimava, não foram suficientes para retê-la por mais tempo com vida.

Desiludido com a profissão que abraçou, amargamente escreve: “pobre Medicina que, após séculos, com todo o seu arsenal terapêutico, deixava-se vencer por germes que lhe recebiam os ataques como se fossem carinhos.” (p. 166)

A partir de sua vida boêmia como estudante de Medicina, vivendo em uma pensão na Lapa, Rio de Janeiro, matando aulas e passando apertos no final do ano, nas horas que precediam as provas finais, o escritor nos leva a uma vida do profissional em um ambiente rural, atrasado, que conta com poucos recursos para exercer a profissão, vivendo sem os confortos a que estava acostumado, tendo, inclusive, que pegar no machado para rachar lenha, atividade que descreve com humor, dramaticidade, amargura e lirismo: Como exemplo citamos: “...ao luar calejando liricamente as mãos no cabo de um machado, já andava eu pelo quinto mês de profissão, quando perdi o primeiro cliente.” Foi nessa vila onde deparou com a concorrência desleal dos colegas profissionais. Revive esses momentos com pitadas de humor.

Conta que iniciou a sua vida profissional a partir de um anúncio no jornal. Da capital mudou-se para uma “viloca” de 40 casas. Para ir até lá tinha que ir de trem e andar durante umas sete ou oito horas, mais de 20 e tantas léguas em lombo de burro. Estava recém casado e levava consigo uns poucos livros, entre eles Os sertões, de Euclides da Cunha, pouquíssimo dinheiro, a jovem esposa, um diploma e anel no dedo.

Na disputa dos médicos pelos clientes, cita o narrador casos anedóticos e aproveita para filosofar sobre a Medicina e os médicos. Um exemplo é o seguinte trecho: “O que eu fazia era pensar na amarga sorte de uma profissão cujos servidores, desrespeitando-se uns aos outros, queriam que a classe fosse respeitada. Mas - ficava a pensar, às vezes, com os meus botões - seria assim também nos grandes centros? Haveria dessas coisas no Rio e em São Paulo?” Em seguida chegava à amarga solução de suas dúvidas temperadas com humor: “Pelo que tenho ouvido de ética, diz ele, quase tudo é Brasil. E chego a pensar que a causa do mal é possível que esteja naquele juramento em latim com que se recebe o grau de doutor. Por ser o latim língua morta, muitos tomam o juramento como letra na

mesma situação.” (p. 136)

Ciro Vieira da Cunha descreve a vila: “terra sem energia elétrica”, “quando o sol desaparecia”, “era como se a morte chegasse, com os lâmpadas belgas, as lamparinas fumacentas e o cricrilar monótono dos grilos contracantando o coaxar soturno dos sapos.” (p. 80)

O burro era o veículo importante de sua vida. A lombo deles visitava os doentes nas diversas fazendas. A eles o escritor presta uma homenagem, à maneira de Guimarães Rosa em O burrinho pedrês ou de Juan Ramón Jiménez em Platero y yo. Há ternura e comicidade em sua narrativa, um exemplo é o seguinte fragmento: “...me veio uma grande ternura pelos quadrúpedes, sobretudo pelos burros. Quando vejo um destes, nem lhe conto os pés. Tenho apenas ânsia de expressar-lhe a minha admiração e o meu agradecimento. Não fossem os burros e eu, mesmo com diploma e anel, teria empacado na vida. Fique nesta página, portanto, registrada a minha homenagem àqueles que me ajudaram a dar, com suas patas, os primeiros passos na minha vida profissional.” (p. 13)

Os poemas de Giro Vieira da Cunha, nas palavras do ilustre advogado capixaba, Dr. José Sette, têm “música e ternura”. Diz ainda ele que Giro “recorda aqueles grandes precursores pela suavidade, pela perfeição artística.” Os sonetos de Giro Vieira da Cunha apresentam a cadência dos parnasianos. Neles, canta o amor, a beleza, a saudade, recorda. Em suas trovas há o sabor das cantigas de roda. Sua métrica popular soa harmoniosamente, ao filosofar. Um exemplo são as seguintes quadras:

<i>na vida, o que vale é o sonho,</i>	e	<i>Ao ver caindo uma estrela</i>
<i>mais vive quem mais sonhou...</i>		<i>peça tudo o que quiser...</i>
<i>E o sonho melhor da vida</i>		<i>Mas não peça cumprimento</i>
<i>é sempre o que já passou</i>		<i>de promessa de mulher...</i>

O soneto “Teu nome”, penso, resume a temática poética desse “centenarista” capixaba, hoje lembrado por nós:

*Os meus versos de amor e de saudade
São feitos de volúpia e de meiguice...
São pedaços da minha mocidade
E farrapos da minha meninice...*

*Neles cantam palavras de verdade
Em mistura com frases que eu não disse...
Vivem neles uns restos de bondade
Guardados para os dias da velhice...*

*De mulheres formosas, às dezenas,
Têm meus versos os nomes conservado:
Mulheres, lindas, pálidas morenas...*

*Só teu nome ninguém o pôde ler
porque por mim apenas foi louvado
nos versos que sofri sem escrever...*

EURÍPIDES QUEIROZ DO VALLE

O outro escritor capixaba, membro da academia Espírito-santense de Letras, é o Senhor Dr. EURÍPEDEZ QUEIROZ DO VALLE (p. 91), primeiro ocupante da cadeira 27, cujo patrono é Afonso Cláudio. Essa é a cadeira que presentemente ocupo como acadêmica, e que foi ocupada pelos poetas Elmo Elton e Roberto Almada. Eurípez Queiroz do Valle é uma figura de destaque no meio cultural do Estado do Espírito Santo. Nasceu em Anchieta em 28 de janeiro de 1897 e morreu em Vitória em 06 de junho de 1979.

Veio ao mundo, o nosso “centenarista”, sob o signo de aquário, num mês e dia muito representativos para mim - no mês do meu aniversário e no dia do aniversário de meu netinho, Fabiano, e numa cidade mística, pois por ali, há 400 anos, caminhou o Taumaturgo Brasileiro, o beato padre José de Anchieta. Terra hospitaleira, de bela paisagem, proporcionada pelos contornos dos montes, luxuriante vegetação contornando as margens do rio Anchieta e as praias circundantes. Terra de sol e águas. De águas piscosas e tépidas. Terra da qual o escritor não se esquecerá. Segundo ele, no artigo “Berço natal”, publicado no jornal da cidade em junho de 1955, conforme aparece em Micólogo (p. 97-98): “(...) todos nós nos apegamos ao lugar onde nascemos. Ao lugar onde empinamos o primeiro papagaio; onde fumamos, escondidos, o primeiro cigarro, onde tivemos a primeira namorada”. Ele valoriza não só a sua cidade, mas todo o seu Estado. Na mesma obra que já citamos, ele diz: “Ser capixaba é uma honra que se deve conquistar.” (p. 93) Segundo ele, o autêntico capixaba é aquele que faz “alguma coisa para o Espírito Santo, que concorra, de algum modo, para o seu progresso e a sua grandeza.” Em Micólogo, há crônicas e registros de acontecimentos pitorescos ou relevantes para a memória do nosso Estado, publicados no jornal da cidade com o pseudônimo de Beneventino, derivado do topônimo Benevente, anterior nome da cidade

em que nasceu, Anchieta. O seu nome próprio, Eurípedez, recebeu das recordações de leituras clássicas feitas pelo pai. Esse acontecimento denuncia o apurado leitor que foi esse ilustre intelectual capixaba. O nome de família, Queiroz, vem-lhe de um tronco de ilustre estirpe portuguesa. Valle marca uma tradicional família de magistrados baianos.

Eurípez Queiroz do Valle, escritor, magistrado de renome, juiz de direito, autor de tratados de direito, homem de conduta exemplar, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1918. Exerceu ainda a profissão de professor secundário e superior, atuando em vários educandários de Vitória e na Faculdade de Direito do Estado, na cadeira de Direito Judiciário Penal, e cargos de presidência de várias instituições como as presidências da Associação de Imprensa, da Associação de Juristas, da Academia Espírito-santense de Letras (de 1941 a 1963) e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Ocupou cargos de suma importância no nosso Estado: promotor em Colatina e Rio Pardo, chefe de polícia do Estado, juiz de direito em Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória e desembargador do Estado.

De sua atividade como escritor destacam-se suas crônicas, publicadas em jornais e revistas de Vitória. Elmo Elton, seu sucessor imediato na cadeira 27, diz que ele “abordava o pitoresco dos fatos em foco, escolhia, com precisão, o ângulo melhor a ser fotografado, divertia-se a si próprio e divertia os leitores.” A publicação de suas obras data de 1921 a 1977. Destacamos entre elas: *Memória histórica do município de Santarém*; *A técnica dos julgados*; *Anatomia e fisiologia do direito*; *Elementos de Direito Judiciário Penal*; *Oração aos estudantes no Dia da Bandeira*; *Aspectos do Espírito Santo*; *História e Literatura*; *A casa do Espírito Santo*; *Instituto Histórico e Geográfico*; *Academia Espírito-santense de Letras*; *Rui Barbosa e seu tributo à poesia*; *Aspectos da realidade brasileira*; *Primeiro quinquênio da Universidade*; *O Estado do Espírito Santo e os espírito-santenses*, obra em que salienta os dez capixabas que mais se destacaram em determinada área. Nos dez mais há dados fatos e curiosidades interessantes. Na seleção dos dez exemplares de homem para cada assunto, relacionado com o Espírito Santo, Eurípedez Queiroz do Valle mostra-se o capixaba patriota, pois objetiva fazer conhecido o Estado do Espírito Santo pelos turistas ou pelos que se interessem simplesmente pelo Estado, informando sua diversidade, fazendo uma “síntese perfeita de tudo o que existe e floresce na vastidão continental do País”. Um Estado que, geograficamente situa-se, segundo ele, naquele “ponto de encontro do espírito de ação do Sul e do sentimento poético do Norte.” (p. 05) Ele seleciona homens e atividades. Assim faz um eclética seleção dos dez mais, apresentando os dez mais curiosos acidentes geográficos, administradores do pas-

sado, advogados, associações culturais, bandas de música, barões, bibliotecas, biógrafos, bustos, características naturais, cidades mais antigas, as dez mais novas, as dez mais altas, as dez mais importantes, os dez mais importantes cientistas, comarcas, compositores, pensamentos sobre o Espírito Santo, profissionais mais expressivos, Constituição do Espírito Santo, datas históricas, desembargadores, engenheiros, poetas, ensino, pseudônimos literários. É um livro importante para a memória do Estado do Espírito Santo.

Enfim, homem culto, além de apreciador da boa leitura, falava fluentemente o francês e o espanhol. Sensível, tocava piano, violão e violino para os familiares. Homem prático e didático, dava receita de conseguir-se um bom estilo. Em Micólogo, p. 96-97, na crônica “Toillet literária”, apresenta os seguintes conselhos de ética, concisão e clareza na organização de um texto :

- a) Evitar que o assunto ocupe mais de uma folha de papel, tipo ofício, espaço dois.
- b) Dar uma adjetivação sóbria e adequada, evitando sempre sinonímia inútil.
- c) Evitar expressões sujas e malcheirosas.
- d) Tornar o assunto ameno, fácil e transparente, primeiro para não cansar o leitor e segundo para que a idéia central permaneça clara e límpida (uso de frases curtas e breves).
- e) Não esgotar de todo o assunto. Deixar alguma coisa para o leitor descobrir e completar.
- f) Não confundir nem ferir, mesmo quando discorda inteiramente da idéia alheia.

DON MIGUEL DE CERVANTES Y SAAVEDRA

Por último, tentaremos realizar o intento da Academia Espiritosantense de Letras de homenagear os 450 anos de nascimento do insigne escritor espanhol, Don Miguel de Cervantes y Saavedra.

No desejo de delimitar, não pretendemos salientar as particularidades de suas obras, mas as duas peculiaridades de sua vida que o colocam como homem de sua época e renascentista: o homem das Armas e o das Letras.

Sobre esses dois aspectos, o do homem e o do escritor, muitas dados se desconhecem e de outros fazem-se conjecturas.

Assim Madri, Toledo, Sevilla, Lucena, Consuegra, Esquivias, Alcázar de San Juan y Alcalá de Henares foram as cidades indicadas como berço do escritor, cognominado “Príncipe de los Ingenios Españoles”.

Em 1748, Don Juan de Iriarte encontrou na Biblioteca Real uma lista impressa em Granada em 1581, que continha 185 nomes de prisioneiros libertados em Argel. Na relação dos libertados, encontrava-se o nome de Miguel de Cervantes, acrescido da informação de que tinha 30 anos e era natural de Alcalá de Henares. Hoje pode-se ir a Alcalá e, muito perto da Universidade, visitar uma casa renascentista, mobiliada segundo a época, que dizem ser onde nasceu Cervantes em 1547, logo, há 450 anos. Contudo, o dia de seu nascimento continua incerto, presume-se que seja o dia 07 ou 08 de outubro, porque o documento de batismo, encontrado na igreja de Santa María Mayor, traz a data de 09 de outubro e costuma-se batizar a criança poucos dias depois de nascida.

Os pais de Cervantes foram Don Rodrigo Cervantes y Saavedra e Doña Leonor de Cortinas.

Era Cervantes um fidalgo, de uma estirpe de cavalheiros que acompanhou São Fernando na conquista de Sevilha, oriundo de León, Castilla ou Galicia. As opiniões divergem, como já disse. Da sua bisavó paterna, Juana de Avellaneda, de origem nobre, dos Condes de Castilla, herdou o sobrenome de Saavedra. De seu avô, Don Juan de Cervantes, vem o sobrenome Cervantes do famoso maneta (El manco de Lepanto).

Seus pais viviam de escassos recursos, mas, felizmente, como moravam na cidade onde havia a famosa Universidade Complutense, pôde Cervantes aproveitar para desenvolver o seu grande desejo de saber, debruçando-se nas leituras de obras importantes.

A aptidão de Cervantes para as letras fica conhecida em 1568, quando foram publicados poemas em homenagem fúnebre à Rainha Isabel, e entre os poemas (quintilhas, sonetos, elegias) estava um soneto elegíaco de Cervantes. O poeta assinala essa Rainha francesinha que conquistou o povo espanhol, mostrando a efemeridade da vida e da riqueza e o poder da morte “que leva sempre à vitória”. No último terceto, fecha o soneto com a chave de ouro, colocando a Rainha entre os bem-aventurados:

*(...) mirad la bienaventuranza
que goza nuestra reina esclarecida
en el reino de la gloria.*

Os apertos financeiros, a falta de sucesso literário e, segundo alguns biógrafos, a necessidade de fugir da Justiça por ter ferido um cavalheiro, levaram Cervantes à Itália para o palácio papal de Pio V, onde foi camareiro

do Cardeal Aquaviva, pessoa gentil e amante das letras. Ali viveu Cervantes algum tempo antes de seguir a carreira das armas, por volta de 1570. Foi admitido nas tropas de Miguel Moncada e participou de uma frustrada defesa de Veneza que o Papa Pio V e Filipe II fizeram contra Selim II, o Grande Turco, o Imperador da Turquia na invasão à ilha de Chipre. Malbaratada a defesa, o turco assalta a capital da Ilha, Nicosia, e mata a maioria dos habitantes.

O socorro de Felipe, 49 galeras, não pôde chegar em defesa dos venezianos devido à fúria do mar e dos ventos. A embarcação na qual ia Cervantes encalhou nas dunas das costas de Ragusa (Sicília).

Em 1571, Felipe II e Pio V construíram uma Liga com o fim de organizar uma batalha contra o turco. Juan de Austria comandava a armada cristã. No dia 07 de outubro de 1571, no estreito de Lepanto (Grécia), depois de sangrenta luta, os cristãos saíram vitoriosos, aprisionando 160 galeras turcas e fazendo muitos turcos prisioneiros. Nessa batalha, Cervantes estava na galera marquesa e com muita febre. Contudo, não ficou deitado enquanto seus colegas combatiam. Solicitou veementemente permissão para entrar no combate e, com 12 soldados sob a sua orientação, foi para onde a contenda era mais intensa. Foi ferido no peito e na mão esquerda e, apesar disso, continuou lutando. A sua atuação nessa batalha foi para Cervantes sempre motivo de orgulho. Em Viaje al parnaso diz lembrar “do heróico Don Juan a heróica façanha; /onde com licença de soldados glória/ e com próprio valor e enfurecido peito,/ (teve), se bem que humilde, parte na vitória”

Cervantes foi distinguido por Don Juan de Austria, pela sua bravura, com um alto salário.

Essas feridas foram sempre para ele motivo de felicidade, de glória. Assim, quarenta e quatro anos depois de ter sido ferido nessa batalha, escreveu Cervantes a um seu inimigo: “Se as minhas feridas não resplandecem aos olhos de quem as vê, são estimadas pelo menos na estimação dos que sabem onde as obtive (...)”

Cervantes, depois de ferido, ficou sete meses restabelecendo-se. Transcorrido esse período, incorporou-se ao corpo de infantaria de Don Lope de Figueroa e voltou à sua atividade bélica e marítima.

Em 1573, foi firmada a paz com o Grande Turco (Selim II). O Rei da Espanha enviou as tropas contra Túnis. No dia 24 de setembro, zarparam as tropas espanholas do porto de Palermo com 20 mil soldados, junto com eles vinha Cervantes.

Na volta, Don Juan de Austria trouxe consigo alguns soldados, entre eles Cervantes, que, depois de residir um ano em Nápoles, pediu permissão para voltar à Espanha. Em fins de setembro de 1575, embarcou na galera O Sol.

Durante o trajeto, a embarcação foi cercada por piratas argelinos que levaram para Argel os passageiros como prisioneiros. O chefe do ataque, Dali Mami, encontrou com Cervantes uma carta elogiosa de Don Juan de Austria. Acreditou que o seu prisioneiro era uma pessoa muito importante e solicitou um resgate muito alto para ele. Cervantes tentou escapar da prisão várias vezes quando alguns prisioneiros foram soltos, enviou uma carta a seus pais, avisando-os da prisão dele e de seu irmão, Rodrigo. Todavia o dinheiro que os pais conseguiram, vendendo todos os seus bens, não cobria a quantia do resgate.

Em agosto de 1577, seu irmão foi solto. Em 1580, os padres trinitários, redentoristas, conseguiram a soma solicitada por Dali Mami. Isto foi em 19 de setembro de 1580. De volta à Pátria, uniu-se ao exército que guerreava em Portugal e permaneceu nele até 1583, época da impressão de seu romance Os seis livros da Galatéia. Nessa ocasião, o homem renascentista das Armas, corajoso, intrépido, sofrido, termina a sua carreira militar, mas continua o outro renascentista, o homem das Letras que, mesmo durante o cativeiro, escrevia poemas. Com a publicação da Galatéia, que teve uma boa acolhida do público, Cervantes animou-se no ofício de escrever.

Em 1584, casou-se com Doña Catalina de Placis Salazar y Vozmediano, de família nobre de Esquivias, onde viveu, apesar de freqüentemente ir a Madrid, onde se reunia com famosos escritores da época.

Além de ser poeta, Cervantes era um grande admirador de teatro. Sua produção teatral é superior à poética. Pena que poucas obras chegaram até nós. Só conhecemos os títulos de algumas. Dessas obras disse Cervantes que tiveram grande êxito, e uma de suas primeiras obras de teatro é Los tratos de Argel, onde recorda o seu cativeiro nas masmorras argelinas, apresentando como era a vida dos prisioneiros cristãos. A seguir escreveu Numancia, onde há um louvor ao heroísmo espanhol durante a invasão romana.

Em 1587, mudou-se para Sevilha. Ali trabalhou como encarregado de recolher as provisões de trigo de Sevilha e depois para a armada. Vendo que esses trabalhos não eram muito rendosos, solicitou do Rei algum cargo importante nas Índias. Na carta, enumerava os seus serviços prestados. Não obteve resposta satisfatória, por isso continuou no seu emprego até 1592, quando em 19 de setembro foi preso por acusação de vender 300 sacos de trigo. Foi considerado inocente e solto. No ano seguinte, foi encarregado do recolhimento de trigo em Granada e em outras cidades para o Rei Felipe II. Novos desgostos. Ao levar a um comerciante uma quantidade de mercadoria no valor de 7.400 reais para que ele a entregasse ao Tesouro Real, este desapareceu com o dinheiro e Cervantes teve que desembolsá-lo.

Mas ao prestar contas de sua cobrança, faltaram 2.640 reais. O Tribunal de Contadoria deu-lhe um prazo de 20 dias para saldar o seu débito, enquanto não pagava ficou preso em Sevilha. Isto foi em 1597. Apesar desses atropelos, Cervantes escrevia. Dessa época são Riconete e Cortadillo, La tía fingida e El celoso extremeño, novelas mais conhecidas. Acredita-se que, durante a sua prisão, tenha começado a escrever o Quixote.

Em 1599, abandonou Sevilha. Durante quatro anos não se sabe nada ao certo sobre ele. Acredita-se, por algumas passagens do Quixote, que Cervantes esteve na região manchega. Em 1603, está em Valladolid e pede proteção ao Duque de Lerme, que não acolheu bem a sua solicitação.

Em 1604, termina a primeira parte do Quixote e em 26 de setembro obteve do Rei a permissão para a sua impressão. (O curioso é como aconteceram fatos importantes e desastrosos na vida de Cervantes nos meses de setembro e outubro, inclusive o seu nascimento.) Em dezembro desse ano, em Madri, terminou a impressão do Quixote e, nos princípios de 1605, foi o lançamento que quase coincidiu com o nascimento de Felipe IV, 08 de abril de 1605.

Em 27 de junho desse ano, outra fatalidade sucede na família de Cervantes.

Acudindo este, junto com um clérigo, um cavalheiro navarro que tinha sido ferido de morte perto de sua casa, recebeu ordem de prisão, sendo toda a família envolvida nesse assassinato. Novo silêncio há na vida de Cervantes até 1608, quando, em Madri, foi feita uma reimpressão do Quixote (é preciso observar que é a primeira parte). Depois dessa época, seguem publicações. Em 1613, Novelas exemplares, ao todo 12 novelas, obra que dedica ao Conde de Lemos. Em 1614, Viaje al Parnaso e Adjunto ao Parnaso. Em 1615, uma coleção de oito comédias e de oito entremeses. Em 1614, publica a segunda parte do Quixote, mas só depois de outro escritor antecipá-lo, o licenciado Alonso Fernández de Avellaneda, imprimindo em Tarragona a obra Segundo tomo del ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha. Há várias conjecturas sobre esse autor. Alguns estudiosos acreditam que ele seja Lope de Vega, outros que Guillén de Castro, outros acreditam ainda que fosse algum faminto estudante.

Em 1615, houve um concurso por motivo da beatificação de Santa Teresa. Cervantes ganhou o prêmio. Nesse mesmo ano, publica a segunda parte do Quixote e, para diferenciá-la da apócrifa, deu-lhe o título de Segunda parte del ingenioso Caballero Don Quijote de la Mancha por Miguel de Cervantes Saavedra, autor de su primera parte. Dedicou essa continuação ao Conde de Lemos com a data de 31 de outubro de 1615. Nessa época, era grande a fama do Príncipe “de los Ingenios”. A primeira parte do Quixote e algumas novelas suas tinham sido traduzidas na França, Flandres, Ale-

manha e Itália. Tinha Cervantes 68 anos. Alquebrado, doente, escreve ainda *Los trabajos de Persiles y Segismunda*.

Em 23 de abril de 1615, exalou o seu último suspiro. Hoje suscita curiosidade o seu enquadramento social, político e sexual: cristão antigo ou judeu, erasmiano ou contra-reformista, homossexual ou heterossexual, ele nos escapa como muitos dos seus personagens que desaparecem do relato sem nenhuma justificativa. Todavia deixa-nos uma literatura em que há quatro séculos os leitores encontram o que buscam: distração ou sabedoria de vida, pois a grande virtude de Cervantes está em ter aperfeiçoado a narrativa, pois coloca-a no ritmo e viveza da língua falada, eliminando a retórica,

Entre as suas obras inclui-se o *Quixote*, cujo personagem ficou aloucado de tanto ler livros sobre cavaleiros andantes. Esse livro desperta interesse mundial pelas elevadas lições de validade universal. Obra considerada original pela sua ambigüidade, traz a renovação da narrativa que dá ao tempo um novo tratamento, à realidade uma dupla perspectiva e aos personagens uma atitude modificada pelas circunstâncias. Contudo, optei por falar sobre a vida do escritor e não de suas obras.

Para terminar, apresentamos a descrição que Cervantes fez dele mesmo no prólogo das *Novelas exemplares*:

Este que vêem aqui, de rosto aquilino, de cabelo castanho, testa lisa e limpa, de alegres olhos e de nariz curvo, ainda que bem proporcionado; as barbas de prata que não têm ainda vinte anos foram de ouro; os bigodes grandes, a boca pequena, os dentes nem pequenos nem crescidos, porque não tem senão seis e mal dispostos e pior estado, porque não têm correspondência uns com os outros, o corpo entre dois extremos, nem grande nem pequeno; uma cor viva, antes branca que morena, um pouco carregado nos ombros e não muito ligeiro dos pés, este digo que é o rosto do autor da Galatêia e do D. Quixote da Mancha

NOTA

- 1 JONES, Theomar. *Ciro Vieira da Cunha*. Inteligência e sensibilidade. 1989. p. 74.

PALAVRAS AOS NOVOS SÓCIOS

AYLTON ROCHA BERMUDES

Acompanhar a marcha do homem pelos caminhos da História é de-veras fascinante. O desejo de saber satisfaz não apenas uma necessidade da razão, mas compraz à nossa sensibilidade. Conhecer o mundo, os acontecimentos e suas causas, sempre empolgou a mente humana e, além disso, desperta singular interesse e deleite intelectual quando se volta para a vida do homem nos meandros do passado, nos desafios do presente e nas esperanças do futuro.

O ser adulto guarda ainda, mesmo no tumulto das exigentes atividades quotidianas, uma parcela da curiosidade e até do enlevo da criança quando ouvia a velha frase mágica do começo das histórias: “Era uma vez...”, e punha de lado outras atividades e vencia até o sono que chegava.

Que força conduz o homem em sua prodigiosa caminhada ao longo das idades? Qual o fio condutor da História? Como é substancialmente diversa a sua atividade da dos outros viventes, que a resumem na busca do alimento e na reprodução da espécie, mera satisfação dos impulsos instintivos! A razão, essa centelha, essa luz de procedência divina, acende nele necessidades mais altas e o impele para mais elevadas conquistas. Admirável, surpreendente e maravilhoso constatar que o homem está sempre irrealizado, o seu horizonte se distancia e foge sempre, embora não se perca nos longes da miragem. O sonho sucede à realidade e essa perpétua insatisfação, à certeza de que o caminho, que se alonga à frente, é sempre mais extenso do que o já percorrido, é uma fonte de beleza na trajetória humana.

Abençoada insatisfação que vai aprimorando o homem! Por isso a sua história se assinala pelo reconhecimento e confronto de sua dependência e fragilidade diante das forças da natureza, mas também pelo esforço incessante para superar essas forças e colocá-las a seu serviço.

Aylton Rocha Bermudes é escritor e membro do IHGES e da Academia Espírito-santense de Letras.

Contra as intempéries, ele procura e cria os abrigos e os meios de calefação e refrigeração. Contra a nudez não apenas cobre, mas põe arte e beleza nos vestuários. Supera a fome pela providência na conservação e na produção de alimentos. Dissipa as trevas pelo artifício da produção da luz. Supera as dificuldades da locomoção por meios de transporte mais velozes, alcançando as inimagináveis velocidades hipersônicas. Vence a morosidade e a precariedade da transmissão das mensagens pela palavra e pelos gestos com o grito, o telégrafo, o rádio, os sons e as imagens através do espaço, em circuito universal, pelo assombro da Internet. Anula as distâncias, torna-se quase ubíquo, vencendo as limitações do espaço pela conquista dos páramos siderais. Adormece a dor com os analgésicos e pela maravilha da anestesia. Mitiga o egoísmo feroz e o interesse exclusivista, doando-se a si mesmo pelo amor ao próximo, refulgindo na modéstia e na santidade de São Francisco de Assis, da mãe Tereza de Calcutá e de tantos anônimos que, ao nosso lado, se esquecem de si mesmos para dedicar-se aos miseráveis e aos excluídos. O sentimento de liberdade o faz insurgir-se contra a escravidão em suas múltiplas formas. Pela convivência e o amor do semelhante transforma em seara e flores o deserto da solidão. Pelo milagre do amor extingue as maquinações do ódio. Consola-se da transitoriedade da vida com o apelo à eternidade, no seu anseio por uma vida sem fim. Para que as idéias não se apagassem e não se desfizesse a lembrança dos sonhos, criou as letras do alfabeto, inestéticos sinais que realizam o milagre que ensejou o progresso humano de conservar, de eternizar os seus pensamentos e ideais.

O homem sempre se lamentou da fugacidade do tempo, lamento que Virgílio imortalizou nas *Geórgicas*: “Fugit irreparabile tempus” — o tempo foge irreparavelmente. Consegue, de alguma forma, deter esse fluxo contínuo, perpetuando a vida pela arte, em suas variadas manifestações, pela História, não só como ciência, mas como meio de resistir ao escoar inexorável dos dias. Em paráfrase à ousada invectiva de São Paulo, pode dizer: “Tempo, onde está tua vitória?”

Mas o domínio sobre a natureza, os meios de extrair dela os benefícios que lhe tornem a existência cômoda e feliz, compreendeu o homem que só os consegue pelo cultivo da sua inteligência. Só assim ele ascende a um nível superior aos dos irracionais, porque, disse Kant, “o homem só se torna homem pela educação.” Ser essencialmente educável e perfectível, o seu aprendizado, entretanto, é penoso e longo. Se não se submeter a ele, submissão que lhe traz ao mesmo tempo fadiga e prazer, não atingirá o bem-estar a que todos aspiram. Nesse sentido, o pensamento de H. G. Wells: “A história da humanidade torna-se cada vez mais uma corrida entre a educação e a catástrofe.” (*Uma breve história do mundo*, XV) “Assim se

destaca, em última análise, escreve Raymond Aron, a intenção própria do conhecimento histórico, que, inseparável da existência humana, confronta o presente com o passado, o que cada um é com o que foi, o sujeito com os outros seres, conhecimento que é uma reflexão, momento de uma dialética que parte da vida e que volta a ela.” (*Introduction à la philosophie de l’histoire*, p. 117 — tradução para o espanhol, Buenos Aires, 1946)

Nas diversas fases de sua evolução, o homem, se pode ter orgulho de haver descoberto mundos novos e a vacina Sabin, edificado a acrópole, esculpido o *Moisés* e pintado os afrescos da capela Sistina, não tem como esconder erros e crimes, dos quais o mais torpe é a guerra, o que faz duvidar da sua racionalidade.

Hélio Jaguaribe falou “dos dois Brasis que nosso sistema econômico, educacional e sanitário está produzindo, ou já produziu: um Brasil moderno, rico, desenvolvido, industrializado, informatizado, primeiro mundo, que é, entretanto, minoritário (com uns 40% de integrantes) e um segundo Brasil, majoritário, (com uns 60% da população dentro dele) excluído do progresso, da riqueza, do mercado, do desenvolvimento, incapaz de participar de tudo isso. Se não mudarmos a situação, se não houver uma “reforma” de nosso sistema, cairemos simplesmente no caos.” (*Brasil, reforma ou caos*. Rio de Janeiro, 1989)

Os membros deste Instituto prezam a História, compreendem o seu valor e a sua contribuição para transformar a realidade social. Não querem testemunhar passivamente a incerteza de rumos do poder econômico mundial. As mazelas sociais não podem mais ser reprimidas por uma espera sem termo e de abstratas perspectivas. Os que participam deste Instituto exercem, pelo cultivo da História, uma tarefa também pedagógica, cujo objetivo é aprimorar a sociedade como um todo para que ela possa desfrutar de uma vida mais digna.

A acolhida fraterna aos novos sócios é acompanhada dos votos de que nossas mentes pulsem em uníssono para que a História continue a cumprir a sua missão de mestra da vida.

DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO PROFESSOR JOSÉ PAULINO GONÇALVES

JOSÉ HYGINO DE OLIVEIRA

Cometeram-me os ilustres presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Municipalista de Letras, os confrades José Geraldo de Faria e Alfredo Marques Vianna Góes, a grave, delicada e honrosa tarefa de saudar o eminente professor, doutor José Paulino Alves, que hoje, para felicidade e alegria nossa, vem opulentar os quadros sociais de ambos os sodalícios.

Como se vê, realizamos uma sessão solene, conjuntamente, pela primeira vez, das Casas de Cultura, das Casas de João Pinheiro e de São Francisco de Assis, para o acolhimento festivo e fraternal do novo consócio. É uma festa de pobres, mas ricos de idéias e sentimentos de nobreza e civismo, de amor às letras e ao nosso glorioso passado histórico.

Repito, é uma solenidade original, diferente, *sui generis*, a esta que os apóstolos deste cenáculo vão assistir e prestigiar. Para logo se evidencia o contraste bradante entre o valor intelectual do recipiendário e o desmaiado mérito do orador escolhido como representante das duas instituições culturais.

Sei, em consciência, que para orador falta-me memória, graça, talento, cultura, desembaraço, naturalidade, gesticulação adequada, imaginação pronta — que mais poderia acrescentar para dizer que tudo me falta, meu Deus, para preencher as condições necessárias ao bom desempenho de uma função assaz difícil, em auditório tão elevado?

Mas (acreditem consócios e ouvintes) pensei em recusar a amável indicação que por primeiro me foi feita pelo infatigável presidente da nossa querida Academia Municipalista de Minas Gerais — academia que me parece *locus amoenus* de agradável convívio intelectual —; quando Alfredo Marques Vianna de Góes me convidou para saudar o professor, dr. José Paulino Alves, não só pelos motivos já enunciados de minha deficiência

José Hygino de Oliveira é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e da Academia Espírito-santense de Letras. Poeta, é autor de inúmeros livros.

oratória, meu impulso imediato foi a recusa. É que não conhecia eu ainda o novo imortal, nem de nome, sinceramente o digo. De como seria possível fazer-lhe o elogio pragmático sem travar conhecimento sobre o homem e sua obra, seus trabalhos, sua vida enfim? Percebendo-me o embaraço, Alfredo, inteligente e franco, foi solícito em dilucidar as grandes virtudes morais e espirituais do homenageado, enfatizando-lhe o título credencial de desembargador aposentado no Espírito Santo. Rendi-me então à informática presidencial sem cogitar reservas.

De qualquer sorte, porém, seria imperioso que intenso epistolário se estabelecesse entre nós, o dr. José Paulino, para a composição verbal que me era solicitada. Durou meses muitos a troca de cartas e mensagens. A cada vez que me escrevia o colega, sempre em estilo personalíssimo e impecável, pude, aos poucos, através de numerosos documentários enviados, convencer-me de quão exatos eram os encômios do nosso Alfredo de Góes ao neo-acadêmico municipalista efetivo de Minas Gerais.

Li, reli, e meditei no valor das peças literárias recebidas, entre as quais figuram poesias, pareceres jurídicos do ex-promotor público da comarca capixaba de Alegre, publicações de discursos e conferências, um conto datilografado, inclusive, uma cópia de sentença proferida em 11 de maio de 1944, na comarca de Muniz Freire.

Tamanho o meu entusiasmo que não pude deixar de propor o ingresso do dr. José Paulino Alves no Instituto Histórico e geográfico de Minas Gerais, na classificação de sócio-correspondente, o que me valeu, bem aceita a proposta, a imposição de novo e cordial mandato para saudar o recém-admitido na Casa de João Pinheiro.

Como cada qual dá o que pode, eis-me no desempenhar a empresa que me foi confiada, na dupla representação que me confunde e desvanece.

Quero ser breve, tanto quanto possível, lembrando que foi perguntado a Cícero, certa vez, qual seria o melhor discurso, ao que ele, o genial tribuno, respondeu: o mais curto. Resposta fulminante essa que me faz refletir: se o discurso é bom, agrada e perdura na memória de quem o ouve, mas, se não presta, desagrada, o sofrimento do ouvinte é menos doloroso.

Entretanto, como resumir uma saudação a quem se apresenta com tantos e tão maravilhosos títulos e qualidades supremas que excedem em tudo o homem médio, o homem comum?

Pois Rui não escreveu que os homens que se têm exaltado entre os seus pares na sociedade são, de ordinário, os que vêm a excelir sobre os seus conjuizes pela energia e pela distinção intelectual?

Princípio da citação de deliciosos versinhos que há quarenta e quatro anos o jornal *O Alegrense* perpetuou em suas colunas:

Dr. J.P.A.J
Quando elle ao mundo veio,
Rechonchudo e meio chorão,
Alguém disse de permeio:
“Esse bicho é sabichão.”

Foi crescendo o maganão,
Livremente, sem receio,
E, bem cedo, como não?
Revelar-se elle veio...

Professor, conceituado,
Dos alunos era amado,
Lealmente, sem favor.

E, subindo venturoso,
Sorridente, maneiroso,
Conseguiu ser um doutor.
(J. Cordeiro)

Está, assim, bem fotografado o nosso homem incomum, pois não é apenas doutor de borla e capelo e professor muito estimado de quantos alunos teve e que lhe hauriram as lições magistraes. Não é somente isto, há muito mais. O dr. José Paulino é filósofo, poeta, historiador, literato, filólogo, conferencista, latinista e juiz aposentado no grau maior da Justiça estadual do Espírito Santo. Homem notável, homem de fé, chefe de família, cidadão prestimoso, tem o coração impregnado de doçura e suavidade; é, em uma palavra, homem de nobre caráter.

Tudo isso se afina, e se infiltra, e se mostra através de sua longa vida, vida de lutas e trabalhos, de sofrimentos e vitórias.

Ele mesmo nos conta como porfiou e venceu na vida de moço pobre e sonhador impenitente. Filho de José Paulino Alves e Teresa Carolina Pereira Alves, ambos mineiros e sepultados em Muriaé. Nasceu no norte do Estado do Rio, em Porciúncula, pertinho de Carangola, no dia 23 de agosto de 1895, perto da igreja de São Sebastião, onde foi batizado. Morando em casa de parente, não foi bem tratado, mas perdoou, de coração, e até agradeceu a Deus os sofrimentos porque passou quando estudava em Niterói. Bendiz o nome de sua antiga professora, d. Maria Lima, “sua verdadeira mãe”. Foi matriculado no colégio São Vicente de Paula, em Muriaé, onde teve mestres famosos, como os drs. José Eutrópico, Jesus Ferreira Varella, Vicente Masini e outros. Estudando à custa própria desde o giná-

sio, formou-se em Direito, em 1932.

É interessante narrar suas atividades multifárias de guarda-livros, medidor de terras, professor rural em Itaperuna e no Ateneu São Paulo, dirigido pelo dr. Mário Ururahy Macedo, meu velho conhecido. Lecionou Pedagogia e Higiene na antiga Escola Normal de Muriaé, ex-Escola Santos Anjos. Depois de formado, disputou em concurso a cadeira de Português e Literatura, na Escola Normal Pedro II, em Vitória, lecionando ainda em outros estabelecimentos, até ser nomeado promotor público na comarca de Afonso Cláudio, servindo depois em Alegre. Finalmente, após mais de trinta anos de bons serviços à magistratura espírito-santense, desiludido de preterições, aposentou-se no cargo de juiz de direito de Vitória, com honras e vencimentos de desembargador.

Caro dr. José Paulino, preliador sem mácula, como nossas vidas, em diversos aspectos, se irmanam, se tocam e se confundem. Fui também estudante pobre e desvalido, porém cheguei ao ponto final da carreira judiciária em Minas Gerais, louvado seja Deus!

A luta pela vida oferece compensações aos mais dotados e aos que perseveram na confiança em Deus e na vontade de progredir.

Assim pensando, julgo-me habilitado, *cum permissa venia*, a exaltar o vosso passado e os vossos trabalhos jurídicos e literários, que revelam exemplos eloqüentes de tenacidade, de nobreza e de cultura. Do velho caderninho em que foram coladas publicações recortadas de assuntos jurídicos, havendo alguns destes reproduzidos em máquina de escrever, nada menos de pareceres sobre matérias diversas, desse precioso calepino pude deduzir vossa operosidade de representante do Ministério Público nas comarcas de Alegre e Cachoeiro de Itapemirim durante mais de seis anos de lutas forenses. Não pela quantidade, mas pela qualidade dos pareceres e razões de todos, li e examinei.

Em todos esses trabalhos, afirmo, sem resquício de lisonja, nota-se a tônica predominante da equidade, o bálsamo romano com o qual, proscrevendo injustiças, se tempera o *rigor juris* das decisões judiciais. E essa mesma preocupação do promotor público de humanizar a Justiça haveria de acompanhar o meritíssimo juiz de direito de Muniz Freire, tal como verifiquei na leitura da brilhante sentença de absolvição de uma infeliz criatura que deu à luz a uma criança e foi abandonada no matagal, mas não pereceu no local. Essa decisão, datada de 11 de maio de 1944, bem escrita, como tudo que sei a vosso respeito, mostra um juiz do tipo de Magnaud — *le bon juge* —, que conciliava os ditames da consciência com as regras legais do julgamento. O coração bondoso do magistrado reconheceu na ré uma mulher desamparada socialmente, “sem conforto e sem assistência, sem a solidariedade benfazeja de uma carinho, transida de dores, aviltada

na sua imensa desgraça, rebaixada na própria condição de mãe.”

Prometi não me alongar. Todavia, não me culpem, que culpado é o próprio autor de rimas, conferências e discursos, cuja intelectualidade heliotrópica e multifária exige maiores digressões.

Membro da Academia Espírito-santense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o professor José Paulino Alves Júnior divulgou suas apreciáveis produções versando temas multiformes: *A alma existe, Os italianos são assim, Idealistas e rebelados* (conferência de cunho histórico-sociológico), *Moniz Freire* (biografia) — além do policrômico discurso acadêmico que proferiu no dia 8 de março de 1941, em Vitória. Muitas outras foram enumeradas no verso de suas separatas mencionadas, a biográfica e a histórico-sociológica tese de concurso *Nugas gramaticais, Decisões judiciais, Contos históricos do Espírito Santo, Cabeça e coração, O direito através do latim*, etc.

Escritor, jurista e poeta, vossa pena é vibrante, à luz aurisolar do vosso talento reverberam as fulgurantes jóias literárias em forma de conferências e discursos, em contos que encantam, em poemas de musical sonoridade.

Não é de pasmar que um *magister* do idioma pátrio, um cultor do latim, escreva corretamente. Vosso estilo é terso e límpido. No escamel da linguagem sois o artista que brune cada período no joeiramento dos vocábulos insubstituíveis. Sois, sem favor, um vernaculista disertor.

Inspirando-vos de Vieira, fostes colher nos *Sermões* a convicção de que deve “o estilo ser muito claro e muito alto; e tão claro que o entendam os que não sabem, e tão alto que tenham muito que entender os que sabem.”

Movido de prudência, caro consócio, não desejo incorrer na mácula dalouvaminhice, ferindo-vos a modéstia. Pindarizar é sempre um pecado que se deve reprimir.

Não obstante, deixemos a prosa e entremos no reino da estesia dos enamorados eternos das noites de plenilúnio, que tão maravilhosamente cantou Augusto de Lima; dos visionários bilaqueanos que ouvem e entendem as estrelas derramadas no firmamento; dos bardos e trovadores que sonham, que riem, que choram, que amam, que sofrem e que, até, mentem...

Querem ver que não há injúria na última palavra.

Nietzsche vem mussitar aos meus ouvidos que o poeta é capaz de mentir conscientemente, voluntariamente, e só ele é capaz de dizer a verdade. O poeta pode ser um santo, um apóstolo, um anjo, um profeta, como disse Fernando Pessoa, mas admitamos:

*“O poeta é um fingidor,
finge tão completamente,
que chega a fingir que é dor
a dor que deveras sente.”*

Já houve quem afirmasse que o poeta participa do uno, do eterno e do infinito, pois a poesia tem algo de divino, Baudelaire foi, em *Lettre du voyant*, considerado *un vrai Dieu* pelo genial Rimbaud.

De Adonias Filho, romancista baiano, ornamento da Academia Brasileira de Letras e presidente do Conselho Federal de Cultura, colhi estas valiosas citações.

O artista, conquistando o eterno, trabalhando com elementos que existencialmente estão além da morte, é um santo, porque atravessa as fronteiras do edênico. Invoca os conceitos de Etrindberg e Paul Claudel, assim expressos sobre o êxtase poético:

*“État qui procure un bonheur indescriptible, une vraie béatitude,
tant que dure l'inspiration.” Ou, segundo Claudel, a poesia “c'est
l'oeuvre de Dieu, que fait la matière inépuissable des recits et des
chants du plus grand poète comme de plus pauvre petit oiseau.”*

Alberto Faria, ao opinar em *Accendalhas* sobre a culpabilidade de Dido, perguntou, respondendo, que a prova insofismável de tudo era que a Poesia, a grande Poesia, qual a de Virgílio, até conflitando com a História, representa a maior eternizadora de nomes (*João Leda, Faiscador do vernáculo*, da autoria de Josão Chrysóstomo, p. 148-9).

Ora, meus amigos, meus ilustres confrades, o poeta José Paulino Alves Júnior é poeta de verdade. Não é simples contador de sílabas. Tem inspiração, sabe combinar palavras e delas extrair sensibilidade e vibrações sensoriais. Já alguém asseverou que Poesia é aquilo que se sente, e não aquilo que se lê. Tudo quanto se entende e desperta sensações no espírito, na alma da gente por meio de versos brancos ou coloridos, rimados ou livres, românticos, líricos, épicos, lúdicos, sacros, profanos, patrióticos, antigos e modernos, tudo é poesia. Há versos, reversos, perversos, eróticos e diversos na forma e conteúdo.

Quem produziu poemas como *Bailarina do espaço, A borboleta e Coração — bronze sonante*, sem que se esqueça *Ricordo*, tradução primorosa, isto fez e deve ter mais outros poemas publicados ou inéditos, não passa de poeta, e bom poeta na província intelectual de Castro Alves, de Bilac, de Guimarães Passos, de Gonçalves Dias, de Álvares de Azevedo, de Augusto dos Anjos, de Casimiro de Abreu, de Hermes Fontes, de

Alphonsus de Guimaraens, de Vicente de Carvalho, de Jonas da Silva, de Catulo da Paixão Cearense (que era maranhense) e tantos outros que seriam um nunca lembrar de nomes consagrados na história da literatura nacional.

Ilustre professor Paulino Alves:

Inclina-se-me o coração para uma honesta e sincera conclusão. É que, apesar de nos defrontarmos, e só agora, nesta solenidade bifacial, tenho a impressão de que somos dois velhos amigos que andamos peregrinando por este mundo de Cristo tal quais as duas sombras de Olegário Mariano, lutando, amando e sofrendo, sob o pálio estrelado do Cruzeiro do Sul, perseguindo as vicissitudes do mesmo destino — a magistratura — tendo por idêntico lema “sempre ascender” e, por ideal, Justiça e Liberdade.

Na encruzilhada silenciosa do destino, quando já aposentados no ápice da carreira que esposamos, quiseram os eméritos presidentes da Academia Municipalista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais que os dois velhos se encontrassem, jubilosa e fraternalmente, já no ocaso de suas vidas, mas na alegria primaveril desta velhice, que Deus consente seja lúcida, otimista e feliz, sensível aos encantos da natureza, ao fascínio das letras culturais, aos eflúvios maviosos da Esperança, ao poder criador da inteligência, às seduções espirituais das verdades eternas, divinas e humanas.

Professor:

Tenho por exagerado o axioma de Terêncio — “senectus ipsa est morbus” — pois há moços-velhos e velhos-moços por este mundo afora. Nos nossos quadros figuram jovens de mais de setenta anos.

Tempo de parar — diz o Eclesiastes —, que a causa porque aqui hoje nos congregamos não pode sofrer a impaciência de ouvir e aplaudir vosso belo discurso.

TRÊS CENTENÁRIOS

RENATO PACHECO

É determinação estatutária que nosso Instituto renda homenagem a seus associados, já falecidos, principalmente àqueles cujos centenários têm passado mais ou menos despercebidos, embora capixabas ilustres que muito fizeram pelo engrandecimento de nossa terra.

Desejo reportar-me, sinteticamente, nesta fala singela, a três sócios cujos centenários foram comemorados recentemente.

FERNANDO DUARTE RABELO

FERNANDO DUARTE RABELO¹ nasceu em 10 de agosto de 1897, em Muqui/ES e faleceu em Vitória, em 30 de novembro de 1965. Seus pais foram Henrique Alves Rabelo e D. Leonor Duarte Rabelo.

Família grande e sem muitos recursos financeiros,² desde os 13 anos Fernando Rabelo começou a trabalhar na Imprensa Oficial do Estado, em Vitória, como encadernador e revisor. Formando-se professor normalista, em 1913, lecionou em diversas escolas públicas da Capital, enquanto fazia seu curso de Direito no Rio de Janeiro, concluído em 1921. Exerceu inúmeras funções de relevo em nosso Estado, como inspetor escolar, catedrático de Cosmografia do Ginásio Espírito Santo, promotor público, delegado auxiliar e depois geral, Secretário de Estado (tendo assumido por três vezes a Interventoria), procurador seccional da República e advogado da Leopoldina Railway, depois Rede Ferroviária Federal.

Depois da redemocratização do país, elegeu-se Fernando Rabelo deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão (PDC), de orientação católica, de que era o presidente regional (1947-1951). Professor da Facul-

Renato Pacheco é Presidente de honra do IHGES. A presente Comunicação foi proferida na sessão de 1º de abril de 1998.

dade de Direito do Espírito Santo, foi elevado à categoria de Emérito em 1961. Dirigiu a própria faculdade, então federalizada, e foi eleito e nomeado Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, cargo que assumiu em 18 de junho de 1964, e, em cujo exercício veio a falecer.

Casou-se com D. Maria da Glória Espíndula Rabelo, de tradicional família vitoricense, tendo os seguintes filhos: Ruben Dario, Terezinha, Carlos Ruben, Marian, Raul, Fernando Augusto, Maria da Penha, Eliane, Glória e Maria do Carmo.

Nosso consócio Christiano Dias Lopes Filho prestou-lhe significativa homenagem em artigo de *A Gazeta*, de 25 de novembro de 1997, e ele dá nome ao Instituto de Educação do Estado.

JOÃO BASTOS BERNARDO VIEIRA

JOÃO BASTOS BERNARDO VIEIRA — a pinturesca Conceição da Barra, que tem dado tantos intelectuais a nosso Estado, como Manuel Antônio de Oliveira, Hermógenes Lima Fonseca e Bernardete Lyra, também viu nascer o poeta João Bastos³ a 23 de fevereiro de 1898, e falecido em 5 de julho de 1962.

Mudou-se para Vitória em 1911, onde se iniciou no jornalismo local e da Capital Federal, publicando seus trabalhos a partir de 1918.

Poeta de fina sensibilidade, publicou, em 1943, pela José Olympio Editora o livro *Caminhos da vida*, premiado em 3º lugar no Concurso do Príncipe dos Poetas Capixabas. Deixou numerosa obra esparsa.

Foi secretário da Escola Normal Pedro II, diretor de Departamento da Secretaria de Educação, diretor do Colégio Estadual e Escola de Belas Artes e Secretário de Educação e Cultura do Estado. Foi fundador e presidente, por duas vezes, da Associação dos Funcionários Públicos e presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em nosso Estado. Seu último soneto, publicado no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, é o seguinte:

ALÉM DO HORIZONTE

*Quando o sol, expungindo o derradeiro poente,
abismar-se na sombra, além das cordilheiras,
e o rio, quebrantado o impulso da corrente,
inerte lago, vier deitar-se às ribanceiras...*

*Quando, de meu destino, as asas agoueiradas
passarem sobre a verga, em rumo diferente,
— eu irei... Mas irei, ó negras mensageiras,
nem mais entristecido e nem menos contente.*

*Há de haver, bem depois do espaço circunscrito,
um porto e, de algum modo, a esteira de uma ponte
ideal, entreligando os sonhos em conflito,*

*refúgio onde talvez um novo sol desponte
e o espírito contemple o azul de outro horizonte
ao longo da amurada extrema do infinito...*

LUIZ SERAFIM DERENZI

LUIZ SERAFIM DERENZI⁴ nasceu em 20 de março de 1898, em Vitória e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de abril de 1977.

Era filho de Serafim Derenzi e de D. Amália Sgrignoli Derenzi (D. Marieta). Casou-se com D. Paulina Avancini Derenzi e tem os filhos Ione Avancini Derenzi Roxo, Luiz Carlos Derenzi e Fábio Serafim Derenzi.

Fez o curso primário do Colégio Amâncio Pereira e Escola Modelo, e o secundário no Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Formou-se engenheiro geógrafo e civil em 1923.

Trabalhou, sob a direção de Gustavo Corção, na Comissão de Limites entre Rio e Minas Gerais. Foi Diretor de Obras do Estado, do Departamento de Estradas de Rodagem, professor da Escola Normal Pedro II e do Liceu Muniz Freire de Cachoeiro, e chefe da construção do parque Nacional e Hotel de Foz de Iguaçu, Paraná.

Publicou *O Espírito Santo será o maior pequeno Estado do mundo* (1953), *Impressões sobre arte* (1954), *Biografia de uma ilha*, obra clássica, de 1965, com reedição pela Prefeitura Municipal de Vitória, em 1996; a premiada *História do Palácio Anchieta* (1971) e *Os italianos no Espírito Santo*, Rio, Artenova, 1974. Deixou inédito interessantíssimo livro de memórias, *Caminhos percorridos*.

Recebeu a comenda da Ordem da Solidariedade da República italiana.

Num belo gesto, seus herdeiros, atendendo a desejo do genitor, doaram a nosso Instituto a valiosa “capixabana”, que ao longo da vida Luiz

Derenzi colecionou.

Reverenciemos estes consócios que ilustraram, em vida, nosso Instituto.

NOTAS

- 1 Síntese preparada com dados fornecidos pelo dr. Carlos Ruben Rabelo.
- 2 Entre seus irmãos notabilizou-se, também, Armando Duarte Rabelo. Consoante informações que me foram prestadas pelo jornalista Renato Jobim, seu genro, ARMANDO DUARTE RABELO nasceu em Muniz Freire, ES, em 20 de agosto de 1902 e faleceu em Vitória em 12 de julho de 1985. Entre muitos cargos que exerceu em nosso Estado, foi chefe do Serviço de Bio-estatística do Estado, a partir de 1927. Foi também diretor da Imprensa Oficial do Estado (1934-1935), diretor do Departamento Estadual de Estatística (1936-1943) e chefe do Serviço de Estatística do Departamento Nacional do Café (1944-1945), diretor do IPAJM (1952), prefeito municipal de Vitória e Secretário da Fazenda do Estado (1959-1962). Também dirigiu o Departamento Administrativo do Serviço Social Rural, e exerceu pela segunda vez o cargo de Secretário da Fazenda, em 1975. Teve intensa atuação internacional participando de Comissões no exterior, no setor estatístico.
- 3 Dados que me foram fornecidos pelo consócio Renato Bastos Vieira, filho do homenageado.
- 4 Segundo a ficha biográfica autógrafa em meu arquivo.

CONTOS E CRÔNICAS

JUCUTUQUARA

ROBERTO MAZZINI

Como âncora será bom me fixar em datas como 1945, 1946 e vizi-nhanças. A guerra acabou, mas o povo não sumiu. Ao contrário. Ali estão grupinhos comprando bananas na quitanda do Natalício, ou conversando na farmácia do Dr. Modenezi. Há, talvez, um sol forte nessa manhã de segunda-feira em que pessoas discutem se o Rio Branco, time do bairro, não podia ter ganhado a partida de domingo contra o Vitória. Natalício, dono da quitanda, no meio de verduras, laranjas e bananas, apertava as calças com os braços. Um cacoete que ia sendo exercido de maneira cada vez mais furiosa, enquanto descrevia o lance do *off-side* (impedimento) marcado na hora exata em que o Grijosinho ia fulminar as redes vitorienses. O “laço húngaro”, inventado pelo técnico Mossoró, e em plena execução pelo nosso veloz ponteiro, barrado pelo apito ladravaz do Dedé.

— Cachorro! Ladrão!!! — berrava Natalício quase fora de si.

Comentava-se que depois de apitar os jogos, Dedé, o juiz, o tal do sua senhoria, não ia para sua casa localizada perto da igreja de São Sebastião, na própria Jucutuquara. Tomava direto o bonde com destino à cidade para receber a bolada como pagamento de suas ladroagens. Dizia-se também que nos jogos do Rio Branco, quando sempre apitava contra o time do próprio bairro, o Dedé ia-se esconder debaixo da cama, o que, além de contraditório, reconheço, não corresponde à verdade dos fatos. Colaboro com um depoimento esclarecedor: fui vizinho do Dedé e jamais foi comprovada essa fuga para debaixo da cama a fim de se livrar de torcedores riobranquenses. Ao contrário, o que vi, ou melhor, ouvi, foram, isso sim, demonstrações explícitas de cinismo ou do que era assim classificado após as primeiras horas do término dos jogos em que o Rio Branco era derrotado. Não foi apenas uma vez. Depois de apitar um clássico Rio Branco X Vitória e com a derrota de nosso time, ouvia o Dedé cantar no banheiro de sua casa que dava fundos para nosso quintal. O Dedé se esgoelava cantan-

Roberto Mazzini é pseudônimo de Ivan Borgo, escritor e membro do IHGES.

do muito alto (desafinado) *La donna é mobile*. Que dona? Que mobile? Que isso tinha a ver com a roubalheira contra nosso time? Mas tinha. Com segurança. Prova mesma? Nenhuma. Comentava isso com o pai de meu amigo Ruy, o Mário Benezath, que era mais apaixonado do que eu pelo Rio Branco. Mas o próprio Mário, com toda sua paixão, dizia que não se podia fazer nada. No fundo, eu também achava. O próprio Dedé era isento de culpa, pensava depois, já na terça-feira, com o melhor equilíbrio que o tempo se encarregava de trazer. Nas vitórias nunca havia necessidade de se explicar nada desde que elas sempre eram pautadas pela justiça, alicerçadas no melhor desempenho de nossa imbatível equipe, o que também podia eventualmente ser contestado pelos meus óculos, mas só, no mínimo, a partir da quarta-feira. Enfim, melhor esquecer esses desvarios da paixão. Melhor ir para a beira da vala na noite iluminada e conversar sobre outras coisas com os amigos Paulo Coutinho, Ruy Benezath, Álvaro Barboza, Clóvis Mendonça, Roberto (Beto) Carvalho, Heitor (ex-ponta direita do escrete fluminense) e alguns outros mais. Nem sei direito o que tanto conversávamos até alta madrugada. Na ordem do dia, como sempre, salvávamos o Brasil, mas me lembro, nos assuntos gerais, de pelo menos um assunto dramático: o Guaraci mataria mesmo o Heráclito? Tais cidadãos eram donos dos dois melhores bares do bairro, e disputavam palmo a palmo nossos minguados cruzeiros. Certo dia, o Guaraci, que era carioca e muito falador, apareceu com uma novidade: o picolé de coco revestido com fina camada de chocolate que se chamava polar, gigolá, uma coisa assim. A freguesia, até então dividida entre os dois bares, não fez por menos. Bandeou-se toda para o bar do Guaraci, onde aconteciam grandes faras de consumo desse polar ou gigolá, a sensação em forma de picolé. Cerveja? Só aos sábados, ainda que muita, nas preliminares das incursões à cidade nos programas dos finais de semana

Eis então quando um dia aparece o Heráclito com um sorriso misterioso. Sem mais nem menos nos pára na rua e pergunta se não queríamos saborear o tal gigolá em seu bar naquela mesma noite. Todos pensamos que o Heráclito estivesse blefando. Afinal, a tecnologia de fabricação do gigolá — conforme dizia o próprio Guaraci — era secreta, propriedade de uma multinacional. Quer dizer, secreta até o dia em que o Manezinho, empregado da Kibon, do Rio de Janeiro, veio para Vitória empregar-se no bar do contrterrâneo Guaraci, que passou a ficar, como dissemos, absoluto no bairro no setor de picolés. Explicadas essas coisas, fica fácil compreender o sorriso de vitória do Heráclito, que comprou, por cifra não revelada, a posse do sorveteiro Manezinho que, com seu ar neutro acólito, por um largo e eterno sorriso mudou-se de armas e bagagens para seu bar.

Mortes não houve, mas por semanas pairou sobre o bairro o fantas-

ma da tragédia, felizmente não consumada das ameaças do Guaraci a seu arquiinimigo Heráclito.

E o bonde passava.

No dia vinte de janeiro, Jucutuquara toda era festa de São Sebastião, o padroeiro. Meu pai era o tesoureiro da quermesse e eu achando que aquela festa era pequena demais para mim. Por isso, abandonava-a para ir ver Ingrid Bergman na tela do Glória, na cidade, no mundo exterior. Voltava para casa com os acordes do tema de Casablanca nos ouvidos. Passava pelos pequenos grupos festejando São Sebastião e pensava que eles não sabiam de nada do mundo verdadeiro que ficava além de nossas fronteiras. Meu pai me dava um abraço e não dizia nada. Mas os fatos incluíam um conforto muito grande quando abria o portão de nossa velha casa e, na noite cálida, era recebido pela lufada de perfume que vinha dos manacás em flor. Ao chegar, tão bom falar com meu cachorro Dick, ir ao galinheiro ver se o Faísca, meu galo de briga, tinha sido deixado em paz pela Mariquinha, um diabo de galinha que bicava impiedosamente o meu Faísca. Inacreditável. O Faísca punha para correr todos os galos dos arredores, inclusive o tal Vencedor, de propriedade do posudo Badico. Mas o incrível é que ao chegar *em* casa, depois de sucessivas vitórias, o Faísca saía correndo com medo da terrível galinha.

Revisado o meu piccolo mondo, acendia o abajur e continuava a ler *O primo Basílio*. Ia descobrindo que a língua portuguesa não era aquele território fechado a cadeado onde ponteavam os Herculanos, os Garretts e suas farpas agudas. Eça de Queiroz era o amigo que quebrava cadeados e me convidava para uma imaginária ceia de bacalhau com batatas, numa gostosa festa do espírito.

Ave Eça.

Jucutuquara adormecia ao som do rádio de D. Flausina, uma viúva moradora próxima de nossa casa, que sempre sintonizava a Rádio Nacional nas madrugadas para relembra seus velhos tempos com músicas antigas, em especial valsas de Carlos Galhardo. “Ah, sim, naquele tempo” — suspirava a viúva Flausina.

Quantas vezes olhava os morros franjados pela luz prateada da lua dormindo a sono solto e não podia perceber que Jucutuquara inteira era apenas uma ilha de sonho ancorada nos verdes anos.



A TRAGÉDIA DO ENGANO

JOÃO BONINO MOREIRA

Triste noite para o Espírito Santo a de sábado, dia 23 de dezembro de 1950.

O “noturno” da Leopoldina Railway saiu da estação Barão de Mauá, no Rio de Janeiro, pela manhã, com destino a Vitória. O comboio era composto de locomotiva (nº 391), carro tender, carro correio, carro restaurante e nove vagões para passageiros. Vinha totalmente lotado, pois trazia dezenas de capixabas que pretendiam passar o Natal em casa. Na cidade de Campos, foi ligado à composição mais um carro de passageiros, que transportava uma delegação esportiva.

Correu sem incidentes a viagem até Cachoeiro de Itapemirim. Segundo depoimentos de vários passageiros, logo após deixar Cachoeiro o trem começou a desenvolver uma velocidade anormalmente excessiva, tendo mesmo alguns previsto um acidente. E foi o que, infelizmente, ocorreu nas imediações da estação de Engano, no trecho Cachoeiro/Vitória, às 20 horas do fatídico 23 de dezembro. A respeito, disse o dr. Teófilo Costa, clínico muito conhecido em Vitória que também ia no trem:

“Tomamos o comboio em Campos, em classe especial que fora ligada antes do carro restaurante, pois fazíamos parte de uma embaixada da Escola Técnica de Vitória, composta do prof. Admercil Silva (conhecido como Dade), do prof. Itaboraí e de trinta e seis alunos. Até Mimoso tudo correu bem, de lá até Cachoeiro a composição foi dividida em duas, dada a dificuldade com que era arrastada pela locomotiva. Em Cachoeiro foi novamente restabelecida a composição, que viajou até Guiomar sem novidades. Próximo à estação de Engano, que é assinalada por descidas e curvas, o trem começou a desenvolver uma velocidade fora do comum. Em dado momento sentimos um esbarro violento seguido de gritos que vi-

João Bonino Moreira é contista, cronista e historiador. É membro do IHGES.

nam das classes da frente; imediatamente corremos ao local, eu e meus companheiros professores Admercil e Itaboraí, e vimos o que não é possível descrever-se em palavras. Com os recursos de que dispúnhamos, improvisamos macas e garrotes para os que se achavam feridos, transportando para a estação, ao mesmo tempo em que providenciávamos junto ao Governo do Estado socorros urgentes.”

De acordo com informações de outros viajantes, o maquinista Nerio Tinoco teria sido admoestado de que deixava a locomotiva desenvolver velocidade incontrolável, e seu colega guarda-freios chegou até a apertar os freios dos vagões, já prevenindo um desastre. Este

“... ocorreu às 20 horas, precisamente, e foi emoldurado pela mais dantesca apoteose de gritos, gemidos, sangue e estertores (sic)”, segundo um repórter da época.

Outro sobrevivente reportou:

“Ao aproximar-se de Engano, o maquinista, vendo que não podia reprimir a marcha, deu dois travos violentos e bruscos, sem ter o cuidado de pedir freios, havendo então o engavetamento.”

O maquinista Tinoco, por sua vez, declarou que:

“... a culpa não me cabe. A culpa do desastre cabe ao fato de ser a composição demasiado pesada e ao invés de a locomotiva fazer tração, na descida, era impulsionada. À altura de Engano a máquina disparou e não houve mais possibilidade de retê-la. Eu nada podia fazer, embora tentasse o freio. Foi obra da fatalidade.

Obra da fatalidade ou não, o depoimento do maquinista não foi confirmado por várias testemunhas e ele foi preso pela polícia.

Em atenção aos pedidos de socorro, o Governo do Estado prontamente deslocou para o local uma equipe de vinte e seis médicos, dois engenheiros, quatro doadores de sangue, onze enfermeiros, dois jornalistas e vários soldados e bombeiros, além de muito material médico. Essa caravana foi transportada por um comboio cedido pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, pois a estrada de Ferro Leopoldina Railway, estranha e condenavelmente, não forneceu a composição necessária. O grupo, ao chegar, constatou que:

“na garganta de pedras estavam triturados sete carros de passageiros e adiante mais dois, ligeiramente inclinados e, por último, o carro restaurante atravessado na linha, sem falar no carro correio, reduzido a apenas uma prancha.”

Os moradores da estação de Engano e das redondezas emprestaram sua solidariedade e compaixão aos acidentados, fornecendo-lhes camas, lençóis, comida, agasalho e hospedagem.

A missão médica atrás referida completou o trabalho dos doutores Teófilo Costa e Newton Barros, que viajavam no trem sinistrado. O primeiro atendimento foi feito à luz de lanternas. E tanto os dois médicos viajantes, como o pessoal da missão desdobrou-se num trabalho insone e abnegado, digno dos maiores elogios. Nenhum esforço foi poupado para que os acidentados tivessem tido o melhor atendimento possível. O serviço de remoção foi muito bem executado pelos bombeiros, soldados, alunos da Escola Técnica e outros passageiros e pessoas residentes no local. Os cadáveres, em número de quinze, foram colocados no tender da locomotiva e iniciou-se o triste retorno a Vitória. Dois outros corpos já tinham sido enviados para Campos. Mais uma vez fez-se então sentir a incompetência e a voracidade da Estrada de Ferro Leopoldina. O trem de socorro com os agonizantes e os cadáveres já em começo de decomposição foi obrigado a ficar retido numa estação até que passasse o “noturno” de Vitória. Atraso de horas, truculentamente causado por funcionários da ferrovia, que disseram estar cumprindo ordens da Diretoria da Empresa. Qual a razão dessa prioridade para um trem de passageiros que iam passar o Natal no Rio? Perguntou-se muito.

O fúnebre trem de socorro finalmente chegou a Vitória, onde o aguardava enorme multidão, que queria invadir o gare, a custo contida pela polícia e por cordões de isolamento. O comboio foi desviado para a Estação Pedro Nolasco, da EFVM — outro fato estranho, uma vez que se tratava de acidente ocorrido em linha da Leopoldina — daí seguindo os cadáveres para o necrotério e os feridos para a Santa Casa de Misericórdia. Não arriscamos a fornecer o número exato de mortos (aproximadamente vinte), pois a imprensa e os registros oficiais da época são contraditórios a respeito. O trem acidentado ficou sendo conhecido como o “Noturno da Morte”.

Paralelamente a essa tragédia que enlutou o Espírito Santo, não poderíamos deixar de consignar um fato — comentadíssimo na ocasião — que motivou a abertura de inquérito pelo Cartório da 4ª Delegacia Auxiliar de Vitória, por ordem do delegado Dr. Álvaro Alves Bourguignon. Alegaram alguns que a bagagem das vítimas havia sido saqueada e foram encontradas inúmeras malas cortadas pelo fundo a facão, com os fechos intenci-

onalmente abertos e retirado o seu conteúdo. Muito se falou e chegou até a ser apontado um cidadão que havia se revelado muito ativo no salvamento dos despojos dos acidentados. Esse homem, segundo seus acusadores, revelou, meses após o desastre, considerável aumento patrimonial, em tudo incompatível com os modestos vencimentos que percebia. Omitimos-lhe o nome em virtude de já ter falecido e também pela razão de que não tivemos acesso aos autos do inquérito policial.

Como sinistra curiosidade registramos, ao fim, que no dia do sangrento acontecimento, dois dos três cinemas de Vitória exibiam filmes com os sugestivos títulos de *Do mesmo sangue*, com Edward G. Robinson (no Politeama).

FONTES

A Gazeta, Vitória (ES), edições de 24, 26, 29 e 30/12/1950.

A MENINA E O DESEMBARGADOR

MARILENA V. SONEGHET BERGMANN

A menina era solitária.

Não. Não era bem assim. A menina gostava de solidão. Contemplar a vida do alto do galho mais alto da mangueira, aconchegada num ninho de pardal. Empoleirar-se como um galo cata-vento na ponta da cumeeira do telhado do casarão. Gostava da vista. De ver a vida de um outro ponto. Tudo mudava visto assim do alto; tudo se reduzia. O bonde — um brinquedo. O pai severo, um homem cansado arfando nos degraus da escada. Os meninos que lhe mostravam a língua, uns pobres molequinhos de pernas finas. As ruas — ruazinhas. As casas — casinhas. Só o Carmo continuava grande, imponente; até maior porque se lhe via, de cima, além da fachada, os vastos telhados do internato, da creche, das árvores do outro lado, no pátio. A escadaria, se lhe abrissem as comportas, uma Iguazu — a enxurrada de meninas, findas as aulas, sempre a evocar o rolar das águas e seu contínuo murmurinho.

Dentro de casa havia sempre alguém a lhe mandar ter modos, havia sempre um mandado a fazer, um teorema a estudar, havia as empregadas às risotas e cochichos na cozinha que literalmente a expulsavam do seu reino. Havia o “ninho de lagartas” como suas irmãs chamavam os momentos de confraternização com a mãe — todas — mãe e quatro moças — acomodadas em posições diversas na grande cama, entre travesseiros, a contar em detalhes o último baile e mais uma porção de conversas que — quase todas — não eram conversas para crianças. Sobrava o quê?

Da grande varanda, um salto no muro. Do muro ao galho amigo que lhe estendia os braços. A copa verde que a envolvia, a forquilha nas grimpas, a oito metros do chão. Mais um salto, o telhado — céu aberto — o voo. A menina voava. Ninguém nunca soube (nem acreditaria se contasse).

Marilena V. Soneghet Bergmann é poeta, integra o IHGES e a Academia Feminina Espírito-santense de Letras.

A menina só, também gostava de passeios solitários — é bom ter o pé no chão de vez em quando. Sentar na amurada do cais — a ver navios... passear de barco com o amigo catraieiro, escalar os morros do outro lado da baía (e os de cá também).

O Parque Moscoso era bonito. Lagos, pontezinhas cujas laterais imitavam troncos de árvores, cisnes, gansos, patos alvoroçados pelas migalhas de pão que as criancinhas jogavam, românticos recônditos cercados de sebe viva, com banquinhos para se namorar. Esses caramanchões verdes a faziam, não sei por que, viajar às Tulherias (sim; que a menina gostava de ler — era outra de suas viagens — outro vôo).

A certa altura ela pegou gosto pelas “palavras cruzadas.” Sempre que lhe davam uns trocados em troca de mandados, era certo: corria a comprar uma revistinha de palavras cruzadas. Gostava de decifrá-las nas tardes tranqüilas do Parque Moscoso.

Vai que um dia estava a menina absorta e presa a uma palavra que não lhe ocorria: seis letras, vertical sete. Preenchidas as horizontais 6 e 8, já achara duas letras; um “i” na quarta casa e um “d” na quinta — “antigo sacerdote entre os gauleses e bretões.” Ah, sim. Era plural. “S” na última casa. Ela sabia que sabia. Preenchera quase tudo rapidamente e agora empacava naquela. “Cabidos”? Não; não era. Cabido tinha a ver com sacerdotes, mas nada a ver com gauleses. Embatucara feio. Ouviu uma voz dizer baixinho: “Não será Druidas”? Druidas! Claro! Com rapidez eufórica a menina completou todas as palavras que faltavam e olhou triunfante para a voz ao lado. Só então caiu em si. Um senhor de terno claro, bengala de castão lavrado, olhar macio e cãs (cabelos brancos — três letras), a contemplava sorridente. Um pouco acanhada, ela sorriu também.

Tornou-se hábito. Acordo tácito. Ela chegava, ele chegava. O que ela não conhecia, ele lhe soprava — assim discreto, como se de dentro de sua própria cabeça viera a voz. Ficaram amigos — sem nome. Ele a chamava de “minha amiguinha” — E como está hoje a minha amiguinha? — Vou bem, e o senhor? Olha, hoje eu trouxe uma mais difícil. Às vezes ele também embatucava — e ficava uma palavra impossível, com seu olho sarcástico aberto, desafiando a memória dos dois.

Um dia ele tirou do bolso um pedaço de pão velho e foram juntos alimentar os cisnes. Falaram de livros; ele já lera *Tom Sawyer*, *Oliver Twist*, *Os três mosqueteiros*. Falou-lhe sobre *O Ateneu* e riram juntos quando ela citou o personagem Aristarco — “as condecorações gritavam-lhe no peito como uma couraça de grilos.”

Embora ela sempre o chamasse de “senhor”, de repente, às vezes, ele era apenas um menino de cabelos brancos.

Não falara em casa de sua amizade. Gostava de ter seus segredos.

Além disso, não saberia responder a “quem é”? “como? você não perguntou o nome dele?...” Afinal, ele também não perguntara o nome dela. Identificavam-se pelo coração.

O Parque Moscoso se revestira de novo encanto, novo atrativo.

O Parque Moscoso era belo porque tinha um amigo silencioso que a esperava sempre no mesmo banco e com ela compartilhava do silêncio das palavras. Das palavras não ditas.

Seu pai, depois do almoço, costumava ler jornal (palitando os dentes), sentado na “pata-choca” — espécie de poltrona de madeira com espaldar alto e inclinado e largos braços — na grande e arejada varanda que dava para o quintal. Metade do jornal estava caído no chão. Um retrato em destaque chamou-lhe a atenção. Sob o retrato — “Vítima de um derrame, Sua Excelência o desembargador... faleceu nessa madrugada...”

A menina, lívida, foi correndo ao quarto, pegou seu livrinho novo de palavras cruzadas e, sem dizer nada a ninguém, saiu em disparada para o Parque Moscoso.

O copado “ficus” abrigava o banquinho vazio.

TROCA DE BONDADES

ROBERTA GIOVANNOTTI

Marita gostava de dizer que era namoradeira, mania já curtida desde os sete anos de idade. Se achava linda, tesuda e sabia desfrutar de todos esses atributos. Ao seu jeito, meio dissimulado, namorava os que queria, também os que não queria. Apenas para divertir o outro e aqueles por quem se sentia atraída.

Achava o orgasmo gozado e dava risadas na hora do ato. Fazia teatro com suas querências. Desses namoros tantos, conheceu José, rapaz pacato e tranqüilo, virgem, sem envolvimento afetivo com mulheres até o então dos vinte e um anos. Ela se alegrou com a ingenuidade de José. E quis fazer de José seu homem e seu marido. E conseguiu, porque José ficou encantado. Se entregou inteiro. Intensamente se deu a essa mulher morena. E casaram até não mais poder com a sua Marita, que não ficou sendo só sua. Casaram em três meses. Ela já grávida de quatro, a barriga apontando no vestido azul turquesa. Foi no cartório. José não quis véu e José passou a ser chamado de Zezinho, o “inho” que é mandado que é mandado, mal mandado e mal amado. Zezinho preso na gaiola de Marita. Uma vida sem escolha, já escolhida faz tempo.

Sempre caindo no laço dos outros. Não conseguia desejar. Completamente embaraçado, se escravizou. O casamento fortaleceu aquela sensação de insegurança, de inferioridade, de não ser dono de si.

Já sabia ser o bebê da mamãe e do papai. O pai chorava quando ele chegava tarde. A mãe só faltava embalá-lo no berço, mesmo no esplendor dos vinte e três anos do filho. Ela queria ser seu colo e o berço.

José virou o brinquedo de estimação do pai, da mãe e da mulher.
E se sentia inferior justo por ser grande.

Contava do seu encolhimento em sala de aula quando menino. Era chamado de Zé Grandão. Da sua grandeza se fez inferior. E aí se deixou cuidar, feito pêndulo de relógio. Só que não se dava corda. A mãe tinha a

chave, guardada a sete chaves pelo pai. E Marita parece ter chegado para fechar o cadeado.

Com o olhar perdido, José procurou outras mulheres, se embebedou para fugir do vício da dependência tão pater-maternal, mas quanto mais fugia, mais se enrolava. Circulava ao redor do cordão umbilical.

E nessas fugas alcoólicas, se tornava forte, tomava decisões. Separava-se da mulher, retornando à casa de infância. Mas Marita tinha a sua certeza — ele voltava sempre.

E nessas meias-voltas, ela também se enrabichou com um outro Zé. E com ele se deitou e se enroscou. Contava sem pudor o seu caso para o José, o seu ex-mas sempre marido de todo-o-dia. Ele ficava doído por dentro. Afirmava não ter deitado com outra mulher. Frequentou alguns desses lugares chamados suspeitos, só para conversar com as mulheres que escolhia. Só não conseguia ser escutado.

E “impávido colosso”, ouvia os casos maritais de sua Marita, que, com provocação, fazia questão de se deter nos detalhes mais íntimos.

Repetia a senha milenar — “Ele foi bom para mim na hora que mais precisei.” — Carecia de dar. E dei. Quis dar. Foi uma troca de bondades.

E o Zé se ficou mudo frente a tanta bondade.

MUDOU A IGREJA OU MUDARAM OS SANTOS?

JOSÉ TRISTÃO CALMON FERNANDES

Já dizia o escritor francês Maurício Barrès, há algumas décadas, que “os santos deleitam a alma”, quando lhe perguntaram para que servem os santos. Realmente, os santos, com suas vidas e peregrinações na terra, seus exemplos, suas renúncias, a inteligência e a sabedoria, o amor, e a vontade de servir aos desafortunados, mostrando o caminho de Cristo, muito contribuíram para a perfeição humana.

O empenho que tem feito o povo brasileiro, em sua grande maioria, pela canonização do beato José de Anchieta, espanhol de nascimento, soldado da Companhia de Jesus, difusor do cristianismo em nossas inóspitas selvas, cujas armas eram o catecismo e a Bíblia Sagrada, o escudo, a cruz de Cristo, vem agora, mais de dois séculos depois de sua morte, em Anchieta, antiga Benevente, merecer da moderna igreja de João Paulo II, maior reflexão teológica, diplomática e política, a ponto de Sua Santidade ter recebido, no Vaticano, do Presidente da República do Brasil, o agnóstico Fernando Henrique Cardoso, memorial brasílico, postulando as honras dos altares para o apóstolo do Brasil, o padre José de Anchieta.

Creio que esses apelos ao Sumo Pontífice, considerado um dos papas que mais tem transformado seres humanos em santos, há de merecer, na virada do século, um gesto não só nobre como apostólico, como político da diplomacia do Vaticano, satisfazendo uma população católica de mais de cento e cinquenta milhões de habitantes. Creio que podemos usar a expressão: Santo! Santo! Santo! Santo Deus! É agora ou nunca a vez de o Brasil ter um santo que, embora atacado, vilipendiado, acusado de escravizar índios, promover a devastação de nossas florestas e ter vivido numa época em que o gentio não tinha alma, pela igreja medieval, procurou salvar a alma do tapuia.



O vício

MARIA HELENA TEIXEIRA DE SIQUEIRA

Segui o conselho de Danuza Leão. Resolvi escolher um vício. Naturalmente, entre tantos outros que *eu tenho*. Não sou puritana e me divirto, justamente, porque tenho vícios.

Coisa horrível, insuportável mesmo, é não ter nenhum vício. E, o que é pior, alardear essa incompetência para os outros. Procurar amigos sem vícios é um horror! É um barato privar de pessoas com os seus pequenos vícios, ou por que não, com grandes vícios? Estas sim, são alegres, inseqüentes, deixam de lado o medo e as barreiras que fabricam os desagradáveis, a gente pesada, tristonha, que se jacta de sublimar os desejos, sufocar as inclinações. Por isso viram uns chatos, desagradáveis. Nem é bom encontrá-los de raspão nas ruas. Melhor é fingir que não os vemos, passar por eles de cabeça baixa, evitando o contágio com a virtude. Quando percebemos, pela voz, um deles ao telefone, há que se ter presença de espírito e responder logo: — Aqui é a empregada; a dona da casa não está, pode deixar seu recado... As empregadas, entre outras utilidades, levam a fama de esquecer recados. Estamos livres!

Manter empregadas não deixa de ser um vício. Vira dependência. Como todos os outros vícios, facilitam o bem viver, e como atrapalham! O pior é que não podemos nos livrar delas. Já pensou? Elas fazem tudo o que poderíamos fazer, mas com que dificuldade, ou melhor, com qual esforço! Viva o vício, já que, apesar da carestia, podemos cultivá-lo. Aliás, não há vício gratuito, nem mesmo barato.

Danuza, a filósofa, entendedora da arte de bem viver, conhecedora das artimanhas para ser feliz, é quem nos aconselha a escolher o vício da alegria: “Ela não intoxica, nem faz mal à saúde, e usada em altas doses é capaz até de mudar o mundo, mas cuidado: pessoas alegres não costumam ser levadas a sério.” (vide Danuza Leão em *Todo mundo é viciado*. JB de 04/11/96)

E por falar em levar a sério, será o vício da alegria coisa de se levar a sério? Logo hoje, no meio de notícias macabras, como: reeleição para Presidente, balas perdidas, desemprego, movimento dos sem-terra, queda de avião sem nenhum sobrevivente causando mortes até nos que estavam tão seguros em terra firme (será que era tão firme?)...

Mas, vamos ao vício — sonhar é preciso e o vício ajuda. Tentarei, portanto, me viciar em alegria. Prefiro não levar a sério a zanga da Xuxa, que se ofendeu por receber o sábio conselho de perseguir a alegria. Melhor embarcar nessa canoa, que pode ser furada, mas nos leva ao porto da fantasia, fora da realidade, que pode até ser triste. Nós não. Cultivaremos, de pura teimosia, o grande vício — deus seja louvado! — da alegria.

TRADUÇÕES

PINTA-ME ANJINHOS NEGROS

ANDRES ELOY BLANCO

(TRAD. DE OMMAR MELLADAH)

Se me morreu meu negrinho,
chamado, Deus o terá;
já o terá colocado
como anjinho no seu céu...
Desengana-te, comadre,
que não há anjinhos negros.
Pintor de santos de alcova,
pintor sem terra no peito,
que quando pintas teus santos
não te lembras de teu povo,
que quando pintas as virgens,
pintas anjinhos bonitos, mas nunca te recordaste
de pintar um anjo negro;
pintor nascido em meu solo,
com pincel estrangeiro,
pintor que segue o rumo
de tantos velhos pintores,
mesmo a virgem sendo branca,
pinta-me anjinhos negros.

Andres Eloy Blanco é venezuelano e poeta, nascido em 1897.

Ommar Melladah é pseudônimo de Miguel Depes Tallon, membro do IHGES, da Academia Espírito-santense de Letras e da Academia de Letras e Artes de Cascais.



CONVERSA QUE TIVE ESTA NOITE COM UM FANTASMA SOBRE AS ORIGENS DO ALFABETO

ANATOLE FRANCE

(TRAD. DE AYLTON ROCHA BERMUDES)

No silêncio da noite, eu escrevia, escrevia há muito tempo. Fazendo incidir sobre a minha mesa a luz da lâmpada, o abajur deixava na sombra os livros que sobem em pilhas nos quatro cantos do gabinete de trabalho. A luz mortiça semeava nas cinzas seus últimos rubis. Os acres vapores do tabaco tornavam o ar espesso; diante de mim, numa taça, sobre um montão de cinzas, um último cigarro deixava escapar sua delgada fumaça azul. E as trevas desse quarto eram misteriosas, porque se percebia aí confusamente a alma de todos os livros adormecidos. A pena dormitava entre meus dedos e eu pensava em coisas muito antigas, quando da fumaça de meu cigarro, como dos vapores de uma erva mágica, saiu um estranho personagem: cabelos anelados, olhos longos e brilhantes, nariz arqueado, lábios espessos, a barba negra frisada à moda assíria, a tez de bronze claro, a expressão de astúcia e de sensualidade cruel estampada no rosto, as formas atarracadas do corpo e seus ricos trajes revelavam um desses asiáticos chamados bárbaros pelos gregos. Usava boné azul com feitio de cabeça de peixe e salpicado de estrelas. Trajava um casaco de cor púrpura, bordado com figuras de animais, numa das mãos tinha um remo e na outra, umas tabuinhas. Não me assustei com sua vista. Quantos fantasmas aparecem numa biblioteca, nada mais natural! Onde se mostrariam as sombras dos mortos senão no meio de sinais que guardam a sua memória? Convidei o estranho a sentar-se. Ele não se mexeu.

— Deixe, disse-me ele, e faça como se eu não estivesse aqui, eu lhe peço. Vim olhar o que você estava escrevendo nesse papel ruim. Gosto de ver; não que me importe de modo algum com as idéias que pode expressar. Mas os caracteres que você traça me interessam sobremodo. A despeito das alterações que sofreram em vinte e oito séculos de uso, as letras que saem de sua pena de modo algum me são estranhas. Reconheço esse “B” que, no meu tempo se chamava “beth”, isto é, casa. Eis o “L”, que chamá-

Texto retirado das Oeuvres complètes d'Anatole France, Tome IX — Le jardin d'Épicure.

vamos “lamed”, porque tinha a forma de aguilhão. Este “G” vem de nosso “gimel”, de pescoço de camelo, e este “A” sai de nosso “aleph”, em forma de cabeça de boi. Quanto ao “D” que vejo ali, representaria tão fielmente quanto o “daleth”, que lhe deu origem, a entrada triangular da tenda plantada na areia do deserto, se por um traço corrido você não tivesse arredondado os contornos deste sinal de uma vida antiga e nômade. Você alterou o “daleth” assim como todas as letras do meu alfabeto. Mas não o censuro. Era para ir mais depressa. O tempo é precioso. O tempo é ouro em pó, presas de elefante e plumas de avestruz. A vida é curta. É preciso, sem perder um momento, negociar e navegar, para ganhar riquezas, para envelhecer feliz e respeitado.

— Senhor, disse-lhe eu, por seu aspecto e por suas palavras, vejo que é um velho fenício.

Ele respondeu simplesmente:

— Eu sou Cadmo, a sombra de Cadmo.

— Nesse caso, repliquei, o senhor não existe propriamente. É mítico e alegórico. Porque é impossível dar crédito a tudo o que os gregos disseram a seu respeito. Eles contam que o senhor matou, na margem da fonte de Ares, um dragão que vomitava chamas, e que, depois de arrancar os dentes do monstro, espalhou-os na terra onde se mudaram em homens. São contos e o senhor mesmo é fabuloso.

— Que eu me tenha tornado assim ao longo das idades, admite-se, e que essas crianças que vocês chamam os gregos tenham misturado fábulas à minha memória, eu o creio, mas não dou nenhuma importância a isso. Jamais me preocupei com o que pensariam de mim após a minha morte; meus temores e minhas esperanças não iam além desta vida que se goza na terra, e que é a única que eu conheço ainda hoje. Porque não chamo viver flutuar como uma sombra vã na poeira das bibliotecas e aparecer vagamente ao Sr. Ernesto Renan ou ao Sr. Felipe Berger. E este estado de fantasma me parece tanto mais triste porque levei, em vida, a existência mais ativa e mais ocupada. Não me divertia em semear nos campos da Beócia dentes de dragão, a não ser que tais dentes fossem os ódios e a inveja que faziam brotar na alma dos pastores de Citeron minha riqueza e meu poder. Naveguei a vida inteira. Em meu barco negro, que levava na proa um anão vermelho e monstruoso, guardião de meus tesouros, observando as sete Cabiras que vogam pelo céu em sua barca reluzente, guiando minha rota nesta estrela imóvel que os gregos chamavam, por minha causa, a Fenícia, sulquei todos os mares e abordei todas as praias. Fui procurar o ouro da Cólquida, o aço das Chalibes, as pérolas de Ofir, a prata de Tartesso; na Bética, eu me abasteci de ferro, chumbo, cinabre, mel, cera, pez e, transpondo os confins do mundo, aventurei-me sob as brumas do Oceano até a

ilha sombria dos Bretões, de onde voltei velho, com os cabelos brancos, rico com o estanho que os egípcios, os helenos e os italiotas me compravam a peso de ouro. O Mediterrâneo era, então, meu lago. Fundei em suas costas ainda selvagens centenas de feitorias e esta formosa Tebas não era mais que uma cidadela onde eu guardava ouro. Encontrei na Grécia selvagens armados de chifres de veado e de lascas de pedra. Dei-lhes bronze e foi através de mim que eles conheceram todas as artes.

Percebia-se no seu olhar e em suas palavras uma dureza agressiva. Respondi-lhe com aspereza:

— Oh! O senhor era um negociante ativo e inteligente. Mas não tinha nenhum escrúpulo e agia, conforme a ocasião, como verdadeiro pirata. Quando desembarcava numa costa da Grécia ou das ilhas, tinha o cuidado de expor na margem enfeites e ricos tecidos e, se as moças da costa, levadas por um invencível atrativo, vinham sós, sem o conhecimento de seus pais, contemplar as coisas desejadas, seus marinheiros raptavam essas virgens que gritavam e choravam em vão, e eles as atiravam, amarradas e cheias de pavor, no fundo de seus navios, guardadas pelo anão vermelho. O senhor e os seus não raptaram a jovem Io, filha do Rei Inaco, para vendê-la no Egito?

— É bem provável. Esse Rei Inaco era o chefe de uma pequena tribo selvagem. Sua filha era branca, com traços finos e puros. As relações entre os selvagens e os homens civilizados foram as mesmas em todos os tempos.

— É verdade. Mas seus fenícios praticaram no mundo roubos inauditos. Não hesitaram em roubar sarcófagos e despojar os hipogeus egípcios para enriquecer suas necrópoles de Gebal.

— De boa fé, senhor, deve-se fazer esse tipo de censuras a um homem muito antigo, a que Sófocles já chamava o velho Cadmo? Há cinco minutos apenas que estamos conversando em seu gabinete e você esquece completamente que sou seu antepassado de vinte e oito séculos. Reconheça em mim, caro senhor, um velho Cananeu que não se deve importunar por algumas caixas de múmias furtadas no Egito ou na Grécia. Admire antes a força de minha inteligência e a beleza de minha indústria. Falei-lhe de meus navios. Poderia mostrar-lhe minhas caravanas indo buscar no Iêmen o incenso e a mirra, no Harrã, as pedras preciosas e as especiarias, na Etiópia, o marfim e o ébano. Mas minha atividade não se exercia somente na troca e no comércio.

Eu era um hábil fabricante, enquanto o mundo em torno de mim dormia na barbárie. Metalúrgico, tintureiro, vidraceiro, joalheiro, exercia meu talento nessas artes do fogo, tão maravilhosas que parecem mágicas. Olhe as taças que eu cinzelei e admire o gosto delicado do velho joalheiro

de Canaã. E eu não era menos admirável nos trabalhos agrícolas. Dessa estreita faixa de terra comprida entre o Líbano e o mar, fiz um jardim de delícias. Ainda se encontram ali cisternas que eu cavei. Um de nossos mestres disse: “Somente o homem de Canaã podia construir lagares para a eternidade.” Você está conhecendo melhor o velho Cadmo. Fiz com que os povos mediterrâneos passassem da idade da pedra à idade do bronze. Ensinei aos seus gregos os princípios de todas as artes. Em troca do trigo, do vinho e das peles de animais que eles me traziam, eu lhes dei taças onde pombas se beijavam e estatuetas de barro que eles copiaram depois, adaptando-as a seu gosto. Enfim, eu lhes dei um alfabeto sem o qual não poderiam fixar nem mesmo precisar seus pensamentos que vocês admiram. Eis o que fez o velho Cadmo. Ele o fez não por amor do gênero humano nem pelo desejo de vanglória, mas pelo amor do lucro e para ter um proveito tangível e certo. Ele o fez para enriquecer e com o desejo de beber na velhice vinho em taças de ouro, numa mesa de prata, entre mulheres brancas dançando danças voluptuosas e tocando harpa. Porque o velho Cadmo não crê nem na bondade, nem na virtude. Sabe que os homens são maus e que, mais poderosos do que os homens, os deuses são ainda piores. Ele os teme e se esforça por aplacá-los com sacrifícios sangrentos. Ele não os ama. Não ama senão a si mesmo. Pinto-me como sou. Mas considere que, se não tivesse procurado os violentos prazeres dos sentidos, não teria trabalhado para me enriquecer, não teria inventado as artes que vocês usufruem ainda hoje. Enfim, caro senhor, uma vez que, não tendo espírito bastante para tornar-se mercador, você é escriba e escreve à maneira dos gregos, deveria honrar-me como um deus, a mim, a quem vocês devem o alfabeto, pois que sou o inventor dele. Imagina que eu o criei apenas para a comodidade de meu comércio e sem prever de maneira nenhuma o uso que dele fariam mais tarde os povos cultos. Eu precisava de um sistema de escrita simples e rápido. Tê-lo-ia de bom grado tomado a meus vizinhos, pois tinha o hábito de tirar deles tudo o que me podia ser útil. Não me orgulho de originalidade: minha língua é a dos semitas, minha escultura ora é egípcia, ora é babilônica. Se eu tivesse tido à mão um bom sistema de escrita, não me teria empenhado para fazer essa invenção. Mas nem os hieróglifos dos povos que vocês citam hoje sem conhecer, hititas ou heteus, nem a escrita sagrada dos egípcios, atendiam às minhas necessidades. Eram escritas complicadas e lentas, mais próprias para se estenderem sobre as paredes dos templos e dos túmulos do que para se comprimirem sobre as tabuinhas de um negociante. Mesmo abreviada e cursiva, a escrita dos escribas egípcios guardava ainda, de sua forma primitiva, a lentidão, o embaraço e a indecisão. O sistema inteiro era ruim. O hieróglifo, mesmo simplificado, permanecia ainda hieróglifo, isto é, alguma coisa de terrível-

mente confuso. Você sabe como os egípcios misturavam em seus hieróglifos, tanto os perfeitos quanto os abreviados, os sinais que representavam sons. Por um lance genial, tomei vinte e dois desses sinais inumeráveis e deles fiz as vinte e duas letras do meu alfabeto. Letras, isto é, sinais correspondendo cada um a um único som e fornecendo, por sua associação pronta e fácil, o meio de reproduzir facilmente todos os sons. Era ou não era engenhoso?

— Sim, sem dúvida, era engenhoso, e mais ainda do que o senhor acredita. Nós lhe devemos um presente inestimável. Porque, sem o alfabeto, nenhuma notação exata do discurso, nada de estilo, portanto nenhum pensamento mais delicado, nada de abstrações, nenhuma filosofia sutil. Seria tão absurdo imaginar Pascal escrevendo as Provinciais em caracteres cuneiformes quanto acreditar que o Zeus de Olímpia foi esculpido por uma foca. Inventado para escriturar livros de comércio, o alfabeto fenício tornou-se no mundo inteiro o instrumento necessário e perfeito do pensamento, e a história de suas transformações está intimamente ligada à do desenvolvimento do espírito humano. Sua invenção é infinitamente bela e preciosa, embora imperfeita. Porque o senhor não pensou nas vogais, e foram os gregos engenhosos que as descobriram. A contribuição deles neste mundo era levar todas as coisas à perfeição.

— Quanto às vogais, vou dizer-lhe: tive sempre o mau hábito de as misturar e de as confundir. Você talvez o tenha percebido nesta noite: o velho Cadmo fala um pouco pela garganta.

— Eu lhe perdoo, eu lhe perdoaria até o rapto da virgem Io, uma vez que, finalmente, seu pai Inaco não era mais que um chefe de selvagens tendo por cetro um chifre de veado, esculpido com a ponta do sílex. Eu lhe perdoaria mesmo ter ensinado aos beócios pobres e virtuosos as danças frenéticas das Bacantes, eu lhe perdoaria tudo por ter dado à Grécia e ao mundo o mais precioso dos talismãs, as vinte e duas letras do alfabeto fenício. Dessas vinte e duas letras saíram todos os alfabetos do universo. Não há nenhum pensamento nesta terra que eles não fixem e não guardem. De seu alfabeto, divino Cadmo, saíram as escritas gregas e italiotas, que deram origem a todas as escritas européias. Do seu alfabeto procederam também as escritas semíticas, do aramaico e do hebreu até o siríaco e o árabe. E esse mesmo alfabeto fenício é o pai dos alfabetos himiarita e etíope e de todos os alfabetos do centro da Ásia, zend e pehlvi, e mesmo do alfabeto indiano, que deu origem ao devanágari e a todos os alfabetos da Ásia meridional. Que sorte! Que sucesso universal! Não há, hoje, sobre toda a superfície da terra, uma só escrita que não derive da escrita de Cadmo. Todo aquele que neste mundo escreve uma palavra é tributário dos velhos mercadores cananeus. Assim pensando, sou tentado a lhe render as maio-

res honras, Sr. Cadmo, e não sei como reconhecer o favor que me fez passando uma horinha da noite no meu gabinete, Sr. Baal Cadmo, inventor do alfabeto.

— Caro senhor, modere seu entusiasmo. Estou bastante contente com minha pequena invenção. Minha visita nada tem que possa lisonjeá-lo particularmente. Morro de tédio desde que, tornado uma sombra vã, não vendo mais nem estanho, nem ouro em pó, nem dentes de elefante e nesta terra onde o Sr. Stanley segue de longe o meu exemplo, sou obrigado a conversar, de tempos em tempos, com alguns sábios ou curiosos que fazem o favor de se interessar por mim. Parece que estou ouvindo o canto do galo. Adeus e trate de enriquecer: os únicos bens deste mundo são a riqueza e o poder.

Disse e desapareceu. Minha luz apagou-se, o frio da noite começou a me incomodar e eu estava com muita dor de cabeça.

A CAIXA

JUAN RAMON JIMENEZ

(TRAD. DE PEDRO J. NUNES)

Quando começou a trabalhar no bar, era já moça feita. Havia vadiado pelo seu bairro, Legazpi, até que os quadris se tornassem maduros, melhor dizendo, arredondados como a flor da papoula e algo taludos. Teve no bairro seu amor e também no bairro suas lágrimas e pinturas desfeitas. Quando tudo acabou, e isso de “olha, menina, é tempo de deixá-lo” se ouviu dizer afinal, ela, para fazer mais suportável o tempo e esquecer, empregou-se num bar em Arguelles, o que a obrigava a um longo deslocamento diário de trem ou metrô, ou seja, deu-se a viagens.

Dom Arcádio, proprietário do café “O Bom Sucesso”, deu instruções à nova caixa: o uniforme negro, todos os dias, com o colarinho bem limpo. Arranjar troco em mil pesetas todas as manhãs, tão logo chegasse, no Banco da esquina. Contas precisas e pouca conversa. E se faltasse dinheiro no caixa, descontaria de seu salário no fim do mês. Rosita Pascual condescendia: “Sim, senhor”. E depois ia sentar-se no lugar de caixa, em um pequeno vão da parede, de frente para os fregueses.

Nos primeiros dias, os olhos de Rosita, grandes, escuros, saltados, giravam e moviam por cima do caixa insinuando alegria e atração. E quando Manolín, o garçom, dizia, por exemplo: “Quatro ao *duro*”,¹ Rosita, desenvolvendo uma peseta, replicava: “Aqui tem”. E, em seguida: “Adeus, senhor! Bom dia!”, ou “Adeus, senhor! Boa tarde!”

Todos: Manolín, o gerente Fabián, Pepe e Antônio, Isabel e Ketty se chegavam vez ou outra durante o dia até a fenda da parede para deixar o dinheiro dos clientes sobre o pedestal de mármore que sustentava o caixa ou sobre a cerúlea e embrutecida mão de Rosita Pascual. E Rosita, que para certas coisas era um verdadeiro lince, começou a considerar-se o umbigo do bar e tomou certas posições. Certa manhã, disse ao garçom: “Manolín, meu caro, quer ir ao Banco com isto para que o troquem?” E o garçom foi. Com o tempo, a frase foi-se transformando até vir a ser: “Hoje

Pedro J. Nunes é escritor, autor de Aninhanha e Vilarejo e outras histórias.

Manolín não foi ao Banco, Manolín é uma besta”. Um dia apareceu sem o costumeiro uniforme e, tendo Dom Arcádio perguntado a respeito, ela respondeu: “Estão lavando-o, Dom Arcádio, mas creio que este vestido escuro é discreto e bonito”. E o vestido escuro foi, imperceptivelmente, substituindo o uniforme preto de colarinho branco até que ao dono do bar afinal pareceu adequado. Em uma ocasião, por último, aproximou-se da mesa de seu patrão e disse-lhe: “Olha, Dom Arcádio, francamente: o senhor não está contente com a moça do outro turno, com a Julita, o que me parece razoável. Eu tampouco me sinto tranqüila com ela, faz más contas e tudo a incomoda. Se agrada ao senhor, posso trabalhar os dois turnos. Afinal de contas, há momentos tranqüilos em que se pode muito bem descansar um pouco”. Dessa forma, Rosita Pascual veio a ser a única caixa do café “O Bom Sucesso”. Caixa e quase rainha, já que coroavam sua cabeça, sobre minúscula prateleira, duas garrafas de anis, “Morguerito” e “Rodrigo Vázquez”, toureiros de fama estampados nas vergastadas etiquetas das quais se olhavam com rivalidades de têmpera ibérica.

O caixa tinha de bom a soberania calada que dele emanava. Ali não só chegava todo o dinheiro que circulava no local, mas também, nas horas calmas, as histórias dos empregados, seus apuros financeiros, contados às vezes com certo gosto de confidências. O caixa era, além de tudo, esplêndido posto de observação: dele se vislumbrava o amor do velho pela menina, um outro amor, maduro em excesso, gasto e aborrecido, que se desenrolava nas contestações prolixas e tardias, a idéia e o mundo que persegue de sua mesa o escritor pobre, os olhares e gestos da mulher só e os do homem só. Ouviam-se também as grotescas e desbocadas vozes das tertúlias menopáusicas, as frases acesas e frescas dos estudantes.

O bar, para Rosita, do que ela esperava dele, era uma caixa de música não isenta de surpresas, com a vantagem de estar ela dentro da grande caixa musical e assim poder trocar matizes na melodia mediante uma sutil ação com os olhos ou as palavras. Pela manhã, os clientes, inundados de luz, pareciam-lhe feitos do ouro das *peluconas*,² tagarelavam alto e havia no ar do bar o aroma dessa havana cor outonal que faz pensar em homens fortes, morenos, com dinheiro e “Chrysler”. À tarde, nas longas horas que precediam a chegada da luz elétrica, o aspecto dos clientes mudava. Estes se deixavam tomar, até o fundo de suas almas, por uma luz levemente esverdeada, com claros relâmpagos, uma luz de aquário, como um molho que auxiliasse a digestão e diluísse as idéias amavelmente. Logo, a hora vulgar, estática e marcante dos pares. E, já noite, a luz amarelada, berrante como o amarelo dos funerais, dos postes e dos pratos das baterias, crava-se na carne dos homens noctívagos ou dos pares furtivos, chegados do túnel da noite elásticos e refeitos, transidos de espírito dissimulado, confi-

ados e livres.

O caixa registrada e importância das vendas e, em seguida, somava automaticamente, e Rosita perseguia insaciável a intimidade e as maneiras dos fregueses do bar, arrebanhando, com olhares, suas almas, prevendo enredos e suas conseqüências, cuja veracidade punha à prova com o catalisador de uma frase ou de um diálogo inteiro.

Um dia, Dom José, odontólogo, fixou seus olhos em Rosita. Era o olhar que esperava desde sempre e Rosita começou a retribuir os olhares de Dom José. Ele tinha no dedo uma aliança, mas a inquietude que isso produzia em Rosita era relativa. Para não haver dúvidas de suas intenções é que, talvez, o odontólogo tenha aparecido certa feita acompanhado da esposa, três filhos e mais um de peito, no colo. Os meninos pareciam adorar o pai. A esposa tomou chocolate com leite, comeu torta, desfrutou de tudo que desejou. Dom José não estava só. Naquela oportunidade, estirou olhares decisivos a Rosita, para não deixar dúvidas. Para Rosita, Dom José podia olhar para onde bem entendesse, embora os homens casados, na verdade, não deversem ter o direito de olhar para canto algum.

Suspirava nesses cálculos quando advertiu em um extremo do balcão o noivo de Isabel, que era quem fazia o café no “El Guayacán”, e que, como de hábito, esperava-a em silêncio tomando um café próximo à porta. Isabel tinha sorte. Isabel saiu, falou com o noivo no balcão, disse adeus a Rosita e aos colegas e, tomando-lhe o braço, afastou-se.

Parece também que o senhor Quintana, outro freguês, lançava olhos à caixa do bar. Ela só retribuía nos dias ímpares para provocar sensação, e nestas oportunidades o assediava, umas vezes impetuosa e clara, outras, insinuante e suave. O senhor Quintana, perdão, era oficial de Justiça e quando notava que Rosita o olhava, pensava na moral, mas a tentação certa feita chegou tão perto que, mentalmente, fez as contas do dinheiro que podia economizar por mês. O senhor Quintana era arisco, andava com pés de pluma e não quis privar-se do café, do charuto às quintas e domingos, nem atrasar as obras do hotelzinho que construía em Pozuelo. O senhor Quintana, além disso, tinha alguém em casa: sua mulher.

Rosita não era como Isabel, não tinha sorte. Tampouco era como Ketty, a que de noite encontrava Dom Angel pontualmente à uma hora. Dom Angel que não era seu noivo, pois os noivos não levam *Dom*. Esperavam Rosita, quando o bar se fechava, as sombras das árvores em noite de lua, o último trem, o transeunte bêbado e os olhares do vigilante noturno. Até que um dia o imã da caixa registradora atraiu os olhos de Dom Andrés Lhorante, capitalista e cavalheiro, arrogante e valentão, maior de idade: talvez demasiadamente.

Dom Andrés era um bom cliente de “O Bom Sucesso”. Discutia so-

bre leis, já que se formara em Direito, e discutia também de Medicina, porque tinha por sobrinho um médico eminente, e de Arquitetura, Política e outras ciências aparentadas. Suas frases eram tão inflamadas que enchiam as veias. Era um senhor. Visitava o bar na hora do aperitivo e à tarde, por volta das oito, esperava num canto do café uma moça honesta com quem falava sussurrando, piscando os olhos com insistência, com gestos amplos. A jovem, às vezes, ria como se estivesse no circo. Outras vezes ouvia-se ela dizer, espalhafatosa e ofendida:

— Andrés, que tem você?

Uma tarde a jovem não veio como de costume.

— Ouve, Manolín, não viu por aí minha sobrinha? — perguntou Dom Andrés.

Rosita, então, aproveitou para perguntar-lhe:

— Com que então é de sua família aquela que vem com o senhor?

Gravemente, Dom Andrés, cuidando nos gestos e concentrando sua voz, contou, presumindo, a desgraça freqüente, mas de altas esferas, que é um divórcio. Um irmão seu havia dissipado a fortuna, casou-se mal e os filhos, pobrezinhos, agora amargavam seus males. Essa amiga que se encontrava com ele no café era filha de seu irmão, a mais velha, a quem de vez em quando dava dinheiro e tentava empregar. “Que culpa têm os anjinhos?”, dizia Dom Andrés com muita convicção, estranhamente íntimo do bom senso.

— Que coisas a gente passa nesta vida! — suspirava Rosita. — E menos pior é que podem contar com o senhor, que é generoso e lhes minora os males.

— Mas em que pensava você? Gosto de mulheres maduras, como você, das que, ao aproximarmos-nos, ouvimos o mar, como das conchas.

Dom Andrés, entre uma palavra e outra, tinha lábia e utilizava o chapéu durante a conversa com calma e elegância. A Rosita — sem saber se era casado ou não — pareceu um homem poetizado pelo solteirismo, capaz de obedecer como um colegial, capaz de se deixar curar como uma larva dos últimos catarros. Pouco a pouco, a sobrinha — a suposta sobrinha, conjecturava Rosita — foi se afastando dali até não aparecer mais, e nas últimas entrevistas discutia com Dom Andrés e faltava-lhe mesmo com o respeito. Entre ele e a caixa, dias após dia, amiudavam-se as frases e as confidências, e não raro via-se Rosita abandonar o caixa e aproximar-se do balcão, como se chega à grade da janela, para conversar com Dom Andrés. Ele não tinha pressa em pecar, já seu corpo não correspondia às suas palavras. Permanecia, pois, um tanto distante, esperando sua vez, alegando sempre achaques e pretextos. Levavam já muito tempo enredados nessas dolentes e delicadas histórias de famílias que transbordam em des-

graças, histórias que adornam o olhar e a pele. Rosita não era feliz. A Dom Andrés, depois de tudo que fizera, faltavam agora os mais caros afetos. Os ingratos, dizia, encham o mundo.

— Parece mentira, Dom Andrés, que lhe façam isso!

E ele, por delicadeza, poupava detalhes para não destilar mais veneno na alma de Rosita, que imaginava cândida.

— Se eu lhe contasse...! Você ia então conhecer a vida de um homem!

Concordaram em que ela reduziria seu trabalho a um só turno para que pudessem ver-se em outro local a honestas horas, porque valia mesmo a pena nesta vida poder conversar como eles conversavam.

E assim fizeram. Foi então que os jornais alardearam, em letras garrafais, a chegada de temerosa onda de frio acompanhada de ventos fortes. E a onda de frio chegou alterando a geografia, deixando os touros em pêlos eriçados, levando para sempre Dom Andrés, essa correta casca cheia de ilusões impuras e tremebundas recordações. Foi quase de repente. Como se a morte houvesse levado a sério suas lamentações, sem dar-se conta de que tão somente eram a medida do carinho que pedia a Rosita. E Dom Andrés se foi. Assim como se foram quatro vacas em Lugo, uma velha em Avila, um caminhão de farinha de trigo em Soria, um guarda noturno em La Felguera, um menino em Peñarroya e outro em Sama de Langreo.

Rosita, viúva de um projeto, sublimou o caso e encheu a memória daquela amizade com prantos suaves e repentinos, com melancolia e respeito. Ficava no bar todas as horas do dia. À noite, quando fechavam, e as figuras de “Morguerito” e “Rodrigo Vázquez” se digladiavam a sós no café, a Rosita não esperavam somente as sombras das árvores em noites de lua, senão também outra sombra amiga menos perceptível, recendendo a tabaco e café, com modos de solitário e passinhos de senhor: a de Dom Andrés, amor não consumado, efêmero tronco por onde Rosita Pascual desejou passar um dia, até quando quisesse Deus, seu tranqüilíssimo, gor-dinho e anódino braço.

NOTAS

- 1 Moeda espanhola equivalente e cinco pesetas.
- 2 Onça de ouro (moeda antiga).



RESENHAS

1911

COLEÇÃO “ALMEIDA COUSIN”

EDNA PARRA CÂNDIDO

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, numa homenagem ao benemérito Almeida Cousin, em comemoração ao centenário de nascimento, lançou no ano passado (1977) a “Coleção Almeida Cousin”, com cerca de vinte e cinco volumes, de vários autores, versando sobre os mais variados temas, numa demonstração de vigor e dinamismo de sua diretoria, conduzida com maestria pelo presidente Miguel Depes Tallon com destaques especiais para João Bonino Moreira (arte e apresentação de vinte e quatro capas), Frederico Teixeira Filho, Xerxes Gusmão Neto e Taneco (José Hygino de Oliveira).

Rápido comentário e ligeiras citações, pela ordem, dos títulos e autores.

- 1) *Antologia poética* (poesia e prosa), de Almeida Cousin. Mais uma homenagem, por dar início à série com trabalhos do benemérito. Conto, crônicas e poemas, organizados por Miguel Depes Tallon e apresentação de Frederico Teixeira Filho. “Vitória foi até hoje a minha terra de eleição. Deu-me talvez os melhores anos de minha vida e mora na minha saudade.”
- 2) *O vento no bambuzal*, poemas de poetas capixabas reunidos em antologia por Berredo de Menezes. É a visão “haikai”, poesia em forma oriental, com a beleza do sentimento latino: “No silêncio da noite/ o jardim veste o ar/ de suave perfume”, ou “Olhando de longe/ as acácias são meninas/ com tranças douradas.”
- 3) *Castelo de Yama* (ou vida e morte de Renato Pacheco, poeta menor), de Fausto Barbosa. Poemas. Aponto dois versos que ilustram o valor do livro: “as portas que abri não mais existem/ há feridas antigas, hoje sem cura.”
- 4) *Lorca que te quero Lorca* (ensaios), de Ester Abreu Vieira de Oli-

veira e Maria Nurtes Caser. Belo trabalho sobre a dramaticidade do autor e do sangue quente espanhol.

- 5) *A história do palito*, de Yvone Amorim. Um dos menores (ou mais finos) dos livros, mais hilário e atraente, como as boas anedotas. O palito, que a autora descobriu, veio do tempo de Adão, até Freud, “que já tinha percebido que era um simbolozinho fálico.”
- 6) *Poemas de cá e de lá*, de Antônio da Silva Monteiro. Português tão capixaba quanto os que têm amor ao Espírito Santo, faz sua “Prece”: “Que/ a nossa viagem/ ao infinito/ dos tempos/ seja em barco/ a vela/ com ventos brandos/ e mar/ tranqüilo.”
- 7) *Além do sonho*, de Berredo de Menezes. Agora com uma prosa versada, de excelente qualidade. “Pelos canais e pontes daquele reino, as ilusões trafegam seu destino em busca de encontrar pouso.” Ou: “Ninguém esquece o sol de suas mágoas, nem o frio que a dor nos faz chorar quando não temos mais uma canoa onde embarcar as nossas ilusões.”
- 8) *Lauro Santos, um contador de histórias*, de Miguel Depes Tallon. Folclore, estórias, história, poesia e coisas da terra. “Porque é a sombra do passado/ o grande espelho da saudade”, ou a lembrança: “eu tinha nove ou dez anos e um dia passando pelo terreiro da Leonélia, vi as galinhas empoleiradas em cima do porco. (...) De tão gordo o porco, as suas costas racharam e as galinhas se colocaram sobre ele, bicando-o e se deliciando com o toucinho.”
- 9) *Recordações do futebol de Vitória* (memórias), de Roberto Mazzini. O velho Rio Branco e vinte anos de sua vida, entre 1946 e 1966. Anos dourados, como falou João Bonino Moreira, na apresentação. E mais adiante o grande dilema: o que fazer quando o Rio Branco jogava com o Fluminense no Rio de Janeiro. Seus dois clubes de coração: torcer pelos dois!
- 10) *A rainha que piava* e outros contos, de João Bonino Moreira. As pitadas de humor enriquecem as narrações do autor e o conto título bem retrata o caminho a ser trilhado. Não é que a rainha “piava” feito galinha, mas foram os “pios”, presente aqui recebido, que posteriormente foram usados como “afrodisíacos”!
- 11) *Navegantes*, de Roberto Mazzini. Aqui são contos variados falando da cidade, do país, de além-mar e até do lançamento do navio *Argonauta* e trecho do discurso do governador: “Vá, vá barco da esperança, vá singrar tantos mares procelosos como os bonançosos, enfrente a fúria de Netuno, durma com o canto das sereias nos portos do mundo.”
- 12) *Vel Âm Pa Gos* (Móviles), de Carlos Nejar. Outro livro de “haicais”.

- Algumas pérolas: “Quem ama, lê/ nas letras água/ as mesmas almas”. “Cerzindo/ a luz agulha/ me fiz”. “Deus está todo/ onde o consolo/ da luz nos farta.”
- 13) *Sangue no muro* (poemas), de Xerxes Gusmão Neto. Homem da Literatura, o autor pincela bonitas cores em seu canto. “O homem visitou o escuro/ e a sombra correu/ da luz acesa.” “Não quero viver o tempo/ de flores murchas/ e páginas amarelas.” “Tudo estava em farrapos:/ A casa, as roupas, a esperança.” “Você foi embora/ deixou o perfume/ levou a história/ agora/sou imagem da saudade.”
 - 14) *A palavra revelada*, de Papiniano Carlos. O presidente Miguel Depes Tallon faz a apresentação do poeta lusitano, sócio correspondente do IHGES e residente na cidade de Porto, Portugal. O autor inicia com a despedida ao amigo Antônio da Silva Monteiro, que partia para o Brasil: “Que te dizer amigo/ na solidão da hora em que te vais?” E vai falando: “Edificar/ a palavra/ que cruel/ teu fardo/ poeta.” “Quem passa não somos/ nós e o tempo sem/ princípio nem fim quem/ velocíssimo.”
 - 15) *Assim cantava a nonna*, de Douglas Puppín. Livro escrito principalmente para os “de origem” e bem ao jeito dos italianos, amantes do canto e das canções raízes. Todos os poemas na língua *mater* e pontos destaques: “O bella ciao/ bella ciao/ bella ciao...” “Oh! Como é bello/ star sulla nave!/ su, passageri/ venite via!”
 - 16) *Chão de Araguaia*, de Roberto Mazzini. São pequenos poemas, de recordações e um pouco de saudade da montanha, do ar puro e da infância. E a beleza da “Nonna” — “O olhar da minha Nonna/ quando eu tinha cinco ou seis anos/ é um velho tesouro que guardo comigo.”
 - 17) *História da Pedra Azul*, de Júlio de Oliveira Pinho. Português de nascimento, Júlio foi um dos pioneiros da região fria de Pedreiras, em Domingos Martins. Engenheiro Agrônomo, ensinou aos nativos a fruticultura temperada, fabricação de vinhos, horticultura e foi um dos primeiros incentivadores do turismo local, construindo um hotel para visitantes. É um relato da história dos imigrantes e da colonização feita pelos italianos. As páginas 53 e 56 traçam um perfil do que é a terra e o que deveria ser “reforma agrária”. Beleza de livro e que enaltece a memória do autor.
 - 18) *Estação das águas*, de Virgínia Coeli. São poemas de “fino trato”. Anotei: “Quero decifrar a mensagem nessa saudade...” e “Quantas são as cores de/ tanta memória/ tanto faz/ vermelho de puro sangue/ tanto faz/ a cor do vazio.”
 - 19) *Vida vivida*, de Francisco Aurélio Ribeiro. Poemas. Cada autor com seu estilo e sua visão das coisas da vida. Escolhi: “Fazer poesia pra

chuva/ e rimar com o coração.” “O poeta sonha o mundo/ a vida passa rápido/ ele só não vê.”

- 20) *Cidade de palha*, de Taneco (José Hygino de Oliveira). As poesias de Taneco são lições de vida. Retratam o Zeca (Taneco), seus anseios, seus medos, ou as conquistas do dia-a-dia. O coração sempre falando mais alto. “Os anos passaram e a recordação ficou.../ eram dez horas quando eu saí de casa...(...) A minha mãe — eram azuis seus olhos/ não digo da cor do céu,/ muito imenso da cor do mar.” Ou então *É sempre assim* — “Faz não, moço.../ Moço, faz não!/ A...i Ai! Ai...”
- 21) *O doente disfarçado e outros poemas*, de Roberto Almada. Ele diz que “a única aventura de que tem notícia o poeta é a esperança e por isso talvez não vacile.” E vai em frente: “tenta outra vez/ erra outra vez/ erra melhor.” Ainda: “A tua ausência é todo o desespero de minha palavra.” Ou: “Na vida como na morte/ nosso instante nossa sorte.”
- 22) *Pequenos filmes sobre o corpo* (poemas), de Alexandre Moraes. Cantos profundos e de sentimentos raros. “Eu sou menos uns trezentos/ mais uns nenhuns/ tantos assim fantasma/ preso a um corpo.” “Eu deveria te falar como quem engole ar/ por amor.” “Anos e anos e séculos e séculos/ vou tecendo em texto de respirar tecido/ que se expande como um dilúvio sem palavras.” “Persigo um sentido/ sabendo que perseguir sentidos é a luta mais vã.”
- 23) *Delito, semiótica e análise transacional* (Direito e Sociologia Política), de Henrique Herkenhoff. Interessantíssimo estudo sobre assuntos jurídicos (crime, pena, causa, conceito, ficção, igualdade, culpabilidade e uma série de outros temas), inclusive mostrando como é difícil aplicar uma sentença, em determinadas condições e sobre certos fatos, e, ainda, o valor da comunicação.
- 24) *Bilhete para Cervantes*, poemas de Renato Pacheco. Pequeno livro, como o volume 5, mas tão rico em conteúdo quanto aquele. Não apenas “Um bilhete para Cervantes”, mas uma “Ode à Espanha!” “Vem depressa pra acordar Espanha/ antes de Outubro! Senão, tu não terás/ festa.” “Espanha dorme, e é preciso acordar/ Espanha...” Outro: “Roubei a poesia dos céus,/ e, infelizmente, não a sei usar!”
- 25) *Momentos mágicos* (poemas), de Victor Biasutti. Os sonetos são dominantes, entre as setenta e três páginas do livro, mas outras formas aparecem no poetar, arrumar as palavras e brilhar, como esses versos: “Em silêncio são empurradas as nuvens/ esgarçantes sobre o azul;/ o vento sopra o mar/ a onda se derrama na areia/ Escute o gritar da água/ o marulhar da fonte.”

Que outros sigam os exemplos, preparem seus trabalhos e façam ampliar, sempre, a “Coleção Almeida Cousin”.

LANÇAMENTO DE A REVOLUÇÃO DAS VIOLAS

MARIA HELENA TEIXEIRA DE SIQUEIRA

Criatividade, originalidade, bom gosto, inteligência e amor foi o que nos ofereceu a violista e escritora Beatriz Abaurre, na quarta-feira, dia 24 de setembro, no teatro SCAV, recém-reinaugurado.

Repertório agradável, sabiamente escolhido, excelentes artistas executores dos vários instrumentos, reuniram música, interpretação artística e literatura. Tudo na justa medida de quem tem sensibilidade para atingir plenamente uma platéia heterogênea.

É a própria autora do livro infanto-juvenil *A revolução das violas* quem nos revela que ele tem caráter didático. Isso não minimiza o valor literário da obra. Deve-se ressaltar no prefácio uma sucinta e interessante explicação do que sejam as diversas orquestras: de câmara, clássica, sinfônica e de cordas. Detalhes sobre os naipes ou famílias de instrumentos, a função do maestro e as diferenças dos instrumentos de corda preparam o leitor para entender o enredo que a história propõe.

O ambiente é uma pequena aldeia cujos habitantes são os instrumentos de corda. Como seres vivos, eles amam, casam, geram filhos e se deparam com os sentimentos contraditórios do amor, ódio, carinho, disputa, inveja, preconceitos e conciliação. Com o tempo, a persistência e o estudo, as violas se impõem na comunidade orquestral, malgrado a desconfiança dos demais instrumentos de corda. Para elas se criam novas partituras e até mesmo novos solos, compostos por compositores inovadores.

Finalmente, a liderança incontestada do maestro competente mantém a unidade necessária para que todos os instrumentos, devidamente colocados no palco, colaborem para o perfeito desempenho da Orquestra de Cordas.

A leveza e a singeleza do texto se completam com as ilustrações da artista Leda Brambate Carvalhinho. Aquarelas arrojadadas traduzem a intenção sugerida pelas palavras: *A revolução das violas*.

Há que se registrar o gesto louvável de Beatriz Abaurre que, movida por um sentimento comunitário, se solidariza com a Associação Capixaba Contra o Câncer Infantil, repassando para esta a renda dos seus livros.

NAS ASAS DO VENTO

MARIA HELENA TEIXEIRA DE SIQUEIRA

De repente o domingo sombrio deixou de ser uma frustração. O sol entrou-me pelos olhos *Nas asas do vento*, de Marilena Soneghet Bergmann.

Editado em 1994, com patrocínio da Lei Rubem Braga e da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, é daqueles livros que a cada releitura nos trazem novos encantamentos. Nunca se chega a todos os mistérios que Marilena sugere, deixando ao leitor a descoberta.

Arriscamos algumas certezas. É ela que se pergunta no poema *Sacrário*: “Onde mora Deus agora?” — Por certo um dos seus lugares preferidos é a alma desta poeta, eterna criança, apesar dos anos, cultivadora da ternura das coisas simples.

Nenhuma sofisticação, nem *invencionice* para ser original. Toda inspiração brota como fonte, nutrindo-se “da seiva genética/ do sentir com paixão”. Muitas vezes, descobre beleza nos gestos triviais com que encerra em tercetos alguns dos seus poemas.

“Fecho a janela.

*Sorrio às rosas amarelas
e corro a fazer café.”*

(Interlúdio)

“Sinto-me em ti como em um ninho;

*tão repousada
como uma xícara de café com leite.”*

(Trivial)

Depreendo, na poeta e acadêmica capixaba, afinidades mil com o poeta de primeira grandeza — o gaúcho Mário Quintana. Ambos tímidos, escondem-se num boné. Este, a pretexto do frio e do minuano. Aquela, sem nenhum pretexto, a não ser a sua brejeirice.

*“Serei sempre o menino-poeta
que esconde seus sonhos
sob um velho boné.”*

Num baú cheio de espantos, Quintana encontra seus anjos e fantasmas. Marilena também:

*“Abro o baú
no empoeirado sótão
das lembranças*

*.....
Revirados no baú
trechinhos de saudade.”*

(Sonhos têm névoas densas)

A nossa poeta usa como matéria-prima a luz, a sombra, o sentimento, a nostalgia, a dor, o medo, a alegria... e descobre

*“aranhas tecendo rendas
com fiapos de sol.”*

Nas asas do vento são três em um. Dizem que cada parte que compõe o livro corresponde a uma fase evolutiva da autora. Sei lá! Quintana, o aprendiz de feiticeiro, adverte que nunca evoluiu, foi sempre o mesmo. Ela também quer asas para voar, sendo sempre a mesma. Num vôo de aprendiz (talvez de feiticeira), lança-se em revoada aturdida. — “Vôo de aprendiz.”

Marilena não foge nem da Morte, nem de Deus. Celebra com força a vida, numa visão transcendental:

*“O que é a morte, senão
o hibernal momento
entre vida e vida?”*

Nem só delicadezas de asas são fontes de sua inspiração. Sensualidade também. Amor que não teme se explicitar.

*“Há um estremeço no ar,
como um fricote de amor.”* *(Asas molhadas)*

Assim como se sente “tão menina” em *Alma ensolarada*, reconhece-se mulher plena em *Frisson*:

“é esse ardor na pele”

Seu corpo alvorece, percebe-se inteira em hora de amor:

*“Meu corpo em tuas mãos
se veste de luz
e frêmitos.*

.....
*Sou polpa de fruta,
macios contornos.
Sou vales e montes
ao claro de estrelas.”*

Felizmente, Marilena, que andou por tantas terras, viajou por tantos ares, aportou em tantos mares, está de novo entre nós para nos brindar, em breve, com outro livro.

*“É potrinho!
Este coração selvagem
cavalgando lembranças.”*

A POESIA É NECESSÁRIA

(NA MACEIÓ)

ANGELO FERNANDES

Na Maceió
Na Alagoas
Sobre forte sol de verão
Chegastes, como tempestade
Molhando a terra do chão.

Querendo! e não querendo...
Tudo fiz, ganhei sua atenção
Sem saber naquele instante
Abria meu coração
Das correntes e muralhas
Vividas na solidão.

Assim, como vieste! Tu foste
E a terra molhada ficou
Esperando a semente
E fecundação do amor.

Angelo Fernandes é jornalista, compositor e poeta. Presidente do Sindicato das Empresas Publicadoras de Jornais e Revistas do Espírito Santo e membro do IHGES e da Associação Espírito-santense de Imprensa.

CARMEN

BITH

carmem, a que jamais se quis nascida
carmem, aqui curtiu meses de língua
ah carmem, porque homens no seu nome
ah carmem, talvez bis e não síndrome

a carmem, transformada numa anáfora
carmem, um tempo antes, outro agora
a carmem, verso último anagrama
carmem, eu & você, sempre trapaça

(há carmem num encanto sem alarme
há carmem quando a pena é mallarmé
há carmem se consigo desmanchar-me)

só um de nós dois pode ser um, carmem
esquece a alma: só dois corpos, carmem
se amam e, depois, se cremam — carmem

1995

Bith é pseudônimo de Wilberth Claython Ferreira Salgueiro. Professor-doutor do Departamento de Letras da UFES, autor de Digitais e 32 poemas.

INSÔNIA

HERALDO BRASIL

Uma estrela acesa
no quarto,
talvez uma visão
não me deixa dormir,
um olhar vago
se faz farto,
uma vaga-lume perdido
na noite ilusão.

PRIMEIRA NOITE

JOSAFAT JOAQUIM COSTA

em sombra e luz passa
os olhos fitam.
imagem

o corpo vem, encontra.
cabelos soltos nas costas nuas
descem.

despe-se silenciosa
desejo — bruta sensação
expõe e convida.
 morder.

músculos inflam — retesos.
coxas despidas.

os visíveis seios
duros — local estranho
prazer — dor
 dor — prazer

distância — desimaginação.
seios. sexo. boca.
tudo quebrando perdeu-se na esquina.

ALUNO É MESTRE NAS DOZE CORDAS

ESTER ABREU VIEIRA DE OLIVEIRA

Empieza el llanto
de la guitarra

.....

!Oh guitarra!

Corazón malherido

por cinco espadas

[F. García Lorca. *Poema del cante jondo*]

Ré, mi dó...?

Sol, la, si...?

Quantas cordas vibram essa guitarra,

Barbieri?

Cordas cantam

entre vaga-lumes

e opacas cores.

O blues salpica,

jorra.

Imergimos na eterna emoção.

A velha gaita galaica

sonhando

cai na silente praça.

Ester Abreu Vieira de Oliveira é professora-doutora em Literatura. Escritora, autora de vários livros, faz parte do IHGES, da Academia Espírito-santense de Letras e da Academia Feminina de Letras do Espírito Santo.

Desperta-a
para o ritmo dos trigais
e traz
o choro milenar da liberdade
da sofrida África para o novo Continente.

Vibram gaita e cordas
e reúnem o dó-ré-mi
harmonioso.

O Mississipi se enrosca
serpenteando
som
estrelas
de neve
na contemplação
do agora.

VIAGEM

ANTÔNIO MONTEIRO

Do alto da Pedra Azul
bem distante o mar se vê
— Parque verde verde Parque
Pedra Azul do Aracê —
Visto com os olhos d'alma
— tempos de luta e de calma —
sempre choraram por ti
do outro lado do mar,
do lado do sol nascente
terra bela onde nasci.

Pedra Azul, 10/10/98

TAÇA DA VIDA

MATUSALÉM DIAS DE MOURA

A taça que tenho
entre as mãos
cheira a canaviais.

São verdes matizes
de pastos
perdidos
nos campos

onde contemplei
com os olhos da vida

em morna tarde
de junho,
o mundo já gasto.

Matusalém Dias de Moura é advogado e poeta, autor de *Menino de cachoeirinho* e membro do núcleo de Iúna do IHGES.

TRÊS POEMAS INÉDITOS

HERALDO LISBOA

RESPOSTA

O chão a ceifa raizes
a pedra perdura o grito
na palavra

na estatuária
espanto ofício escritura
as partes nervos o rumo

CONFRONTO

Chovo o meu suor na terra seca
na terra vive
o humo do meu corpo
a lágrima

tudo arma zanga o chão a seiva
o chão agride
o hímen barroco
da máquina

Heraldo Lisboa é fluminense, poeta e participou do Neocenáculo Cachoeirense de Letras e Artes, em Cachoeiro de Itapemirim, nos anos 60.

ELO

na raiz das coisas
não o ruminar
mas um puro coice

na testa do mundo
não a estrela dalva
mas um fogo fátuo

na réstia que pia
a casa quebrada
um grito que fica

MEMÓRIA

Handwritten text, possibly a signature or name, appearing as a faint, illegible scribble.

UM SETOR DA EVOLUÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL NO BRASIL: ESCOLAS FERROVIÁRIAS — UMA CONTRIBUIÇÃO DA VITÓRIA A MINAS

LÉA BRÍGIDA ROCHA DE ALVARENGA ROSA

Um dos fatos mais marcantes no processo de modernização do Brasil, desencadeado a partir de 1850, foi o aparecimento das ferrovias.

De fato, o Brasil passou por grandes transformações sócio-econômicas, alterando, evolutivamente, as condições do país.

As estradas de ferro foram sendo instaladas para atender a um contexto econômico, dominante no período, caracterizado por uma economia agrário-exportadora, com base no café. Embora essa implantação tenha sido em função de grupos econômicos, que detinham os meios de produção, contribuiu, sem dúvida, para um progresso no país e para o crescimento de vastas áreas.

A carência de capitais nacionais privilegiou o setor para investimentos estrangeiros, principalmente ingleses, animados pelo incentivo da garantia de juros, que proporcionava grande segurança para os capitais empregados.

Da mesma forma que os capitais aplicados — na maioria estrangeiros — a nova tecnologia surgida criou situações específicas ao setor ferroviário. A necessidade de importação dos equipamentos e do *know-how* básico de manutenção, vai exigir medidas no sentido de adequar ensinamentos que respondessem às necessidades desse meio de transporte. Ainda mais que as ferrovias representavam, no país, meio de comunicação importantíssimo, beneficiando-se, obviamente, da fase monopolista da modalidade que, em termos efetivos, se estendeu até a década de 1940, só então entrando em um período competitivo com a modalidade rodoviária.

As relações entre a economia e a educação faziam-se sentir, mas os entraves de um tradicionalismo no setor atuavam de maneira mais forte, pois “agravava a situação o fato de que nem a estrutura econômica da Nação permitia oferecer educação técnica em abundância, dada a falta de re-

Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa é historiadora, professora-doutora e 1ª vice-presidenta do IHGES.

curso e a escassez da demanda de mão-de-obra qualificada, determinada pelo nível de industrialização do país, nem tampouco as populações estavam interessadas nesse ensino técnico, símbolo de classe dominada. A velha mentalidade escravocrata não era privilégio das classes dirigentes: era também uma característica marcante no comportamento das massas que se acostumaram, após séculos, a ligar trabalho com escravidão.”¹

É justamente no ramo ferroviário que se tomam as primeiras medidas no sentido de organizar o ensino, visando preparação de recursos humanos especializados, principalmente para as suas oficinas de reparação.

Iniciado em 1868 na Rússia, esse ensino implantou métodos de aprendizado depois bastante utilizados nas escolas profissionais, tanto da Europa, como da América.²

Toda a eficiência dos serviços nas estradas de ferro estava baseada no preparo técnico do pessoal. Porém, só após a Primeira Guerra Mundial puderam ser destacados os cursos ferroviários,³ devido às transformações que se operaram na conjuntura mundial, com reflexos significativos no Brasil.

Uma tênue alteração no pensamento do governo sobre o assunto foi manifestada pelo dr. Afonso Pena, antes mesmo de assumir a Presidência da República, quando mostrou-se favorável à criação e multiplicação do ensino técnico e profissional.⁴ Coincidindo com o ambiente propício, o setor ferroviário dá o passo pioneiro nesse sentido: é criada em 15 de fevereiro de 1906 a Escola Prática de Aprendizes das oficinas de Engenho de Dentro, da Estrada de Ferro da Central do Brasil.⁵

Era o início de uma atividade inovadora, destacando-se a figura do engenheiro José Joaquim da Silva Freire.⁶

É de se notar que em 1912 foi introduzido no currículo da escola as disciplinas francês e Inglês,⁷ necessárias ao trato com equipamentos importados.

No governo de Nilo Peçanha é assinado o Decreto n° 7.566 de 23 de setembro de 1909, criando nas capitais dos estados escolas de aprendizes artífices. Isso representou, sem dúvida, em nível federal, uma intervenção no ensino, no sentido de incentivar a aprendizagem de ofícios.⁸

Era mantida essa atividade governamental por Wenceslau Braz, ao declarar: “instalem-se escolas industriais... conseguiremos assim remediar, em parte, os males do presente e lançaremos as bases para um futuro melhor.”⁹

Porém, a situação econômica imposta pela guerra não permitiu avanços neste tipo de ensino.

A segunda experiência com escolas ferroviárias ocorreu no Rio Grande do Sul, na Viação Férrea do Rio Grande do Sul.¹⁰

Porém, é de São Paulo que surge a primeira iniciativa no sentido de coordenar o ensino ferroviário no país, com a transformação do Curso de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios em Escola Profissional de Mecânica. Tentando unificar os métodos de ensino, quatro estradas de São Paulo mantinham dois aprendizes freqüentando a escola.¹¹ O objetivo era formar, para as estradas de ferro paulistas, operários qualificados.¹² Destacou-se aí, com repercussões futuras, a figura de Roberto Mange.

Realmente, a importância da idéia se concretizou, em caráter muito mais abrangente. Em nível estadual, um órgão coordenador vai globalizar os ensinamentos: CFESP — Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.¹³

A ação conjunta do Estado de São Paulo e das ferrovias paulistas no funcionamento da CFESP, através da Secretaria da Educação e Saúde Pública e da Viação e Obras Públicas, data de 11 de julho de 1934.¹⁴

Pelas experiências anteriores, passou a dirigi-lo o engenheiro Roberto Mange.¹⁵

Entidade nitidamente ferroviária, ficou marcada pela cooperação entre a indústria e o Estado, instituída mais tarde pela Constituição de 1937.

O governo de Vargas, sem dúvida, desencadeou mudanças que se operaram em todos os níveis, como acentua Octávio Ianni: “Esses foram os anos em que ocorreram profundas transformações no Estado brasileiro, enquanto estrutura de poder e organização burocrática. Por exemplo, essa foi a época em que deixou de existir o Estado oligárquico. E também foi essa a época em que o setor industrial adquiriu ampla hegemonia no conjunto do subsistema brasileiro.”¹⁶

O governo que se segue ao movimento de 1930 precisou, portanto, reajustar o Estado às novas necessidades da economia.¹⁷

Anteriormente ao CFESP, já estava funcionando a chamada “experiência de Sorocaba”, desde 1930, com uma grande renovação de métodos.¹⁸

Com a atuação efetiva do CFESP, que introduziu novos conceitos no ensino ferroviário, distanciando-se dos princípios básicos, bem amplos, não se restringindo apenas aos conhecimentos técnicos, mas procurando a formação associada aos principais aspectos da realidade industrial relativa a ferrovias, bem como procurando aproveitar as aptidões pessoais.¹⁹

Mas de maior importância era a previsão de funcionamento de “cursos superiores destinados a aumentar os conhecimentos teóricos e práticos de pessoal de categoria elevada, tais como engenheiros.”²⁰

Dois fatos decisivos na evolução do ensino industrial surgem no governo de Vargas, definindo aspectos básicos. A ação do Estado se faz sentir mais significativamente e “a intensificação do capitalismo industrial

no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou, conseqüentemente, o aparecimento de novas exigências educacionais.”²¹ Essas exigências acabaram por originar decisões que visavam encaminhar soluções.

Assim, foi assinado o Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, depois de vários estudos presididos pelo Ministro da Educação, Gustavo Capanema — Lei Orgânica do Ensino Industrial.²²

Entre as modificações básicas, sobressaíram-se a unificação do ensino de segundo grau, estando inserto na organização de escolas do país, e destacando o interesse pessoal e empresarial.²³

No capítulo II — Das Escolas de Aprendizagem -, o Art. 65º I reza: “O ensino dos ofícios, cuja execução exija formação profissional, constitui obrigação dos empregadores para com os aprendizes, seus empregados.”²⁴

Assim, as indústrias estavam engajadas na qualificação do seu pessoal.

A importação de mão-de-obra técnica qualificada já não encontrava ambiente favorável. Os recursos humanos eram de formação inadequada para a indústria. Daí, com a expansão do setor industrial, era essencial o treinamento de pessoal.²⁵

Cada vez mais a indústria requeria formação rápida de mão-de-obra. A solução tinha surgido com um “sistema paralelo ao sistema oficial”, através de um convênio com as indústrias e por meio de seu órgão máximo — a Confederação Nacional das Indústrias.²⁶

Pelo Decreto Lei nº 4.082, de 22 de janeiro de 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários — SENAI.²⁷ O Art. 3º determinava que o SENAI seria organizado pela Confederação Nacional da Indústria, e, pelo Decreto Lei nº 4.936, de 7 de novembro de 1942, passou a ser denominado como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.²⁸

Mas de maior relevância é o Art. 3º desse último Decreto-lei, pois as deliberações se estendem às empresas de transportes, de comunicações e de pesca, e é exigível a partir de 1º de janeiro de 1943.²⁹

A criação do SENAI foi inspirada nas experiências bem sucedidas do CFESP. Foi a partir dos Cursos Ferroviários que o SENAI se organizou. E as primeiras experiências foram valiosas, principalmente, para os cursos de emergência, instalados inicialmente.³⁰

Assim, podemos dizer que as origens do SENAI encontram-se no CFESP.

O início das atividades relativas ao ensino ferroviário na Vitória a Minas fez parte desse quadro.

Foi de acordo com os dispositivos legais que teve início o funcionamento, em João Neiva (ES), oficina da ferrovia, de um Serviço de Ensino Profissional, em 1943, começando suas atividades em dezembro do mesmo ano. Objetivava atender à preparação rápida de mão-de-obra, dentro de um programa de emergência, em virtude do estado de guerra vigente.

Cumpria, assim, a Vitória a Minas, o que estabelecia o Decreto-lei nº 4.983, de 21 de novembro de 1942, que dispunha sobre a organização do ensino industrial de emergência para atender às exigências da Guerra.³¹ No seu Art. 1º, parágrafo único, estabelecia: “O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial será chamado a cooperar com as escolas oficiais na organização do ensino industrial de emergência...”³²

Graças ao CFESP foi possível ao SENAI de São Paulo supervisionar e orientar esses cursos como no caso da Vitória a Minas. Desde a Primeira Guerra Mundial, a oficina de João Neiva teve papel destacado na difícil situação de guerra. As dificuldades nas compras para reposição dos materiais desgastados, sendo alguns componentes de locomotivas, carros de passageiros e vagões de carga, forçavam a reconstituição na própria oficina da ferrovia.³³

O curso funcionava sob a orientação do CFESP, portanto, recebendo todas as diretrizes de São Paulo.

Há que se destacar a situação específica por que passava a ferrovia nesse momento. Encampada pelo Governo Federal e vendo, com as providências tomadas por Getúlio Vargas, possibilidades de concretização do velho sonho de transportar grandes toneladas de minério de ferro, percebeu paralelamente a importância da melhoria técnica do pessoal. Ainda mais que os contratos de fornecimento do produto para os Estados Unidos e Inglaterra atendiam também ao esforço de guerra.

As necessidades urgentes do minério de ferro nesses países tornava premente um reaparelhamento da ferrovia, com melhorias técnicas. Nesse caso também haveria maior necessidade de mão-de-obra qualificada.

O Decreto-lei nº 5.607, de 22 de junho de 1943, que dispunha sobre a criação de um Serviço de Ensino e Orientação Profissional em cada ferrovia da União, tinha como objetivo garantir as realizações nas estradas federais. E a partir da extinção do CFESP pelo Decreto-lei nº 14.550, de 21 de fevereiro de 1945, criava-se a Divisão de Transportes no SENAI, funcionando junto ao Departamento Regional de São Paulo, estando a ela vinculadas todas as estradas de ferro particulares, que daí recebiam orientação para seus cursos.³⁴

Somente em 1948 instalou-se, em João Neiva, a Escola Ferroviária.³⁵

Toda a supervisão dos cursos estava vinculada a São Paulo, tendo

vido formada a primeira turma em 1951.³⁶

O curso tinha duração de três anos. Os alunos recebiam orientação profissional, com aulas práticas, nas áreas de ajustagem, caldeiraria, ferraria, funilaria, máquinas e ferramentas, no primeiro ano, além de serem ministradas, também, matérias teóricas.³⁷ No segundo ano, os alunos eram divididos em dois grupos: caldeireiro-ferreiro e ajustador mecânico e torneiro mecânico, havendo também complementação com aulas teóricas. E, finalmente, no terceiro ano os grupos eram separados em especialização.³⁸

A remodelação da estrada estava a exigir, cada vez mais, pessoal especializado, absorvendo, portanto, toda a mão-de-obra que estava sendo preparada. A partir de então, estava consolidado esse ensino ferroviário na Vitória a Minas.

NOTAS

- 1 ROMANELLI, Otaíza Oliveira. História da educação no Brasil 1930/1973. Petrópolis, Vozes, p. 44
- 2 FONSECA, Celso Suckow da. História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro, escola Técnica Nacional, 1961, p. 440-441 (v. I).
- 3 Idem, p. 442.
- 4 Idem, p. 160.
- 5 Idem, p. 443.
- 6 Idem, ibidem.
- 7 Idem, p. 444.
- 8 BREJOU, Moisés. Recursos humanos, ensino técnico e desenvolvimento — uma perspectiva brasileira. São Paulo, Pioneira, 1968, p. 88. Ver também o Decreto-lei n° 7.566, de 23 de setembro de 1909, in Fonseca, Celso Suckow da, op. cit., p. 163-166.
- 9 FONSECA, Celso Suckow da. Op. cit., p. 173.
- 10 Idem, p. 446.
- 11 BOLOGNA, Ítalo. Formação profissional na indústria. MEC-DEI, 1961, p. 15.
- 12 Idem, ibidem.
- 13 Idem, p. 15-16.
- 14 Idem, p. 18.
- 15 IDEM, p. 20-21.
- 16 IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil-1930-1970. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p.4.
- 17 ROMANELLI, Otaíza Oliveira. Op. cit., p. 49.
- 18 BOLOGNA, Ítalo. Op. cit., p. 20.

- 19 Idem, p. 18-19.
- 20 FONSECA, Celso Suckow da. Op. cit., p. 452.
- 21 ROMANELLI, Otaiza Oliveira. Op. cit., p. 59.
- 22 FONSECA, Celso suckow da. Op. cit., p. 266-269.
- 23 Idem, ibdem.
- 24 Idem, p. 338.
- 25 ROMANELLI, Otaiza Oliveira. Op. cit., p. 155.
- 26 Idem, p. 166.
- 27 Decreto-lei n° 4.082, de 22 de janeiro de 1942, in coletânea das Leis. SENAI.
- 28 Idem. Ver também Decreto-lei n° 4.936, de 7 de novembro de 1942, in Coletânea das Leis. SENAI.
- 29 Decreto-lei n° 4.936, de 7 de novembro de 1942, in Coletânea das Leis. SENAI. O grifo é nosso.
- 30 BOLOGNA, Ítalo. Op. cit., p. 21.
- 31 Decreto-lei n° 4.983, de 21 de novembro de 1942, in Coletânea das Leis. SENAI.
- 32 Idem.
- 33 ALVARENGA ROSA, Léa Brígida Rocha de. Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. 1890-1940. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da USP/Universidade de São Paulo, 1976, p. 149.
- 34 FONSECA, Celso Suckow da. Op. cit., p. 465-466.
- 35 Idem, vol. II, p. 46.
- 36 Entrevista realizada com o prof. José Dário Al Piaç.
- 37 Idem.
- 38 Idem.



A ILHA DE VITÓRIA: UMA ABORDAGEM ACERCA DE SEU CRESCIMENTO FÍSICO, NATURAL E ARTIFICIAL

RICARDO BRUNOW COSTA

À nossa cidade de Vitória, pela passagem de seus 446 anos de fundação.

À nossa muitas e muitas vezes milenária ilha de Vitória, pela sua beleza e originalidade.

O autor

APRESENTAÇÃO

A nossa ilha de Vitória já foi cantada em prosa e versos por muitos escritores e poetas capixabas, tendo sido cognominada de Ilha do Mel.

Não tendo veia poética, nem condição de tratá-la — como, aliás, ela bem merece — nos domínios mais altos da poesia e da arte literária em geral, prestamos humildemente, com este trabalho, nossa homenagem à cidade-ilha ou ilha-cidade de Vitória pelos seus 446 anos de existência fecunda.

É nossa contribuição diminuta e despretensiosa após termos recebido a convocação para tanto da atual diretoria do IHGES.

I - INTRODUÇÃO

Se compararmos a escala temporal com que medimos a expectativa de vida dos seres humanos com a datação usada para o estudo da origem, do desenvolvimento, da transformação ou da evolução das rochas ou dos acidentes geográficos, ficaremos verdadeiramente assombrados ante a imensa diferença existente entre as duas categorias: o mundo mineral, que dá

Ricardo Brunow Costa é geógrafo e escritor, é membro do IHGES.

existência às rochas e, do outro lado, o mundo dos seres vivos, aí estando de modo proeminente e soberano o homem.

Enquanto a existência humana é abarcada por um período de tempo que pode chegar a algumas décadas, as rochas e os acidentes geográficos em geral podem ter seu aparecimento ou nascimento, o seu desenvolvimento e sua duração medidos por uma escala de tempo que atinge comumente centenas de milhares ou mesmo centenas de milhões de anos.

Como já diz o título do nosso trabalho, não pretendemos aqui estudar a região geográfica de Vitória — bem maior que esta à qual nos propusemos discorrer — mas tão somente a ilha de Vitória, que é parte integrante daquela região.

Se quisermos procurar os antecedentes históricos do povoamento ou da ocupação pelos brancos europeus nas terras em que hoje está localizada a nossa cidade, teremos que compulsar os documentos escritos a partir do século XVI e, então, obteremos os primeiros delineamentos para a reconstrução de como os fatos se sucederam.

E vejam bem, será um trabalho que exigirá um denodado esforço intelectual, aliado a grande paciência e perseverança na procura de documentos fidedignos que retratem a vida dos habitantes do lugar. Depois disso haverá que se proceder a uma criteriosa avaliação de todos os dados obtidos para uma aproximação com as verdades dos fatos, para depois poder-se chegar a conclusões ou constatações que possam merecer crédito. É claro que não é possível a alguém fazer um estudo com critérios científicos e com procedimentos próprios da matéria a ser tratada se esse alguém não estiver devidamente municiado de conhecimentos atinentes a essa ou àquela disciplina. No caso em questão, seria imprescindível que o pesquisador ou pesquisadores estivessem razoavelmente preparados no campo da Antropologia Cultural, da História Econômica e Política, da Sociologia, etc., para chegar a bom termo a sua pesquisa.

Agora vamos recuar bem mais, já num passado longínquo, na pré-história. Para um levantamento das origens do homem pré-histórico da nossa ilha, os estudiosos deveriam estar providos de ferramentas que estariam no campo da Arqueologia, da Antropologia Física, da Antropologia Cultural e da Paleontologia e teriam que ter auxílio de especialistas em muitos outros campos do conhecimento científico. Tudo deveria ser estudado sem o concurso e o auxílio precioso da escrita, pois esta não existiria na época a ser estudada pelos hipotéticos especialistas.

Gostaríamos que nos fosse permitido alçar vôo ainda mais arrojado e idear como teria sido a origem de nossa ilha em eras geológicas em que não só a escrita mas nem a própria humanidade sequer sonhavam em existir. Para tanto, teremos que abandonar esta visão de cronologia tão minús-

cula e curta com a qual lidamos, a fim de registrarmos os eventos da nossa trajetória histórica humana, para, finalmente, podermos adentrar num tempo que nos confunde e nos deixa perplexos e que parece nos indicar um conceito de tempo quase infinito do passado que nos leva a conjecturar uma noção de tempo absoluto que só Deus conhece.

II - PINCELADAS PALEOGRÁFICAS

Um estudo verdadeiramente científico das eras mais remotas da nossa ilha ou, mais propriamente, de toda a região abrangendo os seus arredores, abarcando, portanto, a parte continental que a envolve, exigiria um conjunto de conhecimentos vastos sobre o Paleoclima, a Paleogeomorfologia, a Paleontologia, etc., que o autor desconhece. Entretanto, algumas breves considerações podem ser emitidas e é o que a seguir vamos fazer.

Em sentido amplo, o material geológico constitutivo da ilha de Vitória é essencialmente continuação do material geológico continental. O maciço central da ilha, cuja origem remonta a centenas de milhões de anos, é predominantemente composto de rochas eruptivas ou ígneas, cujos minerais essenciais são o quartzo, o feldspato e a mica, além de outros minerais chamados de acessórios.

Tendo sido muito trabalhado pelos mais variados tipos de erosão: acelerada ou biológica (ocasionada pela intervenção humana e dos seres vivos); erosão pluvial (águas das chuvas); erosão fluvial (águas correntes); pela meteorização (decomposição química); pela desagregação mecânica (devido à ação da temperatura); erosão eólica (vento), o maciço central de Vitória, esse corpo rochoso que era no passado a ilha compacta, foi, aos poucos, com o passar de séculos e milênios, ampliando a sua área graças ao material que, despreendendo-se lentamente, foi sendo levado para as cotas mais baixas, constituindo o colúvio.

Não podemos deixar de frisar que foi muito importante para a expansão da área primitiva da ilha a grande profusão das camadas diáclases, fendas, juntas ou fraturas. Delas, quantidade apreciável do material original meteorizado e *edafizado* foi desde épocas remotas sendo transportado até o sopé do primitivo maciço. Pudemos interpretar esse fato através do exame estereoscópico das fotos aéreas (ver cartografia anexa).

Como anotamos linhas atrás, o maciço central é parte integrante de corpo granítico/gnáissico muito maior, representado pelas montanhas que se encontram no continente, a oeste da ilha. O mar no passado atingia e, portanto, trabalhava todo o sopé do maciço insular. A erosão sob variadas

formas, como atrás mencionamos, desgastou impiedosamente todo esse conjunto monolítico e o material desgastado foi transportado sem cessar, ajudado pela gravidade e pelas águas pluviais, para o sopé onde ficou depositado. A ação do mar, e, portanto, das marés, tanto levaram parte do material depositado, como também elas próprias trouxeram material do fundo do leito marítimo. Todos estes fenômenos continuam a se verificar, só que a ilha não é hoje apenas o maciço central...

Com o surgimento dos mangues no Quaternário, estes vão ampliar razoavelmente a área primitiva desta que é hoje a ilha de Vitória. Esses mangues eram, nos primórdios, de extensão quase contínua ao redor da ilha, uma vez que o ambiente natural de então era extremamente propício ao seu surgimento, ao seu crescimento e à sua preservação, fato este devido, mormente, à não existência de ocupação humana predatória. O estabelecimento, mais tarde, do elemento de origem indígena não oferecia perigo de degradação do ambiente natural, por motivos óbvios.

Em épocas pretéritas do Período Holocênico, havia certamente débito fluvial maior dos pequenos, médios e grandes cursos d'água que deságuam ou desaguavam em torno da periferia insular. Muitos dos menores rios já não existem mais e os existentes tiveram suas descargas reduzidas consideravelmente, contribuindo para isso a ocupação humana com suas práticas inadequadas de uso do solo, das derrubadas das matas, entre tantas outras ações que degradam o meio físico. Hoje em dia, ainda permanecem o rio Santa Maria da Vitória, o rio Bubu e o rio Marinho, como os principais tributários de água doce da baía de Vitória.

Praticamente não houve possibilidade de formação considerável de restinga na ilha, devido, entre outras, às seguintes causas:

- a) Condições não favoráveis de movimentação das águas marítimas.
- b) A falta de material próprio para tal fim.
- c) O ambiente fechado da baía, etc. As condições que permitiram o desenvolvimento da restinga ocorreram a NE da ilha, do outro lado do canal da Passagem, limite entre aquela e o continente: a área da praia de Camburi e adjacências (ver nosso trabalho *Expansão urbana da área norte de Vitória*, Vitória, IHGES, 1989).

Como assinalamos linhas atrás, acreditamos que no início do Quaternário a área ocupada pelos mangues era bastante ampla em todo o entorno da ilha e, principalmente, ao norte dela; a extensão era bem apreciável, ocupando toda a área na qual estão atualmente os bairros Nova Palestina e Resistência. Antes da existência do manguezal nesta área específica, o cristalino encontrava-se mais ao norte, constituindo uma ilha rochosa separada por centenas de metros desta que chamamos ilha de Vitória. Aquela ilha rochosa nos dias de hoje aparece interligada à de Vitória

por fenômeno natural com o nome de ilha do Gaspar ou do Crisógono. Sua constituição geológica e sua feição geomorfológica é distinta da área que a cerca, o mangue. O povo soube fazer a distinção entre os dois ambientes físicos: o manguezal plano, com sua vegetação característica, e a ilha do Gaspar, de relevo mais elevado, de constituição geológica e vegetação distinta do mangue.

Mas como já tivemos a oportunidade de dizer linhas atrás, os mangues ocupavam áreas ainda maiores no passado, uma vez que muitos foram bastante procurados no presente tempo pela população mais carente, enquanto outras áreas sofreram aterros hidráulicos ou sanitários, conforme ainda veremos mais adiante.

Observando-se o nosso mapa esquematizado da ilha de Vitória, constata-se que, partindo do norte da ilha em direção ao sul, pelo lado da margem oeste, a sucessão de manguezais até a década de 70 era bastante significativa, embora já naquela época as áreas aterradas atingissem altas porcentagens subtraídas do mar, como o aterro do entorno da Ilha do Príncipe.

Tomando-se novamente o norte como ponto de partida, e seguindo-se o contorno leste da ilha, encontramos, na década de 70, áreas de manguezais em profusão e, em muitas destas, constatava-se a presença de aterros sanitários. Hoje em dia ainda existem faixas estreitas de mangues que figuram fora dos limites da nossa ilha, do outro lado da baía, pois não fazem parte do trabalho aqui proposto, embora tenham a mesma gênese daqueles aqui tratados.

Ao sul da ilha de Vitória, ligada a esta estreitamente, está a pequena ilha da Fumaça. Entre as duas permanece ainda um minúsculo exemplar de mangue que, embora mínimo em sua dimensão, é um marco, um testemunho dos tantos que rodeavam a nossa ilha. O lodo, a vasa preta com o seu cheiro característico na baixa-mar, a sua vegetação característica e as aves que o procuram estão ali para nos lembrar da importância dos mangues na preservação da fauna marítima e do ecossistema costeiro. É o único manguezal do sul da ilha.

Numa visão abrangente da ilha, podemos hipoteticamente considerar que há uns poucos milhões de anos, no fim do Terciário, a configuração do que é hoje a ilha de Vitória não está conforme, exatamente, o que era naqueles tempos recuados, uma vez que o desenho da margem insular correspondia bem aproximadamente ao bloco cristalino. Nos tempos atuais, o dito bloco se nos apresenta bastante trabalhado pelos processos erosivos e pela meteorização, tendo cambiado, portanto, sua configuração inicial. Desta maneira, quando a visualizamos através de uma montagem aerofotogramétrica, o seu aspecto se assemelha a um arquipélago de rochas cristalinas constituídas por colinas e morros salpicando toda a área

enfeixada pelo perímetro insular. As saliências e reentrâncias do cristalino que existiam, muitas delas até um passado geológico recente, foram redesenhadas devido à meteorização, ao trabalho incessante das marés, aos fenômenos de coluvião, ao transporte do material superior para a base do maciço, à formação dos mangues, à deposição fluvial, além de que já desde o início do século atual começaram a ser efetuados os aterros e a ocupação humana pela margem insular.

A linha que separava o corpo sólido e o mar foi assim sofrendo sempre modificações no seu primitivo desenho no decorrer dos tempos.

As diáclases ou fendas que já existiam desde os primórdios da ilha continuam, é claro, a ser trabalhadas pelos processos erosivos. O capixaba soube aproveitar desse trabalho da natureza para fazer o traçado viário de sua cidade. É um exemplo dentre tantos de como o homem se adapta ao meio físico em que vive.

Essas fendas que afinal constituem linhas de menor resistência da rocha, sendo cada vez mais meteorizadas, vão-se alargando e aprofundando-se até que podem transformar-se, com o tempo geológico, em verdadeiras vias naturais que os homens, dependendo de suas necessidades, vão utilizar para abertura de ruas e avenidas, ou simples caminhos, de acordo com seu melhor proveito.

Observamos que na nossa ilha há uma direção geral do alinhamento dessas diáclases que, aproximadamente, seguem a mesma direção dos alinhamentos rochosos que constatamos existirem noutra área fora da ilha (ver nosso trabalho *Mestre Álvaro*. Vitória, IHGES, 1995). A direção geral seria de N-S e/ou NO-SE. Vejamos o nosso esquema anexo. Podemos aí constatar que até certas passagens viárias de determinados bairros seguem por essas orientações ditadas pelo relevo. Novamente batemos na tecla que afirma ser da tendência do homem seguir o processo mais fácil e/ou o mais econômico para resolver seus problemas na construção de malhas viárias urbanas. No caso de Vitória, embora por falta de espaço suficiente tenha havido abertura de ruas nos morros, o traçado das principais e mais antigas artérias procurou sempre evitá-los. A abertura dos logradouros nos morros muito íngremes não é decisão muito antiga, mas adveio das mudanças sócio-econômicas de algumas poucas décadas. Tais mudanças foram sentidas de modo global na sociedade e na economia do Estado como um todo, refletindo pesadamente na capital.

Vimos de modo claro e sucinto que a ilha é, em sua maior parte, acidentada no seu estado primitivo e esta característica topográfica não constituía obstáculo para os habitantes locais até os anos iniciais do nosso século, pois que o contingente populacional do aglomerado urbano era pequeno e, assim sendo, não necessitava galgar os morros mais altos que

cercavam a urbe de então. A população se aglutinava nas redondezas onde é o centro de Vitória hoje — não podemos nos esquecer de que não existiam os aterros ainda — e, assim, a área física disponível era menor. A população citadina na última década do século passado estava concentrada num raio de mil metros na parte mais densamente povoada, ocupando uma área de aproximadamente 50 hectares.

À medida que a cidade foi crescendo, as cotas mais baixas dos morros foram sendo procuradas para moradia, principalmente por famílias de menor condição financeira, mas, em seguida, por famílias de classe média, já neste século. Com o passar dos anos, devido ao enorme fluxo para nossa cidade de populações interioranas, e do próprio crescimento vegetativo local, as famílias foram subindo os morros à procura de local para construir suas residências. Houve uma seleção entre as classes sócio-econômicas para implantar-se nesse ou naquele local, e nessa ou naquela cota das colinas e morros. As cotas muito altas foram ocupadas pelos mais pobres, de modo geral, e as mais baixas, dependendo dos morros, pelos mais aquinhoados sócio-economicamente falando. Isto, entretanto, não é uma regra rígida, evidentemente. Tem que ser levada em consideração a época, condição social e econômica da família, sua procedência, além de outros fatores. Com o fluxo migratório exacerbado que aconteceu nas últimas décadas, houve forte mudança neste quadro acima referido, devido à febre de construção de edifícios de apartamentos de todos os tipos, tamanhos, conforto e, sobretudo, preço das unidades.

Observamos que de alguns anos até o presente, as casas estão cedendo seu lugar aos edifícios de apartamentos ou mesmo às construções destinadas a escritórios ou comércio em geral. Tais construções, como ocorre aqui e ali, são quase sempre efetivadas graças à ação especulativa das companhias de construção civil e das imobiliárias.

Notamos que, enquanto num passado não muito distante, as pessoas se instalavam nas cotas relativamente baixas ou médias dos morros, hoje, ao contrário, podemos constatar que os píncaros destes morros já se encontram ocupados pelas classes menos favorecidas (caso, por exemplo, do morro da Fonte Grande, morro do Moscoso, morro do Quadro, etc.).

Os órgãos encarregados da prestação dos serviços essenciais à comunidade — como luz, água, telefone, limpeza, abertura de ruas — são acionados para que o povo possa usufruir destes benefícios. Mas muitas vezes os usuários não são plenamente atendidos, principalmente no que diz respeito à coleta do lixo domiciliar, por causa de diversos empecilhos, começando pela total impossibilidade de os veículos atingirem esses locais para proceder à coleta dos detritos. Entretanto, mais facilmente são levados em consideração os pedidos para instalação de rede elétrica e de

água. Rede de esgoto é problema sem solução no momento. Finalmente, as construções residenciais precariamente edificadas constituem um risco de vida para as famílias, uma vez que há um perigo quase que contínuo de desabamento por ocasião do período chuvoso anual (ver nosso trabalho *Adversidades climáticas em Vitória?* Vitória, IHGES, 1989).

III - OS ATERROS DE VITÓRIA

Os aterros realizados ao longo deste século, em Vitória, merecem uma consideração toda especial, não só porque traduzem a preocupação dos governos desta terra na procura do atendimento no crescimento da cidade em consequência do aumento de sua população, como também merecem atenção pelo fato de que o crescimento físico da ilha tem sua maior expressão justamente devido ao fator artificial (trabalho do homem) e não ao trabalho realizado pela natureza em si (natural).

Ora, o trabalho da natureza, embora constante e diuturno, é normalmente lento, se compararmos aos empreendimentos humanos que mudam radicalmente e de maneira veloz a paisagem física natural.

Querermos esclarecer que um estudo detalhado dos aterros, levando em consideração a sua composição e características físico-químicas, está ligado mais à Geologia Aplicada e à Engenharia Civil. Aqui não cabe esta análise, porque as nossas considerações estão mais no caminho de uma Geomorfologia Antropogênica.

Devido aos aumentos de área da ilha de Vitória, principalmente neste século, deve-se ter o devido cuidado quando se especifica a área insular, pois poderemos cair em erros. Do passado remoto até o povoamento branco, a ilha só cresceu devido aos fenômenos naturais, graças:

a) À ação do mar sobre o maciço rochoso e ao processo de erosão e deposição dos materiais provenientes do mesmo maciço.

b) À formação dos mangues em volta de toda a primitiva ilha.

c) À constante ação das águas dos rios e riachos que vêm desde tempos longínquos trazendo materiais abundantes do continente e depositando-os em torno da borda insular, com isso contribuindo tanto para o assoreamento da baía e dos canais, como para a manutenção dos manguezais. É evidente que esse trabalho constante e ininterrupto por longo período de tempo mudou o traçado e a área primitiva da ilha, mas foi pequeno se compararmos com os aumentos realizados artificialmente pelo homem, através dos aterros hidráulicos e sanitários do século atual. É a Geografia *latu sensu*, aquela que mais demonstra como, onde e quando o

homem interfere no ambiente natural, quer modificando-o, quer criando ou destruindo o que o meio natural construiu. É nesse quadro que se encaixa o que tratamos neste singelo trabalho. Por isso é que vamos tratar aqui das mais importantes obras que contribuíram para a ampliação física da área original da nossa ilha.

Queremos crer que, oficialmente, pensou-se em realizar um trabalho de aterro em Vitória lá pelo ano de 1890, quando foi celebrado contrato para consecução dos serviços de abastecimento de água e esgoto, e além disso, do aterro de parte do Campinho, atual Parque Moscoso. Na verdade, porém, o contrato não vingou e nada foi realizado naquela época.

Em 1892, a Companhia Torrens, do mesmo contrato anterior, obteve concessão do governo do Estado para efetuar obras no cais de atracação de navios, nas imediações do atual praça Oito de Setembro, indo até as proximidades da rua Barão de Monjardim. Nada ocorreu novamente e o contrato foi declarado em caducidade no ano de 1897.

Também em 1896, na vigência do primeiro governo de Muniz Freire — 1891-1896 —, surge a idéia de criação do “novo arrabalde”, para dotar Vitória de um novo bairro aprazível e bem planejado, longe do centro da cidade. Tal projeto não foi iniciado senão no governo Florentino Avidos — 1934-1928. Quanto ao Campinho, “Parque Moscoso”, somente teve sua urbanização concluída no governo Jerônimo Monteiro — 1908-1912.

Há que se distinguir, na questão da localização dos aterros, dois tipos distintos: os aterros internos da ilha e os aterros que foram realizados na linha da periferia insular. Na verdade, estes últimos são os que nos interessam mais particularmente neste trabalho, porque são os que marcam os limites da ilha e, portanto, o aumento de sua área graças aos vários avanços sobre as águas que a rodeiam.

Seguindo esse critério, temos então que considerar as obras de construção da primeira seção do cais do porto de Vitória, que foram finalizadas em 1939 e inauguradas em 1940, embora tenham sido iniciadas desde 1911, no governo de Jerônimo Monteiro. Entretanto, em 1914 foram paralisadas as citadas obras por dificuldades econômicas e devido, também, ao início da Primeira Guerra Mundial. Tal empreendimento possibilitou um novo delineamento nos limites da ilha de Vitória, contribuindo, destarte, para o aumento da sua área territorial. O comprimento do cais atingiu 630 metros, além disso foram construídos três armazéns e o aprofundamento do calado passou para vinte e três pés (aproximadamente, sete metros e meio).

A construção da segunda seção do cais do porto começou dois anos após a inauguração da primeira seção: maio de 1938, tendo sido inaugurada em abril de 1942, possuindo um comprimento de trezentos metros.

Na década de 50, mais exatamente em 1951, foi construído um

enrocamento de 4.275 metros de extensão, desde as proximidades do Suá, até próximo ao antigo porto de Vitória, com a finalidade de, a partir daí, isolar os mangues e aterrá-los com o material proveniente do desmonte dos morros existentes nas proximidades. Assim, a área de mangues que existia entre o Forte de São João e o bairro de Bento Ferreira foi coberta pelos aterros sob a direção da administração do porto de Vitória. Esta esperava com essa providência melhorar o problema do assoreamento da baía de Vitória. A área aterrada nessa faixa atingiu a um milhão e seiscentos mil metros quadrados, e afinal tornou-se parte importante na melhoria do plano de urbanização da cidade.

Em 1952, através de mensagem à Assembléia Legislativa Estadual, o governo do Estado (Jones dos Santos Neves — 1951/1954) propõe a conquista ao mar de noventa e seis mil metros quadrados de área, da qual metade destinada à abertura de ruas e outro tanto para edificações na área da esplanada da capixaba.

Na década de 70, a ilha de Vitória ganha grandes áreas tomadas do mar, como o tão conhecido aterro da Enseada do Suá, cobrindo uma dimensão de um milhão e trezentos mil metros quadrados. A obra executada pela CONDUSA teve os seguintes objetivos:

- a) A criação de áreas de ocupação residencial.
- b) Possibilidades de criação de atividades comerciais e de prestação de serviços na região, deslocando-se do congestionado centro de Vitória.
- c) Evitar, por meio de um molhe construído no início da obra e paralelo ao canal de acesso ao porto, a ocorrência de assoreamento do mesmo canal.
- d) Previa também a construção de uma avenida litorânea.

Os objetivos supracitados, supomos, realmente foram atingidos. A obra foi de grande vulto e movimentou para tanto 3.923.253 (três milhões, novecentos e vinte e três mil e duzentos e cinquenta e três) metros cúbicos de areia e terra.

Não podemos deixar de anotar outro não menos importante aterro que aumentou enormemente a área de nossa ilha, inclusive promovendo a ligação desta com outra ilha irmã, a Ilha do Príncipe. Os trabalhos foram executados também pela CONDUSA, entre os anos de 1959 e 1961. Para termos noção do empreendimento, fornecemos os números: um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil metros cúbicos de área tomada ao mar.

Com este acréscimo, Vitória teve ensejo de possuir uma nova rodoviária, a qual veio solucionar o quadro até então vigente, que era de uma extremamente pequena estação rodoviária localizada em inadequado local, trazendo problema de trânsito e terrível incômodo aos moradores

circundantes. Na realidade, a antiga estação se assemelhava apenas a uma melhorada parada de ônibus, no centro da cidade. Além disso, este aterro permitiu a construção de mais um local de lazer que é o Parque Tancredo Neves (Tancredão), além de melhorar a urbanização da antiga Ilha do Príncipe e permitir o aumento de área para depósito de carga do porto de Vitória.

Podemos generalizar e dizer com segurança que toda a linha periférica que constituía a ilha de Vitória do início deste século até os dias atuais sofreu aterros em toda a sua extensão, salvo raras exceções da orla insular onde o cristalino aparece batido pelo mar. Onde havia mangue delimitando a ilha, houve aterro, pelo menos em parte dele, ou, então, onde o cristalino penetrava no mar houve prolongamento dele por aterros, quer sanitários, quer hidráulicos. Isto quer dizer que o crescimento artificial da ilha teve importância primordial para a expansão da cidade como ela hoje se apresenta. Foi a saída encontrada para ser evitado o Maciço Central e seus contrafortes. Claro que os morros, muitos com encostas excessivamente íngremes, têm população residente, porém, de maneira precária na maioria deles. Não seria possível a criação de um centro comercial e administrativo com circulação fácil nos morros, a solução seria conseguir áreas mais planas, ou simplesmente transferir a cidade para o continente, o que seria uma decisão radical e onerosa, com conseqüências sócio-político-econômicas imprevisíveis.

Outras áreas que desejamos mencionar, que constituem grandes aterros, estão localizadas onde hoje se encontram os bairros Grande São Pedro, Nova Palestina, Resistência, Redenção, Santo André, Grande Vitória, Estrelinha e Santo Antônio, todos na margem oeste e norte da ilha. O total de área aterrada nestes bairros está na ordem de um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil metros quadrados.

Do lado oriental da ilha, várias partes receberam aterro: bairros Andorinhas, Joana D'Arc, Santa Luísa e Bomba, próximo ao canal da Passagem. O total aterrado nestas áreas atingiu a cifra de 348.110 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e dez) metros quadrados. O canal da Passagem, devido a estes e outros aterros realizados do lado de Jardim da Penha, teve sensivelmente diminuída a sua largura.

A antiga Praia do Canto viu suas areias empurradas para dentro do mar por muitos metros, tanto assim que foi acrescida de mais de cento e sessenta e sete mil metros quadrados.

Não poderíamos, finalmente, encerrar estas considerações sem dizer algo sobre as áreas mais centrais da cidade: a praça Costa Pereira e o Parque Moscoso. Ex-Largo da Conceição, a área da praça era antes do aterro ocupada pelo mar e recebeu os primeiros aterros no início da década

de 20. O total aterrado atingiu dezesseis mil metros quadrados. Aliás, o mar não só ocupava o que é hoje a praça, mas ia bem além, pois, conforme declaram documentos históricos de 1766, o mar alcançava a base do rochedo da atual escadaria São Diogo, próxima à atual rua Graciano Neves.

Relativamente à área do Parque Moscoso, de acordo com o que já adiantamos linhas atrás, embora o referido local tivesse sido lembrado para receber obras de aterramento no século passado, em 03/09/1888 — governo Henrique Moscoso — e, em abril de 1889 já estivesse com parte considerável aterrada, somente em 1911 o aterro foi concluído e o parque teve sua inauguração realizada em 19/05/1912, no governo Jerônimo Monteiro. O total da área aterrada foi de cem mil metros quadrados.

Considerando a ilha de Vitória no seu conjunto — segundo critério adotado pela Secretaria do Meio Ambiente da PMV — o que pudemos computar como sendo de áreas acrescidas de marinha daria uma cifra de 5.800.110 (cinco milhões, oitocentos mil e cento e dez) metros quadrados. Acreditamos que algumas pequenas áreas internas da ilha que sofreram aterros (como houve entre os bairros Santa Lúcia e Praia do Canto, por exemplo), não foram consideradas nesse estudo da Secretaria. Entretanto, a falta desses dados não alteram a área insular total, que propomos adiante, uma vez que não se referem aos seus espaços periféricos.

Há, como é natural, divergências quanto a informações relativas à área de Vitória. Muitas delas estão defasadas, acreditamos, porque não consignam no total os aterros realizados no correr das décadas. Na medição que realizamos sobre o documento cartográfico de 1993, confeccionado pela MAPLAN, baseado em recobrimento aerofotogramétrico, encontramos para a ilha de Vitória a área aproximada de 29,15 km².

IV - CONCLUSÃO

Embora a ilha seja amplamente povoada nas áreas planas, os morros e colinas, e mesmo partes do maciço central, às vezes em altas cotas (acima de cem metros), possuem pontos bem densamente ocupados, no mais das vezes, por favelados ou, em certos casos, mesmo por membros da classe média-baixa ou média. Tanto o plano urbano antigo, que abrangia o centro da cidade e, mais tarde, o Novo Arrabalde, projeto de Saturnino de Brito para a Praia do Canto, quanto o plano urbano moderno para Jardim da Penha, Mata da Praia, Jardim Camburi e Aterro do Suá encontram-se em áreas planas. Os aterros são a prova dos esforços que têm sido realizados para a consecução do arranjo do espaço urbano da nossa cidade.

Atendendo aos anseios de procura de espaço para o seu crescimento, Vitória teve de procurar novos sítios para firmar-se cada vez mais como importante centro regional e como principal cidade do Estado e, outrossim, como centro político-administrativo estadual, não deixando de atender ao aumento sempre crescente de sua população. Disso resultou o seu grande crescimento sobre a área continental da praia de Camburi e adjacências (ver nosso trabalho sobre *Expansão urbana da área norte de Vitória*. Vitória, IHGES, 1989).

Nessa corrida configurada pelo crescimento acelerado, carecendo de um mais moderno, humano e acurado projeto de arranjo do seu espaço urbano, a cidade, infelizmente, tem optado pela decolagem rumo à excessiva verticalidade. Só um planejamento profundo, complexo e amplo abrangendo várias áreas do conhecimento técnico-científico, aliado a medidas de ordem político-administrativas sérias visando o bem comum da população, poderiam evitar esse caminho perigoso.

Com certeza, com a criação e efetivação de um órgão de coordenação metropolitana, deverá haver um maior e melhor funcionamento harmônico entre os municípios que integram a micro-região de Vitória (municípios de Vila Velha, Viana, Serra, Cariacica e Vitória). É o que esperamos e desejamos.

NOTA

Em anexo (pg. 381), estamos apresentando aos nossos leitores o mapa temático da ilha de Vitória, que elaboramos por meio de fotointerpretação, o qual certamente servirá a quem se dispuser a uma leitura mais atenta do presente trabalho.

BIBLIOGRAFIA CARTOGRÁFICA

Mapa temático da ilha de Vitória – Aspectos geológico-geomorfológicos – Esc. Fotos 1:25.000, voo 21/12/1970. fotointerpretação Ricardo Brunow Costa, Geógrafo.

Folha da carta do Brasil SF 24-V-B-I-1 Serra 1:50.000.

Folha da carta do Brasil SF-V-B-I-¼ Vitória 1:50.000

Município de Vitória – MAPLAN Aerolevantamentos S.A. 1:20.000, 1993.

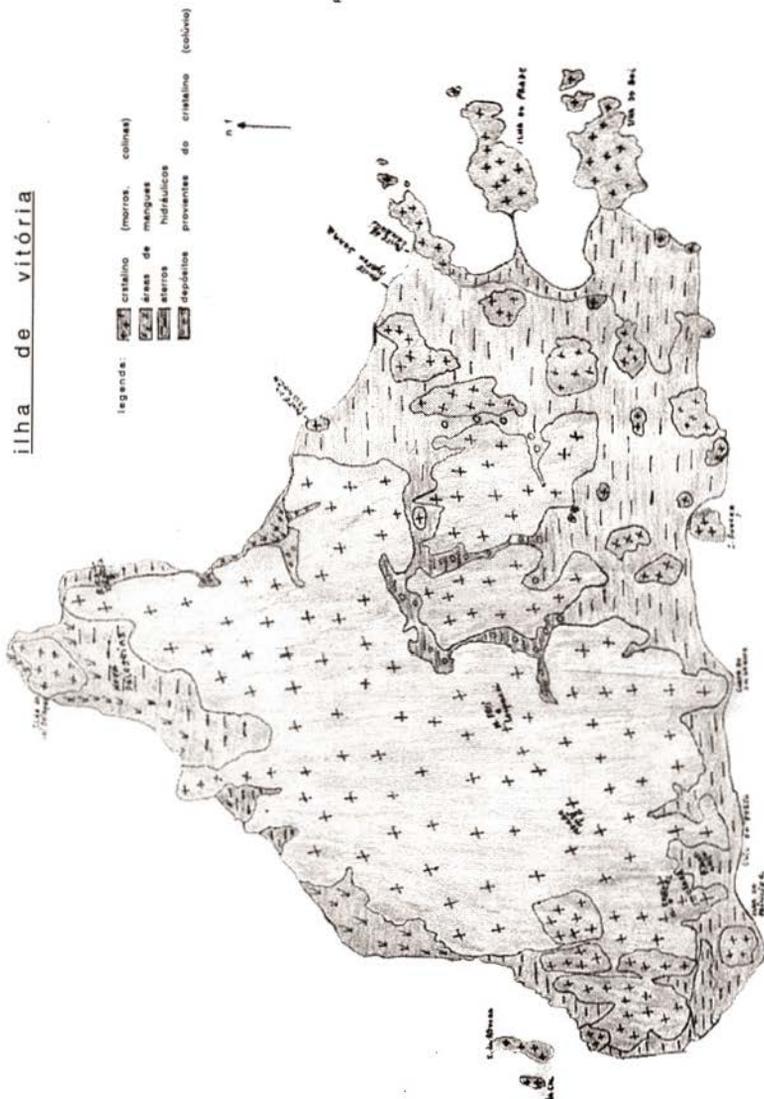
Novo arrabalde, anteprojeto – Administração dr. José de Mello C. Moniz freire, presidente do Estado, 1:4.000, 1896.

Áreas acrescidas de marinha do município de Vitória – SEMMAM, 1:16.000, ago. 1993; Geógrafo: Willis de Faria.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Mensagem à Assembléia Legislativa Estadual, apresentado pelo Governador Jones dos Santos Neves, 1952.
- Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, ano V, n. 1, jan./mar. 1986.
- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo major João Punaro Bley. Vitória, 1943.
- ABREU, Carol, MARTINS, Janes De Biase, VASCONCELOS, João Gualberto de. Vitória, trajetória de uma cidade. Vitória, Artigraf, 1993.
- CONDUSA. Plano de urbanização da Praia do Suá. Jul. 1972.
- Plano diretor urbano de Vitória — uso do aterro da Enseada do Suá. Maio 1978.
- Plano de urbanização da Ilha do Príncipe — estudo de viabilidade. Set. 1973.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. O novo arrabalde. Vitória, PMV/Secretaria de Cultura e Turismo, 1996.

ilha de vitória



vô 21-12-70
 planim. município
 de vitória
 maplan - 1963

fotointerpretação * desenho: ricardo brucher costa
 maio 1997 geógrafo

COLÉGIO ESTADUAL 90 ANOS

RÔMULO SALLES DE SÁ

Ao ensejo da passagem do 89º aniversário de fundação do Ginásio do Espírito Santo, ocorrido no dia 24 de setembro do ano passado, a Secretaria de Estado da Cultura e Esportes registrou o evento com a edição de um livro contendo depoimentos de seus ex-alunos.

Não pude atender, à época, à generosa convocação que me fez aquele importante órgão da administração pública, para integrar a lista dos que, com os seus depoimentos, resgataram a memória do velho Ginásio.

Não há quem não se orgulhe de ter sido aluno do vetusto educandário que teve assegurado um lugar de destaque na vanguarda dos mais respeitados estabelecimentos de ensino do País, responsável que foi pela formação moral e intelectual de uma gama imensa de gerações que se projetaram e ainda se projetam nos mais diversificados campos do saber.

Das gratas recordações que guardo daqueles memoráveis tempos, sobressaem as figuras dos saudosos mestres, alguns deles bem rigorosos, mas todos eles, sem exceção, com cuidados paternais na orientação de nossos estudos e de nossa conduta moral.

Os colégios daqueles tempos eram uma extensão dos nossos lares.

Dentre esses mestres ilustres, avultam as figuras de Ceciliano Abel de Almeida, Guilherme Santos Neves, Nelson Abel de Almeida, Clóvis Rabelo, Mauro de Araújo Braga, Manoel Moreira Camargo, Edson Frazão Cavalcanti, Francisco Generoso da Fonseca, Mário Tavares, Eugênio Pellerano, Zilda Andrade, Zaluar Dias, Ricardina Stamato da Fonseca e Castro e tantos outros.

E porque a escola era risonha e franca, como a definiu festejado poeta, a austera disciplina nas classes era quebrada, aqui e ali, por momentos de descontração, tanto para alunos quanto para professores.

Foi assim em dois episódios que passo a relatar.

Rômulo Salles de Sá é poeta, membro do IHGES e presidente da Academia Espírito-santense de Letras

Certo dia, o professor Mauro Braga, que lecionava História Geral e do Brasil, depois de feita a chamada, com gestos largos e seu simpático sorriso anunciou para a turma que, naquele momento, estava atirando para todos a nota dez! Explicara, depois, a metodologia que adotara para a aferição do aproveitamento de cada um dos alunos: ao longo do mês faria argüição da matéria ministrada, fazendo votos para que todos mantivessem a nota máxima.

Como de ordinário acontece em classe de estudantes, a nossa, não fugindo à regra, tinha colegas gaiatos, chatos — no bom sentido — e sonsos.

Terminada a explicação e justo no momento em que o velho mestre ia iniciar a aula daquele dia, um colega, da categoria dos sonsos, com o dedo indicador da mão direita levantado, pediu ao professor permissão para falar, e saiu-se com essa:

— Professor Mauro, quando o senhor atirou os dez, aconteceu que quando fui pegar o meu, consegui pegar só o zero. Como é que eu fico? Prorrompeu a classe em ruidosa gargalhada pelo inusitado da brincadeira, partida, como partiu, de um colega da categoria dos sonsos, como já disse.

O professor Mauro Braga não se alterou. Achou também graça do que dissera o colega e atalhou: “Pois bem, diante do que aconteceu, para o senhor a regra se inverte. O senhor fica com a nota zero e se esforçará para atingir a nota máxima.” E continuou o mestre: “Não sei se psicologicamente será mais fácil começar de zero para alcançar a nota dez.”

O saudoso mestre deu-nos, com esse episódio, uma lição do comportamento que deveríamos seguir ao longo de nossas vidas.

Esta outra passagem de meus tempos de estudante do velho Ginásio do Espírito Santo demonstra, de um lado, a observação aguda de saudosa mestra e, de outro lado, a presença de espírito do aluno.

A professora Zilda Andrade passara para exercício de casa um desenho projetivo da sombra de um objeto projetada sobre uma superfície plana. Seria atribuída ao trabalho a nota do mês.

Era eu péssimo aluno em desenhos de certa técnica e sofrível em outras. Bem por isso, pedi a ajuda de nossa mãe (hoje com 98 anos, lúcida, cercada pelo carinho dos parentes e amigos) que me ajudasse. Fez ela um desenho caprichado: a sombra de um muro projetada sobre uma calçada.

Na aula subsequente, cada um dos alunos, em fila, apresentou à Dona Zilda o seu dever de casa, cuja nota era lançada na respectiva pauta. Quando chegou a minha vez, Dona Zilda olhou para o desenho e me encarou, dizendo: “Isso tem dedo de Dinorah.” E, como não podia deixar de ser diferente, sob pena de cometer uma injustiça contra sua amiga e ex-colega de magistério, “tascou” a nota dez.

No mês de junho, Dona Zilda nos deu como tarefa de aula, para nota do mês, um desenho que evocasse uma festa junina. Abri o meu caderno na folha do desenho da projeção da sombra do muro, fiz correr uma linha em cada uma de suas extremidades até a um poste onde desenhei uma luminária. Ao longo das duas linhas, desenhei bandeirolas, que colori com esmero. Fiz, ainda, alguns balões, também bem coloridos. Estava pronto o meu desenho que achei o “máximo”. Quando chegou a minha vez, apresentei-o a Dona Zilda que foi logo dizendo: menino, você soube aproveitar, e bem, o desenho do mês passado, mas este não está completo. Nunca vi uma festa de São João sem fogueira. Sem pestanejar, atalhei: é que a fogueira, Dona Zilda, ficou do outro lado do muro... A saudosa mestra, rindo muito, repetia: menino, você não presta (era uma das formas carinhosas de Dona Zilda se expressar).

Estes episódios singelamente relatados, ao serem lembrados, enternecem os corações, e fazem dos ex-alunos do Colégio Estadual do Espírito Santo uma grande e saudosa fraternidade.



PORTO DE CACHOEIRA DE SANTA LEOPOLDINA

CHRISTIANO WOELFFEL FRAGA

Decorridos trinta dias de desconforto sobre o Atlântico, vencidas as dificuldades dos primeiros contatos com a nova terra e sua gente, já cansado de longa viagem por um interminável caminho entre luxuriante vegetação que cobria a acidentada topografia, eis que, finalmente, o fim daquela imensa jornada se anuncia. De onde estavam os viajantes, surgiu, um pouco mais adiante, Santa Leopoldina. O coração do imigrante bateu célere, aquela extenuante e quase insuportável fadiga acumulada, num átimo se transformou em febril excitação: finalmente, ali estava, bem à sua frente, a meta de todo o sacrifício, a cidade que naquele instante, radiante, parecia abrir os braços para quem havia deixado a sua pátria, a sua família e tudo o que lhe era caro, em busca de um futuro mais feliz do que o passado deixado na velha Europa.

Muitos anos se passaram; a cidade cresceu e as colônias espalhadas por toda a grande região central do Estado ganharam vida; muitos imigrantes encontraram a felicidade almejada e muitos outros amargaram o insucesso devido às doenças, às condições climáticas e às dificuldades de vencer a terra virgem. Mas, enquanto o tempo passava, no seu eterno e contínuo fluir, muitas cousas aconteceram e se sucederam naquele pequeno universo, com os seus conflitos e suas disputas, amores e ódios, choques de ambições e paixões e os desencontros próprios de uma comunidade plena de efervescência. Ao fim de longo tempo, aqueles fatores que determinaram o ímpeto dos primeiros tempos deixaram de existir... e o Porto do Cachoeiro, pouco a pouco, foi adormecendo, até se entregar de vez.

Hoje, nas ruas desertas de tropas e da azáfama de pessoas se acotovelando, o velho casario e o pequeno comércio exercido por descendentes dos primeiros colonos mais parecem uma esmaecida fotografia daquela

Christiano Woelffel Fraga é arquiteto, professor, escritor e historiador. Pertence aos quadros do IHGES.

que, em tempos idos, fora uma fulgente página da nossa História. A antiga cidade de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina se, então, era a “filha do sol e das águas”, hoje, com o velho Santa Maria meio agonizante, continua “filha do sol”, mas órfã das águas. As águas que em outros tempos determinaram o nascimento de uma florescente cidade, apesar dos muitos óbices, são as mesmas que determinaram também o seu ocaso e o do seu porto. O rio, sem as canoas e sem os estivadores no seu contínuo ir e vir, carregando na cabeça sacos de café, é tão triste recordação. A cidade passou a ser mero ponto de passagem e, para os que ainda a conheceram na plenitude, motivo de grande consternação.

Para os atuais habitantes, resta se darem conta do passado e pensarem em novo ciclo histórico. A cidade propriamente dita está estagnada e sem perspectiva de se revitalizar; não tem para onde crescer, não tem clima, continua sendo sufocada por novas construções no alinhamento dos antigos logradouros públicos e muitas das antigas casas, tombadas pelo Conselho Estadual de Cultura, parecem aguardar o momento de tombarem, literalmente falando, por falta de recursos dos seus proprietários ou de assistência dos órgãos públicos.

Que fazer?

Se não há perspectiva de crescer nem de se desenvolver no local onde se encontra, há que se pensar em novas alternativas. O município continua grande e — o que é importante — próximo de Vitória e do entroncamento das rodovias federais que cortam o Estado. O tempo não anda para trás; urge se dar as costas para o passado e olhar para frente; o que “já foi” terá que ceder lugar ao “que será”.

O declínio de Santa Leopoldina não deve ser encarado como um fenômeno local, divorciado do seu contexto histórico estadual e nacional. As suas raízes se estendem até as descobertas das “minas gerais”, no interior do Brasil. Durante todo o ciclo do ouro, por quase dois séculos, o Espírito Santo esteve condenado à estagnação: era proibida a abertura de estradas em seu território e o porto de Vitória fora fortificado para evitar o contrabando de riquezas ou aventuras de possíveis piratas ou aventureiros; a ordem era “que se recolhesse a Vitória toda a gente que se encontrasse nas lavras” e “que se evitasse ‘com todo aperto’ excursionasse alguém àquelas regiões.” O seu solo passou a ser conhecido como “terras proibidas”. Só após a vinda de D. João VI, com a abertura dos portos e as novas perspectivas surgidas pelo Vice-reinado, surgiram as primeiras medidas destinadas à retomada do nosso curso histórico: o governador Francisco A. Rubim, em 1814, determinou a abertura da estrada, ligando a baía de Vitória a Vila Rica. O ponto inicial era justamente o mesmo local onde mais tarde surgiria a cidade de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina.

No transcorrer do século, com a abolição da escravatura na segunda metade, e com o incremento da imigração iniciada, muito timidamente, pela Princesa Leopoldina no primeiro quartel, quando mandou vir da Áustria conterrâneos seus, e com medidas outras, o Espírito Santo ia se recuperando do tempo perdido.

Com a grande imigração e o aumento vertiginoso da produção de café nas terras frias e em outros locais, em alguns anos a riqueza começou a aparecer e a influir na economia do Estado. A partir do final do século XIX, no governo de Muniz Freire, a capital começou a refletir os novos tempos, ao sofrer radicais transformações que só terminariam mais ou menos nos anos 70 deste século. A cidade colonial, pobre e mal servida de equipamentos urbanos, deu lugar a uma outra, nova, a que podemos chamar de cidade do café. Nesse mesmo período, a cidade do Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina alcançava o seu fastígio. A arquitetura do século XIX pontificou, simultaneamente, tanto em uma como em outra cidade. Os indivíduos arquitetônicos nas duas, salvo uns poucos exemplos de nítida influência estrangeira, ilustram bem esse fenômeno paralelo.

Embora a margem esquerda do rio Santa Maria fosse constituída de encostas íngremes debruçadas sobre o rio, a cidade, naquele tempo, teria que crescer custasse o que custasse. A pujança econômica exigia espaço físico o bastante para receber e comercializar a grande produção da vasta região central do Estado, que se estendia até Minas Gerais. Assim, não se sabe como nem a que preço, a encosta foi rompida e em seu lugar surgiu a rua na qual foram construídas as casas de comércio, as residências, os ranchos para as tropas e tropeiros e os armazéns que ficavam em posição privilegiada para o embarque do café, uma vez que ele ia, ladeira abaixo, diretamente para o porto. Mais ou menos nos anos 30, chegou-se até a construir uma rampa através da qual o café descia, por gravidade, até o porto. Aquela rua, com freqüência, estava coalhada de gente e animais, em densa promiscuidade e em acelerada azáfama.

Correndo muito dinheiro em Santa Leopoldina, em pouco surgiu um segmento rico; a sociedade estratificou-se; a vida social tornou-se intensa, e a cidade se transformou em ponto de convergência dos habitantes de toda a região, que vinham para trazer mercadorias, fazer compras e participar dos eventos, das festas e dos carnavais que se tornaram famosos.

Grandes estabelecimentos comerciais surgiram. Os seus proprietários prosperaram, ganharam dinheiro, prestígio e tudo o mais que acompanha a riqueza, mas... tão logo o rio começou a definhar, e as mercadorias passaram a ir diretamente para Vitória através das estradas de rodagem, aqueles, e todos os beneficiários daquela conjuntura, pouco a pouco se foram indo e, em poucos anos, o que antes era grande passou a ser peque-

no, levando a cidade até ao ponto em que hoje se encontra. O casario ainda existente é apenas um testemunho daqueles tempos de esplendor que não voltam mais.

Graça Aranha, se lá chegasse hoje, por certo não mais veria a cidade como “filha do sol e das águas”, talvez à semelhança de Bárbara, heroína de Virgínia Tamanini, em *Estradas do homem*, sem acreditar no que via, ao invés de se sentir tomado de entusiasmo quando viu naquele efervescente centro só futuro e esperança, talvez fizesse dele o desabafo dela: “Ah! Meu Cachoeiro... Que se passara? Ruas desertas, lojas fechadas, porto vazio... seria aquela a cidade que conhecera na juventude? Onde estavam as tropas a sujar as ruas? Os canoieiros a soprar os seus ‘buzos’? O burburinho, a agitação do comércio? Os bailes, as festas? Os banquetes, os saraus? Onde estavam os pedaços de vida que ali vivera? Os sonhos que acalentara, as tristezas que sofrera, as alegrias que tivera?”

Nos tempos áureos, os meios de transporte fluviais e terrestres eram os possíveis: animais de carga para trazer das colônias a produção e canoas com formas e dimensões adequadas à capacidade do rio. Desciam o rio impulsionadas por remos e retornavam impulsionadas por longas varas apoiadas no peito dos barqueiros. De interesse local e custeados pelos próprios comerciantes da cidade, que viam nela oportunidade de aumentar, ainda mais, os seus negócios, destaca-se a estrada de Santa Leopoldina a Santa Teresa, construída em 1919 pelo dr. Henrique de Novaes.

Encerrado o ciclo que poderíamos chamar de imigratório, após a emancipação do distrito de Santa Maria, vendo aquela cidade prostrada e sem perspectivas, como seu filho, com frequência penso em seu futuro e por mais que pense, sempre me vêm à mente as mesmas alternativas: voltar-se para o turismo, aproveitando o potencial hídrico, o clima e a topografia das terras altas; programar e executar projetos ligados à agropecuária, à fruti-horticultura e outras culturas, e implantar, em local adequado, um mini polo industrial, talvez em direção a Cariacica ou à Serra, nas proximidades da BR 101, e nele desenvolver atividades ligadas ao aproveitamento da produção dos municípios vizinhos, de indústrias artesanais e outras, ou, talvez até, voltadas para o Corredor de Exportação, já às nossas portas.

Vários autores já escreveram a respeito da História de Santa Leopoldina, de sua formação e da sua importância. Aqueles fatores, como o fim do trabalho escravo, a conjuntura da Europa e do Brasil que, não só estimulavam, como também possibilitavam a imigração, a realidade de hoje, a exaustão das terras, a devastação das florestas, o desenvolvimento tecnológico, as facilidades de transporte e comunicação e fatores outros, agora exigem novas iniciativas a fim de que um renascimento aconteça.

Uma nova fênix.

A atividade dos colonos, adotando o tradicional procedimento de produzir o café em clareiras abertas na mata virgem, de início era altamente compensadora: a terra fertilíssima, com espessa camada de húmus, por muitos anos produzia pés de café robustos e muito carregados que, ano após ano, religiosamente, garantiam colheita certa e compensadora. Mas, essa prática predatória do solo era autofágica e, por certo, não duraria para sempre. Um dia, a mãe natureza apresentaria a conta; chegaria o instante em que a terra se exauriria; com a devastação das matas, as águas diminuiriam ou desapareceriam; o equilíbrio biológico seria rompido e o homem teria que sofrer as conseqüências. Assim foi. O velho e caudaloso Santa Maria, de rio transformou-se em pouco mais que um córrego, a navegabilidade tornou-se impossível; nos anos 50, o desequilíbrio biológico se fez presente com a chegada da broca do café. E, a partir de então, tudo começou a mudar.

Sem dúvida alguma, a abertura da estrada para Vitória, a construção da ponte “Florentino Avidos” e o mingramento do rio Santa Maria foram fatores determinantes do declínio da cidade. Entretanto, não foram os únicos. Consideradas as respectivas peculiaridades, a sorte de Santa Leopoldina foi a mesma da de outras cidades do Estado, tais como Iconha e Piúma, Itabapoana, São Mateus, Barra de Itapemirim, todas inseridas em um mesmo contexto histórico: o Espírito Santo, já recuperado dos males de outrora, vivendo a prosperidade da produção e da exportação do café, havia retomado o seu curso, abrindo estradas, construindo pontes e se integrando ao desenvolvimento do País. O seu progresso, por certo, não poderia ficar condicionado a problemas locais e nem teria se processado com o objetivo de prejudicar este ou aquele município. O progresso tem preço, tem beneficiados e tem prejudicados, sempre.

MARATAÍZES

AYLTON ROCHA BERMUDES

A Aparecida, Miguel e Fabiano Depes Tallon

No frontispício da antiga estaçãozinha da estrada de ferro Itapemirim, atual rodoviária, está gravado *Marathaysis*, de uma forma que só uma fantasia ortográfica pretenderia inutilmente justificar.

Ao final da tarde, o triunfal resfolegar da locomotiva e as alegres badaladas da sineta que o maquinista brandia, vaidoso, anunciavam a chegada do trenzinho obstinado, que vencida em três horas e meia os quarenta quilômetros desde Cachoeiro de Itapemirim. Passara pela estrada mais bucólica do mundo, numa velocidade **estonteante** de até vinte quilômetros por hora, torricolando pelas margens férteis do rio Itapemirim, recebendo a homenagem da ingênua curiosidade de crianças e mulheres à porta de seus casebres e parando nas estações de Safra, Coqueiro e Paineiras, com tempo rigorosamente dosado para que se consumisse o saboroso estoque de pamonhas, bananas, milho verde cozido e pastéis.

Os passageiros, de semblante satisfeito, deliciavam-se com a carícia refrescante do nordeste — as boas vindas do clima gostoso — e maldiziam o calor que torrava Cachoeiro e as outras cidades, Alegre, Castelo, Muqui e Mimoso do Sul, de onde vinham. Marataízes era um refrigerio. Lá estava o velho mar, grandioso e imutável, no eterno vaivém das ondas, que, na maré baixa, estendiam uma praia larga, imensa, plana e compacta, boa de se passear nela, à noite, úmido espelho no qual os pés triturravam os reflexos da Lua.

Por volta de 1946, Marataízes era quase uma rua só, que se alongava da estação até pouco mais de cem metros além do Praia Hotel, então uma construção modesta, com uma puxada de paredes de tábuas e umas poucas ruas perpendiculares ao morro. Mas como era deliciosa a Marataízes

Aylton Rocha Bermudes é escritor, membro do IHGES e da Academia Espírito-santense de Letras.

daquele tempo, autêntica aldeia de pescadores, que pessoas de Cachoeiro de Itapemirim e de outras cidades do sul do Estado estavam transformando num balneário aprazível. O vento nordeste espalhava frescor nas ruas e nas casas e trazia os barcos pesqueiros abarrotados de peroás, calungas, corvinas e cações. Era pouca gente para tanto peixe.

De manhã, os veranistas observavam a chegada das redes de arrasto, que alguns ajudavam a puxar, misturando a sua curiosidade à expectativa meio desconfiada dos pescadores. A imensidão do mar, que prometia fartura, à vezes mostrava-se avara na exígua quantidade de peixes, que tentavam escapar às finas malhas invencíveis. Outras vezes, cardumes de pescadas, grandes, prateadas, a debater-se inutilmente dentre da rede, recompensavam o trabalho daqueles homens cuja esperança atávica se renovava com o fluxo das ondas. Os peixes pequenos, relegados na praia, eram recolhidos meio às escondidas pelos pobres ou devorados por porcos vadios.

Durante o dia todo, mas sobretudo n aparte da manhã, cargueiros desfilavam na porta das casas com os produtos da roça — abóbora, aipim, cana, manga, laranja, coco, inhame, batata, abacaxi, banana, verduras, galinha, ovos e farinha. A terra é fértil e o maratimba (habitante da região) se preparava para abastecer veranistas e ganhar dinheiro.

Quem vê, hoje, a praia imensa, tomada até quase a Ponta do Siri por uma multidão vinda do sul do Estado, de Minas Gerais e de outras partes do País, num colorido estendal de barracas e jovens que desfilam seus belos corpos, e não encontra uma brecha para fincar a barraca, não imagina como era a Marataizes sossegada de cinqüenta anos atrás. No trecho de praia até em frente ao Praia Hotel, apenas uns cem banhistas, nos dias de semana, estiravam ao Sol e à brisa do nordeste o privilégio de usufruir a doçura do descanso e a vista da imensidão das águas.

Aos domingos, o trem transportava também em vagões abertos destinados, nos dias úteis, ao transporte de cana para a usina Paineiras, uma pequena multidão, operários em sua maioria, que ia aproveitar a amenidade do clima e a gostosura do banho de mar. Afinal, a praia, o mar, nem que fosse por um dia, não eram prerrogativa de uns poucos felizardos... Era um espetáculo presenciar as gôndolas repletas de gente alegre, que gritava e cantava, arrastando-se em meio aos canaviais e às pastagens pontilhadas de reses.

À tarde — as longas tardes que se espichavam em conversas, jogos de baralho e de vôlei, namoro de jovens, leituras — fazia parte do programa escasso, rotineiro, ver os barcos chegarem da ousada pescaria, cavalgando as ondas, desdenhando o perigo. Tinham saído às dez horas da noite anterior, levados pelo vento que, a essa hora, sopra da terra para o mar e,

por isso, se chama *terral* e que os conduzia para longe, para a vastidão das águas, onde moram os cardumes abundantes. Depois de quinze horas na imensidão indistinta do oceano que, para outros é uma amedrontadora massa informe e sem limites, mas que seus olhos experimentados reconhecem como caminho habitual, voltavam com uma confiança ingênua e tranqüila, como se as ondas observassem um pacto de preservar aquele barco tão frágil e tão ousado. Primeiro, eram pequenas manchas, lá longe, desenhadas pelas velas distantes, depois cresciam, tomavam forma e corpo até onde arriavam o pano, enquanto o mestre, sobranceiro, de pé, leme em punho, guiava o barco impelido pelos remos dos pescadores, até a praia. Os olhares curiosos dos veranistas esquadrihavam os cestos, que despejavam na grama a profusão de peixes, alguns de nomes estranhos, como boca-de-velho.

Depois do jantar, era o *footing* na rua principal, quase todo mundo de tamanco, o plac-plac ressoando na areia, com blusa de lã ou outro tipo de agasalho, pois as noites de Marataízes, se faziam sonhar, faziam também tiritar de frio. Outros se precipitavam para o víspera do Piquitote no térreo do prédio vizinho do Hotel Balneário, de Dona Alzira Cordeiro, o mais antigo da cidade, de acomodações modestas, mas de peixadas fartas. O salão ficava repleto de veranistas e também de maratimbas, fascinados e atentos ao “cantar” excitante das pedras retiradas do globo, receptáculo de surpresas e de sonhos frustrados. A impaciência e a emoção estacavam de súbito ante o grito de “vispei”, de um jogador sortudo.

Retornava-se para casa pelas ruas escuras, que a luz fraquinha do motor a óleo apagava às dez horas da noite, noite quase toda encapuzada de silêncio, não fosse o sibilar do vento nordeste.

Mas a temporada de verão não durava tanto quanto o desejo de que continuasse pelo menos até a Festa das Canoas, geralmente em fins de março. O trenzinho pachorrento se atulhava novamente de gente feliz, saudável, tostada de sol, que deixava Marataízes posta em sossego.

OS SUBTERRÂNEOS DO COLÉGIO DOS JESUÍSTAS

RENATO PACHECO

Esta nossa cidade-presépio tem mistérios ainda não desvendados.¹

Um deles é o dos subterrâneos que os jesuítas teriam construído, no seu colégio, depois próprio da Coroa Portuguesa, e hoje Palácio Anchieta,² cuja história foi levantada, entre outros, por Luiz Derenzi e Placidino Passos.

No primeiro trimestre de 1944, alheia a cidades às agruras da Segunda Guerra Mundial, no jornal *A Tribuna* os logógrafos locais se debruçaram sobre o tema, produzindo cinco artigos sobre o assunto, a saber: Subterrâneo do palácio (Assis, F. Eujênio, 23/01/44), Os subterrâneos do palácio (Oliveira, Adolfo F. R. de, 05/02/44), Os subterrâneos do palácio (Assis, F. Eujênio, 26 e 29/02/44), Os subterrâneos e os pitorescos episódios (Coelho, João Nunes, 01/03/44).³

Em seu primeiro artigo, Assis admite a existência de um único subterrâneo, como se verifica no próprio título, e o considera como meio de defesa dos padres contra ataques de índios e de invasores estrangeiros.

Após a expulsão pombalina, o colégio fora ocupado pelo governo português, e adquirido, em 1901, pelo governo do Estado. Para desenvolver seu tema, Assis se baseia numa planta elaborada pelo desenhista Joel da Escossia, em maio de 1934, e levanta a hipótese de que no “pátio e jardimado” é que estaria a entrada do túnel, consoante referência verbal que lhe fizera o construtor André Carloni, ao qual tanto deve a cidade de Vitória.

Segundo Carloni, quando da reforma do edifício, em 1908, fechou ele uma grande abertura com muitos metros de profundidade. Ainda segundo Carloni, quando na mesma época, ao lado do palácio, construía-se a Escola Normal “Pedro II”, cortou ele as passagens desse túnel que era revestido de tijolos e pedras, tendo a abertura servido para canalização de águas de esgoto. Ainda segundo o mesmo informante, a saída do túnel era por baixo da casa do comerciante João Dalmácio Coutinho, no Porto dos

Renato Pacheco é escritor e presidente de honra do IHGES.

Padres. O empreiteiro tentou acesso à galeria, mas foi impedido pelos insetos, morcegos e pela escuridão.

O artigo de Assis provocou imediata réplica do professor Adolfo de Oliveira, que afirmava a existência de quatro túneis saindo do palácio.

O primeiro foi usado pelo construtor Justin Norbert, em 1900, para os citados esgotos da Escola Normal e terminava embaixo da caixa de Emílio Coutinho (e não João Dalmácio, referido por Assis). A saída era fechada por uma grade de ferro.

O segundo levava a uma casa existente na cidade baixa, próxima ao cais, de propriedade dos jesuítas, onde, reedificada, estava, em 1944, a Alfaiataria Guanabara, e onde estão hoje as Casas Pernambucanas. Tratava-se, com certeza, de um armazém, que, depois da expulsão, foi vendido a um tal Falcão de Gouveia, que também arrematou a fazenda Araçatiba.⁴

O terceiro ficava na rua Nestor Gomes, abaixo do jardim do palácio, disfarçado em fonte, e com as entradas laterais tapadas com telas de arame. Levava, talvez, ao Convento do Carmo ou à catedral, antiga matriz. Esta fonte ainda existe, com as esculturas em cimento de Aldomário Pinto.

O quarto se dirigia ao cais ou ao Convento de São Francisco, pela rua Francisco Araújo, antiga rua do Egito. O professor Adolfo conta por conhecimento próprio que na pavimentação da rua um operário encontrou uma construção de alvenaria de pedra e o engenheiro João Maia mandou que ele procurasse abertura por outro ponto, abandonando aquele. O professor diz que viu, no Convento de São Francisco, a entrada obstruída desse subterrâneo. Segundo a lenda, quem entrasse nos túneis morreria, pois os jesuítas haviam colocado neles diversas armadilhas, dizendo: “quem escapar do laço, não escapará do cutelo; quem desse escapar, não escapará do mundéu que os há de esmagar!”

Nos artigos subsequentes, Assis passa a defender a existência de apenas dois túneis, nos quais, segundo ele, fora escondido o ouro dos jesuítas,⁵ mas sua argumentação não convence. A mim me parece que, à luz de seu conhecimento pessoal de nonagenário, assistia razão ao professor Adolfo de Oliveira.

Citado nominalmente, o Doutor João Nunes não se fez de rogado, mas não acrescenta muito ao que se dissera. Conta caso relativo a peroás e caramurus, a célebre luta beneditina vitoriense do século passado, e, quanto ao túnel, diz que nele entrou por vinte ou trinta metros, não prosseguindo por medo.

Esta pequenina notícia serve para alertar os arqueólogos que vão reconstruir o palácio Anchieta: não seria o momento oportuno para reexaminar a questão dos subterrâneos que, sem sombra de dúvida, ligaram o colégio, na cidade alta, à beira-mar, na cidade baixa?

NOTAS

- 1 Cidade-presépio — ainda é incerta a origem desta designação para a cidade de Vitória, que data da década de 20. Elmo Elton, em Logradouros antigos de Vitória (Vitória, Instituto Jones Santos Neves, 1986. P.17), atribui o nome ao escritor e médico Dr. Areobaldo Lellis. Considera, outrossim, Vitória, a partir de 1960, uma selva de pedra com pouco direito ao epíteto. Já ouvi que o nome se deve ao romancista Marques Rebello, em seu diário de viagem ao Nordeste, ou ao cronista Reginaldo Pessoa, em crônica na Vida Capichaba, que não localizei. A mais antiga referência escrita que encontrei é um poema de Teixeira Leite, publicado no Diário da Manhã, de 23.10.31:
"Como um presépio, tão formosa à falda
das montanhas alçado ao infinito
adoro-te em solo de esmeralda
cidade da floresta e do granito."
O mesmo jornal, em 07/10/36, alerta contra os casebres nos morros, que desfiguravam a moldura da "cidade-presépio" em seu "fundo verdejante".
- 2 A designação "Palácio Anchieta" foi dada pelo interventor Jones Santos Neves, em decreto de 1o de julho de 1945.
- 3 Assis, o famoso compilador de Efemérides capixabas, era coronel reformado de nossa polícia militar, e autodidata. Adolfo Oliveira, um venerando professor aposentado do Ginásio Espírito Santo. João Nunes Coelho, um velho advogado vitoriense, filho da famosa quituteira Maria Saraiva.
- 4 No imaginário popular, dizia-se que muitos padres que eram vistos na janela do colégio, logo a seguir, sem terem saído à rua, eram encontrados na casa popularmente chamada de Vaticano, pelo seu imponente porte.
- 5 Fora do assunto e a respeito dos comentados tesouros dos jesuítas, Assis relata que o ouro fora colocado, segundo antigo mapa, no fundo do rio Marinho, ou na cruz de Muribeca. O rio Marinho era um canal do Jucu à baía de Vitória, que os próprios padres mandaram abrir para facilitar o escoamento da produção entre Araçatiba e nossa cidade. Ainda segundo Assis, em 1928, o Dr. Aristóteles Santos empreendeu, durante um ano, pesquisa sistemática para buscar a "caixa enterrada no fundo do rio", sem resultado aparente.

SOBRE PISOS DE IGREJAS

ORMANDO MORAES

Por ser terra de meus antepassados, tanto do lado de pai quanto de mãe, tenho por Castelo uma grande afeição, reforçada por numerosos amigos que consegui fazer naquela região, até Conceição e Venda Nova, quando participei de uma campanha de difusão de crédito rural na década de 60, bons tempos dos juros de 4 a 6% ao ano (sem correção), tendo a colaboração de numerosos líderes, entre os quais relembro Archilau Vivacqua, Luiz Machado, Pedro Dadalto, Antônio Souza e Silva, Máximo Zandonadi, padre Caliman e Omar Machado.

Em conseqüência, é com certo desalento que acompanho essa divergência em torno da substituição do piso da Igreja Matriz daquela simpática cidade, que não deveria ser feita, em virtude de seu tombamento pelo Conselho Estadual de Cultura. Tenho por sua presidenta, Beatriz Abaurre, muito respeito e admiração, com ela trabalhei na antiga Fundação Cultural do Espírito Santo e sinto-me à vontade para fazer-lhe um apelo, extensivo a todos os amigos de Castelo, no sentido de encontrar uma solução honrosa para ambas as partes envolvidas na questão.

E, para desanuviar espíritos, relembro aqui cenas curiosas ocorridas na distante década de 20, na cidade de Muniz Freire, vizinha de Castelo, envolvendo também sua Igreja Matriz e seu piso, mas sem desavenças como as de hoje.

Chefiava aquela paróquia o padre Bazarella, italiano um tanto rigoroso e muito exigente no cumprimento das obrigações religiosas pelos seguidores de sua Igreja. Mas também muito inteligente, adaptava-se com facilidade aos rudes hábitos daquela gente dos tempos das tropas.

Por exemplo, na Semana Santa, ao realizar-se a cerimônia de trevas da quarta-feira, quando entremeados por rezas e cânticos iam-se apagando vela por vela, afinal as lâmpadas, e a nave ficava sob total escuridão, os garotos e garotões da cidade, já devidamente prevenidos e preparados para tal, com grandes porretes, antes não percebidos por ninguém, em substituição às matracas, batiam furiosamente no assoalho de madeira da igreja,

fazendo um barulho estranho e ensurdecador e, não raro, causando estragos em suas tábuas e até nos bancos.

Com habilidade, o padre Bazarella capitalizava os efeitos amedrontadores da cerimônia sobre os fiéis mais sensíveis e humildes e, nos dias seguintes, tratava de consertar os estragos da cerimônia religiosa, evidentemente por conta de seus dedicados seguidores.

O rompimento da aleluia, às dez horas do sábado da mesma Semana Santa, era também comemorado de forma muito extravagante, com o consentimento do padre Bazarella: além da malhação de Judas representando esta ou aquela figura menos simpática, numerosos cidadãos, postados na calçada do único correr de casas da rua que dava saída para Castelo, descarregavam seus revólveres contra o barranco do morro da Igreja, num tiroteio assustador para crianças como as de nossa família, que tinha vindo do litoral de gente humilde e mais pacata.

Para compensar, de Muniz Freire recorro também fatos mais amenos, como as aulas de catecismo, dadas todo domingo à tarde, pela querida professora Luzia Dops, após as quais havia jogos de futebol atrás da igreja, no campinho de forte inclinação, que exigia uma técnica especial de quem estivesse jogando contra a subida.

Enquanto isto, dos vários amigos na faixa dos treze aos quinze anos, não esqueço de Pedrinho Soares, valente como ele só, de Humberto Mignone, de Pedro Rocha, de Achilles De Biase e suas belas irmãs e primas, dos pais de nossos Miguel Dops Tallon, Julieta e Hugo, este recém-vindo de São Paulo e nos deliciando com minúcias sobre jogadores e clubes de futebol, como o Corinthians e o Palestra Itália (hoje Palmeiras).

Mas o que nos interessa no momento e desejamos do fundo do coração é que a paz se faça entre católicos de Castelo e autoridades, como aquela que existia em Muniz Freire de meus tempos de criança, não obstante as porretadas no assoalho de sua igreja na cerimônia de trevas e o assustador tiroteio do sábado de aleluia, tudo sob aprovação do inteligente padre Bazarella.